

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Rejane Teixeira Coelho

Participação no Programa Fortalecendo a Família:

Uma análise psicossocial das repercussões

do trabalho socioeducativo

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2008**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Rejane Teixeira Coelho

Participação no Programa Fortalecendo a Família:

Uma análise psicossocial das repercussões

do trabalho socioeducativo

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Bader B. Sawaia.

**SÃO PAULO
2008**

Banca Examinadora

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que me acompanharam durante o processo em que desenvolvi esse trabalho; nem todas são possíveis de serem nomeadas neste espaço , mas deixo aqui registrado o meu carinho e o meu agradecimento pelo modo com que todas colaboraram direta ou indiretamente com o desenvolvimento e finalização desse estudo . Sob diferentes formas e intensidades elas foram fundamentais, pois me estimularam, mobilizaram e acolheram.

Agradeço à minha orientadora cujas idéias, pensamentos e reflexões influenciaram e me afetaram na elaboração das idéias contidas nesse estudo e também na minha trajetória profissional e acadêmica.

À CAPES por ter possibilitado a viabilidade deste estudo.

À Marlene, secretária do Departamento de Psicologia Social, e ao Junior e à Divina, secretários da Pró-reitoria Acadêmica, pela atenção quanto às orientações e informações dispensadas nos atendimentos cotidianos .

Agradeço especialmente aos professores Marta Campos , Sônia Sousa, Margarida Barreto e Odair Furtado pelas valiosas contribuições, empenho e sugestões que permitiram o aprimoramento deste trabalho.

Aos integrantes do PFF que inspiraram o estudo , em especial às mulheres que se dispuseram à participar da pesquisa e a equipe do Campo Limpo pelos bons encontros que tivemos, especialmente Regina e Domenico pessoas que me incentivaram a realização desse trabalho.

Agradeço a todos companheiros do núcleo, e em especial aqueles que estiveram muito próximos, como Margarida, pela amizade, atenção e contribuições que foram fundamentais para o estudo apresentado; assim como Ana Silvia e Adalberto, pessoas especiais que nos momentos mais difíceis me acolheram com sensibilidade , afeto e conhecimento.

Meu carinho pelos amigos, pessoas queridas que me acompanharam em diferentes momentos e sob diferentes circunstâncias Ana Silvia , Claudinha , Alex , Adriana , Cláudia Stella, Nei , Bel, Estér e Lucélia

À minha família, especialmente meus queridos pais e minha avó e avô (in memoriam) assim como minha irmã , meu irmão , minha afilhada, meus sobrinhos e cunhado e cunhada, pelo amor que tenho por eles e pela importância deles na minha vida.

E a Alfredo, meu amor, companheiro e querido que se fez presente com sua dedicação e carinho, que me deu colo, atenção e amor. Por nossos bons encontros e pela alegria de podermos compartilhar o projeto de que é possível uma outra sociedade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 FOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.1 Apresentação do objeto do estudo.....	10
1.2 A experiência de participação da pesquisadora no programa	11
1.3 Diferenciais do programa que mobilizam a investigação	12
1.4 A problemática que propõe o objeto de estudo	14
1.5 Objetivos.....	17
2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM DEBATE EM QUESTÃO.....	18
2.1 Transferência de renda no Brasil.....	22
2.2 Transferência de renda e proteção social.....	24
2.3 O debate que fundamenta a implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	29
2.4 Programas de transferência de renda e focalização	31
3 A FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS	34
3.1 Fragilização da capacidade protetiva da família	39
3.2 A fragilização nas famílias das classes populares: o Programa Fortalecendo a Família	40
3.3 A experiência socioeducativa com as famílias no Programa Fortalecendo a Família – PFF	46
3.3.1 Critérios de inserção, permanência e desligamento	47
3.3.2 Estruturação da intervenção do Programa Fortalecendo a Família a partir do trabalho realizado pelas universidades	48
3.3.3 O processo de construção metodológica	49

4 SUJEITO, SUBJETIVIDADE E EMOÇÕES: CONFIGURAÇÕES CONSTITUTIVAS DA POTÊNCIA DE AÇÃO.....	51
4.1 Contribuição do pensamento de Vygotsky ao estudo das emoções e sentimentos.....	61
4.1.1 Atividade criadora e imaginação	67
5 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	71
5.1 Procedimentos e metodologia do campo de pesquisa	73
5.1.1 Escolha da região e dos sujeitos	73
5.1.2 Tipos de fontes e os procedimentos metodológicos realizados.....	75
5.1.3 Análise dos dados- Reencontro do Passado e do Presente	80
6 ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLICATIVA.....	85
6.1 Análise Descritiva – Universo dos Possíveis	85
6.1.1 A formação dos grupos na região do Campo Limpo no período de 2002-2003	85
6.1.2 Perfil do grupo A2	87
6.1.3 Procedimentos metodológicos com o grupo Amigas Cidadãs	87
6.4 Desencontros e encontros: o lugar de Vânia no grupo Amigas Cidadãs.....	95
6.5 De como Vânia e outras integrantes foram afetadas pelo grupo	104
6.6 Aproximações analíticas estabelecidas a partir do conteúdo histórico da intervenção	111
6.6.1 Experiências significativas: participação administrada.....	114
6.6.2 Espaço coletivo , catalisador de sentimentos e emoções	119
6.2 Análise Explicativa: Tempo de compreender a própria trajetória enquanto experiência vivida	126
6.2.1 Pequenas memórias que tecem saudades em grandes lembranças	128
6.2.2.Construindo unidades de significado	130

A -Reuniões	130
A1- Mudanças relacionadas à participação.....	130
A2- Encontrando paixões tristes no grupo	132
A3- Sociabilidade: A vida em movimento, tece mudanças na vida	133
A4- Grupo: um espaço de afetos ativos e paixões	134
A5- O preço do afeto : participar por dinheiro ou por amizade	136
A6: Sair da caixa e vir para o mundo.....	137
A7 : Esperançar é preciso	139
B- Políticas e Serviços	140
B.1- Sair do buraco: Esperanças e medo	140
B2- Apesar do ceticismo político, resistir é preciso	145
C- Família	147
C.1- Responsabilidade com a educação	152
6.2.3- Considerações Analíticas.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXOS	178

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO- Associação Brasileira de Psicologia social

CIC- Centro de Integração de Cidadania

IEE- Instituto de Estudos Especiais da PUC /SP

NEXIN- Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Inclusão/Exclusão

PBF – Programa Bolsa Família

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PFF- Programa Fortalecendo a Família

PMSP- Prefeitura Municipal de São Paulo

SAS- Secretaria de Assistência Social

SEADS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SIGS- Sistema Informacional de Gestão Social

UNICSUL- Universidade Cruzeiro do Sul

UNISA- Universidade Santo Amaro

RESUMO

A pesquisa analisou o sistema de afetos de participantes de um grupo socioeducativo do Programa Fortalecendo a Família – PFF, realizado na cidade de São Paulo, no período de outubro de 2002 a dezembro de 2003. A orientação teórica adotada foi a da Psicologia Sócio-Histórica, que concebe o homem como um ser histórico que afeta e é afetado no encontro com o outro. Buscamos conhecer a relação e a implicação estabelecidas entre os sujeitos nos grupos e o modo como estes foram afetados pela participação, passados cinco anos da experiência. Realizou-se estudo de caso com uma amostra representativa de quatro mulheres integrantes do grupo Amigas Cidadãs, adotando-se os procedimentos de: análise documental, entrevista individual e roda de conversa. Para analisar os dados, utilizou-se o método de análise de subtexto de Vygotsky, que indicou três temporalidades da experiência de participação das integrantes. O primeiro momento é aquele anterior às reuniões, no qual afetos como medo, tristeza, vergonha e isolamento perpassaram a vida pública e o espaço da intimidade. O segundo momento, que inseriu os integrantes no espaço das reuniões e marcou a passagem da indiferença à construção de relações de intimidade e segurança, é o momento em que as reuniões assumiram significados de amizade e ajuda, evidenciando, para cada integrante, múltiplos sentidos, tais como: lugar de conversar, de desabafar, de enfrentar problemas e de aprendizagem. O terceiro momento refere-se à vida atual e à relação estabelecida entre o passado e o presente, em que as mudanças apresentam-se relacionadas ao âmbito da vida pessoal, tais como: não sentir mais vergonha de falar, não se deixar humilhar, enfrentar as coisas, sentir-se com ânimo para lutar e sensibilizar-se com o sofrimento do outro. No âmbito familiar, evidencia-se uma mudança na sociabilidade das mulheres como em relação aos filhos ao desenvolverem maior habilidade para conversar, ser paciente e saber enfrentar problemas. Concluiu-se que o grupo representou uma experiência de bons encontros promotores de paixões alegres, propiciando prazer e mobilizando a necessidade do outro como uma experiência de convivência e amizade, mas não significou uma revolução subjetiva no sentido de autodeterminação das mulheres e expansão do sujeito histórico. A reunião é vista como ajuda que possibilitou acolhimento terapêutico, que trabalhou com as paixões no

sentido de potencializar as alegres e enfraquecer as tristes. No entanto, esta não superou o âmbito da intimidade para provocá-los à experiência pública. Predomina uma tendência regressiva na experiência participativa, que se só foi mantida enquanto o grupo foi acompanhado pelo programa. As repercussões da experiência indicam a reafirmação de uma sociabilidade voltada ao âmbito doméstico e da vida privada da família, reforçando , assim, o fortalecimento da mulher no convívio familiar e, conseqüentemente, o seu lugar como gestora do grupo familiar.

ABSTRACT

This research aimed at analyzing the affections system of participants of a socio-educative group from the Programa Fortalecendo a Família – PFF (Strengthening the Family Program), carried out in the city of São Paulo from October 2002 to December 2003. The study was based on the theoretical framework of the Socio-Historical Psychology, which conceives man as a historical individual that affects and is affected in the encounter with the other. We sought to examine the relationship and the implication established between the members of the groups and the way they were affected by the participation after five years of the experience. We carried out a case study with a representative sample of four women who took part of the group “Amigas Cidadãs”, based on the following procedures: analysis of archival information, individual interview and group conversation. For analyzing the data, we adopted the method of the subtext analysis by Vygotsky, which indicated three time dimensions in the women’s experience of participation. The first moment corresponds to the time before the meetings, in which feelings such as fear, sadness, shame and isolation permeated the participants’ public and private lives. The second moment, when the participants were inserted in the space of the meetings and there was a transition from indifference to the establishment of relations of intimacy and safety, corresponds to the moment in which the meetings had the meaning of friendship and mutual help, representing, for each member, multiple meanings, such as: a place to talk, to confide with others, to face problems and to learn. The third moment refers to the current life and to the relation established between the past and the present, in which the changes are linked to the personal sphere, revealing feelings and attitudes such as: feeling unashamed to talk, permitting no humiliation by others, facing the situations, feeling encouraged to fight and being sensitive with the suffering of others. In the family sphere, it is noticed a change in the women’s sociability as “mothers”, since they learned how to talk and to be patient with their children, and how to face their problems. It was concluded that the group represented an experience of good encounters which promoted joyful passions, providing pleasure and mobilizing the need for others as an experience of joy and friendship, but it did not mean a subjective revolution towards the self-determination of the women and the expansion of the historical individual. The meetings

are seen as a sort of therapeutic aid, which dealt with the passions by strengthening the joyful ones and weakening the sad ones. However, it did not overcome the sphere of intimacy to provoke these passions to the public experience. It was noticed a predominant regressive trend in the experience of participation, which only lasted during the period in which the group was accompanied by the program. The implications of the experience indicate the reaffirmation of the household and intimate aspects in the family sphere, thus highlighting the strengthening of women in the family relationship and, consequently, her position as a manager of the family group.

INTRODUÇÃO

“Na prática a teoria é a mesma”

(NETO, 1989)

O encontro da autora do trabalho com o objetivo da pesquisa tem uma relação histórica, em que o sujeito que pergunta também responde (LUCKACS, 1979). Nesta perspectiva desenvolvi a minha trajetória realizando mediações de alcance singulares e complexas que possibilitaram desconstruir o objeto/sujeito da pesquisa e reconstruí-lo sob os fundamentos teórico-metodológico da perspectiva sócio-histórica .

A minha trajetória profissional demarca o tempo histórico que abrange o período do início da década de 90 até o presente momento, o que explicita o percurso de um profissional neófito na esfera da vida pública, no interior da divisão sociotécnica do trabalho. No entanto, minha paixão vivida no campo da Psicologia, circunscrita à área social, explicita um rol de experiências as quais me colocaram no cenário brasileiro enquanto parte constitutiva daqueles profissionais que entendem a necessidade histórica de intervir nas instâncias em que as manifestações da questão social (CASTEL, 1998) se colocam abertamente no cotidiano, demarcando a profunda contradição existente entre capital e trabalho.

Esta compreensão pode ser verificada nas atividades às quais me vinculei: entre 1993 e 1997, atuei como psicóloga em projetos de urbanização de favela, pela Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB/ST; posteriormente, entre os anos de 1997 e 2001, trabalhei com equipes que atuavam na área de urbanização de favelas e projetos habitacionais em São Paulo; algum tempo depois, trabalhei em Santo André na área da Assistência Social, momento em que passei a realizar trabalhos psicossociais com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social.

No ano de 1998, tive a oportunidade de iniciar um curso de Mestrado na PUC/SP, concluindo-o em 2002. Por estar vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social dessa instituição, foi possível efetivar, na relação teórico-prática, a construção da dissertação de Mestrado vinculada ao local em que realizei a primeira experiência como profissional de Psicologia – a periferia de Santos, mais especificamente, a favela do Dique,

onde realizei intervenções com sujeitos moradores da favela e voluntários de um centro comunitário. A experiência realizada no Mestrado e relacionada com o trabalho de Psicologia Social, conforme apresentado acima, consolidou alguns aspectos no campo da reflexão teórico-prática que permitiram avançar em duas novas escolhas: o caminho da docência e a vinculação ao Programa de Doutorado em Psicologia Social da PUC/SP. É neste momento que a pesquisadora decidiu, em seu projeto, apreender, compreender e analisar uma experiência concreta vivenciada por profissionais na área da Psicologia em bairros periféricos da metrópole paulistana.

A inserção do psicólogo no campo das políticas sociais é relativamente recente, sendo possibilitada pelo contexto em que mergulhou o país a partir dos avanços legais da Constituição de 1988. Nesse momento, ocorreram conquistas sociais fundamentais no campo dos direitos sociais e humanos, nas áreas da saúde, da educação, da assistência à família, da infância, da juventude, dos idosos, entre outras.

Tais avanços fazem emergir, para o psicólogo, problemas teórico-metodológicos de como atuar nas políticas sociais. A inserção da Psicologia neste campo é uma realidade complexa. Um dos aspectos relaciona-se à tradição da Psicologia brasileira, que esteve historicamente atrelada a intervenções de âmbito clínico e voltada às classes sociais economicamente situadas nos extratos mais elevados da pirâmide social. Por outro lado, questiona-se: como desenvolver uma práxis do psicólogo nas políticas, que seja um diferencial em relação aos modelos convencionais? A psicologia desenvolveu inúmeras técnicas de trabalho, as quais, contudo, nasceram atreladas ao contexto de atendimento a indivíduos em espaços clínicos, ou em espaços institucionais com enquadres específicos de trabalhos grupais. Acreditamos que atuar nas políticas públicas não significa transpor modelos e aplicá-los: é preciso conhecer as determinações da realidade e as demandas e possibilidades que esta apresenta, assim como é preciso definir a intencionalidade que orienta a ação do profissional.

As idéias de Molon nos indicam caminhos para pensarmos o papel do psicólogo nas políticas públicas. Segundo a autora, “são as relações sociais que devem ser questionadas para a compreensão dos fenômenos psicológicos, ‘como’ os sujeitos participam das práticas sociais e como eles são reconhecidos pelos outros e se reconhecem em determinadas práticas sociais?” (MOLON, 1999, p. 53).

Uma das nossas inquietações é a de como pensar categorias desestabilizadoras que possam ser incorporadas como contribuição ao campo das políticas sociais, contribuição esta que possa apresentar diferenciais na compreensão da relação homem-sociedade, que

contemple uma dimensão política no qual a unidade individual/coletivo se desenvolva como unidade indissociável e, ao mesmo tempo, que incorpore dimensões da subjetividade como a imaginação, a capacidade criativa e os sentimentos mais sublimes provenientes da beleza e da poesia ao planejamento das políticas.

Para Gonçalves (2003), a relação entre Psicologia e políticas públicas na atualidade ainda configura uma realidade recente e caracterizada como uma práxis que está por construir, pois predominam fragilidades teóricas e a falta de reflexão dos profissionais sobre as práticas, que ainda não se consolidaram como experiências.

Na direção de refletir a predominância do modelo tradicional da Psicologia, Coimbra (2003) analisa que esta se constitui como uma área de conhecimento essencialista, privatista-intimidante e familiarista, influenciada pelas determinações dos modos de produção capitalista e dos aspectos ideológicos.

A Psicologia assume um caráter de psicologismo ao esvaziar a vida dos sujeitos, ao criar formas de normatizar e adestrar a vida social. A exploração e a opressão são invisibilizadas, esvaziadas do seu caráter político e projetadas como atribuições do campo psicológico, elementos da vida interior do sujeito. “Estas, não somente são atribuídas ao indivíduo, mas estendidas especialmente a determinados segmentos sociais, como a pobreza e a todos aqueles que destoam das normas e modelos instituídos. Ou, ainda, aos que reproduzem essas normas de modo ruidoso e, mesmo, incômodo.” (Ibid., p. 6).

Por outro lado, no campo da Psicologia Social, deparamo-nos com avanços significativos. É necessário destacar que existe uma história que marca a construção da Psicologia Social latino-americana e brasileira que antecede a problematização do psicólogo no campo das políticas sociais e, ao mesmo tempo, oferece um legado histórico e científico fundamental para orientar as possibilidades do trabalho do psicólogo nessa área, o que não significa voltar ao passado, mas incorporar a história para conhecer e compreender o presente.

Na década de 80, passávamos por um momento em que profissionais das áreas das ciências humanas e sociais, inspirados nos pressupostos da teoria social de Marx, intervinham na realidade para promover mudanças na esfera da consciência dos indivíduos acerca de sua realidade social e política (FREITAS, 1996). Por meio de movimentos sociais de base, dos partidos políticos de esquerda, da atuação dos sindicatos e das universidades, mobilizavam e organizavam diferentes setores da sociedade civil. Construir conhecimentos científicos que permitissem prescindir da adoção de modelos importados e que respondessem às especificidades dessa realidade, bem como promover intervenções para a conscientização dos grupos em relação à sua condição de opressão e de dominação social, para que as pessoas,

organizadas, pressionassem os governos a atenderem a diferentes demandas sociais, foram questões que se destacaram nesse momento da história brasileira (LANE, 1996).

Os psicólogos que desenvolveram sua atuação por meio dos movimentos sociais, dos centros comunitários, dos grupos de alfabetização de adultos e de associações de moradores utilizavam recursos variados, estimulados por um movimento de ebulição crítica da sociedade e inspirados pelos princípios marxistas que perpassavam o conhecimento científico. A Psicologia, nesse contexto, caminhava no sentido de construir um referencial que orientasse um conjunto de pesquisas e práticas emergentes a partir do contato dos profissionais com aquela realidade. (FREITAS, 1996).

O marco que orientou o processo da construção de uma psicologia social brasileira foi iniciado por Silvia Lane, que, inspirada pela vontade de construir uma psicologia que representasse os interesses e necessidades da nossa realidade, empreendeu esforços e esteve à frente da construção do conhecimento de uma psicologia crítica pautada no materialismo histórico. Os conhecimentos empreendidos pelo pioneirismo de Silvia Lane diferenciavam-se das orientações que naturalizavam a subjetividade e tratavam os sujeitos como a-históricos, descolados de sua realidade material. Na América Latina, também outros autores, como Martin Baró, em El Salvador, e Maritza Montero, na Venezuela, desenvolveram a psicologia social, inspirados em uma concepção crítica de homem e de sociedade. Tais conhecimentos permitiram responder às necessidades específicas da realidade de um país em desenvolvimento, por meio da construção da Psicologia Social entendida como práxis. Tratava-se, assim, de pensar a relação teórico-prática como instância da construção humana, de forma indissociável. Ao mesmo tempo em que o conhecimento acadêmico e a intervenção prática profissional avançavam neste campo, a organização dos psicólogos demarcava, por meio de suas ações, um novo tempo.

Na década de 80, foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, marcando o início de uma identidade para a Psicologia Social brasileira de base crítica. Este processo possibilitou a divulgação, a troca e a sistematização de diferentes experiências dos profissionais com grupos, movimentos e comunidade, e permitiu a definição de uma orientação teórico-prática da Psicologia pautada em uma concepção de indivíduo histórico, que se desenvolveu e é desenvolvido pela realidade social no qual está inserido. Nesta perspectiva, a realidade não é estática, mas permeada por contradições e passível de mudança. A Psicologia deveria ir além das aparências: deveria conhecer a gênese dos fenômenos, assim como conceber o sujeito como eminentemente social. O sujeito se expressa a partir da

realidade histórico-cultural que o configura e o constitui; o sujeito transforma a natureza e é transformado pela mesma.

Alguns avanços foram possibilitados no sentido de os psicólogos incorporarem métodos de pesquisa, como a pesquisa-ação e a pesquisa participante, ao campo da produção do conhecimento, possibilitando, de forma simultânea, intervir e pesquisar a realidade. Foram também agregados conhecimentos de outras áreas, destacando-se as contribuições de Paulo Freire, por meio dos trabalhos que realizava no âmbito da alfabetização de adultos, os quais contribuíram no sentido de fornecerem subsídios para o trabalho dos psicólogos nas comunidades.

O avanço nos estudos e pesquisas possibilitou construir categorias fundamentais do psiquismo, como a de consciência, identidade e atividade. Destaca-se a influência da psicologia materialista do psicólogo soviético Vygotsky na compreensão dos processos psicológicos constituintes da subjetividade como sistemas complexos, superando a idéia de que o sujeito é um reflexo da realidade ou que se organiza subjetivamente alijado desta. A concepção sócio-histórica de sujeito permite compreendê-lo a partir de relações dinâmicas com a realidade, assim como as dimensões do agir, do pensar e do sentir são constituintes da subjetividade do sujeito, não sendo possível compreender a palavra sem pensamento ou a ação sem contemplar as emoções.

As pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Inclusão/Exclusão (NEXIN) têm avançado nos últimos anos ao incorporarem e destacarem as emoções e sentimentos na compreensão dos fenômenos subjetivos e no papel que estes ocupam na dinâmica da dialética inclusão/exclusão. Na intenção de compreender os problemas sociais e a exclusão, adota-se a afetividade ético-política como categoria orientadora, considerada como “um fenômeno privado, cuja gênese e conseqüências são sociais [...], constituindo-se em ponto de transmutação do social e do psicológico, da mente e do corpo, principalmente da razão e da emoção” (SAWAIA, 2003, p. 40).

No que diz respeito ao aspecto da Psicologia como profissão, nos últimos sete anos, o Conselho Federal de Psicologia tem feito grandes investimentos para avançar numa prática da Psicologia comprometida com a realidade social, estabelecendo como uma de suas pautas o papel do psicólogo nas políticas sociais públicas. Nesse sentido, verifica-se um conjunto de iniciativas¹ no sentido de sistematizar experiências e produzir conhecimentos para agregar a

¹ Vários eventos foram organizados nesse sentido: I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia (São Paulo, 2001); I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão (São Paulo, 2002); I Seminário Nacional sobre

essa realidade ainda desafiante para os psicólogos, e avançar no papel deste. Mais recentemente, o Conselho Federal organizou o Centro de Referência em Políticas Públicas – CREPOP, no intuito de “sistematizar e difundir o conhecimento e as práticas psicológicas aplicadas ao setor público estatal do mercado profissional” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 10).

Paralelamente aos progressos que permitiram desenvolver a Psicologia Social com fundamentos para compreender a relação homem e sociedade, enfatiza-se a necessidade de continuar avançando diante dos desafios contínuos impostos pela realidade. Também vale destacar as mudanças na sociedade que repercutem sobre a inserção dos psicólogos nos espaços institucionais, desencadeando outras demandas e modos de atuação da Psicologia.

Na década de 90, verificavam-se mudanças na ação dos psicólogos, pois, pela proliferação de serviços de saúde, ocorria uma institucionalização dessa atuação, mediada pelo vínculo trabalhista e voltada à promoção de saúde. Se antes os psicólogos estavam nos bairros, nos movimentos sociais, nas associações de moradores e nos sindicatos de forma não-remunerada e mobilizados por um compromisso de contribuir com a mudança da sociedade, nesse momento histórico passam a se inserir nos espaços institucionais mediados por vínculo de trabalho e por demandas que suscitam a intervenção da Psicologia. (FREITAS, 1996)

Assim, também outras demandas são desenvolvidas a partir do agravamento da realidade social e das problemáticas que surgem principalmente nos centros urbanos, atingindo diferentes segmentos socialmente vulnerabilizados, em que se misturam situações relacionadas à fome, à violência, à drogadicção, ao alcoolismo, ao desemprego e ao abandono, gerando pressões no interior das relações sociais. Como intervir em tais situações apresentando elementos que garantam uma identidade à Psicologia e, ao mesmo tempo, que possam responder às especificidades dos problemas que se apresentam?

Diante dessa realidade crítica e do contexto político que desencadeou mudanças na estrutura econômica e social, multiplicaram-se as chamadas organizações não-governamentais, estruturaram-se serviços públicos e privados com finalidade pública para a atenção a diferentes segmentos e áreas. Ressalte-se que a participação e o crescimento dessas organizações sociais possuem estreita relação com as grandes transformações históricas advindas do predomínio de um modelo neoliberal de Estado, que pressupôs a desregulamentação do papel deste, favorecendo a flexibilização do mercado e uma tendência ao crescimento das atividades associativas. Estas atividades associativas, já existentes

anteriormente, assumem, nos anos 90, uma transformação no seu papel. Conforme ressalta Fernandes (1994), antes, tais instituições possuíam um papel de reivindicação, de pressão e defesa de causas sociais e políticas; posteriormente, passaram a incorporar a execução de programas sociais, sendo consideradas mais ágeis e eficazes por parte das agências financiadoras internacionais para operacionalizarem as ações sociais. Dessa forma, as organizações não-governamentais ampliaram o seu campo de intervenção e passaram a estabelecer relações de parcerias com os governos locais para a execução de projetos de interesse público. Esta ação comandada pelo Estado tem retirado da instância pública o papel de proteção e ampliação dos direitos sociais, criando novas instâncias de relacionamento entre os sujeitos usuários de serviços e o terceiro setor, o qual não é responsável por criar políticas, mas sim por operacionalizá-las sob a ótica do não-público, sob o férreo poder avassalador do controle privado (MONTAÑO, 2002). Este processo afetou a psicologia no sentido de absorver os profissionais nos projetos sociais que são desenvolvidos por essas instituições. Decorrem daí inúmeras temáticas que exigem da Psicologia uma apropriação de conhecimentos em diferentes áreas, tais como: trabalho e renda, saúde, educação, assistência social, ação política, ação cultural, urbanização, orçamento participativo, planejamento social e organização de comunidades (GÓIS, 2004).

Intervir na família passou a ser uma prioridade de programas sociais com o objetivo de fortalecê-la. O próprio termo 'família' assumiu um lugar de destaque na denominação de programas como: Saúde da Família, Escola da Família, Fortalecendo a Família, Bolsa-Família entre outros.

Assim, é neste universo que a Psicologia e áreas afins inserem-se no Programa Fortalecendo a Família (PFF). E é sobre a experiência desenvolvida durante um ano e três meses que a pesquisadora se debruçou em sua investigação acadêmica. O PFF associou intervenção psicossocial e transferência de renda, realizada por meio do Programa Renda Cidadã, e contou com a intervenção de equipes multiprofissionais de psicólogos e assistentes sociais, as quais desenvolveram uma metodologia interventiva com grupos socioeducativos. Este trabalho foi desenvolvido na periferia paulistana durante o período de outubro de 2002 a dezembro de 2003.

Ressalto que, nesta experiência, atuei na equipe como assistente de gerência junto às equipes multiprofissionais. É a partir dessa vivência que, paulatinamente, construí meu projeto de pesquisa para ingressar no Doutorado, e após o processo de qualificação, direcionei minha pesquisa de campo aos integrantes de um dos grupos socioeducativos, com a

preocupação de apropriar-me do movimento que os integrantes consolidaram após o distanciamento de cinco anos do término da experiência.

Qual eixo deste movimento demarcou a experiência enquanto foco central e, ao mesmo tempo, tornou-se direção para a pesquisa que apresento? A família. Na experiência específica de que estamos tratando, a família é requisitada a participar do PFF para responder a este movimento do Estado e sua relação com a sociedade civil. A especificidade desta é que a mesma associou transferência material de renda e, simultaneamente intervenção socioeducativa.

Para perquirir os caminhos que buscam responder em que medida a experiência possibilitou realizar alterações no campo objetivo/subjetivo dos sujeitos, apresentamos, neste trabalho, a configuração de 6 capítulos.

No capítulo 1, apresentamos o nosso objeto de estudo, com destaque para os fatores que orientaram o problema da pesquisa, a experiência da pesquisadora que atuou profissionalmente no programa, os fatores determinados na experiência que contribuíram para a construção do problema e os objetivos da pesquisa.

No capítulo 2, apresentamos um debate sobre os programas de transferência de renda, situando seus fundamentos e embates entre defensores e críticos. Relacionamos, em especial, a forma como estes se desenvolvem na sociedade brasileira.

No capítulo 3, discutimos o lugar ocupado pela família nas políticas sociais com destaque especial para a família na sociedade brasileira.

No capítulo 4, intitulado “Sujeito, subjetividade e emoções: configurações constitutivas da potência de ação”, apresentamos o referencial teórico que dirige a compreensão e a análise do estudo. O objetivo é o de refletir sobre o que a Psicologia tem a contribuir no campo das políticas sociais. Adotamos o conceito de subjetividade de acordo com a psicologia sócio-histórica, com ênfase na dimensão das emoções e sentimentos. Recorremos, também, a uma análise histórica do modo como as emoções e os sentimentos ocuparam destaque no campo do conhecimento, especificamente na Psicologia, e as contribuições das idéias de Vygotsky.

No capítulo 5, apresentamos o referencial teórico-metodológico do estudo, assim como discutimos os procedimentos e percursos construídos no campo de pesquisa e o modo como organizamos e analisamos os dados.

No capítulo 6, apresentamos a análise de dados, que está organizada em duas etapas: a primeira, descritiva, compreende a organização histórica do trabalho, os principais momentos e as etapas envolvidas; o segundo momento está relacionado à atualidade, após encerrada a

experiência, e compreende uma análise explicativa do processo a partir da visão dos sujeitos que participaram do campo de pesquisa.

Por último, foram realizadas as considerações finais, que indicam aspectos e caminhos decorrentes daquilo que o estudo revelou.

1 FOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 Apresentação do objeto do estudo

Desenvolvido na cidade de São Paulo pela Secretaria de Assistência Social (SAS) da Prefeitura Municipal de São Paulo (SAS/PMSP)², o Programa Fortalecendo a Família (PFF) necessitou de recursos humanos no âmbito universitário para responder às ações socioeducativas, conteúdo presente na sua formulação. O convênio foi firmado com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e a Universidade Santo Amaro (UNISA).

A experiência ocorreu durante o período de outubro de 2002 a dezembro de 2003, e envolveu o atendimento a 13.280 famílias³, nucleadas em 661 grupos, contemplando uma população de 54.867 pessoas. Destaca-se, nesse processo, o diferencial relacionado à proposta de construção de uma metodologia de trabalho socioeducativo com famílias⁴.

Uma questão importante que envolveu o trabalho socioeducativo como espaço de construção coletiva foi a concepção categorial de territorialidade, que articulou a identificação das demandas coletivas com a noção de território: a forma como as famílias organizavam-se no território e como este assumia significados na história das famílias, as redes de sociabilidade, os serviços e programas e as correlações de força existentes no cotidiano de vida, assim como a possibilidade de transformação desses espaços (CAMPOS et al., 2004).

A Metodologia Viva envolveu o processo de construção coletiva das equipes com os grupos no momento das reuniões e, posteriormente, no momento em que estas reuniam-se para sistematizar e refletir, de forma coletiva, a experiência vivida (Ibid.). A experiência contou, também, durante o processo, com a realização de seminários e supervisões, com níveis de aprofundamento durante as intervenções, os quais contribuíram para delinear premissas teóricas e diretrizes operacionais, tais como: concepção de família, interdisciplinaridade entre Serviço Social e Psicologia, construção coletiva de metodologia de

² Mediante convênio firmado com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

³ Em relação à proporção do número de famílias atendidas por universidade, destaca-se que 49% de famílias foram trabalhadas pelas equipes da PUC-SP, 28% pela UNISA e 23% pela UNICSUL (cf. CAMPOS et al., 2004).

⁴ Enfatiza-se que a construção da metodologia de trabalho socioeducativo com famílias foi desenvolvida a partir da intervenção grupal, durante o processo, com os representantes de famílias vinculados ao grupo, destacando-se que a experiência constituiu-se enquanto uma construção coletiva.

trabalho socioeducativo e concepção de sujeito individual e coletivo (Ibid.). Acima de tudo, a proposta de uma metodologia de trabalho socioeducativa construída em processo, considerando-se as demandas dos sujeitos a partir de suas vivências cotidianas no território, foi considerada um dos eixos centrais do trabalho realizado.

1.2 A experiência de participação da pesquisadora no programa

A experiência vivida pela pesquisadora ocorreu na região do Jardim São Luiz, onde exercia o papel de assistente de gerente do módulo Campo Limpo⁵. Tratava-se de assessorar a gerência e as equipes técnicas no que diz respeito ao acompanhamento e avaliação dos processos de trabalho com os grupos desenvolvidos pelas duplas, e também de estimular e abrir parcerias e articulações do trabalho com os recursos e serviços locais (entidades sociais da região e serviços prestados pelos órgãos governamentais).

A região do Jardim São Luiz compreende uma das áreas mais pobres da cidade de São Paulo, na qual grande parte de sua população sofre com os problemas do desemprego, da violência e do precário e insuficiente funcionamento dos serviços, principalmente os de saúde e educação.

As questões que emergiram da experiência vivida no PFF, trazidas pelas equipes técnicas durante as reuniões semanais, referiam-se a dificuldades, inseguranças, anseios, medos e intervenções vividas a partir dos encontros com os grupos no território. As reuniões eram realizadas sob a supervisão e assessoria de duplas de professoras das áreas de Serviço Social e Psicologia da PUC/SP. Nos encontros, as equipes técnicas relatavam e trocavam suas experiências. As possíveis estratégias para lidar com os pontos críticos, as informações que deveriam ser agregadas aos questionamentos produzidos no momento dos grupos e as técnicas que poderiam facilitar o trabalho eram constantemente discutidas, sugeridas e trocadas a partir do diálogo construído no momento das reuniões. O trabalho realizado pelas equipes de supervisão obedecia à mesma diretriz do trabalho que os técnicos realizavam com os grupos

⁵ O módulo Campo Limpo compreendia as áreas do Jardim São Luiz e Vila Andrade (Paraisópolis). O programa contava com a seguinte estrutura organizacional: Conselho Gestor, Equipe de Metodologia, Equipe de Monitoramento e Avaliação, Gerência Geral, Gerências de Áreas e Equipes Técnicas. As Gerências de Áreas foram definidas por região de abrangência das famílias moradoras, que estavam distribuídas, na seguinte proporção, pelos bairros das regiões leste e sul da cidade: (a) Zona Leste – Guaianazes, 1.613; Itaim Paulista, 1.619; Jardim Helena, 1.493; Sapopemba, 1.471; (b) Zona Sul: Jardim São Luiz, 1.481; Pedreira, 1.549; Vila Andrade, 592; Jardim Helena, 1.522; Cidade Dutra, 1.797; Grajaú, 1.636.

no campo, ou seja, não estava pronto, mas seria construído no processo. Respeitava-se a visão de mundo e orientação teórica dos profissionais; entretanto, havia pressupostos que eram norteadores do trabalho a ser desenvolvido pelas equipes. Caberia a estas refletir sua intervenção e reformulá-la de acordo com as necessidades e demandas apresentadas nos encontros grupais.

Para o trabalho com os grupos, as equipes utilizavam técnicas de facilitação da expressão individual e grupal. Algumas eram lúdicas, outras envolviam o uso de materiais projetivos, e outros recursos ainda utilizados eram os trabalhos corporais e dramatizações.

Aos poucos, os grupos foram se aproximando, rompendo as resistências e passaram a partilhar suas experiências, seus sofrimentos, seus desejos e expectativas. Segundo os conteúdos trazidos pelos técnicos, a partir dos relatos de reuniões e dos registros, os participantes abordavam temas relacionados ao desemprego, à violência, à saúde/doença, ao relacionamento familiar, à violência doméstica, à moradia, à educação dos filhos e aos maus tratos de crianças na escola. Estas reflexões eram reveladoras de muito sofrimento, causado pelas experiências vividas de privação, de solidão, de isolamento social, de vergonha, de medo, de falta de informação e de humilhação. Um exemplo era o desabafo de Alva, que expressava os motivos pelos quais não conseguia falar no grupo. Alva sentia-se isolada e com medo porque não tinha emprego. Sobre isso, ela afirmava⁶: *a gente é dona de casa... é que perdemos o contato com a sociedade, porque não temos emprego. Então temos medo de falar. Se a gente não tem contato com as outras pessoas, a gente não sabe de nada... não se informa, não aprende.* No decorrer do tempo, Alva mudou a forma de se relacionar com o grupo, tornou-se uma das pessoas que mais participavam, destacava-se pela forma crítica e combativa com que defendia suas posições políticas, criticava o poder público, o descaso com a população de baixa renda, e se queixava principalmente sobre as questões da moradia e do desemprego.

1.3 Diferenciais do programa que mobilizam a investigação

Aspectos intrínsecos ao movimento do objeto merecem inferências em relação ao processo. Um primeiro aspecto a ser destacado é o fato de que a correlação entre o Programa

⁶ Trata-se do momento em que Alva e os demais integrantes do grupo refletiam sobre os motivos que os levavam a ficar tão calados durante as reuniões (Relatório de avaliação final do trabalho com grupos socioeducativos / Campo Limpo).

Renda Cidadã e o PFF possibilitou uma intervenção que integrou transferência de renda associada a ações socioeducativas. Outro aspecto refere-se ao fato de que o programa envolveu o trabalho das universidades para construir uma metodologia e não para aplicar uma metodologia pronta. Este processo possibilitou uma abertura significativa para estimular a troca de saberes, o encontro de realidades distintas entre grupo técnico e população beneficiária e a criação de estratégias de intervenção que permitissem fortalecer os participantes no sentido de propiciar mudanças individuais e coletivas. Este segundo aspecto, ao se celebrar o convênio com a universidade, gerou um salto qualitativo no processo de intervenção. A equipe de profissionais que iniciou o desenvolvimento do projeto, partindo dos objetivos gerais presentes nos documentos oficiais do PFF, conseguiu, durante o processo, criar uma metodologia própria, o que possibilitou aprofundar e detalhar o que estava sendo considerado socioeducativo. Também ressaltam-se, como aspecto presente no processo, questões polêmicas e conflituosas que acompanharam os trabalhos e foram elementos de reflexão, como, por exemplo: de que maneira trabalhar a participação, tendo em vista que o programa definia a obrigatoriedade dos participantes nas reuniões; como era o questionamento acerca do que significava intervir para fortalecer a família; e como a intervenção poderia impactar no sentido de fortalecê-la. Outro aspecto de relevância foi o caráter interdisciplinar proposto pela universidade ao associar duas áreas do conhecimento, ou seja, Psicologia e Serviço Social.

Merece destaque a estratégia de trabalho grupal que foi adotada para desenvolver a intervenção, e que revelava um diferencial significativo, qual seja: o de que não bastava informar as pessoas, mas trabalhar com o objetivo de aprofundar aspectos relacionais, históricos e de potencialização, valorizando suas experiências cotidianas e suas problemáticas. Tais questões, segundo muitos participantes, eram trazidas e explicitadas pela primeira vez a partir da experiência grupal.

Também nessa direção, a experiência proporcionou um encontro de saberes processados a partir da relação dos grupos entre si, dos grupos com a equipe técnica e dos próprios membros da equipe técnica entre si. De um lado, estavam os técnicos, com seu conhecimento científico, relacionando-se com essa realidade a partir de sua classe social, sua visão de mundo, de grupo, de família e de valores; de outro, os participantes, com uma realidade social complexa, caracterizada pela baixa escolaridade, por vivências de sofrimento e por um vasto repertório de conhecimentos e de experiências de vida, de modos possíveis de enfrentamento da pobreza e de construção de táticas de sobrevivência.

É possível identificar que a experiência construída permitiu um diferencial em relação ao que tem prevalecido nos programas. Uma das premissas é a visão de processo: o programa não foi concebido como fechado e estático, mas dinâmico, visto a partir das determinações das realidades apresentadas. Questões como a realidade de vida dos integrantes, de acordo com o aspecto territorial e as características e necessidades locais, assim como a realidade dos grupos, foram orientadoras das intervenções. O grupo configurou-se num espaço de grande riqueza de experiências, em que seus integrantes puderam se colocar como sujeitos do processo e expor suas necessidades, medos, anseios e desejos.

Nessa perspectiva, tratou-se de uma intervenção social que considerou e trabalhou a dimensão subjetiva como constitutiva da experiência dos participantes. Dessa forma, interessa-nos aprofundar essa dimensão, dada a importância que relaciona a Psicologia ao campo das políticas sociais.

1.4 A problemática que propõe o objeto de estudo

A experiência de participação dos sujeitos do PFF no momento em que o programa foi encerrado em 2003 foi avaliada pelos sujeitos participantes como uma experiência diferenciada de relacionamento social, pois configurou uma experiência nova para os integrantes e qualitativamente distinta, pelos encontros, pelas idéias, pelas reflexões, pelos sentimentos, pelos processos de aprendizagem desenvolvidos e pelas repercussões geradas na relação dos integrantes no âmbito externo ao próprio grupo. Nessa perspectiva, o nosso estudo volta-se à análise de como a experiência afetou a subjetividade dessas pessoas passados cinco anos da experiência vivida. No que se refere ao campo da participação, está é entendida aqui conforme discute Sawaia (2001), assim como também os conceitos de significados e sentidos desenvolvidos por Vygotsky (1998).

Segundo Vygotsky (1998, p. 6), o significado das palavras é algo que evolui de acordo com os fatores históricos, que “pertence tanto ao domínio da linguagem quanto ao domínio do pensamento. A transição do pensamento para a palavra passa pela mediação do significado”. Enquanto unidade inseparável da palavra – porém, não idêntico a ela –, o significado se caracteriza como um processo dinâmico, que explicita e reflete a realidade social historicamente constituída. As transformações processadas ao longo da história são incorporadas aos significados estabelecidos, produzindo dialeticamente novos significados.

Mas o significado não é a única dimensão da palavra. Para Vygotsky, na palavra existem duas zonas diferentes de estabilidade, que são o significado e o sentido. Uma das características do significado é o fato de ser mais estável, preciso e expressar a dimensão cristalizada e dicionarizada da palavra, e a do sentido é a de ser variável, instável, pois “o sentido é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência”. Sua variação ocorre de acordo com o contexto em que surge e de acordo com os motivos que o engendram (Ibid., p. 181).

A compreensão dos significados e sentidos relaciona-se com a forma como os sujeitos foram afetados pela experiência de participação, como se apropriaram dessa experiência, considerando o vivido no tempo em que freqüentavam o grupo, e como significam esta experiência no momento atual.

Sawaia (2006, p. 86) ressalta que “as emoções do momento têm três temporalidades: passado, presente e futuro, o que significa que todas as experiências vividas no passado e as projetadas no futuro como esperança, possibilidades ou desamparo, medeiam os afetos do instante”. Considerando que os sujeitos participantes dos grupos no momento do encerramento do projeto avaliaram positivamente a participação no processo, pergunta-se: decorridos cinco anos, em que medida os resultados da experiência afetaram a subjetividade do sujeito histórico?

Ao propormos um reencontro com alguns desses participantes, queríamos conhecer o modo como a experiência de participação repercutiu nas suas histórias de vida; conhecer as circunstâncias em que a experiência foi vivida sob a perspectiva do sujeito, se ela influenciou e o modo como ela influenciou; conhecer como e que tipo de sentidos os sujeitos atribuem a essa experiência, e de que forma essa foi incorporada aos processos vividos por eles no hoje, seja no âmbito pessoal, familiar ou comunitário. Na família, buscou-se conhecer como os sujeitos se implicaram, considerando que as ações socioeducativas desencadeadas pela experiência de intervenção podem agregar novos conhecimentos à dimensão teórica da Psicologia Social.

Pretendíamos identificar em que medida a participação nos grupos socioeducativos potencializava o sujeito na dimensão de sua singularidade, favorecendo a construção de novas formas de agir, pensar e sentir, aumentando a sua capacidade de agir e de interagir, bem como as repercussões que se processaram no coletivo das relações. Em outras palavras, queríamos identificar se os sujeitos afetados por esta experiência de participação mudaram suas relações no âmbito do grupo socioeducativo e nos âmbitos familiar e comunitário. Tratava-se de analisar as repercussões da dimensão socioeducativa adotada no programa e o modo como

este possibilitou transformações no sujeito, considerando que os significados trazidos nas avaliações finais apontaram mudanças no cotidiano imediato das pessoas.

A intervenção que o programa construiu, por meio da inserção dos técnicos, das equipes e dos sujeitos beneficiários, trouxe elementos que podem constituir diferenciais naquilo que consideramos como socioeducativo, e que parecem caracterizar alguns avanços no percurso interventivo deste tipo de trabalho.

Vale destacar que, no programa, a ação socioeducativa não esteve voltada diretamente à família como um todo, mas ao responsável direto pelo grupo familiar ou, na sua impossibilidade, alguém que pudesse substituí-lo. Tal contexto indica que, apesar das repercussões que foram apontadas nos próprios relatos de transformações nas relações familiares, o foco não foi necessariamente uma abertura à escuta da família, mas diretamente do responsável, que, em sua grande maioria, constituía-se da mulher chefe de família.

A experiência construída pelo programa, segundo as avaliações, permitiu que os sujeitos participantes fossem percebidos para além dos indicadores numéricos, estatísticos, mas a partir de suas histórias, de seus desejos, de suas necessidades. A intervenção parece ter atingido áreas de fronteiras de sensibilidade através dos encontros e das histórias, da explicitação do conflito e do exercício do diálogo, permitindo o contato do sujeito com dimensões da sua história e da história do outro.

Em última instância, a experiência construída demonstra ter um caráter político importante por ter estimulado o exercício da relação dos sujeitos nos territórios. Nessa perspectiva, interrogamos como o trabalho socioeducativo desenvolvido como práxis, que considerou o sujeito num processo de bons encontros, pode levantar elementos indicadores para o trabalho da Psicologia com famílias nas políticas públicas e sociais, ou seja, de que forma este trabalho pode contribuir para essa dimensão teórica de ação, de intervenção e reflexão na família.

A adoção da abordagem sócio-histórica como orientação para o presente estudo está relacionada ao fato de a mesma inserir a questão política na dimensão do sujeito e de sua singularidade. A hipótese central deste estudo era a de que o trabalho com família, na perspectiva como esta adotada pelo PFF, que trabalhou os integrantes dos grupos como sujeitos, pode ser fundamental para as políticas públicas e sociais.

1.5 Objetivos

A. Geral:

Conhecer as circunstâncias em que a experiência foi vivida sob a perspectiva do sujeito, se ela influenciou e (o modo) como ela influenciou.

Analisar a ocorrência de transformações no âmbito individual e coletivo dos sujeitos no decorrer do tempo e verificar se estas foram promotoras de adaptação ou de mudanças;

B. Específicos:

Analisar como a experiência de participação repercutiu nas suas histórias de vida.

Analisar como e que tipo de sentidos os sujeitos atribuem a essa experiência, de que forma essa foi incorporada aos processos vividos por eles no hoje, seja no âmbito pessoal, familiar ou comunitário .

2- PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM DEBATE EM QUESTÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto e o desenvolvimento dos programas de transferência de renda na condição de estratégia política adotada por diferentes governos para enfrentar as metamorfoses da “questão social”⁷.

Os programas de transferência de renda caracterizam-se pelo repasse financeiro nas diferentes instâncias governamentais (Federação, Estados e Municípios), os quais destinam às famílias em situação de pobreza (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). O tema é permeado por discussões que provocam interrogações, críticas e defesas, de acordo com a orientação dos autores que o discutem.

Na experiência brasileira, verificam-se dois tipos de orientação distintas que inserem o debate. A primeira entende que a transferência de renda, na condição de programa compensatório, fundamenta-se nos interesses neoliberais, de mercado, que, segundo Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 37),

Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho.

⁷ Vale destacar que o termo “questão social”, conforme Batista (2002), é uma expressão utilizada por autores que respondiam pela manutenção do projeto societário burguês a partir de 1830 enquanto mecanismo ideológico para naturalizar a luta de classes. Utilizando-se da expressão, conseguiam mostrar que as crises de fundo econômico, político e social eram passageiras e com o desenvolvimento do modo de produção pretendido, a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade reinariam. Porém, sob a compreensão do referencial da teoria social de Marx, a questão social é uma expressão que é compreendida como contradição nas relações estabelecidas entre classes sociais. Projetos diferenciados se colocam em movimento, expressando as diferenças finalísticas entre eles e pondo uma condição histórica em pauta: a classe burguesa domina materialmente e ideologicamente e por meio de seu projeto societário – acumulação de lucro –, o que coloca e expressa na sociedade um conflito antagônico e contraditório entre classes. Antagônico, pois a classe burguesa, em suas diferentes frações, é proprietária dos meios fundamentais da produção, da compra da força de trabalho e do usufruto e apropriação do lucro final. No outro lado da balança, encontra-se a classe trabalhadora em movimento ou desempregada, que possui apenas a força de trabalho como propriedade e, se não vendê-la, perece rapidamente. Contraditório, porque quem produz não se apropria da produção e quem não produz se apropria individualmente da produção coletiva. Este movimento histórico, temporal e espacialmente delimitado, gera conseqüências que atingem a vida de todos os seres sociais; porém, a centralidade são os trabalhadores e seus familiares. Este processo – manifestações da questão social – é expresso diariamente em todas as sociedades em graus diferenciados, por meio da fome, da pobreza, do desemprego, da ausência de serviços de saúde em todos os níveis, da falta de habitação, da prostituição e do alcoolismo, do abandono, e outras manifestações que afetam a vida da classe trabalhadora.

A segunda orientação concebe a transferência de renda como programa de redistribuição de renda, com base no critério da Cidadania Universal, cujo “objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos que necessitam do benefício ou os cidadãos em geral, visando a garantia de uma vida digna para todos.” (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 37).

Suplicy (2002), representante da segunda orientação, sinaliza que os programas que tratam do conteúdo ‘transferência de renda’ têm de afirmar-se sob o referencial categórico que se fundamenta no princípio de justiça distributiva⁸. Ao discorrer sobre a política, Suplicy afirma a necessidade de a vida ser justa e diferencia a idéia de justiça política da de justiça distributiva: “A finalidade da política é a vida justa, que se realiza pelo bem comum, tornando iguais aos desiguais, por meio da lei” (SUPLICY, 2002, p. 33). Porém, a justiça política, só se realiza quando alcançada a justiça distributiva.

Pautado sob o referencial que busca reformar a sociedade⁹, Suplicy analisa outra idéia correlata: a de que a lei, para ser justa, precisa diferenciar aquilo que é partilhável daquilo que é participável. O que é participável não pode ser repartido porque, se for dividido, desaparece, perde a sua realidade.

Os bens e riquezas não são participáveis, mas partilháveis, enquanto o poder é participável. A lei justa para o partilhável é aquela que encontra uma medida pela qual a repartição dos bens e das riquezas sociais produza a igualdade entre as pessoas. O critério dessa medida, segundo Aristóteles, é a quantidade total de bens e riquezas da sociedade, a partir das relações de trocas. Portanto, o critério é impedir que, pela força, a desigualdade cresça. (SUPLICY, 2002, p. 34).

Nessa lógica, a justiça distributiva deve tratar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais, e a justiça política deve tratar igualmente a todos, depois que a justiça distributiva os tornou iguais. Uma outra ênfase do autor sobre os princípios da idéia de transferência de renda pode ser encontrada num dos fundadores do pensamento humanista moderno, Thomas More, que escreveu em defesa de valores de uma sobrevivência digna. Em *Utopia*, escrita em 1516, “More descreve uma sociedade em que nada é privado, o que conta é o bem público”

⁸ O referido autor não toca na raiz causadora da injustiça – a forma em que a produção ocorre –, não diz como é o processo relacional entre classes, mas aborda a forma tangencial de como o produto final deve ser compreendido. Também não dimensiona que, para que a justiça seja efetivada, requer-se como ponto de partida socializar os meios fundamentais da produção e seus resultados. (BATISTA, 2002).

⁹ A compreensão de cidadania apresentada por Suplicy (2002) delimita-se como ampliação dos direitos. Este posicionamento distancia-se da discussão do conceito e de sua efetivação no âmbito da causa (BATISTA, 2002).

(SUPLICY, 2002, p. 41). Enfatiza-se, nas palavras dos personagens que compõe a obra, a necessidade da distribuição de uma renda para todos com o objetivo de sobrevivência¹⁰. Este tipo de programa significa “um princípio de política econômica civilizada, para erradicar a pobreza, fazer cessar a marginalização de seres humanos e reduzir as nossas cruéis desigualdades sociais e regionais” (SUPLICY, 2002, p. 21).

É parte constitutiva do conhecimento produzido por diferentes áreas do saber que analisam a realidade social do ponto de vista crítico que a sociedade vigente, apesar da complexidade racional, da sofisticação e universalização dos conhecimentos produzidos, das inovações tecnológicas e dos avanços científicos, não conseguiu avançar na socialização da produção humana. Esta constatação empírica remete-nos às análises conferidas por Marx (1975) em *O capital*, de que o projeto societário burguês tem como meta central apropriar-se do valor-trabalho. Este objetivo tem criado em nossa sociedade – burguesa – a ampliação da situação de classes com suas determinantes, ou seja: antagonismo e contradições ganham ampliação na relação estabelecida entre capital-trabalho. Esta situação direciona para a concentração e centralização do capital acumulado. Como consequência direta, direitos conquistados em períodos de avanços dos sujeitos trabalhadores e de seus familiares são reduzidos a favores e/ou ajuda, mesmo quando estão garantidos em lei.

No que tange ao campo das determinações que expressa as manifestações oriundas da questão social, em particular da pobreza e da fome, autores como Suplicy (2002), Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004) entendem que os programas de transferência de renda materializam esta concepção ao afirmá-la como mecanismo provisório para permitir a inserção social e profissional dos cidadãos, numa conjuntura de pobreza e desemprego.

No entanto quando direcionamos nossa atenção ao exame dos Programas de Transferência de Renda experimentados a partir da década de 30, com destaque para “Dinamarca (1933), Reino Unido (1948), Alemanha Federal (1961), Bélgica (1974), Irlanda (1977), França (1998) e Portugal (1996)” (PAUGAM apud SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). Verificamos que em sua essência estes países não conseguiram responder aos objetivos traçados demarcando a efemeridade em amenizar a contradição capital/trabalho (MANDEL, 1985).

¹⁰ Em 1526, dez anos depois após o lançamento de *Utopia*, Juan Luis Vives, amigo de More, faz a primeira proposta de renda mínima para o prefeito da cidade de Bugres.

Telles (1998), fundamentada em Rosanvallon e Fitussi (1996), ao abordar os limites dos programas historicamente desenvolvidos, mostra que esta fragilidade tem sua especificidade ao dirigir as bases dos seus fundamentos para a realização de ações solidárias focadas na prática individual. A transferência de renda pode ser significativa como ação de solidariedade. Entretanto, esta forma de abordagem tem o efeito de colocar o trabalho fora da cena social, constituindo-se como uma forma de *utopia de resignação*, por não se enfrentarem as causas que geram a pobreza. Mesmo os atuais defensores, que são mais críticos, pois têm um pensamento de esquerda, na Europa, partilham da convicção de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis, e de que não há nada a se fazer a não ser atenuar as conseqüências societárias mais danosas. Na medida em que não enfrentam a questão do trabalho e do mercado, terminam por convergir com os pressupostos neoliberais. (THERET, 1994 apud TELLES, 1998, p. 7).

Não é possível demarcar, separar ou eleger causalidades específicas para destacar a expansão deste tipo de alternativa social, mas é possível estabelecer relações entre processos históricos que foram determinantes para fomentar a multiplicação de propostas dessa natureza. Nos últimos 30 anos, presenciamos um agravamento das metamorfoses da questão social, o que pode ser observado nas projeções numéricas e nos indicadores. Os fatores que prescrevem tais conseqüências são decorrentes das mudanças tecnológicas, políticas e econômicas, dentre as quais se destacam: o processo de globalização entre países; a transformação da lógica produtiva; o crescimento do sistema financeiro, que passou a orientar e definir os rumos da economia; a reestruturação do mundo do trabalho, em uma escala ascendente de desemprego. As grandes mudanças econômicas ocorridas nas relações de trabalho da chamada sociedade salarial impactou modos de sociabilidade, colocando em debate a “nova” questão social como conseqüência deste processo. Segundo Batista (2002), o que ocorreu foi que as metamorfoses da questão social ampliaram suas seqüelas, e, como principal evidência disso, coloca-se o desemprego em dimensões estruturais¹¹ e não a presença de uma nova questão social.

Autores como Silva e Silva, Yazbec e Giovanni (2004) relacionam que o aumento expressivo do desemprego mundial e a precarização das relações trabalhistas, processo

¹¹ Com o fim do milagre econômico que os modos de produção capitalista realizaram durante trinta anos – entre 1940 e 1970 –, os países cênicos e/ou periféricos atingiram índices de PIB jamais ocorridos na história do processo de acumulação. Os dados estatísticos sempre apontavam o índice de 10% como teto menor de acumulação ano, chegando a 26% no Japão. Entretanto, no decorrer da década de 1970, fatores estruturais ocasionaram um processo de superprodução de mercadorias, redução de compras, aumento quantitativo da pobreza – compreendida em diferentes dimensões – e maior concentração e redução de capitalistas. A crise estrutural deixou suas marcas nos diferentes países, em diferentes continentes, deixando como principal herança o desemprego estrutural, principalmente na camada dos trabalhadores mais jovens.

ocorrido tanto nos países periféricos como nos países de capitalismo cêntricos, desencadearam ações do Estado no sentido de criar sistemas de proteção de populações vulneráveis¹², fato esse que intensificou, a partir da década de 80, o debate internacional sobre a transferência de renda. Trata-se, por um lado, de estratégia adotada de redimensionamento do *Welfare State*, em que

O desenho tradicional do Welfare State – seguro social, formado pela contribuição dos que se encontram inseridos no mercado de trabalho, e assistência social, representada por serviços e auxílios sociais destinados a categorias sociais específicas em dificuldade, não responde mais às novas questões sociais (Silva, 1997). Coloca-se então a necessidade de reforma dos programas sociais e, nesse âmbito, os Programas de Transferência de Renda são destacados como possibilidades para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. (SILVA E SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2004, p. 36).

No Brasil, devido à ausência de qualquer manifestação da ampliação do *Welfare State*, este quadro tornou-se mais grave devido ao desmonte, ocorrido a partir da década de 90, do frágil sistema de Proteção Social Brasileiro, questão esta em que nos deteremos no capítulo 3.

2.1 Transferência de renda no Brasil

No Brasil, a partir dos anos 90, foram estruturados, em diferentes níveis governamentais, programas objetivando a transferência de renda, dentre os quais se destacam: o Programa Renda Mínima, o Programa Renda Cidadã, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Programa Bolsa-Escola, o Programa Bolsa-Alimentação, o Programa Cartão Cidadão, todos sedimentados com objetivos, estratégias e critérios

¹² Os sistemas de proteção social são formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros. Assim, podemos encontrar, mesmo em sociedades muito simples, instituições que são responsáveis pela proteção social, tais como a família, as instituições religiosas e até mesmo algumas instituições comunitárias (SILVA E SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2004, p. 15). Entre os aspectos que configuram os sistemas de proteção social, destaca-se a transferência de recursos, que pode ser viabilizada por meio de dinheiro, trabalho ou bens e serviços. Os sistemas sociais constituem formas históricas de pactos e consensos político que as sociedades problematizam no sentido de encontrar respostas para questões como: quem será protegido? De que forma? Quanto de proteção será viabilizada? (Ibid.). Nas sociedades capitalistas, os sistemas de proteção social estão estruturados em torno de alguns eixos como: saúde, educação, previdência, trabalho e renda, e assistência social. A forma predominante no mundo atual é aquela que tem a participação do Estado como provedor, produtor, gestor e regulador das transferências de recursos destinados à proteção social, sem que a tradição e o mercado deixem de estar presentes de maneira mais ou menos acentuada. (Ibid., p. 16).

específicos de atendimento¹³. Em 2003, o Governo Federal unificou-os em um único programa, o Bolsa-Família¹⁴ – PBF, que passou a atender a cerca de 11,1 milhões de brasileiros¹⁵.

O PBF integra a estratégia de combate à pobreza denominada FOME ZERO e se constitui um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, nas áreas de saúde e educação, dirigido às famílias em situação de pobreza (renda mensal *per capita* de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 [...]) e de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de R\$ 60,00 [...]), registradas no Cadastro Único para Programas Sociais. (STEIN, 2008, p. 203).

Originalmente, o PBF esteve vinculado à Presidência da República, tendo passado posteriormente a integrar o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome.

Para Suplicy (2002), um dos motivos que se relacionam à necessidade da implantação desses programas no país é a dívida histórica entre o Estado e a sociedade brasileira. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e se caracteriza por uma tendência histórica de concentração de renda e de latifúndios. Suplicy (2002) argumenta ainda que, passados quinhentos anos de história do Brasil e cem anos de abolição da escravatura, os governantes se dedicaram, de forma secundária, a tratar desta questão histórica. No entanto, percebe-se, com os dados atuais das agências públicas e privadas, que há uma redução quantitativa da diferença de renda entre as classes. Por outro lado, acentua-se a diferença do processo de concentração de renda na classe burguesa.

Indicadores divulgados pelo PNAD 2007 apontam uma tendência de queda nos percentuais de famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo: “em 1997 esse percentual para o conjunto do país era e 31,6%, mas caiu para 23,5% em 2007” (IBGE, 2008, p. 4). Em relação ao Nordeste, essa queda foi de 53,9% para 43,1%, mudança que, de acordo com a análise do IBGE (2008), pode estar relacionada às políticas públicas dirigidas às famílias pobres. Por outro lado, aumentou a distância entre brancos e pretos em relação ao nível superior: “em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos tinham nível superior

¹³ Por exemplo, o PETI atende a famílias de crianças que estão em situação de trabalho, e o Bolsa-Escola é voltado a famílias que têm crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados em escola pública. Entretanto, o pressuposto que orienta a todos é o mesmo, ou seja, o de garantir atendimento às famílias em condição de exclusão social e condicionar a participação das famílias mediante a frequência das crianças e adolescentes na escola.

¹⁴ O programa foi criado pela Medida Provisória n.132, de 20 de outubro de 2003, sancionado pela Lei n.10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto-Lei n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. (STEIN, 2008, p. 202).

¹⁵ Dentre os programas de renda foram incluídos os programas: Bolsa-Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, Programa de Renda Mínima vinculado à saúde, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás. (Ibid.).

completo no país; em 2007, esses percentuais eram, respectivamente, de 13,4% e 4,0%. Ou seja, o hiato entre os dois grupos, que era de 7,4 pontos percentuais em 1997, passou para 9,4 em 2007.” (Ibid., p. 8).

Os dados acima mencionados mostram que as diferenças acentuadas vêm sendo reduzidas, em particular nas classes E e D. No entanto, a raiz do problema continua ganhando proporções incontornáveis, fato este materializado nas estatísticas, prescrito nas manifestações da questão social do desemprego, da violência e outros.

2.2 Transferência de renda e proteção social

A montagem do sistema de proteção social brasileiro foi comprometida por , pela história de escravidão, de exploração e de dominação de um território e de um povo sobre o outro, sendo viabilizada entre os anos de 1930 e 1943, “quando o Estado passou assumir, mais extensivamente, a regulação ou a provisão direta no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo” (SILVA E SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2004, p. 22). O sistema de proteção social estatal brasileiro construído, então, a partir dos anos 30 pelo governo de Getúlio Vargas, inaugurou uma nova fase para a sociedade. Trata-se de um período que envolveu a mudança do modelo de desenvolvimento agro-exportador para o modelo urbano-industrial. O Estado, por meio de ações de governo, passou a assumir um papel mais direto na criação de políticas sociais e de forma tutelada e seletiva.

O Estado foi sempre o principal sujeito na produção do desenvolvimento econômico. Todavia, mesmo priorizando o mercado, se constituiu também numa fonte de solidariedade social, assumindo o papel de promotor da comunidade de interesses e de promotor pelo bem-estar social. O direito em acessar o sistema de proteção estatal era garantido aos trabalhadores com carteira assinada, ser cidadão significava ter carteira e pertencer a um sindicato. (Ibid., p. 22).

O processo de mudanças do modelo de sociedade escravocrata para o de sociedade capitalista desencadeou a formação do mercado de trabalho e a estruturação da classe operária; em consequência desse processo, os problemas sociais já existentes tornaram-se ainda mais graves. Este novo cenário abriu possibilidades para que “novos atores entrassem

em cena”, e mais expressões de movimentos sociais, urbanos, ganham visibilidade, tendo como bandeira a reivindicação de melhores condições de vida.

O país vive uma problemática concreta formada pelas grandes massas empobrecidas ainda em conseqüência da libertação dos escravos e agravada pelo intenso êxodo rural, pela forte migração da virada do século, pela desqualificação e despreparo dos trabalhadores e pelo trabalho precário, limitado e explorado da época. O Estado se vê na contingência de admitir sua responsabilidade social para com os mais pobres. (MESTRINER, 2001, p. 68).

A partir desses novos dados históricos, o Estado reordenou suas funções, passando a assumir para si, a partir da década de 20, os problemas sociais do trabalhador. O enfoque nessas manifestações e o combate é mediado pelo valor trabalho. Dessa forma, carteira assinada e estabilidade no emprego são condições para receber assistência, e “o governo coloca o trabalho como meio de valorização do indivíduo e de reconstrução nacional” (Ibid., p. 75).

Coube à Igreja Católica a função de ampliar o seu campo de intervenção, expandindo seu aspecto doutrinário, compartilhando com o Estado a atuação diante das metamorfoses da “questão social”, na tarefa de recristianização da sociedade por meio de grupos sociais básicos, especialmente a família, e os grupos pertencentes às camadas mais pobres da população.

A partir de 1930, a política de assistência do governo Vargas cria uma diferenciação entre trabalhadores e pobres. Em algumas categorias, os trabalhadores formais são transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato e resguardados pelo acesso ao direito à legislação previdenciária, e os pobres se tornam dependentes da ação das instituições sociais.

Com a regulamentação das relações entre capital e trabalho e o exercício do controle social da exploração de mão de obra pela via jurídica, o governo passa a distinguir assim as ações voltadas para a mão de obra ativa, com registro em carteira profissional, que passam a ser mais expressivas, garantindo o *status* de direito, restando à grande massa de trabalhadores autônomos, desempregados, e à mão de obra de reserva, apenas a filantropia privada, que já começa em parte, a ser apropriada, subvencionada e controlada pelo governo. (Ibid., p. 104).

No decorrer dos enfrentamentos que as classes sociais realizaram no pós-1930, podemos afirmar, conforme aponta Fernandes (1989), que os representantes das classes dominantes cederam aos interesses do capital internacional e, sem restrições, permitiram que

nossa independência política não avançasse no âmbito econômico e social. Este fator determinante possibilitou que os movimentos sociais, com influência do comunismo e setores liberais da intelectualidade, e por meio de suas lideranças e dos protagonistas nacionalistas, colocassem, em diferentes momentos, o projeto hegemônico da classe social dominante em questão. Este cenário ocasionou ações reativas de cunho ditatorial, de modo que, nas décadas de 1960, 70 e 80, nossos governos administraram o país por meio de golpe de estado. Nesse processo, o papel do Estado, por meio das esferas de governo, não avançou no âmbito dos direitos, administrando por meio de força as diferenças e, com ações pontuais, amenizavam as manifestações da questão social.

No entanto, o processo não ocorreu sem reação dos trabalhadores. Na década de 70, emerge uma outra dinâmica, que desencadeia novas relações e tensões entre o Estado e a sociedade. Tal processo representa, no cenário brasileiro, um novo momento, que configura uma ruptura das classes populares com a condição de tutela e repressão do Estado autoritário instituído pelos governos militares a partir de 1964. Representantes diversos, organizados de diferentes formas, nos lugares de trabalho ou nos locais de moradia, motivados por problemas específicos, assumiram o espaço público para lutar por melhores condições sociais e pela democracia; nos sindicatos, nos movimentos de bairro, nas comissões de saúde, nas favelas. Inspirados pelo princípio da autonomia, esses diferentes segmentos, na condição de atores dos chamados movimentos sociais, registraram na história a necessidade de mudança.

Sader (1988), no estudo que realizou sobre o papel dos movimentos sociais no fim da década de 70 e década de 80 em São Paulo, ressalta o modo como estes movimentos, por meio de suas formas de organização e lutas, acabaram por alargar as fronteiras do campo político e social, politizaram questões do cotidiano e inventaram novas formas políticas. “Foram grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública, reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (Ibid., p. 26). Dentre os diferentes atores, pode-se destacar o movimento sindical, com o “crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar” (Ibid., p. 30), as comunidades eclesiais de base, a formação do Partido dos Trabalhadores, a extensão e as características dos movimentos populares no bairro de periferia das cidades, e as greves, entre outros.

Sader ressalta, ainda, que:

O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades

dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde a sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. (Ibid., p. 27).

Estes movimentos se constituíram em agentes fundamentais em relação à abertura de espaços e de canais democráticos na sociedade (GOHN, 2000). Para Sader, este momento representou uma crise de referenciais políticos e analíticos que permearam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade no Brasil. Inspirados nessa crise, os intelectuais (acadêmicos e militantes) deixaram de “focar” o Estado como o único lugar privilegiado das transformações sociais e passaram a dar ênfase a uma polarização entre sociedade civil e Estado: “começam a surgir interrogações sobre as potencialidades dos movimentos sociais que só poderiam ser desenvolvidos fora da institucionalidade estatal” (SADER, 1988, p. 34).

O autor destaca que esses movimentos sociais foram um dos elementos responsáveis pelo processo de transição política ocorrida entre os anos de 1978 e 1985. Uma das questões centrais trazidas por esses grupos manifesta-se em um novo sentido de política, pensada para além da representação política instituída, vinculando-se às questões da vida cotidiana.

No início da primeira metade dos anos 70, as classes trabalhadoras foram vistas subjugadas pela lógica do capital e pela repressão de um estado onipotente. Eram consideradas despolitizadas, diluídas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais, alienadas e massificadas pelos meios de comunicação. Ao final da década, vários textos mudaram a forma de se referir aos movimentos operários e populares, que nesse momento ressurgiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida.

Era o 'novo sindicalismo', que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os 'novos movimentos de bairro', que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores com os do passado; era o surgimento de uma 'nova sociabilidade' em associações comunitárias onde a solidariedade se contrapunha aos valores da sociedade inclusiva; eram os 'novos movimentos sociais', que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. (Ibid., p. 36).

Por outro lado, no campo da economia, o Estado sempre foi o verdadeiro responsável em criar os meios de infraestrutura para que o capital desenvolvesse seus interesses de produção e reprodução da vida social (BATISTA, 2002).

Estes embates ampliaram suas conquistas em prol da classe trabalhadora no âmbito jurídico, colocando um fim na forma ditatorial de governar o país – fato consumado na

Constituição de 1988, ao se destacar a seguridade social. Como decorrência desse processo, do ponto de vista legal, os direitos sociais foram ampliados e a seguridade social passou a ser um dever do Estado e uma garantia a todos os cidadãos.

A partir dessas mudanças, ocorre, no Brasil, uma tentativa de transição de práticas assistenciais para a assistência social como direito. Como marco legal, a Constituição de 1988 registra uma ruptura em relação ao assistencialismo, e passa a tratar as metamorfoses da questão social como problema político, em que todos têm direito a ter direitos.

Em 1990, com a crise fiscal do Estado¹⁶ e a opção do governo brasileiro por aderir às diretrizes da política neoliberal, foram impostas limitações aos programas sociais, o que gerou ações de reforma na Constituição de 1988, e reforçou aspectos de um aparato estatal historicamente fragilizado na sua forma de regular e gerir a política social. Presencia-se um processo de desestatização de organismos públicos, transferência de responsabilidades para a sociedade e descompromisso com o agravamento da pobreza e miséria.

No entanto, com os movimentos sociais nas ruas, podemos afirmar que a década de 1980 foi repleta e fundamental na resistência ao receituário neoliberal. É importante lembrar que este processo inicia-se no Chile, em 1976, e nos EUA e na Inglaterra, em 1979. No Brasil, com a vitória de Fernando Collor de Melo para a presidência, em 1989, as bases iniciais foram lançadas para que o neoliberalismo instaurasse seu receituário.

Porém, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, ocorrido entre os anos de 1995 e 2002, o receituário liberal ganhou estatuto no Brasil e, por meio do MARE – Ministério da Reforma do Estado, o então ministro Bresser Pereira desencadeou uma série de ações que pautaram o mercado como responsável pela relação entre as classes. O social é de responsabilidade dos indivíduos, de grupos que se colocam no mercado por meio de espaços privados, mas sem fim lucrativos. Para acabar com a crise que vive o Estado – crise fiscal –, é necessário que o fundo público seja utilizado para investir na economia e não no social, pois, segundo Bresser Pereira, o Estado gasta mais do que arrecada.

¹⁶ As bases para consolidação dessas concepções encontram-se numa ideologia de Estado moderno, que deve ser reestruturado e adequado ao sistema econômico globalizado. Ao intensificar as relações entre os agentes econômicos de todo o mundo, requerendo a abertura dos mercados nacionais e sua vinculação ao mercado mundial, a globalização retira a capacidade de coordenação de uma política econômica nacional. Da mesma forma, neutraliza os Estados, ao produzir incertezas cambiais e monetárias que afetam o grau de previsibilidade dos agentes econômicos financeiros, fragilizando as finanças públicas nacionais, já muito prejudicadas pelas dívidas externas; ao aprisionar os Estados à mesma lógica macroeconômica que impõe políticas de ajustes rígidos, unilaterais e pouco susceptíveis a adequações; e ao reduzir a capacidade de gasto público, impedindo a dinamização das economias. Restringe, ainda, o poder regulador dos Estados, tornando-os cada vez mais incapazes de exercer o controle, inclusive sobre seus entes subnacionais, que, neste sistema, são estimulados a ações autônomas. (MESTRINER, 2001, p. 23).

Ganhando espaço os discursos ideológicos de que o Estado tem de reduzir seus custos e ampliar a receita, Fernando Henrique Cardoso desencadeia, junto ao MARE, o processo de reforma do Estado brasileiro, que, na realidade, ocorre somente na esfera do governo¹⁷.

2.3 O debate que fundamenta a implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

No estudo realizado por Fonseca (2001), as primeiras discussões sobre a instituição de um programa de garantia de uma renda mínima no intuito de erradicar a pobreza aparecem nesta época, num artigo intitulado “Redistribuição de renda”, de autoria do Prof. Antônio Maria da Silveira, publicado na Revista Brasileira de Economia (edição de abril/junho de 1975). No artigo, o autor sugere a implantação de uma política de distribuição de renda por meio do imposto de renda negativo.

Em 1978, o tema é também defendido no livro de Edmar Bacha e Mangabeira Unger, *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*¹⁸. Os autores enfatizam a necessidade de um projeto de democratização para o Brasil associado a uma política de distribuição de renda, pois “a democracia política só pode sobreviver e funcionar num quadro que limite os extremos da desigualdade e não abandone à miséria grande parte dos cidadãos” (FONSECA, 2001, p. 97).

A partir dos anos 90, esses programas assumiram lugar de destaque no cenário público. Conforme discute Telles (1998; 2001), um dos marcos históricos impulsionadores foi a ação liderada pelo Sociólogo Herbert de Souza, chamada de Campanha Nacional Contra a Fome e a Miséria e pela Vida. O contexto da pobreza, configurado pela fome, pelo desemprego, pela falta de acesso a recursos e serviços públicos, tais como saúde, educação e assistência, ganhou força e destaque a partir da campanha. Nesta, a fome começou a ser tratada como um problema público nacional a ser enfrentado e encarado pela sociedade e pelos governos. A campanha, além de ter estruturado um conjunto de ações que envolveram diferentes instâncias da sociedade, entre organizações públicas e privadas, colocou também em pauta a dimensão ética envolvida no problema da miséria, interpelando a opinião pública no seu senso de responsabilidade pública e obrigação social.

¹⁷ Este processo se mantém em curso nos governos de Luiz Inácio da Silva, tanto no primeiro mandato – 2002/2006 – quanto no segundo – 2007 até os dias atuais.

¹⁸ BACHA, Edmar Lisboa; UNGER, Roberto Mangabeira. *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Também nascem, nessa época, outras propostas que continham em si concepções divergentes no intuito de combater a pobreza. O primeiro desses projetos pertencia ao senador Eduardo Suplicy, e foi apresentado no Senado em 1991¹⁹. O mesmo instituiu a implementação um Programa de Garantia de uma Renda Mínima (PGRM) de abrangência nacional: toda pessoa com mais de 25 anos, cuja renda mensal fosse inferior a um certo patamar (hoje equivalente a dois salários mínimos), teria o direito de receber um complemento de renda igual a 30% da diferença entre aquele patamar e a sua renda. A implementação do projeto seria gradual, começando pelos cidadãos maiores de 60 anos; o ingresso de indivíduos de determinados grupos etários seria feito gradualmente, e, ao final de oito anos, a cobertura seria universal, ou seja, para todos indivíduos acima de 25 anos que não atingissem o patamar mínimo de renda necessário para viver. Sem um prazo de duração previamente estabelecido, a implantação do programa previa também a supressão da maioria dos programas sociais existentes, diagnosticados como ineficientes e fontes de desperdícios.

Como destaca Fonseca (2001), o grande mérito do PGRM está no fato de se instituir a concepção de que o indivíduo, como cidadão, “é portador de direitos e a política social o reconhece como tal, independente do seu estado civil, da sua descendência e da natureza de seus vínculos com crianças e adolescentes e do tempo que resida em algum município de seu país” (FONSECA, 2001, p. 101).

A segunda proposta defendia a necessidade de operacionalizar ações de caráter mais restrito focalizadas nas famílias mais empobrecidas, e inspirava-se nas idéias de Camargo (1991), que prevaleceram e inspiraram posteriormente vários Projetos de Renda Mínima implantados pelo governo, cujo foco de atendimento ficaria restrito à família com crianças em fase de idade escolar. Dialogando com as idéias do projeto PGRM, do senador Eduardo Suplicy, Camargo argumentava que o maior problema da economia brasileira estaria no fato de a pobreza se caracterizar como uma questão intergeracional. Um dos seus principais questionamentos era este: como elaborar uma política social que, no curto prazo, que amenizasse a pobreza e, no longo prazo, reduzisse a geração da pobreza? Para o economista, famílias pobres acabariam estimulando que suas crianças assumissem postos de trabalho de forma precoce no mercado. Tal situação afetaria a possibilidade de o indivíduo atingir melhores condições de escolaridade e, conseqüentemente, diminuiria as possibilidades de esta geração superar a condição da pobreza, uma vez que, devido à pouca escolaridade, o sujeito

¹⁹ O referido projeto só foi votado e aprovado em janeiro de 2004.

teria oportunidades reduzidas de assumir melhores postos de trabalho (FONSECA, 2001, p. 104).

Ao vincularem o pagamento da renda mínima ao compromisso das famílias beneficiárias com a permanência das crianças na escola, os programas serviriam de estímulo para que as famílias²⁰ dispensassem a contribuição de seus filhos, garantindo, assim, a elevação dos níveis de escolaridade (Ibid.).

2.4 Programas de transferência de renda e focalização

A focalização obedece a critérios de elegibilidade: ter filhos em idade escolar, especialmente os que se encontram em situação de risco, ter filhos ou dependentes portadores de deficiência física, residir no município por no mínimo dois anos, ter renda *per capita* inferior a dois salários mínimos. Nessa perspectiva, o acesso aos programas não se constituiu como um direito, a que todos têm acesso, mas voltou-se para aqueles cujas condições de vulnerabilidade são mais críticas.

Projetos pioneiros de transferência de renda no Brasil foram desenvolvidos a partir da década de 90, dentre os quais destaca-se o Bolsa-Escola, criado no Distrito Federal em 1995, cujo objetivo era o de garantir que todas as crianças de 7 a 14 anos tivessem acesso à escola. Após ter sido selecionada, a família recebia o benefício financeiro de um salário mínimo durante um ano. Ao mesmo tempo, a família deveria ser responsável por manter os filhos na escola. Outro programa foi o de Garantia de Renda Mínima de Campinas, no qual uma das contrapartidas da família era a participação mensal em ações socioeducativas²¹. A família recebia o recurso financeiro durante o período de um ano, podendo ser prorrogado por igual período. O objetivo do programa era o de

possibilitar a partir do subsídio financeiro mensal temporário, atender às necessidades básicas de seus membros. Assegurar que o trabalho sócio-educativo propicie mudanças na dinâmica da família no sentido de maior

²⁰ Critérios utilizados para a seleção: ter os filhos entre 7 e 14 anos completos, matriculados e freqüentando a escola pública; ter renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo mensal; todos os membros adultos desempregados devem estar procurando emprego por meio de inscrição no Sistema Nacional de Emprego – SINE; a família deve comprovar residência em Brasília há pelo menos cinco anos.

²¹ Contrapartida exigida às famílias atendidas: “aplicar o benefício na melhoria das condições de vida do grupo familiar, manter as crianças na escola em programas formativos, garantir a atenção à saúde das crianças e adolescentes, evitar que os filhos permaneçam nas ruas” (BEJARANO, 1998, p. 31).

integração, fortalecer os laços afetivos e a participação com a comunidade (BEJARANO, 1998, p. 31).

A especificidade desses projetos e o que os diferenciava em relação à proposta original do PGRM do senador Suplicy era o fato de serem de abrangência bem mais restrita, focalizados nas famílias pauperizadas, com crianças de até 14 anos. Em dezembro de 1996, a Câmara dos Deputados aprovou²² o Projeto de Renda Mínima, de autoria do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), o qual autorizava a União a apoiar os municípios que instituíssem programas de renda mínima associados a ações sócio-educacionais, financiando 50% dos seus custos; mas beneficiava somente aqueles cuja renda e arrecadação *per capita* fossem menores do que a média do Estado (TELLES, 1998, p. 1).

Silva e Silva (1997) ressalta a importância que esses programas assumem em termos de assistência social, principalmente para as famílias atingidas pela condição de miséria extremada, mas critica que a transferência monetária isolada não vai acabar com a pobreza e nem resolver o problema de desemprego no país, pois estes são gerados pelo modelo econômico altamente desigual. Além disso, a pulverização e o caráter fragmentado das ações de combate à pobreza pelas diferentes instâncias governamentais não permite uma visão estrutural do problema, que, para ser resolvido, precisa se transformar numa política nacional de renda de cidadania que signifique a garantia do direito à vida para toda a população, implementada de modo coordenado e descentralizado.

Campos e Miotto (2003) analisam que, em relação à implementação da política de assistência social, apesar de haver uma valorização de serviços, benefícios, projetos e programas, o que predomina são ações exclusivas de transferência de renda que elegem a família como unidade responsável pelo recebimento do benefício. Nesse sentido, as ações assistenciais integradas que deveriam compor o atendimento aos beneficiários se tornam secundárias ou inexistem. Nesse processo, passam a predominar políticas focalizadas, e a idéia de universalidade, materializada por meio dos direitos, torna-se secundária. Os programas ficam atrelados à agenda de governos, ocorrem sem continuidade no tempo e centram-se no trabalho com famílias.

Segundo Campos e Miotto (2003, p. 180), “a escassa oferta de programas e serviços aparece como um grande limite no contexto da implementação dos programas de transferência de renda no Brasil. É um fator determinante para o agravamento da falta de articulação da política compensatória com as políticas estruturantes”. As ações políticas de

²² O Projeto de Lei foi encaminhado ao Senado, aprovado em novembro de 1997 e sancionado pelo Presidente da República em 10 de dezembro de 1997.

combate à pobreza parecem estar inscritas num contexto de ambivalência e ambigüidade, uma vez que ainda não configuram uma perspectiva universalista de direitos sociais. Nesse sentido, Telles destaca que, na medida em que estes programas contribuem para aumentar a capacidade de consumo e acesso do cidadão à cobertura de uma necessidade, por meio de aquisição e de compra, eles podem ser combinados tanto com políticas liberais, como com políticas de caráter social-democrático. Desta forma, para a autora tais programas favorecem uma qualidade de inclusão mediada pela lógica do mercado, pois apenas garantem o acesso das famílias à melhoria no padrão de consumo. Com o predomínio desta lógica, corre-se o risco de tratarmos a questão da pobreza como algo residual, apenas como aquilo que escapa ao mercado, que diz “respeito aos cidadãos que não podem ou não têm condições de se adequar à racionalidade da economia e atender às suas exigências de desempenho e eficácia” (TELLES, 2001, p. 6).

Diante desta conjuntura, a autora critica a forma como vêm sendo operados os programas sociais no Brasil: “com base em uma peculiar definição de mínimos de pobreza, abaixo dos patamares elementares de sobrevivência e reprodução física dos indivíduos e famílias”. Assim, tais programas atuam num pantanoso terreno, em que a tradição excludente cobra seus tributos, transformando direitos em ajuda e cidadãos em indivíduos carentes, tipificados como tais por critérios legais que definem burocrática e arbitrariamente a partilha entre pobres e não pobres. Telles (1998, p. 8) não nega, com isso, a importância dos programas; para ela, o desafio está em como estes programas podem alavancar novos padrões de cidadania.

No interior da discussão apresentada, duas temáticas emergem e suscitam outras reflexões. A primeira é a família como um grupo que passou a ocupar um lugar de destaque na política social. O próprio conceito de família já nos insere em um campo reflexivo complexo, haja vista a infinidade de determinações que envolvem o tema. Entretanto, duas questões são centrais e orientam o nosso recorte: a primeira é o lugar da família na política social, e a segunda é que falamos de modo específico de famílias afetadas pela condição da pobreza, entendendo que essa condição significa uma experiência de se estar fora, excluído da produção de bens materiais e recursos elementares às condições dignas de vida e, ao mesmo tempo, excluído de expressar modos de sentir a partir da significação dessa experiência.

A segunda temática importante a ser destacada é o caráter socioeducativo que caracteriza alguns programas a partir dos anos 90. Para isso, discutiremos o Programa Fortalecendo a Família (PFF), o perfil das famílias que o integraram e as características daquilo que se considerou como socioeducativo no programa.

3- A FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A família tornou-se um tema mobilizador e inquietante que movimentou diferentes setores da sociedade. Provoca discussões, polêmicas, estudos e pesquisas, transformando-se simultaneamente em vítima e algoz da sociedade. Responsabilizada enquanto estrutura que falhou no processo de uma socialização, revelando-se incapaz de conter a violência, a droga e o individualismo, ela também é vista como redenção de uma sociedade regida pela má consciência, um tipo de porto seguro, “capaz” de resgatar razão e sensibilidade, dimensões subsumidas da condição humana (LASCH, 1991). Nessa direção, sobre a família recai a tarefa de ser o grupo capaz de garantir valores ético-morais que se perderam diante do advento das grandes mudanças estruturais sociais em curso nas últimas décadas.

Destaca-se que “a crise do Welfare State e da sociedade salarial fizeram com que a família fosse ‘redescoberta’, tanto como instância de proteção como também quanto possibilidade de ‘recuperação e sustentação’ de uma sociabilidade solidária” (MIOTO, 2008, p. 130). Nessa direção evidencia-se a adoção de uma política familiar como “instrumento da política mais global” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 171).

A dimensão da redescoberta da família como grupo estratégico de sustentação da organização social não é novidade se nos referenciarmos em termos históricos. A estratégia do Estado de intervir sobre a família para garantir a organização e a disciplinarização do sistema social está presente na sociedade francesa a partir do século XVII. Para intervir na família representantes da sociedade, ao invés da força, recorreram a um discurso e a uma racionalidade, encontrando no saber médico e na filantropia uma forma de participação fundamental. Era o desenvolvimento de uma lógica que, pautada na dimensão educativa, estruturaria as bases para delimitar o papel familiar como núcleo primeiro de socialização e conseqüentemente de controle social. Donzelot (2001) estabelece, em sua obra, que à família foi delegada a tarefa de controlar os corpos e os comportamentos. Por meio de uma série de procedimentos, a família, seja ela de origem burguesa ou proletária, foi investida para constituir-se em um importante locus de ordenamento e integração ao sistema.

De forma distinta, mas reafirmando a família como grupo elementar, a sociedade atual vive o recrudescimento do papel do Estado e, conseqüentemente, tal processo tem afetado a regulação das relações em sociedade e o lugar dos direitos nessas relações. No campo das políticas sociais surge um novo consenso, o Estado tem sua centralidade quebrada quanto à provisão do bem-estar, “típica do Estado de Bem Estar Social, e a favor do mercado e dos

setores não-governamentais e não-mercantis (Terceiro Setor) como atores fundamentais nas decisões e na prática da política social” (MIOTO, 2008, p. 138).

Multiplicam-se instituições privadas com finalidade pública que assumem o papel de gestão da política social. Recai na família e no indivíduo a responsabilidade sobre a provisão do bem-estar social. “A crise do Estado de Bem Estar implicou na adoção de uma ‘solução familiar’ para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a ‘redescoberta’ da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades” (Ibid., p. 139). Esta máxima, adotada nos países que experimentaram o Welfare State, ganhou força nos países em que os direitos sociais sempre foram residuais; assim, amplia-se a negação dos direitos.

Segundo Carvalho (2003), a expectativa projetada na família pelas políticas sociais transcende a sua função de cuidado e proteção. Dela se espera também uma função de parceria e, em alguns casos, de *miniprestadora* de serviços: “a diretriz é envolver o quanto for possível a família e comunidade nos projetos e serviços públicos, tais como a escola, a unidade básica de saúde, hospitais, abrigos [...]. É introduzir pactos com a família para que esta seja parceira e participe das ações e projetos movidos por esses serviços.” (Ibid., p. 18). Nessa perspectiva, a expectativa é a de que a família dê respostas na direção de assimilar papéis e funções da responsabilidade de outras instâncias.

Ao discutir o lugar da família no sistema de proteção social, Campos (2008) analisa que o agravamento dos níveis de pobreza e o aumento da violência, aliados à retração estatal na área social, “fazem crescer a esperança de garantia da ordem social e do funcionamento da economia, apoiados em grande parte no comportamento da família” (Ibid., p. 1). A família passa a assumir um importante papel de mediação no sistema de proteção social, processo esse que irá sofrer variações de acordo com as diferenças históricas e sociais de cada país.

Na análise que Campos e Mioto (2003) realizam sobre o lugar da família no âmbito do sistema de proteção social, as autoras discutem a existência de três formas relativas ao lugar ocupado por essa família. A primeira é a família do provedor masculino, que se torna uma parceira direta do Welfare State, característica dos Estados de Bem-Estar Social, em que

o grupo familiar aparece como dupla face, a de uma unidade econômica com dependentes e ‘chefes de família’ que redistribuem renda e a de unidade ‘doadora de cuidados’, também a partir da redistribuição interna. Nele, da mulher-mãe se espera que seja a principal provedora de cuidados para os seus membros, mantendo-se economicamente dependente de seu marido. Assim supõe-se, por um lado, as ‘responsabilidades do chefe de família’ com o sustento, e por outro, as da mulher com o cuidado (Ibid., p. 169).

A segunda forma recai sobre o “familismo”, na qual a política pública impõe às unidades familiares a responsabilidade principal pelo bem-estar-social. “A tradição ‘familista’ no âmbito da política social tem se construído a partir dos pressupostos de que existem dois canais ‘naturais’ para satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado (via trabalho) e a família. Somente quando falham estes canais que o Estado intervém, e de forma temporária”. (Ibid., p. 183). E, por último, a família na via social-democrática do Estado de Bem-Estar Social. Nesse modelo, o Estado “procura socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote” (Ibid., p. 174).

De acordo com Miotto (2008), as políticas sociais atuais apresentam uma tendência à familiarização, e dentre as características que compõem essa tendência, pode-se destacar que o que irá regular a satisfação das necessidades da família é a participação de seus integrantes na esfera mercantil e o fato de que as intervenções políticas reforçam a tradição de modelos de gênero no interior da vida familiar, os papéis de homem e de mulher a serem aprendidos e reproduzidos posteriormente no mercado de trabalho. “Isso se traduz numa presença ‘secundária’ da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional” (Ibid.).

Apesar de todas as mudanças que a família tem sofrido ao longo das últimas décadas, em termos de novos arranjos e construção de relações mais horizontais entre homem e mulher e entre pais e filhos, verificamos que muito dos comportamentos assimétricos vêm sendo perpetuados no interior das relações familiares. Pesquisa divulgada pela PNAD 2007 a respeito das relações entre homem e mulher na família indica que a condição da mulher, como chefe de família, tem crescido nos diferentes arranjos familiares e nos diferentes grupos sociais. Um dos fatores deste processo está relacionado ao lugar que a mulher tem ocupado no mercado de trabalho. Entretanto, quando se analisam as mudanças no interior das relações que envolvem a divisão dos afazeres domésticos, verifica-se que este tipo de atividade não remunerada continua sendo uma responsabilidade que se concentra sobre as mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero²³.

²³ A proporção de homens e mulheres ocupados que se dedicavam aos afazeres domésticos é bastante significativa: de 50,4% e 89,5 %, respectivamente. Quando se analisa o número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos, este dado assume ainda mais consistência: enquanto as mulheres investem 22,2 horas semanais nos afazeres domésticos, os homens investem 9,6. “O tempo que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é significativamente maior do que aquele dedicado pelos homens, independente da condição da mulher (chefe ou cônjuge), da escolaridade, da renda ou da condição de ocupação (ocupado, desocupado, inativo) [...] São ainda as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas de cuidar da casa, dos filhos, dos idosos, da manutenção da família e de todas as atividades relacionadas ao âmbito doméstico”. (IBGE, 2008, p. 12).

No Brasil, o investimento do Estado na família como partícipe das políticas sociais está presente no Estatuto da Família de 1939, no qual se verifica um conjunto de diretrizes que normatizam os cuidados com os filhos, a educação, a maternidade, o trabalho feminino²⁴. Este estatuto “assume uma verdadeira política, com proposição de regras para o casamento, incentivos financeiros, subsídios para aquisição da casa própria e outros” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 176).

Outra dimensão que norteia este mesmo significado de responsabilidade centralizado sobre o grupo familiar é o papel da educação higienista, na qual se destaca a obra de Costa, *Ordem médica e norma familiar* (1999). Destaca este autor que a intervenção da higiene viria revolucionar os costumes familiares com relação à saúde e superar a falta de higiene própria dos velhos hábitos coloniais no início do século XX: “valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral e intelectual, inspirada nos preceitos sanitários da época.” (COSTA, 1999, p. 12).

A higiene alterou o perfil sanitário da família e, junto com outras instâncias sociais, criou as bases para configurar a família nuclear conjugal, que se tornou sinônimo de família burguesa. Para isso, adotou duas importantes estratégias: a primeira foi a intervenção sobre o corpo, na concepção de que este deveria ser “robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo flácido e doentio do indivíduo colonial” (Ibid., p. 13); a segunda foi a educação moral, desenvolvendo-se um protótipo do “indivíduo contido, polido, ‘bem educado’, cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, do *petit bourgeois* europeu (Ibid., p. 14). A educação incidiu sobre os aspectos intelectuais, sexuais e sentimentais.

No contexto atual brasileiro, a reafirmação que insere a família como responsável e grupo fundamental e estratégico na proteção social está relacionado à Constituição de 1988²⁵ e ao conjunto de leis promulgadas a partir de 1990²⁶. De acordo com Campos (2008), o modelo de proteção social brasileiro é de natureza familista:

²⁴ Em relação ao histórico dos programas de apoio a famílias em situação de pobreza, desenvolvidos pela Secretaria do Estado de São Paulo, foram realizadas, a partir do final da década de 40, uma série de ações que antecederam a criação do Programa Renda Cidadã em 2001. Tais ações envolviam o auxílio financeiro para a manutenção dos filhos e o trabalho de assistentes sociais, que realizavam reuniões com famílias.

²⁵ No Capítulo VII, Artigo 229, que trata da família, crianças e idosos, é atribuída aos filhos a responsabilidade de cuidar dos pais idosos, assim como aos pais de serem responsáveis pelos cuidados dos filhos em fase de desenvolvimento, de zero a dezoito anos. (CAMPOS; MIOTO, 2003).

²⁶ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990; a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993; a Lei 8.842, que trata da Política Nacional do Idoso (PNI), de janeiro de 1994. (CAMPOS; MIOTO, 2003).

Caracteriza-se pelo elevado grau de desempenho atribuído à família em seu funcionamento; por máquinas patronais de distribuição de subsídios sociais em moldes clientelares; pela baixa penetração do Estado na esfera do bem-estar social, visualizada pela inexistência de ‘serviço civis de natureza racional-weberiana’; pela criação de desigualdades em relação à provisão de proteção social à sociedade como um todo a partir da dos próprios sistemas distributivos, caracterizados por ‘picos de generosidade’ para alguns, entre outros aspectos. (Ibid., p. 4).

Nessa perspectiva, a família assume o protagonismo nas responsabilidades voltadas aos cuidados e à segurança de seus membros, incluindo a proteção de grupos específicos, como a criança, o adolescente, o idoso e as pessoas portadoras de deficiência. Trata-se de uma realidade que se realiza na medida em que projeta sobre a família todo um conjunto de atribuições, pois são várias as determinações, inclusive do ponto de vista legal, que envolvem a “participação” da família, configurando esta como obrigação. Por outro lado, a política social passa a influenciar a organização cotidiana das famílias e a interferir nesta em relação ao “tamanho, composição, comportamentos, normas e valores familiares e paralelamente sua posição maior no contexto da sociedade” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 176), exercendo controle sobre a vida de seus integrantes.

Este cenário ganhou atribuições inovadas na atualidade, em particular a partir do final da década de 90, em que as políticas têm previsto o acompanhamento das famílias por profissionais da área de psicologia em conjunto com os da área de assistência social. Este ato público inovador que insere o profissional de psicologia neste processo não rompe com a concepção teórico-prática e histórica familista.

Mas, quais os limites que impediam ou impedem de romper com esta referência e atuação cotidiana? Segundo Miotto (2001), há uma marca histórica deixada pelo higienismo no tratamento de áreas como a saúde e a educação, na forma de atuar com famílias pobres, evidenciando um caráter normatizador e disciplinarizador, caracterizando ações voltadas à integração e ao controle social.

Destaca-se, também, a escassez de estudos acerca do tema ‘família’, o que torna as ações profissionais voltadas a este público “marcadas pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias.” (CAMPOS et al., 2004, p. 46).

A construção fragilizada de subsídios teóricos contribui para que os profissionais rotulem as famílias como patológicas. Verifica-se, assim, “uma expansão progressiva na área de formação ‘psi’, em particular da terapia familiar, sem a devida discussão do seu lugar e do seu significado na prática cotidiana com famílias.” (Ibid., p. 47). Como consequência,

evidencia-se, por parte dos profissionais, um direcionamento no sentido de psicologização das questões e problemas sociais”.

A ênfase sobre os processos de transformação que envolvem as famílias recai sobre a noção de estrutura e composição, sendo mantidas expectativas com relação às tarefas e obrigações dessas famílias: “espera-se um mesmo padrão funcional das famílias, independente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social. (Ibid., p. 47).

Ao analisar os resultados da educação higiênica, Costa afirma que ainda vivemos sob a influência da moral higienista. O autor afirma que a ordem médica construiu uma norma familiar e delegou ao especialista a função de cuidados e saber sobre a família: “muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar, nada mais são do que conseqüências históricas da educação higiênica” (COSTA, 1999, p. 15).

3.1 Fragilização da capacidade protetiva da família

Assim como as mudanças na estrutura da sociedade têm desencadeado um conjunto de expectativas sobre a família, e lançam bases para novas formas de organização no interior deste grupo, também podem contribuir para fragilizá-la na sua capacidade de proteção. A família se transformou sob diferentes aspectos, e, dessa forma, não podemos deixar de refletir que essas transformações interferem nesta sob o ponto de vista da proteção social. Segundo Campos (2008), há uma tendência da família de reduzir, ao longo dos anos, a sua capacidade de proteção em virtude das mudanças que a têm atingido sob diferentes perspectivas. Não se trata apenas de destacar o fenômeno de mudanças como decorrência de uma questão de classe social, mas trata-se de processos que atingem os diferentes grupos.

Nas famílias de camadas médias, o homem passou a dividir com a mulher e, em determinadas situações, com os filhos o sustento da casa: são os filhos que transmitem aos pais novos saberes e modelos de conduta. A hierarquia tende a ser transformada por relações participadas entre o homem e a mulher, impactando a autoridade de marido e de pai. “Os pais não sabem mais lidar com as novas tecnologias, a desigualdade deixou de ser de cima para baixo, [os pais] perderam seus papéis de iniciadores que os filhos precisam, o que altera profundamente o relacionamento familiar. Estamos condenados a inovar” (PERROT, 1993 apud SEQUEIRA, 2007, p. 80).

A possibilidade de inventar novos modos de se relacionar representa um grande avanço da sociedade. Não podemos deixar de ressaltar que parte dessas mudanças estão relacionadas à conquista dos movimentos populares que lutaram e lutam para promoção de relações mais igualitárias e pelo avanço no campo dos direitos humanos. Entretanto, ao mesmo tempo em que verificamos avanços significativos, presenciamos o acirramento do individualismo, da indiferença, da competitividade no interior da própria família. Tal processo tem fragilizado os pais em relação à educação dos filhos: como lidar diante da desconstrução das formas tradicionais e do campo das muitas possibilidades que podem ser desenvolvidas na mediação da convivência entre gerações distintas? Este parece que tem sido um dos grandes desafios.

3.2 A fragilização nas famílias das classes populares: o Programa Fortalecendo a Família

Vale destacar que, considerando a fragilização da capacidade protetiva da família, os mais expostos ainda são aqueles alijados dos meios de produção e dos acessos a recursos e serviços necessários ao desenvolvimento das potencialidades humanas. No contexto brasileiro, ao tratarmos da relação entre família e política social, pautamos nossas reflexões especificamente nas famílias das classes populares, que, incorporadas como instrumentos da política social, têm sido sobrecarregadas em suas funções, na medida em que sobre elas foram projetadas responsabilidades e expectativas de promoção na garantia de vínculos afetivos, cuidados, identidades, melhoria da qualidade de vida entre seus membros e mediação na relação indivíduo/comunidade. Nessa perspectiva de análise, a capacidade protetiva da família se faz amplamente frágil, na medida em que esta se desenvolve como um grupo dentro do contexto histórico que tem contribuído para sua própria fragilização, devido a fatores como elevados índices de desigualdade social, concentração de renda e ausência do Estado.

No tocante a esses aspectos apontados como responsáveis pela fragilização do grupo familiar que envolve a classe trabalhadora, encontramos em Rizzini (2001) e Pacheco (2005) elementos que indicam, no campo subjetivo, o aprofundamento da negação dos indivíduos em sua particularidade e na formação do grupo familiar. Para Rizzini (2001), os membros que compõem o grupo familiar são afetados no âmbito objetivo/subjetivo com o processo desenvolvido na base da estrutura de produção e reprodução social, principalmente com o

movimento último, pós-1990, denominado globalização, aprofundando o grau de vulnerabilidade em relação à sua capacidade de proteção. Este processo alavancado por meio do receituário neoliberal tem contribuído decisivamente para o aumento da condição de sofrimento e dos riscos de vulnerabilidade. Mudanças advindas do processo de globalização repercutem nas relações locais, sendo que as crianças, os adolescentes e as famílias têm sido os segmentos mais afetados pelas mudanças desencadeadas na sociedade globalizada, tornando-os mais vulneráveis em relação à sua capacidade de proteção.

Pacheco (2005), por sua vez, convida-nos à reflexão partindo da relação existente entre o singular, o particular e o universal, abordando sua preocupação com o imediato presente nas relações locais. Adverte a autora que vários fatores locais incidem sobre a realidade desses grupos e contribuem para tal processo. Enquanto os grupos com maior poder aquisitivo detêm melhores condições materiais e podem “ter acesso” a serviços como escola, creche, médicos, atividades recreativas, culturais e lazer, e atendimento psicológico, na medida em que pagam por eles. As famílias das classes populares, por seu lado, aguardam pelo atendimento público, que muitas vezes não é prestado ou se realiza de forma inadequada. Uma vez que tais serviços são precários, “a sobrevivência dos pobres se ancora muito mais nas energias e nos recursos pessoais que conseguem mobilizar e nas estratégias que cada um é capaz de desenvolver do que nos recursos disponibilizados pelo Estado” (Ibid., p. 56).

Outra questão que merece destaque refere-se aos modos de composição familiar e à forma como as famílias se organizam em relação aos cuidados materiais e afetivos dos seus membros. Atualmente, com as mudanças em curso na sociedade, há diferentes tipos de arranjos familiares se comparados ao padrão tradicional: família composta por pai/mãe, homem/mulher, no qual o homem é o chefe da família, pessoa de referência do grupo e responsável pelo sustento e cuidado dos membros. Este processo tem se transformado muito nas últimas décadas. Segundo dados divulgados pela PNAD 2007, têm crescido outros arranjos familiares, assim como também tem crescido a responsabilidade da mulher como chefe de família, tanto nas famílias com arranjos do tipo biparental quanto nas do tipo monoparental²⁷: no Brasil, atualmente, 33,0% de famílias identificam ter uma mulher como sua principal responsável²⁸ (IBGE, 2008).

²⁷ Fonseca (2001) analisa que família chefiada por mulher sozinha não constitui um tipo de arranjo familiar recente na nossa sociedade, mas trata-se de um modo de organização bastante freqüente entre as classes populares.

²⁸ Com referência às classes populares, quando falamos em responsabilidade familiar, estamos tratando da responsabilidade da mulher, mãe e chefe de família, o que significa que há um predomínio de arranjos monoparentais femininos maior nesses grupos sociais.

Resultado nacional apresentado na PNAD 2007, que trata do perfil sócio-demográfico familiar, aponta que as famílias compostas por mulheres com filhos sem cônjuge ou companheiro, era de 15,5 %. No entanto, quando se compara este resultado com dados empíricos apresentados pelo Relatório de Monitoramento (2004), referente ao programa em estudo, PFF, constata-se um resultado superior ao nacional. Na tabela abaixo – Composição Familiar –, os dados referem-se ao tipo de arranjo familiar identificado no recadastramento realizado em 2003, por ocasião do programa, no qual estavam representadas todas as regiões que integravam o PFF e os respectivos totais de famílias atendidas. A predominância da situação de monoparentalidade podia ser verificada em sete das oito áreas de abrangência do PFF.

Tabela 5 – Composição Familiar

Território	Famílias Monoparentais		Famílias Biparentais	
	NA	%	NA	%
Guaianazes	937	69,98	402	30,02
Itaim Paulista	869	69,24	386	30,76
Jardim Helena	777	61,91	478	38,09
Sapopemba	750	67,75	357	32,25
Vila Andrade	279	64,14	156	35,86
Cidade Dutra	898	63,37	519	36,63
Grajaú	538	42,31	795	57,69
Jd. São Luis	755	67,90	357	32,10
Pedreira	907	74,90	304	25,10
Total PFF	6755	64,27	3754	35,72

Fonte: IEE/PUC-SP, 2004.

Nas classes populares, o arranjo monoparental está em estreita relação com as famílias chefiadas por mulheres, o que aponta para o grau de responsabilidade atribuído ao sexo feminino, pois, das mulheres que participaram do PFF, 79,9% assumiam a chefia familiar²⁹. Este direcionamento para a mulher não é arbitrário: o programa, ao ser colocado em funcionamento, utilizava-se de um mecanismo instrumental de controle para o recebimento do benefício. Neste momento, verificava-se que 97,9%³⁰ da titularidade dos cartões era assumida

²⁹ Fonte: Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002.

³⁰ Idem

por mulheres. Cabe ressaltar que a participação majoritária das mulheres como responsável junto aos programas sociais têm sido uma diretriz das políticas sociais. Este dado de realidade, que caracterizava o perfil das famílias, também apontava que as mulheres eram em grande parte jovens, já que 70,8% tinha menos de 40 de idade e 31% tinha menos de 30 anos³¹, assim como possuíam baixa escolaridade, pois 67,3% não havia concluído o primeiro grau e 7,49 % eram analfabetas³².

Pacheco (2005) pontua que, nas famílias pobres chefiadas por mulheres, os riscos de fragilização da família são maiores. Trata-se de uma realidade que, em relação ao mercado de trabalho, apresenta uma tendência de as mulheres estarem em condições inferiores de oportunidades em relação aos homens. Isso gera uma desigualdade na participação do mercado e uma desvalorização econômica e social das atividades desempenhadas por elas, processo que se agrava no caso das mulheres pobres: “o mercado de trabalho geralmente oferece salários menores e ocupações dentro de um processo produtivo mecanizado, pouco qualificado e de contratos temporários, baseado na lógica de redução de custos sem nenhuma forma real de valorização do trabalhador” (BRUSCHINI; NEVES; OLIVEIRA apud PACHECO, 2005, p. 6).

O estudo de Pacheco, realizado com mulheres pobres e chefes de família no Rio de Janeiro, revela que as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres que as famílias chefiadas por homens. Segundo a autora, “as mulheres chefes de família têm, em geral menos anos de estudo, taxas de participação no mercado de trabalho inferiores e salários menores do que o dos homens chefes de família” (Ibid., p. VII). Esta consideração encontra ressonância no grupo de mulheres que participaram do programa, em que 66,9% tinham uma situação de renda familiar de até um salário mínimo³³.

Há um debate sobre a questão da feminização da pobreza que transcende a realidade brasileira: segundo as Nações Unidas, 70% das pessoas pobres no mundo são mulheres³⁴.

Para autores como Pacheco, que analisam a relação entre gênero e pobreza, uma das idéias implícitas nessa associação é o fato de que, neste tipo de arranjo familiar, geralmente se verifica apenas um adulto provedor, fato este que gera uma sobrecarga de responsabilidades e aumentaria os riscos de vulnerabilidade. As mulheres, por acumularem um duplo papel, tanto no âmbito do trabalho doméstico – destacando-se nessas tarefas o cuidado com os filhos e a casa – como no do público – no qual desdobram-se para garantir os recursos necessários à

³¹ Idem

³² Idem

³³ Idem

³⁴ Texto disponível em: <[www.social.org.br/relatório 2002](http://www.social.org.br/relatório%202002)>. Acesso em: 25 ago. 2008.

manutenção do grupo familiar – têm assumido uma grande sobrecarga de responsabilidades. Os trabalhos que realizam, de modo geral, fazem parte do setor de serviços; em muitos casos, trata-se de atividades informais, sem garantias trabalhistas e mal-remuneradas.

Não bastassem os dados já apresentados, colocando a mulher como responsável familiar e responsável por administrar a pobreza, ou seja, sendo gestora da pobreza (CAMPOS et al., 2004), estes grupos que freqüentavam o programa também se deparavam com aspectos que dificultavam qualquer possibilidade efetiva das mulheres de projetarem, no plano imediato, saltos qualitativos: idades abaixo de 40 anos; escolarização fragmentada, portanto, insuficiente; renda familiar predominante de até um salário mínimo. Detectava-se, também, que 50,18% dos componentes familiares estavam em idade de 0 a 14 anos. Esta realidade representava uma alta demanda por serviços públicos como creches, escolas de educação infantil e de ensino fundamental, centros de lazer, cultura e esportes.

Os dados do cadastramento do PFF não configuram uma realidade nova em termos da condição de vida das famílias das classes populares; porém, eles reafirmam a condição de fragilidade a que estão submetidas essas famílias. O paradoxo é que, ao mesmo tempo em que avançamos em termos legais e culturais em relação a muitos processos envolvendo a questão dos direitos e mesmo das relações e papéis vividos no âmbito das famílias, tais avanços não chegaram a todos os grupos. Corremos o risco de que, diante do protagonismo de responsabilidades que recai sobre as famílias e envolve as políticas sociais, ocorra uma “desistência” dos direitos sociais³⁵.

Gonçalves (2005), que realiza estudos acerca das trocas sociais entre as gerações familiares das camadas populares, trata o tema ‘desistência dos direitos sociais’ sob o enfoque do público-privado. Enfatiza a autora que a regulação da cultura nas sociedades em que o Estado não se faz presente se realiza pela mediação do doméstico, da casa e da família. Entre as problematizações propostas pela autora, uma questão importante emerge para se pensar: se a regulação e o controle da ordem social instituída ocorre a partir do âmbito doméstico, sendo então a família a organização que assume este papel, “como a família dará conta dessa função reguladora cujo alcance deve exceder o doméstico?” (Ibid., p. 4).

³⁵ Este campo de possibilidade encontra ressonância ao ouvir, durante o processo de intervenção profissional do programa, sobre o significado do ECA para algumas das participantes. As mesmas avaliavam que este não significava algo positivo, na medida em que se sentiam sobrecarregadas, responsabilizadas e solitárias frente às demandas impostas pelo Estatuto. Um outro aspecto apontado era que, devido à legislação, havia uma facilitação para que seus filhos “de menor” fossem agenciados pelos traficantes.

A pesquisa de Gonçalves, com mulheres das classes populares no Rio de Janeiro³⁶, revelou que uma das estratégias a que estas recorriam era a utilização de métodos coercitivos e de punição corporal com propósitos disciplinares. A punição corporal é justificada pelas entrevistadas como uma situação de recurso extremo: “ela é empregada em situações nas quais a criança ou mesmo o jovem, apesar de advertidos, insistem na desobediência e no desrespeito aos pais ou mesmo aos mais velhos com os quais mantêm relações de parentesco ou vizinhança.” (Ibid., p. 6).

Outro aspecto que também merece ser analisado nessa direção é: diante do exacerbamento do individualismo e da violência como ficam essas relações domésticas? Conforme discute Pacheco (2005), muitas das mulheres das classes populares anteriormente viabilizavam o espaço doméstico apoiadas em um sistema de troca entre vizinhos, parentes e amigos, processo este baseado nas relações de reciprocidade. Seus afazeres domésticos eram compartilhados com outras mulheres da sua rede de parentesco e vizinhança. Na realidade atual, essas pessoas integrantes de uma dinâmica de vida mais comunitária perderam a “capacidade” de intervir nas relações familiares, pois,

embora a mulher pobre permaneça, ainda hoje, dependente de um sistema informal de ajuda – vizinhos e parentes – lançar mão dele torna-se cada vez mais problemático. Devido aos poucos recursos que possui, dificilmente ela conseguirá retribuir a ajuda e os auxílios recebidos e, para não se tornar devedora, buscará construir estratégias individuais e familiares para dar conta da sua dupla jornada de trabalho. A viabilização dessa dupla jornada torna-se, para este grupo de mulheres, mais difícil, considerando-se a ausência o Estado na garantia do bem-estar social. (Ibid., p. 23).

As considerações apontadas por Pacheco ratificam as falas das participantes do PFF, que, quando indagadas sobre com que pessoas ou organização contava para se alimentar, evidenciavam em suas respostas³⁷ que: 43,6% recorriam a parentes ou familiares, 11,7% recorriam a instituições comunitárias, 8,6% recorriam a vizinhos ou amigos, 6,4% recorriam a instituições públicas, e o que nos chama a atenção – 25,3% delas não recorriam a ninguém ou contavam apenas com seus próprios recursos. Em relação aos 25,3% que responderam não recorrer a ninguém, questiona-se: em que medida podemos pensar que se trata de um fenômeno, reflexo do esvaziamento das relações de reciprocidade existentes na experiência de cotidiano desses grupos, e da impossibilidade de contar com as instâncias públicas? Conforme

³⁶ O estudo pesquisou jovens e trabalhou com uma amostra de mães moradoras da comunidade do Bom Retiro, bairro localizado no município de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro.

³⁷ Fonte: Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002.

Pacheco (2005), muitas mulheres passam a adotar estratégias que se voltam apenas para os próprios recursos.

Concordamos, ainda, com Campos e Miotto (2003) quando afirmam que, na realidade atual, a família encontra-se mais na posição de um grupo ameaçado do que de uma instituição capaz de prover os cuidados que sobre ela são projetados. As autoras questionam: por que continuamos a operar no âmbito da política social com uma concepção alheia à realidade? (p. 183).

Nessa perspectiva, o próprio nome do programa – Fortalecendo a Família – pressupunha uma fragilização/incapacidade da família que, para ser fortalecida/“cuidada”, associava transferência de renda e ação socioeducativa a ser construída, desenvolvida e sistematizada por instituições não-governamentais. Na experiência pesquisada, as instituições assumiam as especificidades de serem Universidade.

3.3 A experiência socioeducativa com as famílias no Programa Fortalecendo a Família – PFF

O PFF, parte constitutiva de uma ação da SEADS (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo), acoplado ao Renda Cidadã³⁸, constituiu um tipo de intervenção específica na sociedade paulistana, pois foi gerido por convênio estabelecido entre a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e as universidades. A proposta de desenvolvimento socioeducativo fundamentava-se em três pilares: Metodologia Prevista, Metodologia Vivida e Metodologia Proposta. Para o início do trabalho, foram adotadas diretrizes pelo PFF em curso na SEADS, dentre as quais destacam-se:

³⁸ O Renda Cidadã se caracterizava como um programa de transferência de renda ligado à Secretaria de Desenvolvimento de Assistência Social do Estado de São Paulo. O seu objetivo era o de repassar mensalmente o recurso financeiro de R\$ 60,00 às famílias com renda familiar de até dois salários mínimos e com filhos na faixa etária de zero a dezesseis anos, compreendendo um período de doze meses prorrogáveis por mais doze. De acordo com as diretrizes do programa, considerava-se a família a “unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos, que possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição dos seus membros”. Assim como se considerava família em situação de pobreza aquela com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 100,00 (cem reais). (Norma Operacional Básica do Programa Renda Cidadã, Artigos 3 e 4, apud BAIERL, 2002).

acompanhar e estimular as famílias para o seu desenvolvimento social e pessoal; estimular a inclusão de seus membros na rede de serviços socioassistenciais disponíveis na região; criar oportunidades para acesso a bens, recursos e serviços produzidos pela sociedade e disponíveis nas regiões e na cidade; identificar e fortalecer as potencialidades das famílias e dos recursos da região; e ampliar o universo cultural, social e informacional disponível. (CAMPOS et al., 2004, p. 23).

A Metodologia Viva envolveu a dimensão da práxis exercida, sofrendo imprevistos, reformulações, inserção de conteúdos específicos de cada região de acordo com as demandas que se apresentavam e com as especificidades das equipes envolvidas, processo que será retomado com maiores detalhes no capítulo que apresenta a pesquisa realizada.

Em relação à Metodologia Proposta, tratava-se de um dos objetivos norteadores do convênio estabelecido entre universidades e Secretaria de Assistência, visando à sistematização da experiência vivida no programa, “capaz de tornar evidentes os resultados gerais obtidos do ponto de vista dos objetivos e compromissos assumidos pela PUC-SP (Ibid., p. 25).

3.3.1 Critérios de inserção, permanência e desligamento

O programa criou critérios de controle para o funcionamento do mesmo nas instâncias de inserção, permanência e desligamento dos membros. Segundo as determinações do programa, o membro titular do cartão Renda Cidadã e representante junto ao programa deveria atender aos seguintes critérios: morar no distrito pelo período mínimo de dois anos, com comprovação; ter renda mensal desde um salário mínimo até dois; possuir dois ou mais filhos com idade de até 16 anos; ser responsável pelo recebimento do subsídio, prioritariamente, mulher com idade acima de 18 anos ou, em sua ausência, o responsável pela organização no provimento da família. Além disso, observava-se também os seguintes critérios: se o membro interessado era provedor desempregado; chefe de família do sexo feminino com número de filhos com idade inferior a 16 anos em maior quantidade; ter presente, na família, filho ou filhos cumprindo medida socioeducativa; ter pessoas portadoras de deficiência ou egressos do sistema penitenciário; ou, ainda, ter na composição familiar idosos com mais de 65 anos.

Depois de preenchidos os critérios de elegibilidade, o representante da família deveria, como condição de permanência no programa, participar de reuniões e atividades coletivas; exigia-se também a comprovação de matrícula e frequência dos filhos de 7 a 16 anos no ensino fundamental e a garantia de manutenção da carteira de vacinação atualizada das crianças em idade inferior a 5 anos.

3.3.2 Estruturação da intervenção do Programa Fortalecendo a Família a partir do trabalho realizado pelas universidades

A participação das instituições universitárias no programa foi uma conquista de importância significativa na esfera da relação sociedade-universidade. A presença de profissionais e estagiários possibilitou que o programa operacionalizasse sua intervenção em larga escala, dirigido à população de baixa renda, com ênfase no grupo familiar.

No entanto, conforme Campos et al. (2004), a estruturação do trabalho após o convênio estabelecido seguiu os seguintes passos: coube à PUC/SP, conveniente da SAS/PMSP, o gerenciamento do programa; as famílias foram previamente cadastradas por uma empresa contratada pela SAS; as equipes técnicas da SAS nuclearam os representantes de famílias em grupos de atendimento, sugeriram locais iniciais para o início do acompanhamento socioeducativo e distribuíram os cartões aos titulares cadastrados no Programa Renda Cidadã³⁹; para acompanhar e desenvolver a metodologia de trabalho, foram definidos professores das universidades envolvidas, das áreas de Psicologia e Serviço Social, que assumiram o papel de supervisionar as equipes de campo; a estrutura organizacional do programa era composta por: conselho gestor, equipe de metodologia, equipe de monitoramento e avaliação, gerência geral, gerências de áreas e equipes técnicas/estagiários das áreas de Psicologia e Serviço Social; o processo de monitoramento e avaliação do programa ficou sob a responsabilidade do IEE, Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP; o programa trazia como concepção a construção de uma metodologia a ser desenvolvida em processo por todos os envolvidos, reforçando, assim, um caráter participativo de todos aqueles

³⁹ Este trabalho era efetivado por meio de reuniões da equipe técnica da Secretaria de Assistência com os representantes das famílias. Nesse momento, a população recebia informações como: a vinculação entre os Programas Renda Cidadã e Fortalecendo a Família, a condução do Programa, que seria realizado pelas universidades; a exigência de cumprimento de critérios com a presença obrigatória e limite de três faltas nas reuniões por parte do representante ou outro adulto responsável na impossibilidade deste; e o agendamento das reuniões seguintes para apresentação da equipe técnica que desenvolveria o acompanhamento dos grupos.

que estavam envolvidos na tarefa. Dessa forma, a intervenção inicial se pautou numa Metodologia Prevista que foi sendo transformada a partir do processo histórico da intervenção denominada Metodologia Proposta. Ressalta-se que o prazo previsto para a duração do programa era de dois anos.

3.3.3 O processo de construção metodológica

Na Metodologia Prevista, buscou-se conhecer quem eram os representantes das famílias beneficiárias, como e onde viviam, o que desejavam/sonhavam e que tipos de problemas enfrentavam. O objetivo foi conhecer a realidade dos participantes, construir vínculos, ouvir suas histórias, acolhê-los em suas queixas e sofrimentos e estimular o desenvolvimento de processos relacionais com vistas à potencialização de seu desenvolvimento social e pessoal e à promoção de uma melhor qualidade de inclusão social. A intervenção foi pautada no acolhimento das diferentes situações refletidas, na problematização e nas respostas às demandas e necessidades provenientes da participação dos representantes das famílias nos grupos, de forma articulada com as organizações e forças sociais dos territórios onde foram desenvolvidas as atividades.

Segundo Campos et al. (2004), para o início do trabalho, foram estabelecidos os seguintes critérios orientadores: fixação de quem seriam os responsáveis por participar dos grupos de forma contínua – em sua grande maioria, definiu-se que as mulheres assumiriam a responsabilidade pela participação nos grupos; organização das pessoas em grupos de 25 a 30 participantes, reunidas de acordo com a proximidade geográfica; realização de encontros quinzenais, durante o dia, com duração de uma hora e meia, e com frequência obrigatória; condução dos grupos por duplas, cada uma delas formada por um técnico e um estagiário das áreas de Psicologia e Serviço Social; necessidade de destinação de espaços por parte de instituições e associações locais situadas nas proximidades de moradias dos participantes; ampliação dos encontros gerais entre as famílias.

As questões coletivas problematizadas no âmbito dos grupos nasceram com o decorrer do desenvolvimento dos grupos, nem sempre de forma espontânea, momentos em que eram identificadas demandas comuns pelos participantes. Dessa forma, o problema que inicialmente emergia como uma questão singular, individual, podia ser ampliado por meio da

reflexão e problematização dos integrantes como uma questão que atravessava aquele coletivo, podendo ainda ser identificada como uma questão mais ampla voltada ao âmbito das famílias e de grupos sociais mais abrangentes.

Quanto às diversas políticas, grandes necessidades são evidentes. Aparecem como prioritárias: atenção a saúde, trabalho (especialmente alternativas de emprego), habitação popular, lazer, e cultura. É preciso detalhar um caminho de apreensão que consiste em possibilitar, em primeiro lugar, o conhecimento dessas políticas, ao ampliar o universo informacional acerca do tema e permitir a identificação de recursos sociais na região e na cidade, além de promover seu conhecimento interno, a compreensão e aproximação em relação às formas de organização do poder público e de representação da sociedade civil. (CAMPOS et al., 2004, p. 34).

Ressalta-se também que algumas mudanças foram realizadas no início do trabalho. Foi necessário destinar subsídio financeiro a algumas instituições que concediam os espaços para as reuniões dos grupos. Também o critério de obrigatoriedade de comparecimento do representante das famílias⁴⁰ aos grupos incorporou a possibilidade de participação de outros integrantes da família em caso de impedimento por parte do representante ou mesmo de interesse de outros integrantes em participar (Ibid.).

A constituição dos grupos não se deu de forma homogênea. Entre os fatores de impacto relacionados a este fato, destacaram-se os desmembramentos e as reorganizações das pessoas nos grupos, bem como as mudanças dos locais de encontros dos grupos, que fizeram com que as pessoas migrassem entre grupos já estabelecidos. A dificuldade de espaço deveu-se à insuficiência e à precariedade de locais disponíveis para a realização dos encontros.

Segundo Campos et al. (2004), a estruturação dos grupos no programa esteve na dependência de outras ações, tais como o cadastramento e a nucleação concomitante à obtenção de locais para os encontros. Durante o processo, algumas pessoas desistiram ou mudaram de grupo. “Freqüentemente a escolha dos locais de encontro não seguiu o critério mínimo de acessibilidade e de condições de acomodação dos integrantes do grupo: instalações, higiene, água, segurança, entre outros aspectos.” (Ibid., p. 30).

⁴⁰ Considerava-se representante da família aquele que tinha a titularidade do cartão.

4-SUJEITO, SUBJETIVIDADE E EMOÇÕES: CONFIGURAÇÕES CONSTITUTIVAS DA POTÊNCIA DE AÇÃO

O objetivo deste capítulo é o de refletir como a psicologia social pode contribuir no campo das políticas sociais, incorporando à intervenção destas o afeto, a sensibilidade e as necessidades sublimes “do belo, de dignidade – que são essenciais, apesar das exigências da luta pela sobrevivência, à cidadania e aos direitos sociais.” (SAWAIA,2006, p. 91).

Adotamos o conceito de subjetividade com ênfase na dimensão das emoções e sentimentos, e analisamos de que modo este referencial pode contribuir para o campo das políticas, especificamente na análise das intervenções psicossociais. Para tanto, foram incorporados alguns pressupostos da filosofia de Agnes Heller, que discorre sobre os sentimentos; de Vygotsky, especialmente seus estudos acerca da emoção e da subjetividade; de Espinosa, que discorre sobre a ética a partir da compreensão dos afetos e das paixões; bem como incorporamos as reflexões teóricas de Sawaia, que, baseada nos fundamentos de Espinosa e de Vygotsky, entende a afetividade como categoria e idéia reguladora da subjetividade. Segundo Sawaia (2006, p. 86), a emoção e o sentimento

não são entidades absolutas ou lógicas do psiquismos, elas constituem o sistema de afetividade, um universo peculiar da configuração subjetiva das experiências vividas ao longo de nossas existências e das projetadas para o futuro como possibilidades que superam as nossas atividades.

Sawaia diferencia emoções de sentimentos, utilizando, para isso, a temporalidade da experiência como parâmetro de distinção: enquanto as primeiras possuem um caráter momentâneo, provocando mudanças corpóreas instantâneas que irrompem à consciência, “o sentimento é histórico, depende da minha memória e dos outros das minhas relações. É a emoção sem prazo, com longa duração que não se refere a coisas (objetos ou idéias específicas). É o tom emocional que caracteriza a forma como eu me coloco no mundo”. (SAWAIA, 2003, p. 15.).

Gonçalves (2003), ao analisar a importância da subjetividade nas políticas sociais, ressalta que a psicologia tem participado na formulação destas; entretanto, na análise do fenômeno psicológico ainda predominam “explicações sobre o psiquismo que abordam a

relação indivíduo-sociedade de maneira dicotômica” (GONÇALVES, 2003, p. 8). É por isso que os fenômenos psicológicos eram compreendidos como pertencentes a duas grandes categorias, ou seja, os fenômenos físicos seriam compreendidos a partir de sua causa e os fenômenos psíquicos, inacessíveis à análise científica objetiva (LURIA, 1999). Tal conceito foi reafirmado a partir de Descartes, com sua filosofia dualista, segundo a qual os fenômenos psíquicos expressavam formas do espírito. E conhecer tais fenômenos pertencia à esfera da razão e/ou intuição. Seria mais correto dizermos que a antiga psicologia, ao examinar o psiquismo, estava presa às ilusões especulativas, dedicada a abstrações e imaginações. Fragmentava a “vida-viva” (VYGOTSKY, 2001), tornado-a impotente, sem protagonismo humano, cristalizada, reduzindo a subjetividade ao que estava externo, sem qualquer assentamento desta com o mundo interior.

Inserimos a análise dos afetos nas intervenções das políticas, por entendermos que constituem amálgamas entre os sujeitos e as políticas, podendo indicar, inclusive, em que medida as intervenções estão promovendo a expansão ou o retraimento dos sujeitos, ou, em outros termos, em que medida as ações promovem o aumento da potência de ação ou corroboram para reafirmar modos de padecimento e de sofrimento ético-político. O afeto ou *affectus* em Spinoza (Ética) são paixões (*passiones*) e, deste modo, transversa as relações e situações humanas, podendo nos fazer tristes, gerando passividade. Deixam de ser passivas na medida em que concebemos uma idéia clara e distinta de sua causa e agimos. Quando sofremos sua ação, somos influenciados ou modificados; implicamo-nos e somos implicados; expandimos ou retraímos.

Os dois conceitos apresentados são categorias discutidas por Sawaia (1999) e adotadas pelo Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão – NEXIN, e orientam o estudo das políticas sociais. O sofrimento ético-político configura um tipo de padecer gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam historicamente, de acordo com as determinações do processo de exclusão social. O excluído deve, de alguma forma, ser incluído e sentir-se incluído. Trata-se de um modo de inclusão perversa, pois deixa de lado as causas da exclusão e reproduz novas formas de sofrimento ético-político: “incluir, excluindo-o e o exclui, incluindo-o”, como afirma Agamben (2002, p.57). O contraponto ao sofrimento ético-político é a idéia de potência de ação, que significa desenvolver valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades, tendo em vista a superação do sofrimento ético-político.

Os pressupostos que orientam este estudo, fundamentado no materialismo histórico-dialético, ao tratar das relações estabelecidas entre os homens na sociedade, concebem que

essa relação é determinada pelas condições materiais de existência. Portanto, o parâmetro que orienta o estudo da subjetividade e das emoções é a materialidade colocada na história, aspectos indissociáveis da experiência humana.

O homem, nessa perspectiva, não é concebido como pronto nem tampouco a reboque das contingências. A concepção sócio-histórica discute o humano em processo e atos, que faz história, que é atravessado pelas determinações materiais da particularidade em que se encontra, mas que, a todo o momento, é capaz de promover e desencadear atos que transformam ou que perpetuam formas de servidão. Ressaltamos que a concretização dos atos humanos pressupõe o resultado no “seio do qual o ato se prolonga e desaparece, simultaneamente” (SEVE, 1979,p.24), e as condições subjetivas de sua produção e reprodução, que “se manifestam dentro do próprio ato” (Ibid.), ou seja, das capacidades do sujeito. Sendo assim, discutir a subjetividade é remetê-la à condição material e histórica que atravessa a vida humana e que está implicada na organização dessa subjetividade, pois o homem, como afirmava Gramsci, “é um processo, e mais precisamente, é o processo dos seus atos” (1978, p. 173).

A história é uma dimensão fundamental para a compreensão da relação homem-sociedade. Ela é a totalidade viva, sensível e contínua da existência humana (MARX; ENGELS, 2007). A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. Na medida em que transformam as condições materiais para se manter, atribuem significado à sua existência e constroem história

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 10-11).

Nessa direção, Vygotsky afirma que, a compreensão do comportamento humano está remetida a um duplo sentido, que envolve a história social e o modo como esta se inscreve construindo a história pessoal e a subjetividade dos sujeitos: “todo o desenvolvimento humano é inicialmente processado interpsicologicamente a partir da dimensão coletiva, do

espaço social intersubjetivo para posteriormente se configurar como intra-psicológico” (VYGOTSKY, 1999, p. 117).

A subjetividade é entendida aqui como uma categoria da psicologia social que articula as dimensões humanas do agir, do pensar e do sentir. Organizada pelas mediações sociais e atravessada pelas condições materiais históricas de existência, ela é impulsionada pelos afetos.

Inspirado nos fundamentos filosóficos de Espinosa, Vygotsky destaca que é o afeto o amálgama responsável por estabelecer a interconexão entre essas dimensões: “o pensamento está, segundo expressão de Spinoza, a serviço das emoções, e o indivíduo que tem inteligência é dono das emoções” (Ibid., p. 116).

Conforme titula Marilena Chauí (2005), Baruch Espinosa é conhecido como o filósofo da alegria. É de origem judaica e sua família pertencia aos cristãos novos. Em seu estudo sobre a ética, apresenta uma significativa e rigorosa fundamentação que insere os afetos como fundamental à vida humana, compreendendo-os não como vício ou algo que prescindia de controle. Este fundamento ganha densidade na obra *Tratado da reforma do entendimento*, momento em que o autor afirma que a mudança de vida parte da mudança do intelecto e da mudança da maneira de ser. O afeto, segundo Espinosa, possui em si uma capacidade transformadora, potencializadora – revolucionária, diria –, pois toda mudança ocorre mediada pelo afeto que ela engendra, ao mesmo tempo em que o afeto também indica a condição de servidão humana. Os afetos são “afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecidas ou entravadas, assim como as idéias dessas afecções” (SPINOZA, 2005, p. 151).

Chauí (2005, p. 59), fundamentada em Espinosa, ressalta que os afetos indicam a passagem, ou a transição de um estado do corpo e das idéias a outro de forma simultânea, pois “as afecções do corpo são imagens que, na alma, se realizam como idéias afetivas ou sentimentos”. Nessa perspectiva, os afetos têm o poder de expandir ou retrair o nosso *conatus*, de acordo como este venha a se processar em nós, perseverando a existência. Espinosa refere-se ao *conatus* como desejo quando se refere exclusivamente à mente; mas, ao falar de mente e corpo simultaneamente, diz *apetite*, compreendendo-o como a própria essência do homem.

O homem é um ser ativo, diz Espinosa, possui uma potência natural de autoconservação. Trata-se de uma força positiva interna, que movimenta o ser, expandindo, conservando e atualizando-o. “No corpo o *conatus* se chama *apetite*; e na alma *desejo* [...] as afecções do corpo são afetos da alma” (CHAUÍ, 2005, p. 59).

Sob este fundamento, a virtude⁴¹ do corpo está em afetar e ser afetado por outros corpos; a virtude da alma, em pensar. É o desejo que nos impulsiona a agir de uma determinada maneira. O desejo não existe em si, mas se realiza em função das emoções e sentimentos que vivenciamos e do encontro dos nossos corpos com outros corpos. É o encontro com outros corpos que nos possibilita compor, manter e expandir o nosso ser. Para isso, todo ser precisa afetar e ser afetado por outros corpos, naquilo que Espinosa chama de bons encontros.

Entretanto, para Espinosa, o campo da política trata da questão da utilidade e não da espiritualidade, como trata a tradição. O corpo é compreendido como um modo que exprime uma essência em constante extensão. Deste modo, nosso corpo é composto de infinitos corpos e partes diversas, sendo o *conatus* que agrega as diversas e diferentes partes, compondo-as para o corpo se manter vivo, expandir e perseverar. Todavia, não dá para pensar no corpo sem pensar no corpo biológico, na medida em que ele é composto de infinitas partes e diversos outros corpos.

Toda existência, para Espinosa, é um ato de existir, daí questionar: “o que pode um corpo?”. Esse corpo a que se refere Espinosa tanto pode ser compreendido como um indivíduo quanto como a multidão. E, nesta direção, podemos falar em corpo político como aquele que pode instituir o poder. Neste caso, o tirano não pode transgredir os direitos da multidão, tirando a liberdade do indivíduo. Em Hobbes, há uma renúncia do indivíduo à política; em Espinosa, o corpo participa do campo do poder, pois o poder do governante é a instituição do corpo político.

Para os gregos, todo homem está destinado ao conhecimento dos corpos da natureza, daí uma pergunta que se fazia: por que a maioria dos homens não chegava ao conhecimento e à felicidade? Platão lança mão da teoria da transmigração das almas, respondendo que os corpos retornarão e reencarnarão, em processo contínuo e ascendente de aquisição do conhecimento. Entretanto, encontramos no Cristianismo a idéia que os homens são incapazes de se autogovernar, justificando a passividade ou atividade dependendo do conhecimento que temos, do modo como uma determinada coisa nos afeta e somos afetados, podendo se constituir em ação ou paixão, diria Espinosa.

Ao tentarmos aproximar Descartes e Espinosa, encontramos no primeiro a idéia do corpo como um mecanismo, uma máquina; no segundo, há uma compreensão fundamentada no conhecimento da realidade, da natureza e substância única, expresso no “Deus sive Natura

⁴¹ A virtude é compreendida em Espinosa pelo sentido etimológico da palavra: força interna (em latim, *virtus* deriva de *vis*, força interna) (CHAUI, 2005, p. 63).

sive Substância”, gênese da tese que defenderá e discorrerá em toda a *Ética*. E, por isso tudo que existe, dirá, existe necessariamente, ou seja, o existente não se restringe ao mundo físico, mas do mesmo modo, ao pensamento.

Quando Espinosa afirma “ninguém até agora determinou o que pode um corpo” (SPINOZA, 2005 *Ética III*), está dizendo que o corpo é uma manifestação, um modo de Deus, ou seja, da natureza. E o *conatus* define cada modo, ao mesmo tempo em que é expressão de uma força imanente, que constantemente se manifesta, modifica-se e transforma, como temos dito.

Ferreira (2003) reconhece que os traços fundamentais da filosofia espinosana estariam centrados em sua recusa em “separar a vontade e o conhecimento, a crítica ao dualismo antropológico, a rejeição de uma mundividência centrada no homem, a supressão da finalidade, a denúncia das ideologias”. Neste sentido, o “que pode um corpo” se revela na existência e conservação e essencialmente nos bons encontros geradores de novas necessidades e ações. A necessidade de bons encontros suscita o agir, dá satisfação, possibilita a hominização social, produzindo desejos radicalmente novos, alargando e atualizando o *conatus*. E por isso, não encontramos neste autor separações entre ética, antropologia, política e conhecimento, por serem da mesma natureza, compõem-se, na medida em que a busca do ser humano é a felicidade.

Espinosa não chegou a escrever as causas do sujeitamento do corpo feminino, mas certamente diria que a causa da sua sujeição, devemos procurá-la e encontrá-la na religião. O homem é simultaneamente idéia e corpo e, para além de outras reflexões, diríamos que, se no passado o corpo feminino era domesticado pela religião, hoje esse corpo é um modelo introjetado dos valores impostos por estímulos externos e constantes.

O homem conhece quando se torna causa adequada, ou seja, quando se torna a causa total daquilo que se passa nele. Nessa perspectiva, o homem é ativo, pois está em conformidade com sua natureza ao manifestar sua potência de ação. Ao sermos causa adequada, somos seres livres que compreendem as causas e os efeitos da nossa própria natureza sobre nós.

Digo que somos ativos [agimos] quando se produz em nós ou fora de nós qualquer coisa que somos a causa adequada, isto é (definição precedente), quando, em nós ou fora de nós, decorre de nossa natureza alguma coisa que se pode conhecer clara e distintamente tão-somente pela nossa natureza. Ao contrário, digo que somos passivos quando se faz em nós alguma coisa ou que se segue da nossa Natureza alguma coisa de que só parcialmente somos causa. (SPINOZA, 2005, p. 197).

Quando somos causa inadequada, estamos sobre a influência dos afetos passivos, ou das paixões, cujos efeitos só podem ser compreendidos de forma parcial. Significa que pensamos e agimos com base em imagens exteriores, que operam como causas de nossos apetites e desejos. “As paixões são efeitos necessários do fato de sermos uma parte finita da Natureza circundada por um número ilimitado de outras partes, que mais poderosas e mais numerosas que nós, exercem poder sobre nós.” (CHAUÍ, 2005, p. 60).

Os afetos que derivam das paixões podem ser de alegria ou de tristeza. Mesmo dependendo da existência de causas externas a nós, as paixões alegres geram um aumento de potência, ao contrário das tristes, que, além de independentes da nossa vontade, impedem a expansão do ser, retraindo o nosso *conatus*.

No livro IV da *Ética*, que trata da servidão humana ou da força das paixões, Espinosa propõe que “Uma paixão não pode ser reprimida nem suprimida senão por uma paixão contrária e mais forte do que a paixão a reprimir” (SPINOZA, 2005, p. 293). Portanto, quando estamos pensando o sujeito histórico, alvo dos programas sociais, pautamos a afetividade como idéia reguladora, e o papel assumido pelos afetos como caminho para conhecermos a forma como este sujeito afeta e é afetado pelas intervenções das políticas sociais.

O que possibilitará a expansão do corpo é o tipo de encontro que ele terá com outros corpos. Espinosa chama de bons encontros aqueles que aumentam nossa potência de agir, na medida em que somos a causa adequada dos nossos afetos; os maus encontros seriam aqueles que, submetidos pela influência das paixões tristes, corroboram para a decomposição do nosso ser, pois enfraquecem o *conatus*.

Conforme Brandão (2008), uma das determinações categoriais centrais na obra de Espinosa é a idéia de *conatus*, pois, ao mesmo tempo em que o *conatus* permite olhar o homem como uma potência em movimento que busca, simultaneamente, conservar-se e expandir-se, este só se realiza mediante o encontro com outros corpos, e, nesse sentido, ele é fundamento de sociabilidade, que se exprime, enquanto totalidade, pela imanência mente e corpo, mediado pela capacidade do ser de afetar e ser afetado pelos outros. Uma idéia, uma ação ou um desejo mudam a partir de uma emoção mais forte. Como os afetos são gerados nos encontros com o outro, o caminho para desenvolver a afetividade depende da força interior, *conatus*, mas essa só se realiza na coletividade e nas relações face-a-face. Quanto mais o homem realiza o seu *conatus*, mais realiza a sua natureza e mais perfeição ele atinge, no sentido de ser ético e livre. Tal processo, para ser atingido, depende da natureza dos afetos e do conhecimento sobre estes. A afetividade se constitui, assim, em matéria-prima da vida ética, podendo se expressar tanto em servidão como em liberdade.

A argumentação que o filósofo oferece sobre o papel dos afetos para a vida desmistifica a visão negativa projetada por outros pensadores, como Descartes ou Hobbes sobre o papel dos sentimentos e emoções, como vício ou descontrole, ao mesmo tempo em que resgata o poder humano sobre estes. A afetividade é constitutiva e constituinte da conservação e da expansão humana. A vida ética nasce no interior das paixões, pelo fortalecimento das mais fortes, que, para Espinosa, relaciona-se a todos os afetos que nascem da alegria, tais como: o amor, a amizade, a generosidade, o contentamento, a misericórdia, a benevolência e a gratidão; e pelo enfraquecimento das mais fracas, isto é, de todas as formas de tristeza e dos desejos nascidos da tristeza, tais como: o ódio, o medo, a ambição, o orgulho, a humildade, a modéstia, o ciúme, a avareza, a vingança, o remorso, o arrependimento e a inveja (CHAUI, 2005).

Além da idéia de *conatus* como fundamento da sociabilidade, enfatizamos que a idéia de potência de ação e de encontros são importantes para subsidiar formas de intervenção que contemplem as paixões nos planejamentos políticos. Para Espinosa, a potência de ação está diretamente relacionada à qualidade dos encontros: “o objetivo de cada um é rentabilizar maximamente sua potência, diz Espinosa, ao mesmo tempo em que afirma que o conseguimos quando nos unimos aos outros, alargando o nosso campo de ação” (SAWAIA, 2001, p. 126).

Portanto, pensar em bons encontros significa pensar em espaços que promovam o afastamento das paixões tristes e a aproximação das alegres, de forma que “a alegria e o desejo dela nascido tendem, pouco a pouco, diminuir nossa passividade e preparar-nos para a atividade” (BRANDÃO, 2008, p. 99).

Uma outra idéia que se aproxima da idéia de potência de ação em Espinosa pode ser encontrada nos autores Newman e Holzman (2002), que, embasados na teoria sócio-histórica de Vygotsky, utilizam a categoria de análise denominada atividade prático-crítica revolucionária e situam o conceito a partir da valorização da história humana. Destacam, assim, a importância da psicologia conhecer, descrever e analisar a atividade humana, ou seja, dar ênfase no que as pessoas fazem; porém, não se trata de enfatizar qualquer ação ordinária, mas àquela ação com sentido e dimensão histórica.

Para diferenciar o que está sendo chamado de atividade prático-revolucionária, os autores trabalham com duas categorias distintas: história e sociedade como espaços da vida humana.

Como seres humanos, todos nós vivemos simultaneamente na história (a totalidade contínua, sem fim da existência) e em sociedade (o nome dado a

um arranjo específico espaço-temporal institucional dentro da história); todos vivemos em história/sociedade. Todas as sociedades necessariamente adaptam seus membros a essa localização dual, a essa identidade dual, mas elas variam largamente no grau a que exigem adaptação só para si mesmas, ou também para a história. (Ibid., p. 56-57).

As sociedades estão organizadas de tal modo que a maioria das pessoas nem sabe que está na história: existe uma alienação dos modos de produção, do processo histórico do trabalho, assim como do processo histórico do nosso próprio desenvolvimento histórico. Na visão dos autores, “essa privação da identidade histórica deixa as pessoas vulneráveis tanto à mudança política reacionária (facismo) como à psicopatologia (por exemplo, depressão)” (Ibid., p. 57).

Cabe ressaltar que esse processo de alienação do sujeito em relação ao seu lugar na história e na sociedade sofre agravos quando relacionamos o lugar social que o sujeito ocupa, a questão de idade, gênero, etnia, entre outros elementos. Os autores destacam a necessidade de relação com a história para mudar totalidades: “adaptar-se à história significa comprometer-se na atividade revolucionária de mudar totalidades” (Ibid., p. 58). Segundo os autores, trata-se de um parâmetro para diferenciar a ação mecânica, ordinária, repetitiva de uma atividade com sentido ético-político, que implica mudar circunstâncias históricas, no âmbito singular e particular, numa dimensão cotidiana.

A atividade revolucionária prático-crítica envolve a ação, mas também a elaboração de significados e sentidos, no qual estão inseridas as emoções, a construção de idéias, de valores e impulsos mobilizadores das ações.

Propomos, aqui, substituir o conceito de adaptação utilizado pelo autor pelo de implicação. Implicar-se na história, sentir a história e afetar e ser afetado por essa história. Conforme discute Heller, “sentir significa estar implicado em algo. Tal implicação [...] é parte estrutural inerente a ação e ao pensamento e não um mero acompanhamento”⁴² (HELLER, 1985, p. 23).

Concebemos que adaptação estaria ligada à conservação do sujeito, e o implicar-se estaria relacionado ao sentir, aos afetos e à potência. Enfatizamos a necessidade de resgatar essa dimensão para pensar a história, o homem por inteiro e a possibilidade de resistir às determinações do capital, que tudo transforma em mercadoria e se volatiliza. Tal resistência não seria da ordem da passividade, mas da ordem da capacidade revolucionária própria condição humana.

⁴² “sentir significa estar implicado en algo. Tal implicación [...] es parte estructural inherente de la acción y el pensamiento y no un mero ‘acompañamiento’”.

Neste trabalho, adotamos o conceito de potência de ação como uma unidade de análise que nos permite captar a ação expandida, a ação na qual há consciência do movimento, das determinações que configuram a dimensão do particular e que configuram a história pessoal – ação esta dirigida para provocar transformações. Dessa forma, essa capacidade humana de experimentar o mundo e atuar sobre ele, através dos encontros, depende fundamentalmente de dois aspectos intrinsecamente relacionados, da ação humana que só se realiza por meio das relações sociais, ou seja, o sujeito se constitui na relação com o outro: “qualquer processo volitivo é inicialmente social, coletivo e interpsicológico” (VYGOTSKY, 1999, p. 113).

Vygotsky ressalta a importância da experiência social, que envolve a experiência com o outro para a constituição da subjetividade: “disponho não apenas das conexões que se fecharam em minha experiência particular [...] mas também das numerosas conexões que foram estabelecidas na experiência de outras pessoas.” (Ibid., p. 65).

No estudo que realizamos, indagamo-nos pelas mediações que bloquearam ou expandiram a sensibilidade dos sujeitos, assim como pelas atividades que decorreram da experiência dos encontros nos grupos socioeducativos. Buscamos conhecer o sistema de afetos que se desenvolveu pela experiência de participação dos integrantes no programa em questão e como esses afetos estão associados às emoções, aos pensamentos e às ações dos sujeitos.

Conforme discute Vygotsky, inspirado em Espinosa, os afetos e emoções exercem um papel ativo nas conexões estabelecidas entre as funções psicológicas superiores. O sentimento, os pensamentos e as emoções se organizam no indivíduo mediados por sistemas de trocas e interações entre as funções psicológicas “Não sentimos simplesmente: o sentimento é percebido por nós sob a forma de ciúme, cólera, ultraje, ofensa. Se dizemos que desprezamos alguém, o fato de nomear os sentimentos faz com que estes variem, já que mantêm uma certa relação com nosso pensamento” (Ibid., p. 126).

4.1 Contribuição do pensamento de Vygotsky ao estudo das emoções e sentimentos

As emoções e os sentimentos não se constituem num campo de conhecimento recente, prerrogativa do saber científico psicológico; a filosofia já assumia, desde Aristóteles e Platão, um papel de conhecer a natureza humana, buscando nomear, problematizar o conhecimento acerca dos sentimentos, da vontade e da paixão como aspectos constituintes da natureza. Na Antigüidade, os sentimentos não estavam dissociados da visão de cidadania, de ética e de virtude. De acordo com a natureza, os seres humanos buscavam o bem e a felicidade, que só poderiam ser alcançados pela conduta virtuosa. A felicidade e o bem constituíam-se na essência da vida ética. Para os antigos filósofos, “o homem é por natureza , um ser racional, e que portanto, a virtude ou o comportamento ético, é aquele no qual a razão comanda as paixões, dando normas e regras à vontade para que esta possa deliberar corretamente.” (CHAUI, 1997, p. 348).

O sentimento era visto como uma questão ética e a análise dos sentimentos se subordinava à análise das virtudes: “se o homem mais virtuoso é o bom cidadão – como defendia Aristóteles –, então temos que medir os sentimentos com o parâmetro do bom cidadão.” (HELLER, 1985, p. 9)⁴³.

Havia um entendimento de uma ordem universal, um cosmo racional que ligava cada ser:

ser justo, ser feliz, ser sábio, ser corajoso, ser generoso, ser prudente, ser honrado eram conseqüências de estar em conformidade com a natureza: cósmica, social, política, familiar e individual. As virtudes éticas e políticas eram a atualização de uma potencialidade da natureza humana, desde que a razão pudesse comandar as paixões e orientar a vontade, pois só ignorante é passional e vicioso. (CHAUI, 1997, p. 348).

Na cristandade medieval, as idéias de ética e de virtude passam a estar associadas ao bom cristão, marcando uma nítida cisão entre a esfera pública e a esfera privada. O valor ético se torna interiorizado e a dimensão ética se transforma em livre-arbítrio; em lugar da ética, temos a moral. No Cristianismo,

⁴³ “Si el hombre más virtuoso es el Bueno ciudadano – como defendia Aristóteles –, entonces hay que medir los sentimientos com el baremo del bueno ciudadano”.

o sentimento de culpa originária coloca o vício como constitutivo da vontade e, dessa maneira, a ética não pode ser apenas a conduta racional que regula a vontade e submete as paixões, mas ainda exige a submissão da vontade divina a uma outra vontade, transcendente e essencialmente boa, que define desde a eternidade os valores e comportamentos morais, segundo uma finalidade que não é mais a da felicidade social, política e terrena, mas a da salvação extraterrena e extratemporal. (Ibid., p. 349).

Há uma perspectiva dualista influenciada pelos princípios cristãos, no qual o bem está associado aos sentimentos da alma e os sentimentos corpóreos representam a fonte do mal, o descontrole, devendo ser reprimidos e controlados.

Na Modernidade, a discussão dos sentimentos se entrecruza com uma visão de um discurso racional, e assume uma perspectiva reducionista, “o mundo dos sentimentos (e em consequência o mundo da ação moral) são edificados sobre os sentimentos básicos e derivados deles.” (HELLER, 1985, p. 10)⁴⁴.

A valorização do conhecimento racional irá aprofundar a cisão entre sentimentos e razão. Heller cita Kant (1724-1804) como um dos pensadores fundamentais dessa construção que trata o sentimento como questão moral, e visto como algo negativo. Kant postula que os seres humanos são egoístas por natureza, e precisam desenvolver o dever para se tornarem seres morais. Para o filósofo, há uma separação entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, que assumirá duas formas de razão: a primeira chamada de Razão Pura Teórica, relacionada ao mundo natural, da necessidade, que independe da vontade humana; a outra, a Razão Pura Prática, relacionada ao reino da liberdade, da vida moral, que depende da vontade humana. Utilizando a sua racionalidade, o homem exercita a liberdade de desenvolver valores morais. Para isso, o homem precisa desenvolver a noção do dever, que é a presença da lei moral nos seres humanos. A obediência ao dever significa obedecer a si mesmo como ser racional que interioriza a lei moral (CHAUÍ, 1997).

Os sentimentos e as emoções significam parte da natureza em nós. O sujeito submetido às paixões não desenvolve autonomia ética. A natureza nos impele a agir por interesse e o interesse é a forma natural do egoísmo, que nos leva a usar as coisas e as pessoas como instrumentos para o que desejamos. Ao agir por interesse, o homem está aprisionado ao reino da necessidade, igualando-se aos animais. O papel da Razão Prática é o de impor o dever moral. A vontade precisa definir nossa natureza racional e se distinguir do impulso

⁴⁴ “[...] el mundo de los sentimientos (y en consecuencia el mundo de la acción moral) son edificados sobre los sentimientos básicos o derivados de ellos”.

natural. O dever é proposto pela razão à nossa vontade livre. Na medida em que o querer e o dever se aproximam, desenvolvemos nossa racionalidade, pois a virtude é a força de vontade para cumprir o dever (Ibid.).

A partir da segunda metade do século XIX, a psicologia desenvolveu-se como área do conhecimento científico, baseando-se na tríade postulada por Kant, e adotou uma perspectiva empírica para compreensão do sujeito, com foco na sua dimensão psíquica; o sentimento se tornou um fenômeno abstraído da moralidade. Segundo Heller, na visão kantiana, a moral, o sentimento e a razão se tornam coisas distintas; dessa forma, a objetividade e a racionalidade deverão ser a base de explicação dos fenômenos psicológicos. Na direção de contribuir para a construção do saber científico psicológico que dissociou razão e emoção, estão os princípios filosóficos de Descartes. Este filósofo racionalista do século XVII postulou uma concepção de homem a partir da dualidade mente-corpo. Descartes tratou as emoções de forma instrumental, cindida, negativa e fragmentada, perdendo uma relação com o homem enquanto totalidade, inserido em um contexto histórico e material de existência. Para o autor, a separação entre corpo e alma é radical: trata-se de “substâncias de essências diferentes, cada qual seguindo suas próprias leis, sem comunicação”.(CHAUÍ, 2005, p. 52). O corpo, para Descartes, é uma metáfora da máquina, inspirado nas leis da mecânica clássica e regido por princípios como a inércia e as leis do movimento. Já a alma possui faculdades próprias, tais como a imaginação, a memória e o sentimento, que se expressam através dos pensamentos.

Em contraposição ao dualismo humano defendido por Descartes, Espinosa constrói uma concepção de homem baseada no monismo. Nessa perspectiva, corpo e alma são elementos de uma mesma substância. Em seu tratado sobre a Ética, interroga sobre o desconhecimento que temos acerca dos limites do corpo. A tese do filósofo baseia-se no paralelismo: o corpo não é mais que a alma e a alma não supera o corpo, “a alma é idéia do corpo” (Ibid., p. 55). O corpo se manifesta pelas afecções e a alma pela idéias das afecções, há uma correspondência. A alma é a consciência das afecções do corpo e das idéias dessas afecções. “A alma humana não conhece o próprio corpo humano nem sabe que este existe senão pelas idéias das afecções de que o corpo é afetado (proposição 19).” (Ibid., p. 55).

Dessa forma, Espinosa se diferencia do pensamento vigente, que fundamentará a moral moderna e se desenvolverá “como empreendimento de dominação das paixões pela consciência” (DELEUZE, 2002, p. 24).

As contribuições de Vygotsky sobre os estudos das emoções e sentimentos são de extrema riqueza à psicologia, pois ele rompe com os parâmetros de um determinismo

mecanicista que impregnou a ciência psicológica, influenciado pelas idéias de Descartes, dividindo a psicologia em dois campos: o da ciência natural, que estuda o comportamento sob o aspecto biológico, e o da ciência heurística, que ao abstrair o homem da materialidade o reduz ao campo dos significados (SAWAIA, 2000).

Para Vygotsky (1999), o sentimento, além de histórico e influenciado pelas condições psicológicas e ideológicas, possui uma raiz biológica, que é própria do desenvolvimento emocional. Por outro lado, as emoções complexas se desenvolvem como fruto de uma combinação de relações, que surgem em consequência da vida histórica.

Vygotsky dialogará criticamente com as teorias dominantes da época, que tratavam a emoção como um “estado dentro do estado”. Influenciadas pelo enfoque evolucionista de Darwin, compreendiam as emoções como retrospectivas derivadas ou resquícios de comportamentos de origem animal do homem ainda não evoluído.

Os movimentos expressivos que acompanham nosso temor são considerados, segundo uma conhecida expressão, restos rudimentares de reações animais na fuga e na defesa, e os movimentos expressivos que acompanham nossa ira são considerados restos rudimentares de movimentos que acompanhavam, em outros tempos, a reação de ataque de nossos antepassados animais. (Id., 2003, p. 81).

Por outro lado, a teoria de James-Lange , buscando se contrapor às teorias que concebiam as emoções como retrospectivas, acabou reafirmando o campo das emoções sob o aspecto biológico, explicando-as exclusivamente como acopladas aos órgãos viscerais, evidenciando uma dissociação entre emoções inferiores e superiores e reforçando a dissociação entre estados biológicos e estados metafísicos. Para Vygotsky, excluía-se a possibilidade de compreensão de emoções novas no processo da vida histórica do homem.

Para James-Lange, as emoções surgiam na medida em que, diante de um estímulo qualquer, nosso sistema neurofisiológico era acionado e a emoção emergia posteriormente como uma resposta à percepção das mudanças orgânicas frente ao estímulo ameaçador.

Vygotsky, instigado em compreender as emoções não como um estado dentro de outro estado, mas como uma função fundamental organizadora do comportamento, questiona os autores da época, e problematiza citando o autor Claparède: “[...] por que as vivências intelectuais do homem se refletem em forma de fortes sensações emocionais, por que,

finalmente diz Claparède, cada guinada importante no destino da criança e do homem está tão impregnada de elementos emocionais?” (VYGOTSKY, 2003, p. 101).

Vygotsky refere-se à concepção monista de Espinosa para relacionar o pensamento com as emoções: “a razão pode alterar a ordem e a conexão das emoções e fazer com que concordem com a ordem a e conexão dadas pela razão” (Id., 1999, p. 127). O pensamento não existe em si, mas é orientado pelas emoções:

O conhecimento dos nossos afetos altera este, transformando-o de um estado passivo em outro ativo. O fato de eu pensar coisas que estão fora de mim não altera nada nelas, ao passo que eu pensar nos meus afetos, situando-os em outras relações com meu intelecto e outras instâncias, altera minha vida psíquica. (Ibid., p. 127).

Vygotsky busca compreender a gênese e a natureza dos processos psicológicos, classificando as funções psicológicas em superiores e inferiores. As inferiores caracterizam-se por serem imediatas, reações diretas a uma determinada situação, porém matizadas afetivamente. São de origem natural e biológica, portanto, controladas pelo meio físico e social; são inconscientes e involuntárias. Representam o período pré-histórico das superiores. As funções psicológicas superiores são qualitativamente novas e mais elevadas, como, por exemplo, a linguagem, a memória lógica, o pensamento e a afetividade. Sua especificidade é que são mediadas: caracterizam-se por operações indiretas, que necessitam da presença de um signo mediador, sendo a linguagem o signo principal. São funções que se originam das relações entre humanos. Apresentam uma natureza histórica e são de origem sociocultural (MOLON, 1999).

Para explicar a relação entre as funções inferiores e superiores, ele recorre à análise histórica da evolução das espécies. No momento de ruptura, quando a espécie homo desenvolve novas capacidades, que lhe permitem transformar a natureza pelo trabalho, criando suas próprias condições de existência, o homem transforma, assim, seu modo de ser. Esse momento não interrompe o processo evolutivo, mas dá ao homem o comando da própria evolução. Dessa forma, a história do homem é a história dessa transformação, que permite a passagem da ordem da natureza à ordem da cultura. As funções biológicas não desaparecem com a emergência das culturais, mas adquirem uma nova forma de existência: elas são incorporadas à história humana. Afirmar que o desenvolvimento humano é cultural equivale, portanto, a dizer que é histórico, ou seja, traduz o longo processo de transformação que o

homem opera na natureza e nele mesmo como parte dessa natureza. Isso faz do homem o artífice de si mesmo.

As emoções constituem-se como um processo dinâmico, a partir das relações que se estabelecem entre as funções psíquicas que formam um sistema funcional, um organismo em atividade, desenvolvendo-se e transformando-se. As emoções se desenvolvem historicamente, num movimento dialético em que surgem e produzem nova ordem e novas conexões.

São os nexos entre as funções psicológicas superiores, e entre essas e a sociedade que explicam as diferenças entre os indivíduos de uma mesma classe. A partir do papel social, cria-se uma série de conexões caracteriológicas, traços sociais e de classe, configurando-se sistemas psicológicos que nada mais são do que sistemas e relações sociais entre pessoas transladados para a subjetividade, por meio de intersubjetividades anônimas ou face a face. (SAWAIA, 2000, p. 14).

Na discussão das funções psicológicas superiores, Vygotsky (1999) insere também o papel dos sistemas psicológicos. No desenvolvimento histórico do comportamento, especialmente aquilo que relaciona as funções psicológicas entre si, não é a mudança da função estritamente, mas a relação entre as funções, as transformações nos nexos interfuncionais que inserem o que ele irá denominar sistemas. Os sistemas compreendem relações estabelecidas entre as funções concretas que se dão no processo de desenvolvimento histórico do comportamento. As funções sofrem modificações, podendo se desintegrar ou experimentar mudanças patológicas durante um processo de alteração.

No processo do desenvolvimento histórico do comportamento, “o que muda não são tanto as funções [...] o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexo das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior.” (Ibid., p. 105). Ao relacionar as funções entre memória e pensamento, o autor distingue como se estabelecem estes processos na criança e no adolescente. Para a criança, pensar significa apoiar-se na memória. Para o adolescente, a lembrança estabelece uma seqüência lógica que é fruto do pensamento, ou seja, a memória está baseada no pensamento.

Um outro exemplo é a lembrança de palavras com a ajuda de imagens. Neste caso, ocorre um deslocamento das funções que intervêm no lugar da lembrança direta. As conexões do pensamento transformam-se por completo no pensamento orientado para a lembrança; dessa forma, na lembrança, todas as funções do pensamento são mudadas.

O que irá possibilitar a aquisição de um novo sistema são os nexos interfuncionais. Para isso, as funções mantêm conexões com os signos sociais e com a ideologia. Segundo o autor, “todo signo[...] é um meio de comunicação [...] um meio de conexão de certas funções psíquicas de caráter social [...] é o próprio meio de união das funções em nós mesmos [...] sem esse signo o cérebro e suas conexões iniciais não poderiam se transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem.” (Ibid., p. 114). O contexto no qual ocorre a comunicação social é de fundamental importância para formar as complexas conexões psicológicas que surgem quando as funções se transformam em individuais.

Assim como os pensamentos, as ações estão configuradas numa base afetivo-volitiva. A dimensão afetiva não se limita a um papel de causalidade. A idéia de conexão significa que toda causa é imanente ao efeito e parte constitutiva do efeito que provoca: “as emoções incorporam-se nas ações que motivam” (SAWAIA, 2000, p. 10). Nesse sentido, a lembrança de uma determinada experiência pode reatualizar um determinado estado de ânimo, podendo impulsionar a atividade e gerar transformações na própria experiência da atividade.

Na análise que realiza sobre a relação entre a imaginação e a emoção e experiência, Vygostky (1990, p. 21)⁴⁵ afirma que “todo sentimento, toda emoção tende a manifestar-se em determinadas imagens concordantes com ela, como se a emoção pudesse escolher impressões, idéias, imagens congruentes com o estado de ânimo que nos dominava naquele instante”.

4.1.1 Atividade criadora e imaginação

A atividade criadora para Vygotsky (1990), compreende não somente o reflexo de algum objeto do mundo exterior em que se repete o que já existe associado as construções que acontecem no cérebro em que combina e cria novas imagens e constrói sentimento. O pesquisador chama a nossa atenção para a plasticidade enquanto capacidade de adaptar-se e conservar as marcas das mudanças. É a capacidade de criar, elaborar, reelaborar, combinar experiências passadas e criar novas normas, via imagens e idéias.

A sinalização por sua vez, é uma capacidade desenvolvida pelo humano, que o permite agir sobre a realidade, criando e recriando formas sociais, mediado pela função dos

⁴⁵ “[...] todo sentimiento, toda emoción tiende a manifestar-se em determinadas imágenes concordantes con ella, como si la emoción pudiese elegir impresiones, ideas, imágenes congruentes con el estado de ánimo que nos dominase en aquel instante.”

signos. Ela liberta o humano do imediato e possibilita o desenvolvimento da sua potencialidade de criação, planejamento e de transformação da realidade. “A atividade de significar é uma expressão da atividade-revolucionária, pois é a base da liberdade. Permite ao homem distanciar-se das imagens fornecidas pela percepção e pela sensação imediata, libertar-se da fisicidade, da imediaticidade da realidade.” (SAWAIA, 2006, p. 88).

Os signos, para Vygotsky, são produções desenvolvidas no processo histórico humano, que funcionam como mediação à dimensão intra e interpsicológica. A palavra é um signo, assim como as formas numéricas, os desenhos e a arte. Além de meios de comunicação, os signos são meios de conexão das funções psicológicas, que podem transformar os nexos entre as funções psicológicas superiores. O signo é “o próprio meio de união das funções em nós mesmos.” (VYGOTSKY, 1999, p. 114).

A atividade de significar é uma dimensão imprescindível e necessária da atividade revolucionária. “O significado deve ser localizado precisamente na capacidade humana de alterar a totalidade histórica mesmo enquanto somos determinados (em nossa particularidade social) por ela.” (NEWMAN; HOLZMAN, 2002, p. 64). É a capacidade de atribuir significado que irá diferenciar o homem do animal, e que irá elaborar, organizar e projetar o seu movimento de agir em relação ao outro. Espinosa na *Ética* III, lembra que “se o corpo humano foi, uma vez, afetado por corpos exteriores, a alma humana poderá considerar esses corpos como presentes, embora eles já não existam nem estejam presentes” (SPINOZA, 2005, p. 222).

Nos estudos acerca do desenvolvimento infantil, especificamente na discussão sobre o instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança, Vygotsky postula como a fala adquire importância e força ao longo do desenvolvimento:

o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência práticas e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. (VYGOTSKY, 1984, p. 27).

Para o autor, as formas caracteristicamente humanas de comportamento, como o falar, o pensar e o agir, não são estanques, mas unidades que se articulam por meio da palavra. Na medida em que a criança desenvolve a capacidade de falar, amplia a possibilidade de agir numa determinada circunstância:

No processo de solução de um problema a criança é capaz de incluir estímulos que não estão contidos no seu campo visual imediato. Usando palavra (uma classe desses estímulos)

para criar um plano de ação específico, a criança realiza uma variedade muito maior de atividades, usando como instrumento não somente aqueles objetos à mão, mas procurando e preparando tais estímulos de forma a torná-los úteis para a solução da questão e para o planejamento de ações futuras. (Ibid., p. 29).

O desenvolvimento da fala, para o autor, não ocorre de forma linear, mas dinâmica. Um exemplo disso relaciona-se ao ato infantil de desenhar. As crianças com menos idade costumam dar nome aos seus desenhos após observá-los projetados sobre o papel; é preciso que estas observem o desenho para atribuí-lhes um nome. Já nas crianças maiores, há uma inversão nessa lógica, o que possibilita que a criança decida previamente o que irá desenhar. Segundo Vygotsky,

Inicialmente a fala segue a ação, sendo provocada e dominada pela atividade. Posteriormente, entretanto, quando a fala se desloca para o início da atividade, surge uma nova relação entre palavra e ação. Nesse instante a fala dirige, determina e domina o curso da ação; surge a função planejadora da fala, além da função já existente da linguagem, de refletir o mundo exterior. (Ibid., p. 31).

A unidade entre pensamento, ação e fala pode ser compreendida a partir da discussão que Vygotsky realiza sobre o pensamento e a linguagem, em que sublinha a importância do significado da palavra. A unidade pressupõe a menor parte que contém a totalidade e é indivisível. O significado contém tanto o pensamento quanto a fala, “é um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – uma união da palavra e o do pensamento” (Id., 1998, p. 151).

Para este autor, o fato central para a compreensão dos processos psicológicos e sua relação com a objetividade social está na ideia de mediação do significado. A mediação homem-sociedade é processo, é relação que ocorre por meio dos signos, da palavra, da semiótica e de instrumentos. Como princípio organizador do desenvolvimento da consciência, o significado se constitui como unidade que desempenha uma função mediadora entre os processos psicológicos e desses com o contexto social. Para Vygotsky, conhecer o significado é “conhecer o singular como universal” (Ibid., p. 186). “O significado, dessa forma, pertence tanto ao domínio da linguagem quanto ao domínio do pensamento. A transição do pensamento para a palavra passa pela mediação do significado” (p. 186). Enquanto unidade inseparável da palavra – porém não idêntico a ela –, o significado se caracteriza como um processo dinâmico, que explicita e reflete a realidade social historicamente constituída. As transformações processadas ao longo da

história são incorporadas aos significados estabelecidos, que produzem dialeticamente novos significados. Dessa forma, o significado das palavras é algo que evolui de acordo com os fatores históricos (Ibid.).

Por outro lado, para conhecer os sentidos expressos por um sujeito no seu discurso, é preciso compreender o seu subtexto. Na fala, sempre está contido um pensamento oculto, que não é diretamente traduzível em palavras, mas que se expressa e se realiza através dela. Este pensamento é constituído por emoções, desejos, interesses e necessidades. Portanto, “uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva” (Ibid., p. 187).

Nesta pesquisa, buscamos conhecer a experiência de participação pela historicidade dos sujeitos, e, para tanto, utilizaremos como parâmetro de análise a idéia de potência de ação. Em que medida as intervenções afetaram os sujeitos no sentido de estimular novas formas de pensar, de falar, de imaginar e de sentir, ou seja, de “dar à luz” a um novo repertório de experiências?

Lembremos a relação que Vygotsky (1990, p. 17)⁴⁶ estabelece entre a experiência e a imaginação:

A atividade criadora da imaginação se encontra em relação direta com a riqueza e a variedade da experiência acumulada pelo homem, porque esta experiência é o material com que ele ergue os edifícios de sua fantasia. Quanto mais rica seja a experiência humana, tanto maior será o material que dispõe sua imaginação.

As idéias do autor revelam que a experiência é dinâmica, e da ordem da afecção, no sentido do afetar e ser afetado, provocando significações e alterações nos nexos entre as funções psicológicas. De acordo com a significação da experiência, o pensamento, as ações e as emoções podem ser bloqueados, inibidos, mas também podem ser potencializados, expandidos, no sentido de ampliar o campo perceptivo e provocar novas associações de pensar, agir e sentir.

⁴⁶ “[...] la actividad creadora de la imaginación se encuentra en relación directa con la riqueza y la variedad de la experiencia acumulada pelo hombre, porque esta experiencia es el material con el que erige sus edificios la fantasia. Cuanto más rica sea la experiencia humana, tanto mayor será el material del que dispone esa imaginación”.

5 -METODOLOGIA DE PESQUISA

Após apresentarmos a discussão sobre os programas de transferência de renda e seus embates teóricos e imbricações históricas, com ênfase nas políticas sociais contemporâneas e no papel da família, e após pautarmos o debate que põe como centralidade o papel dos afetos na compreensão da categoria da subjetividade, propomos, neste capítulo, apresentar as mediações metodológicas que se conectaram com a realização da pesquisa e seus desdobramentos.

Discutir a experiência de participação dos integrantes do Programa Fortalecendo a Família e as repercussões desta norteou o objetivo deste trabalho. Direcionamos nosso estudo/pesquisa a partir da escolha de um grupo, no qual buscamos apropriar o movimento objetivo/subjetivo de alguns integrantes, com a finalidade de explicitar e analisar como estes foram afetados após o intervalo de cinco anos.

A delimitação temporal da experiência pautou-se em três momentos. O primeiro momento focalizou o passado, período em que o grupo foi constituído e desenvolveu suas atividades. Esta etapa foi organizada a partir da descrição dos processos que caracterizaram o grupo, recuperando-se informações sobre o início da sua estruturação – momentos significativos –, os temas, a metodologia de trabalho adotada e a avaliação dos integrantes no momento em que o grupo foi encerrado. Ao mesmo tempo, realizamos uma entrevista com um membro do referido grupo e analisamos sua implicação no grupo. O segundo momento refere-se ao presente e envolveu um reencontro entre a pesquisadora e membros integrantes do grupo, após cinco anos de encerrada a experiência de participação no referido programa. A terceira etapa insere o conteúdo de uma entrevista com profissional – psicólogo – que participou efetivamente em todos os momentos da experiência grupal. Frente aos elementos coletados nesta entrevista, salientamos que seus conteúdos contribuíram para realizar mediações entre a primeira e segunda etapa, bem como pautaram nossa reflexão em todo o texto.

A entrevista com o psicólogo possibilitou a recuperação e a complementação de informações acerca do trabalho que realizou com o grupo. Em relação ao reencontro com as participantes, buscamos conhecer e analisar a experiência de participação e como esta as afetou, assim como analisamos a ocorrência de transformações no âmbito da vida íntima e coletiva das mesmas.

Para dar conta do desenvolvimento do trabalho em suas dimensões espacial e temporal, referenciamos-nos pela construção fundada na teoria sócio-histórica, a qual permeia e assegura o desenvolvimento do método no desenrolar do estudo/pesquisa. A teoria sócio-histórica foi adotada como mediação teórica para apreender e entender as determinações cênicas dos fenômenos, permitindo-nos conhecer os significados e aproximar-nos dos sentidos relacionados à experiência de participação, assim como estabelecer relações entre aspectos da experiência passada e as repercussões desse processo na atualidade. Assim, autores como Minayo (1993), LÊNIN (1965), Habermans (1987) e Vygotsky (1984) sustentam, na questão metodológica, a perspectiva que adotamos.

Um bom método de pesquisa será sempre aquele que, “permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para análise, o método tem que ser operacionalmente exequível” (MINAYO, 1993, p. 239). Nesse sentido, o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular essa articulação. Ele tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a “própria alma do conteúdo” (LÊNIN, 1965 apud MINAYO, 1993, p. 240) e significa o próprio “caminho do pensamento”. (HABERMANS, 1987 apud MINAYO, 1993, p. 240).

Para a psicologia sócio-histórica, o método de pesquisa deve levar em conta uma dimensão de processo e uma visão do fenômeno enquanto totalidade. Vygotsky (1984, p. 69) entende que “o comportamento humano só pode ser entendido como a história do comportamento [...] o desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico da nossa espécie”. Ao discutir o método, o autor propõe questões que são fundamentais e diferenciais do método materialista histórico dialético em relação aos métodos da pesquisa tradicional. Pressupostos como a história, a dialética e a dinâmica causal são orientadores para a concepção e o desenvolvimento da pesquisa de base sócio-histórica. O método de pesquisa deve analisar processos e não objetos, pois o fenômeno psicológico sofre mudanças ao longo do tempo. Sendo assim, a tarefa básica da pesquisa é a de reconstruir cada

estágio no desenvolvimento do processo; o objetivo é o de que o processo retorne aos seus estágios iniciais. O papel do pesquisador é o de buscar elementos de descrição e de explicação da realidade a ser pesquisada. A pesquisa deve ser vista como um processo construtivo-interpretativo, cuja ênfase recai sob as relações dinâmico-causais subjacentes ao fenômeno.

5.1 Procedimentos e metodologia do campo de pesquisa

5.1.1 Escolha da região e dos sujeitos

No momento que iniciamos, no âmbito da reflexão imediata, a delimitação da região e dos sujeitos da pesquisa, despertamo-nos, primeiramente, para a necessidade de estabelecer contato com os sujeitos residentes na região do Paraisópolis. A escolha dessa região não era aleatória, mas estava relacionada ao fato de se tratar de uma área que tinha como especificidade a localização em um bairro nobre da cidade de São Paulo, o Morumbi.

Uma das características que diferenciava Paraisópolis das demais áreas de abrangência do PFF era o fato de que se tratava de uma área com uma grande quantidade de instituições “privadas com finalidade pública” que prestavam serviço àquela população. Como a pesquisadora atuava como supervisora de estágio de Psicologia na região do Paraisópolis, e tinha contato com pessoas que trabalhavam nas instituições situadas no local, foram realizadas duas tentativas de estabelecer contato via instituições, com o intuito de posteriormente chegar até as pessoas que tivessem freqüentado os grupos do PFF.

Nesse sentido, fizemos contato inicialmente com Mônica⁴⁷, coordenadora e profissional assistente social de uma creche, que atuava na região havia vinte anos. Mônica lembrava-se vagamente do programa, explicitando que não conhecia ninguém que houvesse participado do mesmo para apresentar-nos. Dois novos contatos foram efetuados em uma das Unidades Básicas de Saúde localizada na comunidade do Paraisópolis, com Nilda, coordenadora do grupo de agentes comunitários, do Programa Saúde da Família. Neste primeiro contato, apesar de agendado, a coordenadora não compareceu. Agendou-se novo encontro, no qual a mesma compareceu, acompanhada de dezesseis agentes comunitários. Na

⁴⁷ Para resguardar o sigilo de todos os integrantes citados no trabalho de pesquisa foram adotados nomes fictícios.

ocasião, a pesquisadora conversou com o grupo de agentes e com Nilda, explicando os objetivos da pesquisa e a intenção de conversar sobre a experiência vivenciada pelos participantes do PFF. Enfatiza-se que os agentes também afirmaram não se lembrar do programa. Em relação à coordenadora, evidenciou-se que, apesar de ter se disponibilizado a organizar o encontro, aproveitou a ocasião para desabafar sobre as dificuldades que sofria em seu cotidiano como trabalhadora da área da saúde no que se refere às condições de trabalho, revelando, inclusive, que faltavam preservativos na unidade básica para distribuição à população havia já alguns meses.

Posteriormente a este encontro, algumas tentativas foram realizadas para falarmos com Nilda por telefone, com o objetivo de saber se os agentes haviam dado algum retorno à solicitação acerca de pessoas que pudessem receber a pesquisadora para conversar. Porém, a mesma não atendeu à solicitação. A partir dessa experiência, avaliei que seria difícil fazer contato com as pessoas integrantes do programa via instituições, devido à descontinuidade das intervenções e às dificuldades próprias da precariedade das políticas locais.

Diante desse contexto, uma outra região possível para encaminhamento do trabalho de campo seria o Jardim São Luiz, por se tratar de uma região em que a pesquisadora já havia trabalhado no programa e havia desenvolvido maior proximidade com as pessoas e as instituições. Porém, diferente de Paraisópolis, o Jardim São Luiz caracterizava-se como uma região extensa e os beneficiários do programa estavam espalhados por diferentes localidades do território. Contudo, considerando-se as dificuldades encontradas na comunidade de Paraisópolis, aliadas ao tempo institucional para o término do Doutorado, entendemos que nossa objetificação de estudo e pesquisa deveria situar-se no Jardim São Luiz.

Para possibilitar o encontro com os sujeitos que fariam parte da pesquisa, delimitamos o grupo Amigas Cidadãs. Este grupo era composto por 21 integrantes do sexo feminino, sendo acompanhado pelo psicólogo Davi e pela estagiária de Serviço Social Adriana⁴⁸. Também é fundamental explicitar que, durante o período em que a pesquisadora atuava na região, no final do PFF, quando as reuniões estavam sendo encerradas, realizou-se uma entrevista com um membro do grupo, cuja documentação utilizamos nesta tese.

Um dos motivos da escolha deste grupo deveu-se ao fato de a pesquisadora ter participado da avaliação de encerramento realizada pelos integrantes e pelo técnico responsável pelo grupo. Os conteúdos que emergiram durante o encontro chamaram a atenção

⁴⁸ O referido profissional e a referida estagiária trabalharam conjuntamente durante o período de outubro de 2002 a agosto 2003, pois a estagiária A. foi desligada no decorrer do processo, e o psicólogo continuou sem a presença de uma nova parceira de trabalho.

desta pelos aspectos apontados pelas integrantes, relacionados às mudanças ocorridas em suas vidas e a alguns impactos identificados por elas em suas histórias pessoais e familiares . Tal processo desencadeou na pesquisadora a necessidade de aprofundar essa experiência e realizar pesquisas, culminando com o ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP.

Vale destacar, também, que o contato estabelecido entre a pesquisadora e o grupo no momento da reunião de avaliação permitiu a aproximação com algumas das mulheres, fato que também facilitou a reaproximação com os integrantes após cinco anos do encerramento do trabalho.

5.1.2 Tipos de fontes e os procedimentos metodológicos realizados

Inicialmente, analisamos todos os documentos impressos que resultaram do acompanhamento do programa de pesquisa – PFF e estão constituídos de registros dos relatórios de reunião, relatórios de avaliação, relatório final do grupo, questionários e documentos digitais. Todos os documentos foram lidos de forma minuciosa e criteriosa. A estes, denominamos fontes secundárias. Utilizamos ainda o que denominamos fontes primárias, por se tratar de contato direto com algumas pessoas que participaram do programa.

A) Fontes primárias:

Realizamos entrevista aberta e posteriormente, dois encontros que denominamos roda de conversa.. Ao final, entrevistamos o psicólogo que acompanhou todo o programa.

Cuidados éticos. Com o objetivo de garantir os cuidados éticos da pesquisa, foram realizados os procedimentos de elaboração de carta de autorização para participar da pesquisa e termo de consentimento livre e esclarecido aos sujeitos participantes (Anexo). No momento em que foram adotados os procedimentos de entrevista e roda de conversa, os sujeitos foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e em relação aos cuidados com o sigilo das informações prestadas, momento também em que se procedeu à leitura e assinatura do termo e da carta de autorização.

Nossos passos metodológicos –avaliar o passado rumo ao futuro

O material que caracteriza as “fontes primárias” constituiu-se, assim, de:

I) Entrevistas: Foram realizadas duas entrevistas abertas, que foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas.

Quanto ao passado, transcreveremos alguns aspectos relativos a uma componente do “Grupo Amigas Cidadãs”, por considerá-la um símbolo ou caso emblemático para todas as componentes do grupo, na medida em que ainda se recordam de sua presença de forma intensa. Vânia, como a denominaremos, teve uma atuação de destaque em toda sua trajetória, influenciando, afetando e deixando marcas no presente de outras pessoas do grupo. Vânia mudou a sua própria trajetória no convívio familiar, como veremos ao longo deste trabalho. E por isso, sua entrevista será a ponte de liga presente e passado. Poderíamos dizer que Vânia era uma cidadã em movimento. Sua entrevista ocorreu durante o encerramento do trabalho em 2003, no próprio local onde as reuniões eram realizadas. Um dos fatores que levaram a pesquisadora a entrevistá-la se deve ao conteúdo de sua fala no dia em que foi realizada a avaliação do grupo Amigas Cidadãs, momento em que Vânia foi enfática ao identificar mudanças ocorridas em sua relação familiar na medida em que participava do grupo. A entrevista não seguiu nenhum roteiro prévio, apenas solicitava para que ela falasse sobre como foi a sua participação no grupo. A partir dessa colocação, e de acordo com o transcorrer do diálogo, a pesquisadora fazia inferências, tendo como foco a participação de Vânia no grupo.

O material da entrevista foi utilizado na primeira parte da análise dos dados, pois, Tentamos por diversas formas reencontrá-la novamente, para nova entrevista em 2008, mas infelizmente não foi possível reencontrá-la. Apesar de a pesquisadora ter feito vários contatos telefônicos com sua mãe e ter deixado recados com o objetivo de realizar nova entrevista, não houve nenhum retorno. Segundo a mãe de Vânia, ela havia se mudado da casa da família, estava casada e morando no bairro de Pinheiros, em São Paulo. A mãe de Vânia se recusou a dar qualquer tipo de informação acerca do novo destino da filha e se limitou a dizer que passaria o recado quando estivesse com ela; entretanto, não sabemos se a informação passada chegou até Vânia. Também no primeiro semestre de 2008, quando realizei os convites para as pessoas participarem da roda de conversa, retomei o contato telefônico com a genitora de Vânia e enviei carta-convite para a sua casa, mas Vânia não compareceu ao encontro.

Como memória do vivido e experienciado, entrevistamos o psicólogo. Esta entrevista, tem uma importância significativa pois o mesmo foi o coordenador do grupo Amigas Cidadãs. O encontro ocorreu em março de 2008, na residência do profissional, e teve duração de aproximadamente uma hora. Foram realizadas perguntas abertas, formuladas no transcorrer da conversa e voltadas à sua experiência de atuação no PFF, suas lembranças, os aspectos

relevantes, os momentos significativos e as dificuldades vividas no processo de trabalho com o grupo.

II) Roda de conversa:

Usamos como estratégia de reencontro, a Roda de Conversa pois visávamos enriquecer conteúdos presentes nos sujeitos atores no processo. Trata-se de uma técnica realizada em grupo e tem como objetivo priorizar o diálogo coletivo em torno de uma temática, favorecendo assim a troca de informações, de experiências e de idéias . O número de encontros a serem estabelecidos depende da necessidade da discussão do assunto que se pretende , da relação estabelecida entre os integrantes e o mediador, do interesse dos participantes pela temática, da disponibilidade dos membros em participar

Os motivos que levaram à adoção da Roda de conversa estão embasados no próprio objetivo da pesquisa: conhecer a experiência de participação das integrantes, e que esta nasce atrelada à inserção no encontro coletivo. A adoção da técnica, roda de conversa, tem como objetivo estimular o reencontro das mulheres integrantes do grupo “Amiga Cidadãs”. Direcionamos a escolha da técnica orientados pela premissa de que a análise de indivíduos concretos em situação de troca e interação poderia auxiliar na compreensão dos afetos e emoções, categorias orientadoras do nosso estudo pesquisa, pois, conforme afirma Vygotsky (1999), nosso pensamento deriva dos afetos, ou seja, é por eles posto em movimento e orientado.

O objetivo foi o de possibilitar condições semelhantes àquelas vividas anteriormente pelas integrantes nos encontros do grupo, para que o ambiente e o reencontro fossem estímulos facilitadores para a explicitação da fala e do pensamento dos sujeitos, considerando-se o destaque que estas davam às relações que estabeleciam entre si, no momento em que conviveram nos grupos, segundo apontam os documentos analisados por nós. Nesse sentido, Vygotsky (1998) analisa que o desenvolvimento da memória enquanto função psicológica segue o percurso de uma função que se realiza por mediação de signos. Os homens criam procedimentos artificiais, com a ajuda de signos, para lembrar, processo que interfere e é constitutivo da memória humana. Nessa direção, o reencontro coletivo foi um procedimento adotado na pesquisa como fator de mediação para estimular as lembranças da experiência.

O encontro que realizamos na roda de conversa contou com membros/sujeitos no primeiro semestre de 2008. A temática do encontro foi a experiência de participação das integrantes no grupo. A princípio, tínhamos previsto o número de quatro encontros, considerando a diversidade de assuntos que envolviam o tema, com uma média de duração de

uma hora e meia para as conversas. Entretanto, no decorrer do processo, só foi possível estabelecer dois encontros, devido à baixa adesão das integrantes.

Para que este procedimento ocorresse, o momento preparatório demandou que estabelecêssemos contato com as integrantes do grupo Amigas Cidadãs via telefone e por carta (Anexo 1). Os encontros foram marcados para os sábados à tarde, na intenção de criar condições para que um maior número de pessoas participassem do processo.

No primeiro encontro, todos os membros foram contatados, e no segundo encontro, somente aqueles que participaram do primeiro. Também contamos, no segundo encontro, com a integrante Cláudia, que não participou do primeiro, e, de forma oportuna, o profissional Davi, coordenador do grupo, também esteve presente. A roda de conversa ocorreu na Casa de Cultura São Luiz, local em que o grupo desenvolveu suas atividades vinculadas ao PFF⁴⁹. Na primeira convocação, enviamos dezenove cartas pelo correio, sendo que somente duas voltaram com a indicação ‘destinatário não encontrado’, e realizamos três contatos telefônicos.

No primeiro encontro, compareceram quatro mulheres: Maria, Rosa, Cláudia e Leticia. No início do encontro, Rosa, que manteve contato com as integrantes Janice e Vilma, comentou que as duas receberam a carta-convite, mas afirmaram que não iriam participar. Segundo Rosa, Janice ressaltou que não estava mais recebendo o benefício, e Vera tivera um bebê havia pouco tempo, estando impossibilitada de comparecer.

No momento em que encerramos o primeiro encontro, agendamos mais uma roda de conversa com as pessoas presentes naquele dia. Como as informações do endereço das presentes estavam atualizadas, durante a semana que antecedeu o encontro, reafirmei, via contato telefônico, o convite para participar do segundo encontro, que seria realizado naquele sábado. Com exceção de Leticia, que informou da impossibilidade de comparecimento, as demais integrantes confirmaram presença. Recebi a ligação de uma das integrantes que não compareceu no primeiro encontro, Cláudia, que justificou sua ausência e explicitou interesse em participar do segundo encontro.

Com a presença do psicólogo Davi, realizamos o segundo encontro. No entanto, dos membros convidados, fizeram-se presentes Maria e Cláudia. As participantes Leticia e Rosa não compareceram e não justificaram as ausências.

Sobre os encontros na roda

⁴⁹ Destaca-se, a título de observação externa, que tanto a pesquisadora como os demais presentes na roda de conversa salientaram as mudanças que ocorreram nas instalações físicas internas e externas do local, bem como as condições de preservação e limpeza patrimonial.

O desenvolvimento da reunião se deu em aproximadamente noventa minutos e a atividade foi estruturada antecipadamente. Para provocar a conversa coletiva, fizemos uso do recurso estratégico de inserção de palavras-chave, as quais foram: Eu, As minhas colegas, A família, O programa e A prefeitura⁵⁰. Estas foram apresentadas ao grupo, escritas em letra de forma, em folha de papel sulfite, e colocadas no centro da roda em que estavam sentados os participantes. Explicadas ao grupo as palavras que estavam sendo apresentadas em papel, estas foram mantidas no centro da sala enquanto os encontros se desenvolveram.

A partir da introdução dessas palavras, o processo de conversa com o grupo foi se desenvolvendo, com a participação mais intensa de Maria, que falou durante todo o processo, fato que, muitas vezes, dificultava a participação de outras integrantes do grupo, visto que Maria atravessava a fala de outras colegas e queria sempre expressar a sua visão sobre determinado assunto. Registra-se que as integrantes manifestaram grande satisfação com o reencontro. A pesquisadora buscou interferir o mínimo possível na conversa do grupo, concentrando-se em investigar alguns aspectos da fala das participantes que mereciam esclarecimentos pormenorizados.

No segundo encontro, o tempo de duração também chegou a aproximadamente noventa minutos. A metodologia utilizada foi a mesma que a do primeiro encontro. Destaca-se que a roda de conversa ganhou expressão diferenciada quando comparada com o primeiro encontro, pois os membros presentes, em sua maioria, não estavam experimentando a metodologia pela primeira vez.

B) Fontes secundárias:

O material que acessamos, intitulado “fontes secundárias”, constituiu-se de documentos como:

- 1) Documentos impressos: 1.1- Relatório de avaliação do grupo Amigas Cidadãs, elaborado pelo psicólogo que acompanhou o grupo no período de outubro de 2003 (anexo);
- 1.2- Relatório final elaborado pela equipe técnica: Avaliação do trabalho socioeducativo por

⁵⁰ Cabe destacar que a escolha das palavras não se deu de forma aleatória por parte da pesquisadora, mas foi estabelecida após leitura dos documentos. A partir da leitura dos registros das reuniões e dos relatórios, foi possível sintetizar alguns assuntos decorrentes relacionados à experiência de participação em forma de palavras-chave, adotadas como forma de mediação para o desenvolvimento da intervenção.

grupo no período de dezembro de 2003; 1.3- Relatório gerencial do Campo Limpo⁵¹ Avaliação do trabalho socioeducativo; 1.4- Questionário de avaliação dos grupos sobre as reuniões, respondido pelas integrantes do grupo em outubro de 2003 (Anexo).

2) Documentos digitais: Foram compostos pelo Sistema de Informação para a Gestão Social – SIGS⁵². Trata-se de um sistema digital com capacidade de processar grande quantidade de dados cadastrais e armazenar informações do trabalho desenvolvido com os representantes das famílias⁵³. As informações do trabalho foram organizadas por região e grupos. No sistema, estavam arquivados os relatórios de algumas reuniões dos grupos e a ficha cadastral de cada representante de família, contendo informações referentes à composição familiar e alguns dados sociais, tais como situação de moradia e situação escolar de todos os integrantes do grupo familiar. Em relação aos registros dos relatórios de reunião, os que não constavam da base do SIGS não foram encontrados. Vale ressaltar que o SIGS começou a ser operacionalizado nove meses depois que as reuniões haviam sido iniciadas.

Os documentos acima mencionados foram apreciados minuciosamente, o que confirmou o interesse em pesquisar o grupo em questão. Ao mesmo tempo, possibilitou apreender as conexões existentes em cada documento e relacioná-las com o referencial teórico-metodológico e histórico presente no corpo do Capítulo 6 desta tese.

5.1.3 Análise dos dados : **O Reencontro do passado e do presente**

O momento intitulado análise dos dados é compreendido sob uma fundamentação crítica. É a instância em que o pesquisador, após sistematizar e descrever os dados coletados, mediados por inferências teórico-metodológicas e históricas, partindo do singular para o geral, faz o caminho de volta, isto é, do geral para o particular, encontrando no processo a síntese das múltiplas determinações.

Com o objetivo de analisar as repercussões do processo de implicação dos sujeitos na experiência de participação coletiva das reuniões e identificar a ocorrência de mudanças no

⁵¹ O Campo Limpo consistia um módulo do Programa que era acompanhado por uma equipe gerencial, e que compreendia as regiões do Jardim São Luiz e do Paraisópolis.

⁵² Todos os registros de reuniões, assim como todas as informações do Programa Fortalecendo a Família, encontram-se na base de dados do SIGS, e fazem parte do sistema de monitoramento do Programa de Responsabilidade do IEE-PUC/SP.

⁵³ Para ter acesso às fontes documentais, a pesquisadora estabeleceu contato com o Instituto de Estudo Especiais da PUC/SP, que disponibilizou os documentos e o acesso ao SIGS.

âmbito individual e coletivo dos sujeitos no tempo, optou-se por um procedimento analítico que favorecia a compreensão dos afetos – emoções e sentimentos – presentes na fala dos sujeitos e configurados nos significados atribuídos à experiência de participação. Dessa forma, inspirados em Vygotsky (1999) e nas pesquisas realizadas pelo NEXIN, recorreremos ao método de análise de subtexto, pois, conforme discute o autor supracitado, a palavra falada não revela em si os sentidos: para que se possa compreendê-los, é necessário analisar o subtexto, ou seja, a base afetivo-volitiva, revelada para além da palavra, que se manifesta no pensamento, nos sentimentos e nos motivos que envolveram a experiência de participação dos sujeitos no grupo.

Este procedimento de análise apresenta dois momentos. O primeiro tem caráter descritivo, com o objetivo de narrar ao leitor a processualidade do grupo Amigas Cidadãs como uma mediação da experiência de participação das integrantes referida ao passado e a história desenvolvida no âmbito do grupo.

Resgatando o passado em fontes secundárias:

Este primeiro momento consistiu, assim, na organização e descrição de informações do processo de trabalho referentes ao período de 2002 a 2003. Nesta etapa, após sucessivas leituras do material obtido dos registros documentais e da entrevista com Vânia, apresentamos, de forma descritiva, a história da formação e do desenvolvimento do grupo Amigas Cidadãs, apropriando-se dos diferentes momentos vividos pelo grupo, os quais estão organizados na seguinte disposição: A formação dos grupos na região do Campo Limpo; O perfil do grupo A2; Procedimentos metodológicos com o grupo; Desencontros e encontros: o lugar de Vânia no grupo Amigas Cidadãs; De como Vânia e outras integrantes foram afetadas pelo grupo. Nosso objetivo foi o de apresentar aspectos que caracterizaram a intervenção realizada, as fases significativas do processo e os significados destacados no momento em que a experiência foi encerrada. Para construir as etapas, foram consultadas diferentes fontes, que apresentaremos a seguir e que também podem ser consultadas no final deste trabalho (Anexo).

Em relação à história de formação dos grupos na região do Campo Limpo, foi realizada leitura do relatório gerencial do Campo Limpo: Avaliação do trabalho socioeducativo, no qual destacamos aspectos significativos para o processo histórico de formação inicial dos grupos na região.

Para conhecer o perfil do grupo A2, consultamos as fichas cadastrais das integrantes dos grupos e sistematizamos as informações de acordo com os seguintes conteúdos: faixa

etária, origem, características dos arranjos familiares, número de filhos, idade dos filhos e faixa etária em que as integrantes tiveram seu primeiro filho.

Em relação aos procedimentos metodológicos com o grupo, realizamos leituras dos seguintes relatórios: Relatório final elaborado pela equipe técnica, Avaliação do trabalho socioeducativo por grupo, e Relatório gerencial do Campo Limpo: Avaliação do trabalho socioeducativo. Ressalta-se que consultamos também dados na base SIGS referentes aos relatórios de reunião.

No momento em que procedemos à pesquisa no SIGS, com a finalidade de reconstruir as etapas do trabalho realizado com o grupo, identificamos lacunas que dificultaram o processo de investigação. Os registros das reuniões abordam informações gerais, carecendo de conteúdos mediadores presentes na dinâmica de desenvolvimento das reuniões. Assim, em um ano e três meses de acompanhamento do grupo, presumimos que ocorreram aproximadamente trinta reuniões; no entanto, no SIGS encontramos o registro de apenas doze encontros.

Após as leituras dos relatórios, organizamos informações sobre a forma de condução dos grupos. Dentre os principais temas trabalhados nas reuniões, destacam-se: história pessoal dos integrantes, família, eleições, saúde, nome do grupo, a cidade e programas de transferência de renda. Com o objetivo de inserir elementos históricos, aproximando-nos da experiência dos sujeitos, inserimos conteúdos extraídos das entrevistas com a integrante Vânia. Os conteúdos destacados na entrevista estão relacionados aos dados relativos à história pessoal e familiar, à história de sua inserção como beneficiária de um programa de transferência de renda e aos momentos que marcaram sua experiência no PFF. Alguns dados dessa etapa da análise foram, também, obtidos do relatório final elaborado pela equipe técnica: Avaliação do trabalho socioeducativo por grupo.

Em relação ao item que versa sobre como Vânia e outras integrantes foram afetadas pelo grupo, foram adotadas informações da entrevista com Vânia e das fontes documentais constituídas do questionário de avaliação dos grupos sobre as reuniões e do relatório de avaliação do grupo Amigas Cidadãs. O primeiro refere-se a um tipo de fonte no qual os dados são gerais, sem qualquer identificação dos integrantes. Foram apresentadas as informações referentes ao item 1, 2 e 3 do questionário (Anexo). Em relação à segunda fonte, o relatório de avaliação dos grupos, foram apresentadas partes deste relatório que inserem conteúdos referentes à avaliação das integrantes Vânia, Rosa, Cláudia, Letícia e Maria após um ano de participação no grupo. Foram destacadas as integrantes que protagonizaram o segundo momento da análise de dados, com exceção de Vânia, com a qual não foi possível restabelecer contato.

Destaca-se, ainda, que, ao final desse processo descritivo, organizou-se o material intitulado “Considerações analíticas estabelecidas a partir do conteúdo histórico da intervenção”. Trata-se de um material no qual a pesquisadora analisa aspectos significativos relacionados à processualidade estabelecida no desenvolvimento do grupo pesquisado, com destaque para a experiência de participação de Vânia e os momentos significativos da experiência vivida por esta. Também nesta etapa, foram utilizados conteúdos da entrevista realizada com o psicólogo, coordenador do grupo, objetivando inserir outros elementos históricos e enriquecer a contextualização do processo desenvolvido com o grupo, bem como conteúdos da carta de despedida escrita pela integrante Maria.

Tempos de compreender o passado via fontes primária:

O segundo momento da análise dos dados tem caráter analítico, refere-se ao tempo presente e visa a ir além da aparência, pois a descrição em si não permite uma análise mais profunda, capaz de captar a essência dos fenômenos estudados. Foram utilizados, como fonte de dados nesta etapa, os conteúdos abordados nas duas rodas de conversa. Para a organização e análise dos dados, o primeiro passo constituiu-se no levantamento de unidades de significado relevantes para levantar hipóteses sobre os significados e sentidos da experiência de participação das integrantes.

Os significados foram organizados a partir da fala dos sujeitos, em que se destacaram três temporalidades. As integrantes expressaram lembranças relacionadas ao passado, ao momento em que freqüentavam os grupos, ao mesmo tempo em que estabeleceram relações com a vida atual. Em relação ao passado, mencionam dois momentos distintos: o primeiro relaciona-se aos sentimentos lembrados sobre o início do processo de participação, quando ainda não havia conhecimento e intimidade entre as integrantes; o segundo momento dos encontros refere-se à importância que atribuem à experiência de participação em suas vidas, identificando-a como algo significativo, que gerou mudanças pessoais e familiares naquele momento. Quando remetem a experiência à vida atual e a como se reconhecem hoje a partir dessa experiência, verifica-se que, para cada integrante, essa relação pode ser atualizada ou não pelos sentimentos e ações que ela engendra.

Para melhor compreensão, esses momentos estão organizados em três grandes categorias de significado: grupo/reuniões, políticas sociais e serviços, e família. Em relação à categoria “grupo/ reuniões”, foram organizadas algumas unidades que marcam dimensões distintas. Aparecem relacionadas a reuniões: mudanças relacionadas à participação,

Encontrando paixões tristes no grupo, sociabilidade: a vida em movimento, tece mudanças na vida , grupo : um espaço de afetos e paixões , o preço do afeto: participar por dinheiro ou por amizade , sair da caixa e vir para o mundo e esperar é preciso .

Em relação à categoria “políticas sociais e serviços”, evidenciam-se três momentos: o primeiro refere-se ao início do programa, momento vivido com descrédito e desesperança, o segundo momento refere-se à vivência que tiveram no programa e na gestão da ex-prefeita, o que estamos denominando de “Sair do buraco: esperanças e medos ” e o terceiro momento refere-se à atualidade pós-gestão da prefeita Marta, “momento em que os pobres perderam muito” e que “apesar do ceticismo político , resistir é preciso” .

Em relação a categoria família , a experiência das reuniões aparece como algo que as ajudou a melhorar as relações com a família , destaca-se também no significado família a “responsabilidade com a educação”.

6- ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLICATIVA

6.1 Análise Descritiva – Universo dos Possíveis

6.1.1 A formação dos grupos na região do Campo Limpo no período de 2002-2003

Todo início é difícil, tanto para a construção científica como para a realização de ações práticas ou construções da práxis. A experiência particular vivenciada no processo de formação dos grupos do PFF apresentou momentos de dificuldades em diferentes níveis: organizacional, contratual, de relacionamentos e estruturais. Convivemos na fase inicial, no momento da nucleação das pessoas em grupos de vinte participantes, com dificuldades em definir espaços adequados permanentes para o desenvolvimento do programa. Também ocorreu a interferência, especificamente no Campo Limpo, da assinatura do convênio, repercutindo diretamente nos procedimentos orientados pela equipe da Secretaria de Assistência Social (SAS) junto à população, pois a mesma, enquanto parte envolvida no processo, tinha informado e agendado reuniões para o início das atividades.

Segundo relato das equipes de SAS Campo Limpo encarregadas da supervisão do Programa Fortalecendo a Família, tanto no distrito de Vila Andrade quanto no distrito do Jardim São Luiz, seu trabalho se iniciou em agosto de 2002, quando foram distribuídos os primeiros cartões do Renda Cidadã. Nessa ocasião foi comunicado aos beneficiados que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo iniciaria um trabalho de acompanhamento em grupo e foi marcada nova reunião para a apresentação de equipe da PUC. Mas o convênio SAS/PUC demorou, mais do que se previa, para ser assinado e, assim, a PUC não compareceu à reunião marcada, por três vezes consecutivas. (Relatório final gerencial da região de Campo Limpo).

Como consequência, o início do programa foi marcado pela geração de desgastes e insatisfações por parte da população. Assim, a equipe da SAS obrigou-se a dar explicações à população afeta:

Coube aos técnicos de SAS receber a população e explicar o adiamento do início do trabalho, bem como as alterações de última hora ocorridas nas datas de distribuição dos demais

cartões, enfrentando a frustração e as reclamações das famílias que se deslocavam para ir às reuniões e eram dispensadas. (Relatório final gerencial da região de Campo Limpo).

Dificuldades estruturais: Escassez e precariedade dos espaços x tempos

Também destaca-se que outro fator que contribuiu para dificultar as relações com as famílias quando as primeiras reuniões foram iniciadas pela equipe da PUC foi o grande número de pessoas que compareciam às reuniões marcadas, o que gerou dificuldades em se encontrar espaço para acomodá-las. Ao mesmo tempo, o espaço físico nuclear, além da não-adequação espacial, era de desconhecimento da população envolvida, bem como distante da residência das mesmas. Tal fato dificultava a adesão das mesmas às reuniões e gerava transtorno à vida dos integrantes, que precisavam utilizar transporte público para se locomover ou andar horas para chegar até os locais marcados, além do fato de precisarem disponibilizar um tempo maior para os deslocamentos de um ponto ao outro da região. Frente às condições dadas, as reuniões foram concentradas em duas instituições: na Casa de Cultura São Luiz e no espaço da igreja onde atua o Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha. Tais espaços se mostraram, para a maioria dos membros participantes, mais receptivos ao trabalho. Quanto ao grupo Amigas Cidadãs, as reuniões, no transcorrer do programa, ocorreram na Casa de Cultura São Luiz, mesmo as instalações sendo precárias e o local, distante da moradia de algumas famílias. Porém, o fator decisivo para a escolha do local foi, principalmente, o apoio dado pela instituição, que acolheu o grupo.

Segundo dados do relatório gerencial, antes de definir-se com o nome Amigas Cidadãs e ter uma composição de 21 integrantes, este grupo era um aglomerado de 41 pessoas, que passou por alguns desmembramentos, vindo somente a partir do terceiro encontro a se organizar como grupo menor e ser identificado pela equipe técnica como A2. De acordo com o relatório técnico, as condições para receber os integrantes e as crianças que vinham na companhia dos adultos eram precárias, faltavam cadeiras e havia hostilidade por parte da população, que, naqueles primeiros encontros, já manifestavam uma série de dúvidas quanto aos critérios do Programa Renda Cidadã .

6.1.2 Perfil do grupo A2

O grupo A2 era formado, em sua maioria, de mulheres nas faixas etárias entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos de idade⁵⁴, as quais se situavam em uma região que, segundo dados estatísticos de órgãos estatais de pesquisa, caracterizava-se como uma das mais críticas da cidade de São Paulo, pois concentra uma manifestação acentuada da questão social no que tange à miséria e à violência, explicitada pelos elevados índices de homicídios.

Aproximadamente 30% das participantes tinham procedência no estado de São Paulo; as demais eram migrantes de diferentes estados da região Nordeste, com destaque para os estados de Pernambuco e da Bahia. Outra informação significativa concernente ao grupo Amigas Cidadãs era em relação à monoparentalidade, em que se verificava que 71,4% eram responsáveis, sozinhas, pela manutenção financeira e afetiva do grupo familiar. Apesar desta responsabilidade acentuada, em 63% das famílias predominava a presença de até dois filhos, com idades de 0 a 16 anos, dentre os quais 53% estavam distribuídos nas faixas etárias de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos de idade. Além disso, registra-se que 50 % das componentes gestaram seu primeiro filho antes dos vinte anos.

6.1.3 Procedimentos metodológicos com o grupo Amigas Cidadãs

Como ocorreu o desenvolvimento das reuniões grupais? Conforme apresenta os relatórios técnicos, a equipe, fundamentada sob os referenciais que colocam o sujeito usuário do programa como centro do trabalho, pautou as reuniões por elementos metodológicos que foram desenvolvidos a partir da relação estabelecida entre população e equipe e não da consciência pré-elaborada pela equipe. No entanto, isso não significou que a equipe não apresentasse proposições. Em primeiro lugar, a equipe procurou, em todos os momentos, estimular os integrantes, retirando do seu universo cotidiano, por meio de duas próprias falas, elementos presentes como essenciais em suas vidas, tais como prazeres, dificuldades e outros. Segundo o que revelam os documentos, havia uma estratégia do psicólogo para que as integrantes trouxessem as suas demandas para o grupo e, a partir disso, o tema era tecido,

⁵⁴ Dados extraídos da ficha cadastral disponibilizada no SIGS.

considerando-se que as integrantes, ao expressarem suas dores, desencantos e prazeres, compartilhavam vivências e se identificavam nos relatos, podendo perceber que muitas das problemáticas experimentadas na vida privada eram recorrentes em outras famílias e tinham sua gênese no mundo público e coletivo.

Outras estratégias eram organizadas no momento das reuniões. Em determinados momentos, realizavam-se festas para comemorar alguma data específica de interesse das pessoas, como o São João ou o encerramento de fim de ano:

No começo as festinhas eram mais lacônicas, as pessoas levavam mas continuavam sentados em roda, um pouco tímidas em pegar comida, um pouco tímida em se esbaldar frente a tantas guloseimas, mas no final já era uma coisa mais caótica, as pessoas comiam tudo, levavam pra casa, faziam uma grande sujeira, e a gente via que tinha mais prazer, mais vínculo entre as pessoas. (Relatório de reunião).

Uma outra estratégia constituía-se de organizar encontros pontuais, relacionados a temas específicos de interesse e dúvida dos grupos. A forma de condução do trabalho era aberta e os temas eram trabalhados numa semi-diretividade, ou seja, eram previamente escolhidos pelo técnico e pela estagiária como diretriz, mas só eram trabalhados dependendo dos desejos e anseios do grupo.

Escolhemos previamente temas para discussão que servirá de diretrizes para o trabalho de grupo. Propomos o tema, e na aceitação deste, passamos a trabalhá-lo. Com o grupo trabalhamos os emergentes contextualizados pela diretriz proposta, com a tarefa consignada ao grupo. Adotamos um olhar materialista-dialético, tal como Pichon-Rivière, trabalhando a realidade social e o sujeito inserido-envolvido-situado nela [...]. Ou seja, atuamos numa semi-diretividade, na qual acredito que conseguimos trabalhar os anseios do grupo sem fugir de nosso propósito. Dependendo do desejo do grupo, às vezes mudamos a diretriz proposta, permitindo-os escolher entre o tema proposto e o anseio surgido na hora, porém sempre buscamos entender a significação da mudança proposta pelo grupo. (Relatório: Avaliação do desenvolvimento dos grupos).

Destacaram-se os seguintes temas trabalhados: história pessoal dos integrantes, eleições, família, saúde, nome do grupo, cidade e programas de transferência de renda. Conforme já mencionado anteriormente, os temas foram apresentados e desenvolvidos à medida que o grupo demandava a questão. Ressalta-se que, durante esse processo, conforme explicitado no relatório do profissional psicólogo, o início do trabalho direcionou-se para conhecer elementos fundamentais da história pessoal dos integrantes, suas preferências cotidianas, o que faziam, onde trabalhavam, a história de seus nomes, a procedência familiar e quais os motivos que levaram a migrarem para São Paulo.

Quanto ao tema “eleições presidenciais”, que estavam ocorrendo na ocasião, o psicólogo, juntamente com a estagiária, trabalhou-o com o grupo por meio de dramatizações, processo que tinha por objetivos o estabelecimento de vínculo entre o grupo, o destaque a um tema da atualidade e a possibilidade de um espaço de abertura para que as mulheres expressassem suas posições políticas.

Manifestou-se também o tema “família”, destacando-se que, em particular, este tema atravessou diferentes momentos do trabalho, desdobrando-se em vários assuntos referentes às relações com os parceiros, com os filhos e com os pais. Em relação a essas temáticas, Davi analisa que era um assunto que mobilizava muito ao grupo:

Uma temática muito mobilizadora foi a questão dos (ex)parceiros. Cada uma contou sua história, o que sensibilizou muito o grupo e levou muitas às lágrimas. A discussão de gênero também foi marcante, na qual desvelamos as relações de poder existentes e esmiuçamos que muitas mulheres também contribuem para a dominação masculina reproduzindo o comportamento de dominada e naturalizando o processo como se fosse um a priori social. (Relatório: Avaliação do desenvolvimento dos grupos).

De acordo com os registros documentais, o tema “família” não ficou restrito a um momento de trabalho do grupo, mas parece ter sido recorrente nos encontros. À medida que as mulheres viviam dificuldades no cotidiano familiar, traziam suas vivências para serem compartilhadas, e, diante das características dessas mulheres, é provável que o grupo fosse um dos poucos espaços possíveis para que estas pudessem dividir suas dificuldades.

Quanto ao momento em que a temática “escolha do nome do grupo” foi colocada em cena, percebe-se, nos documentos pesquisados, que não há registro de como nasceu a denominação “Amigas Cidadãs”. Presume-se que este nome tenha sido definido no início dos primeiros meses de 2003. Cabe destacar que a escolha do nome dos grupos fez parte de uma diretriz do programa. Em relação a este procedimento, Davi apresentou críticas em seu relatório, por avaliar que este processo ocorreu de forma precoce em termos de organização grupal: alguns dos grupos não estavam preparados e escolhiam nomes que não representavam a dinâmica do grupo. Entretanto, analisa que, dentre os grupos que acompanhava, o Amigas Cidadãs era o único nome que realmente representava o grupo, pois tratava-se de um grupo participativo, no qual as mulheres se envolviam umas com as outras. Algumas se reuniam fora do espaço do grupo, e era comum a troca de ligações telefônicas, bem como a combinação de encontros para irem juntas às reuniões. Quando realizamos o reencontro por meio da roda de conversa, percebemos, no conteúdo da fala das integrantes presentes, que se referenciavam,

quando faziam menção às colegas, como “Amigas”, evidenciando, assim, um processo de sentido de pertencimento a partir do nome do grupo.

Na temática “a cidade”, os assuntos eram diversificados, envolvendo o que elas achavam da cidade, dos vizinhos, da violência e da saúde. Contudo, no universo dos temas debatidos, a questão da saúde ganhou destaque: conforme está registrado no SIGS, a saúde aparece de forma recorrente em diferentes encontros. A discussão revela-se diversificada quanto aos subtemas relacionados a maus tratos no atendimento público, desinformação quanto a doenças como DST e AIDS, problemas de sexualidade, entre outros.

Observa-se que o tema “saúde” ganhou destaque em todos os demais grupos da região do Campo Limpo, conforme informações do relatório gerencial. Na época, 2003, a cidade de São Paulo estava vivendo a recente experiência da implantação do SUS, processo bastante tumultuado, pois a cidade havia ficado durante muito tempo sob a intervenção da política do PAS, proposta implantada na gestão do Prefeito Paulo Maluf (1993-1996), que vigorou durante oito anos, estendendo-se na gestão do seu sucessor Celso Pitta (1997-2000). Vale ainda destacar que, em virtude dessa diretriz política, a cidade de São Paulo foi uma das últimas cidades brasileiras a aderir ao SUS. Essa realidade repercutiu na cidade como um todo e, especialmente, na zona sul, por se tratar de uma região com forte histórico de atuação de movimentos sociais na área da saúde.

As integrantes dos grupos traziam muitas queixas e insatisfações com as experiências em decorrência da transição da política e da qualidade precária do serviço oferecido. Nesse sentido, foi realizado um acompanhamento, por parte da equipe gerencial, voltado à saúde, especialmente no intuito de buscar articulações interinstitucionais com os diretores de Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o Coordenador Regional da Saúde, e com as duplas que acompanhavam os grupos da região. A proposta buscou coletivizar um tema que perpassava todos os grupos e provocar, nas equipes, uma reflexão sobre as queixas que emergiam. Considerando-se a constatação da realidade do território, as possibilidades do que fazer com essa realidade, a necessidade de se apropriar de informações sobre o campo dos direitos e de tomar contato com as experiências e necessidades que emergiam a partir da realidade vivida nessa situação, foram acertadas visitas às UBS.

Inicialmente um aspecto importante é o fato de que a visita é trabalhada nos grupos como uma atividade livre, ou seja, participar da visita é uma decisão do participante do grupo, e está relacionada com a identificação de necessidade por parte de cada representante das famílias e com as questões que têm sido trabalhadas na relação que envolve o processo sócio educativo do grupo. A idéia é trabalhar posteriormente o significado daquela experiência de

visita para o sujeito que participou e a ressonância dessa experiência para aqueles que não aderiram à visita. (Relatório: Avaliação dos grupos socioeducativos).

Conforme relatório do psicólogo, a discussão sobre saúde não era conduzida de forma fechada, ou com um foco exclusivo na informação referente aos direitos, mas era um tema que assumia um formato de acordo com a realidade apresentada pelo grupo e de acordo com as necessidades cotidianas. Muitas das integrantes do grupo, por exemplo, nunca tinham visto um preservativo.

Davi utilizava-se de diferentes recursos para a discussão dos subtemas que emergiam relacionados à saúde. Assim, para discutir a qualidade do atendimento de saúde na região e a forma como as mulheres eram atendidas, principalmente pela classe médica, o psicólogo adotou a estratégia de dramatização.

Preparamos o psicodrama, pensando em duas situações. Um atendimento no hospital, e a eclosão de um caso de doença na família. Na apresentação do teatro as mulheres mostraram o pouco caso dos médicos com seus pacientes e a péssima qualidade do atendimento que consistia apenas em remediar o problema. Representaram a impotência da população frente ao poder do médico. Na situação da família elas optaram em cuidar do caso em casa ao invés de levar para o hospital. Optaram pela saída do saber popular relacionado às ervas medicinais. (Relatório de reunião).

De acordo com o registro acima, podemos inferir que a estratégia adotada pelo psicólogo e pela estagiária de Serviço Social, de dramatizar uma situação que faz parte do cotidiano de vida das integrantes, parece contextualizar o problema sob um outro ângulo, trazendo os sentimentos de desamparo e impotência para o campo da experiência de dramatizar e de reviver uma situação que as fragiliza.

Isso indica o ensaio sobre a possibilidade de elas agirem frente à situação. Assim, as integrantes parecem ter a possibilidade de explicitar o que sofrem pelas más condições de atendimento e pelo descaso de outro grupo com suas situações de vida, como se, dessa forma, apropriassem-se da experiência para poder encontrar uma alternativa. Entretanto, a alternativa encontrada pelas integrantes, como aponta o conteúdo do relatório acima, distancia-se do enfrentamento da questão pública. Ao apontar para uma resolução que se restringe à esfera da vida privada, as integrantes desistiram de enfrentar os maus tratos que sofriam na saúde pública, problemática que se expressa na instância coletiva.

Outra dramatização, voltada à mesma temática, aparece no encontro seguinte, com foco no agente de saúde, momento em que a estratégia adotada provocou, nas mulheres, condições concretas para que pensassem sob aspectos de seu cotidiano a partir de um campo

em que os sentimentos encontram um canal de expressão, ou seja, por meio da técnica dramática.

Preparamos o psicodrama pensando em duas situações: onde o agente comunitário de saúde está presente. Um primeiro momento onde ele visita a casa de um deprimido e o segundo momento no qual ele visita a casa de um doente mental.

Na encenação, elas expressaram a relação que tinham com o agente comunitário. Ele aparecia como um sujeito que apenas anotava os problemas e raras vezes encaminhava. O papel do louco foi um papel que sensibilizou e chocou o grupo, foi um momento excitatório a apresentação das duas encenações. Após isso passamos para a discussão em roda. (Relatório de reunião).

Destaca-se também que, no decorrer da dramatização, as mulheres enfatizaram o papel do agente comunitário de saúde: trata-se de alguém cujo universo cultural é o mesmo das participantes, e que não tem poder e não sabe o que fazer. Segundo o relato da atividade, ocorre uma excitação e sensibilização num primeiro momento, e a reflexão é promovida no segundo momento do trabalho.

Nos demais registros que focam o tema “saúde”, verificamos a presença de estratégias para desenvolver subtemas, como a discussão sobre direitos, sobre o sistema de saúde da região e sobre a gestão de serviços. Para a discussão sobre o sistema de saúde da região, adotou-se como estratégia a aplicação de um questionário elaborado pelo próprio técnico, com perguntas relativas aos serviços utilizados na região pelas integrantes, cujo resultado, posteriormente, foi refletido no coletivo. Diante do que é trazido a partir da discussão, Davi analisou que

[...] as críticas eram muitas e os elogios poucos. Constatou-se desconhecimento em relação ao trabalho do agente comunitário de saúde. (Relatório de reunião).

Para discutir o subtema relativo à gestão de serviços, Davi promoveu visitas dos integrantes do grupo aos serviços de saúde, com o objetivo de conversar com os responsáveis pela gestão do serviço. Essa estratégia foi adotada de uma forma geral pelas equipes

No Jardim São Luiz, através de reuniões com diretoras de Unidades Básicas de Saúde, foram programadas visitas das famílias essas Unidades. A experiência tem sido bastante rica e diversificada na perspectiva do trabalho sócio-educativo, e tem trazido subsídios para a equipe pensar o seu papel na relação com as famílias, principalmente no que relaciona os aspectos de cidadania e participação. (Relatório final gerencial da região de Campo Limpo).

Entretanto, no relato de como essa experiência foi vivida pelas integrantes do grupo Amigas Cidadãs, verificamos que

As integrantes do grupo contaram como foram as visitas aos postos. Relataram que a diretora do Posto São Luiz não respondeu nada direito e que se desvencilhava das perguntas, inclusive “tesourando” as participantes. Avaliaram como positiva a visita tendo em vista que tiveram uma ampliação na compreensão da dinâmica de funcionamento do posto de saúde. (Relatório de reunião).

A conversa que estabeleceram indica uma mudança de movimento, da passividade para um certo “enfrentamento”, na medida em que interrogam a representante do serviço de saúde. Esta, segundo as integrantes, busca se desvencilhar dos questionamentos, precisando “tesourar” as participantes. A possibilidade de essa experiência ser refletida posteriormente pode ter sido importante no sentido de as mulheres poderem agir e pensar sobre o lugar ocupado por elas frente a essas relações de poder

No registro abaixo, observa-se um outro movimento, individualizado, estabelecido pela integrante do grupo, Maria, ao reivindicar junto às autoridades melhores condições de atendimento, e que parece ter influenciado a saída de uma das coordenadoras do serviço:

Maria contou da reunião que fez com o coordenador de saúde da região, Dr Alexandre. Assim, ficamos discutindo a questão da saúde na região e das ações realizadas pela comunidade organizada, na qual resultou no afastamento da coordenadora do Posto do Jd Ibirapuera. (Relatório de reunião).

Ao se discutir a temática “programas de transferência de renda”, um aspecto trazido não só no início do trabalho, mas durante todo tempo em que as reuniões se desenvolveram, esteve relacionado às dúvidas dos integrantes a respeito do uso dos cartões, dos critérios de inclusão no Programa Renda Mínima, das diferenças entre os programas Renda Cidadã e Renda Mínima. Esse questionamento colocava a equipe em uma posição delicada, e demandava um tipo de informação desconhecida até então para os técnicos: os problemas e dúvidas eram diversificados, e envolviam questões como desmagnetização ou perda do cartão, não-recebimento da parcela, mau atendimento nos bancos, bem como questionamentos quanto à inserção das famílias no Renda Cidadã .

Muitos participantes consideravam-se injustiçados pelo fato de conhecerem “pessoas de melhor condição financeira” (sic) beneficiadas pelo Programa, confundindo ainda o Renda Cidadã com o Renda Mínima. (Relatório final gerencial da região de Campo Limpo).

A falta de informação sobre os critérios que diferenciavam os programas parece retornar nas reuniões sempre quando havia alguma alteração nas políticas. No registro de reunião no SIGS de agosto de 2008, a realização de um recadastramento no Renda Mínima suscita que Davi realize alguns esclarecimentos. Ao mesmo tempo, de acordo com o registro no relatório, mobiliza o questionamento das integrantes sobre o descumprimento dos critérios por parte da prefeitura em relação às faltas das integrantes às reuniões:

[...] Começaram perguntando sobre o Recadastramento do Renda Mínima. Maria contou que os benefícios do Renda Cidadã e do Bolsa-Escola não contavam como renda no recadastramento do renda mínima e estava com dívidas. Elaborei na lousa um quadro com as diferentes instâncias do poder público e os programas agregados a cada. Ainda havia muitas dúvidas sobre essas informações. Elas passaram a reclamar da falta dos cortes aos faltantes, forem bem rígidas nas críticas. Expliquei o funcionamento institucional. (Relatório de reunião).

Após meses de desenvolvimento da experiência, elege-se como tema de reunião o desligamento da estagiária Adriana do grupo. A saída da estagiária Adriana nos últimos meses do trabalho do grupo foi um tema recorrente em alguns encontros, repercutindo sobre os integrantes e gerando muitas discussões. De acordo com os registros do relatório, o grupo queixou-se e parece ter sentido a saída de Adriana como uma grande perda. A situação, na época, provocou a elaboração de um abaixo-assinado do grupo, documento a que a pesquisadora teve acesso, assim como a ida da gerente até a reunião para conversar e explicar os motivos do afastamento de Adriana, momento em que as participantes questionaram a equipe gerencial sobre os motivos que levaram ao afastamento da estagiária. Constam do documento elaborado pelas integrantes do grupo as assinaturas de 38 pessoas, o que mostra que, além dos membros do grupo Amigas Cidadãs, outras assinaturas foram registradas, coletadas em outros grupos. A situação não foi revertida, e o grupo determinou e comunicou à gerente que a estagiária não seria substituída.

[...] Como elas já sabiam da demissão da Adriana, elas estavam bem indignadas e disseram que fariam um protesto na PUC. Escreveram um abaixo assinado e pediram para que eu passasse o telefone de minha chefe. Passei o telefone da sede para uma representante. Perguntaram para a Adriana se ela iria querer continuar no programa, esta não respondeu. Ficaram descontentes com o desligamento e perguntaram se era minha culpa. Afirmaram que tratariam mal a futura estagiária e que preferiam que eu fosse sozinho daqui para a frente. (Relatório de reunião).

As últimas reuniões demarcadas por discussões a respeito da finalização do trabalho pela equipe, ocorridas no mês de novembro, objetivaram informar sobre a finalização do programa. Muitas dúvidas apareceram neste final, voltadas a esta questão, e, ao mesmo tempo, à possibilidade de as integrantes serem inseridas no Programa Federal Bolsa-Família, cujo objetivo era incorporar os demais programas de transferência de renda existentes na época.

As pessoas ficaram bem chocadas com a notícia e manifestaram desejo de continuar. Perguntaram se não podiam fazer nada, eu respondi que não sabia. Maria contou das transformações em sua vida desde que começou a participar das reuniões. Contou como a população se mobilizou para tirar a chefe do Posto de Saúde Jd Ibirapuera e, sempre depositando que toda a sua participação na comunidade surgiu do espaço da reunião. (Relatório de reunião).

Finalmente, ocorreu algo expressivo. No último encontro, a integrante Maria leu para o grupo uma carta que escreveu para poder expressar o que sentia em relação ao encerramento daquele processo. Nas considerações discutidas no final da análise descritiva, apresentaremos partes do conteúdo da carta.

6.1.4 Desencontros e encontros: o lugar de Vânia no grupo Amigas Cidadãs

A presença da participante Vânia no grupo mereceu destaque especial devido à forma com que ela movimentou-se no decorrer dos encontros. Aos poucos assumiu uma posição de destaque não pelos problemas que vivia, apesar de explicitar uma história marcada por diferentes formas de violência, mas porque foi uma integrante que participou de forma diferenciada, singular e criativa processo que ganhou ênfase na reunião de avaliação final. Nesse sentido, a pesquisadora, naquele momento, percebendo o movimento da participante, solicitou a realização de uma entrevista, a qual foi aceita e realizada em seguida. Considerando a substância do conteúdo, elegemos, neste trabalho, os conteúdos relatados como fonte primária, para ser utilizada como parte do registro histórico do processo. A seguir, realizamos a exposição e algumas inferências dos conteúdos coletados por meio da entrevista.

Nascida em São Paulo, Vânia viveu sua infância e adolescência no Jardim São Luiz. No momento em que realizamos a entrevista, tinha completado 26 anos de idade. Mãe de uma menina de sete anos, morava com sua família de origem, composta, na época, pela mãe e três

irmãos, sendo um homem e duas mulheres. Uma delas era irmã gêmea de Vânia. Nas mesmas condições das demais participantes do grupo, Vânia tornou-se mãe antes dos vinte anos. Essa situação causou-lhe dependência financeira direta da estrutura do seu grupo familiar para sobreviver e criar sua filha. Além da dependência, Vânia era vítima de situações constrangedoras no ambiente familiar, principalmente no aspecto moral, devido ao fato de ser mãe solteira e numa idade jovem, fato que incomodava constantemente seus familiares.

Vânia relata que, em sua casa, era a sua mãe a figura responsável por trabalhar e manter o grupo. Posteriormente, ela também começou a ajudar a criar sua filha; concomitantemente, assumia de fato o papel de mãe da menina, questão que gerava muitos sofrimentos para Vânia. Vânia conta que seu pai, falecido recentemente, era uma pessoa muito violenta e que nunca havia trabalhado, nem tampouco assumido a responsabilidade pelos cuidados com os filhos. Aos 18 anos, Vânia engravidou do namorado e teve sua filha. Sem ter condições de sustentar sozinha a criança, continuou a morar com a família. Vânia havia concluído o curso de Magistério, e tinha ministrado aulas na Educação Infantil durante dois anos, trabalho que, segundo ela, dava-lhe muito prazer. Um de seus sonhos era o de poder voltar a estudar.

É neste contexto vivenciado por Vânia que ocorre sua inserção no grupo Amigas Cidadãs. Desempregada e passando por grandes dificuldades para sustentar a filha, inscreveu-se para participar do Renda Cidadã. Conta que, para ter sua inscrição aceita no programa, precisou fazer cadastro em três escolas diferentes da região, e teve, juntamente com sua mãe, de insistir e manipular informações para ser aceita como beneficiária do programa. Seu relato revela experiências repetitivas de humilhações, que a conduzem a recorrer às mesmas estratégias a que foi submetida para poder ser “incluída”, o que só foi possível porque argumentou haver duas famílias morando no mesmo espaço.

Vânia relata que tomou conhecimento do programa quando foi anunciado na televisão:

[...] aí depois minha mãe começou a falar pra ir nas escolas se inscrever, aí eu fui na escola, me inscrevi, só que chegou lá, como eu era professora, na carteira de trabalho tava escrito professora, eles desclassificaram.[...] porque era professora. Falaram: “Se você é professora, você não precisa”. Você tem como arrumar um emprego. Aí eles rasgaram minha ficha, nossa, eu fiquei indignada. Falei: “Olha, mãe, aconteceu isso e isso, vou ter que ir noutra escola, pra se inscrever de novo, porque esta escola não aceitou”. Era o Mário Moura.

Na segunda vez,

[...] eu falei que tava desempregada, que precisava muito, que tava passando necessidade, mas aí pediram a carteira de trabalho. Então, quer dizer, se eu tivesse perdido a carteira de trabalho ou não tivesse mostrado, falado que não tinha, minha ficha ia passar, mas como mostrei a carteira de trabalho, não consegui.

No terceiro cadastro, após ser encaminhada de um lugar a outro, Vânia informou sua extrema condição de vulnerabilidade:

É. Aí, acho que mandou na Julita e da Julita pro Procópio Ferreira. Eu lembro disso. Aí depois eu liguei, falei: “Olha, eu fiz a Renda Mínima, não passei, não consegui, o que aconteceu, porque eu também não fui aprovada”. “Ah, é porque você colocou renda zero”. “Aí, eu falei, não, mas eu to precisando...” É porque na hora eu falei que a renda era zero...

Mesmo assim, novamente seu cadastro foi reprovado. Somente quando sua mãe testemunhou a miséria que envolvia a situação concreta, “alegando”, com uma falsa informação, que havia dois grupos familiares na mesma casa, a inscrição foi aprovada.

Aí ele falou assim: “Ah, a gente vai ver o que a gente pode fazer”, porque aí minha mãe, eu pedi pra eles conversar com minha mãe, aí minha mãe conversou por telefone, falou que tava passando necessidade, que tava passando fome, eu e minha filha. Ela falou: “Ela mora comigo, mas aqui é uma família e aqui é outra”. Então, aí foi que ela esclareceu no telefone, deu mais segurança no que tava falando, aí eles colocaram no Programa Renda Cidadã.

A história de Vânia é marcada por diferentes formas de violência, configuradas e perpetuadas no interior das relações familiares e de outras instituições. Relatos de sofrimento, humilhação, maus tratos e muitas dificuldades de manter a própria existência. Segundo ela, o sentido de estar viva e perseverar buscando superar as dificuldades cotidianas estava na existência da filha Mariana Quando provocada a falar sobre si mesma, Vânia relata:

Era uma menina muito tímida, muito acanhada, muito fechada, não falava com ninguém. Se alguém viesse falar comigo, eu batia na pessoa, não esperava ouvir a pessoa, eu achava que... eu tinha medo de todo mundo. Né, sou pessoa, assim, que repetiu muito na escola, tinha uma memória muito fraca assim nos estudos. Então, como meu pai batia muito em casa, aí que a gente não conseguia aprender mesmo. Aí repetia...

Vânia comentou, também, que entrou no mercado de trabalho na fase da adolescência, com 14 anos de idade. Ao mesmo tempo, seguia seus estudos, mas, diferentemente dos motivos que levam parte das crianças e adolescentes a entrarem no mercado de trabalho – situação de pobreza e miséria –, Vânia explicita o seu motivo:

[...] eu não agüentava ficar em casa. Meu pai era, assim, uma pessoa muito rígida, muito qualquer coisinha, você não podia fazer nada... E minha mãe trabalhava direto nessa época, então, não dava atenção e meu pai batia muito, muito mesmo. A gente apanhava de mangueira, fio 220, qualquer coisa errada que ele visse que alguma coisa estivesse errada, ele batia muito. Então, acho que trabalhar para mim era... se sentia melhor.

No entanto, quando questionada sobre os motivos que levaram seu pai a ser tão violento, Vânia os atribui a questões relacionadas à história de vida dele:

[...] meu pai, ele não estudou. Ele não teve estudo e ele sofreu na infância dele. Ele conta assim do vô, né, ele fala muito, que ele que fugiu de casa, porque o vô batia muito nele e eram mais de dez irmãos.

Nessa perspectiva, verificamos que a história de Vânia se repete e perpetua ciclos de exclusão e violência, originados no interior da família e alimentados pela ausência ou fragilidade de outras instâncias, que a impedem de sair dessa situação. Em relação à violência intrafamiliar, assim como Vânia é vítima da agressividade do pai, o pai também sofreu situações de violência no interior da família, tendo, em decorrência deste fato, fugido de casa. Vânia, assim como o pai, também fugia de casa, encontrando refúgio no trabalho que realizava aos 14 anos. Nesse sentido, Vânia avalia que seus estudos, apesar de concluído o segundo grau, ficaram comprometidos. Relata que a violência que sofria em casa era refletida no comportamento rebelde e agressivo que apresentava na escola e na dificuldade que tinha em aprender. Em virtude disso, também apresentava dificuldades de desenvolver-se profissionalmente, pois só havia concluído o segundo grau.

Se não bastasse a fragilidade no arranjo familiar evidenciando a dimensão da violência física e moral, quando Vânia engravidou do namorado, sofreu muito, pois a família rejeitou sua gravidez, não concebendo o fato de ela não ter se casado. Diante do fato, passaram a pressioná-la para que ela abortasse a criança:

Eu apanhei, dentro de casa, levei muito soco, muita porrada, né, cheguei a momentos de pensar em abortar mesmo, só que eu não sabia como, como ia fazer isso, eu tava gostando daquela criança dentro de mim...

Vânia resistiu, pois desejava ter o filho. Embora tenha conseguido levar a gravidez até o final, passou a ser pressionada a dar a filha. Mais uma vez, manteve-se firme no desejo de exercer a maternidade. Nesse processo, Vânia enfrentou diferentes formas de violência dentro de casa, pela conduta de preconceito de seus familiares em relação à sua condição de mãe solteira:

No que eu cheguei em casa, não fui bem recebida. Todo mundo me xingou, não quis ver a criança, nem me ver, era muito xingo, sabe, puta, galinha, sabe, era muita humilhação mesmo, muita. Eu sofri muito. Minha criança não tinha roupa, eu que saía de porta em porta pedindo. Eu fiz tudo, vamos dizer. Agora, depois que a menina foi crescendo é que foi pegando amor, que eles foi gostando, né.

A família continuou a interferir e a pressionar, pois não concebiam a decisão de assumir a maternidade. Nesse sentido, a família entendia que deveria ser a avó quem exerceria o papel de mãe da menina:

Apesar de, no registro, ela tá registrada como eu mãe dela, então, ela falava que a vó é mãe, eu não era mãe, eu era tia, qualquer coisa, menos mãe.

Dessa forma, quando iniciou sua participação no grupo, Vânia carregava consigo um drama familiar como cidadã brasileira, mulher, moradora de uma das regiões periféricas mais violentas da cidade de São Paulo, pobre, desempregada, com uma filha e sem condições de exercer os cuidados integrais sobre esta, e, ainda por cima, dependente de um grupo familiar que a violentava ao projetar sobre ela uma carga grande de preconceitos pela sua condição de mãe solteira. Entretanto, o fato de ter lutado e insistido no desejo de ser mãe parece ter sido algo que deu sentido à sua vida:

[...] eu ainda tive uma filha e consegui me levantar, porque eu acho que se eu não tivesse assumido ela como filha, brigado por ela no hospital, eu não ia ter essa força. [...] É, foi, porque senão eu tinha caído em depressão se eu tivesse abortado, eu não ia ter mais vontade de viver.

Ao mesmo tempo, era por ser mãe e estar em condições bastante difíceis de vida que Vânia iniciaria sua trajetória no PFF, pois estes constituíam critérios de inserção no programa. Trata-se do retrato de uma situação real cotidiana da sociedade brasileira. Vânia traz um legado significativo e, ao mesmo tempo, negador da existência humana, pois o grau de sociabilidade presente nos arranjos familiares e fora deles expressam a negação humana. Assim, é sob estas condições cotidianas reais que Vânia se insere no grupo. Durante a entrevista com Vânia, foi possível resgatar elementos fundamentais desde a primeira reunião, marcada por dificuldades de comunicação e estrutura adequada para acolher a população:

Olha, eu lembro daquela reunião que teve lá no Clube da Esperança... Explicaram um pouco sobre o projeto, o que tava acontecendo, do cartão, tudo, só que não dava pra escutar porque era muita gente, e não dava assim pra entender muita coisa. .

A reunião inicial no Clube da Esperança a que Vânia se refere era a primeira reunião feita pela equipe técnica da prefeitura, com o intuito de distribuir os cartões para os titulares do Programa Renda Cidadã e informar as pessoas sobre as condições de participação destes no Programa Fortalecendo a Família. As condições estruturais pareciam distanciar a população e dificultar a apropriação desta acerca do que acontecia com a sua própria história.

Do conteúdo desenvolvido durante a reunião, Vânia sabia que deveria comparecer em um novo local: *E aí depois eles marcaram no... como é que fala aqui, esse Poupa Tempo aqui em baixo?*. Esta situação revelava o desconhecimento e pouca familiaridade com o espaço em questão: tratava-se do equipamento Centro Integrado de Cidadania (CIC), instituição do Governo do Estado. O relato de Vânia mostra o deslocamento territorial pelo qual os integrantes precisaram passar até que pudessem chegar em um local que os acolhesse: *Aí marcaram reunião no CIC, aí do CIC não deu certo, parece que era muita gente, aí marcaram aqui na... no N.* O local que acolheu Vânia e os demais integrantes foi a Casa de Cultura do Jardim São Luiz, ao qual Vânia se refere pelo nome do presidente da instituição: Nilo.

Do ponto de vista geográfico, o Clube da Esperança era uma instituição não-governamental localizada no Jardim Ângela, região periférica da zona sul de São Paulo, bastante distante geograficamente do Jardim São Luiz. Por outro lado, o CIC, a que Vânia se refere inicialmente como Poupa Tempo, era uma instituição pública, localizada ao lado da Casa de Cultura. Mesmo configurando um local próximo geograficamente, o CIC parecia não representar um lugar de referência para Vânia. Somente a terceira referência, “no Nilo.”, parece ter propiciado um ambiente de acolhimento, ainda que de forma tumultuada pelo número excessivo de pessoas, pois [...] *era muita gente, mesmo assim teve que separar dois grupos, porque era muita gente, não cabia muita gente.*

Devido às dificuldades vivenciadas pela equipe do programa e pela estrutura existente no território, alguns participantes, em um primeiro momento, freqüentaram diferentes grupos, processo que ocorreu com Vânia:

Aí eu participei aqui, mas eu tava em outro grupo, eu tava em outro grupo, eu comecei no grupo da manhã, no grupo da tarde, eu não tinha grupo. Eu encaixava em qualquer um.

No momento em que participou da escolha do grupo em que queria ficar, ela parece ter conseguido encontrar um lugar para se fixar:

Até que ele [DAVI] falou: “Qual grupo você quer ficar?” Aí eu falei: “Eu quero ficar no grupo da tarde”. Aí foi que eu parei nesse grupo aí [Amigas Cidadãs].

O instável da Esperança. Foram muitas as dificuldades encontradas pelas pessoas para aderir ao trabalho. Uma delas é que aquele “formato” de trabalho propiciado pelo programa representava algo novo, “desconhecido”, que não atendia a outras expectativas da população:

A grande expectativa trazida por elas era de que o trabalho consistiria no desenvolvimento de cursos de capacitação profissional, visto que algumas delas já haviam participado de outros programas municipais, como, por exemplo, o Começar de Novo. (Relatório de reunião).

As integrantes do grupo, frustradas por não conseguirem atingir de imediato o objetivo, viam as reuniões, no primeiro momento, como algo inócuo, sem sentido, incapaz de atender às suas necessidades mais imediatas. Nota-se que as participantes, conscientes ou não, anunciavam qual era o problema imediato que atingia aquela população, ou seja, a expectativa de que o programa propiciasse emprego ou algum tipo de formação profissional. Esta preocupação é também apresentada por Vânia:

Olha, no momento que eu fiz o cadastro eu achava que ia ser igual o... como é que fala... Eu pensei comigo que não ia ser só uma reunião, eu achava que ia dar oportunidade de emprego, ou queria fazer algum curso, porque esse curso iria me ajudar em alguma coisa. Foi isso que eu pensei no momento.

Mas, para Vânia, um novo elemento contextual é inserido em seu universo. Ao dizer *não pensei que ia ser uma reunião com um psicólogo*, Vânia evidencia o distanciamento entre o que as integrantes apresentavam como necessidade imediata material e o que o programa oferecia.

Em um Lugar sem calor o silêncio impera. O encontro entre o psicólogo e o grupo mostrou, conforme registra o relatório do técnico por ocasião da realização de uma dinâmica de grupo, que

O silêncio imperava e nossas tentativas para articular uma compreensão fracassavam. Havia um mal estar generalizado. Propus entrarmos na dimensão do corpo na Dinâmica do “batismo mineiro” [...]. (Relatório de reunião).

Estes momentos revelam o distanciamento e as dificuldades vividas pelas mulheres. O desconforto presente nos primeiros encontros entre os integrantes e a equipe era algo

concreto, gerando uma situação de impotência e mal-estar, o que denunciava a dureza da vida cotidiana das participantes. Nesse contexto, o psicólogo reconhece:

[...] parte do grupo odiou tal dinâmica, a minoria aderiu e sucessivamente elas iam apresentando-se no meio da roda, porém sem gesticulação e falando de problemas e não qualidades. (Relatório de reunião).

Mas como os desencontros, os desprazeres e os desagradados repercutem em um primeiro momento para Vânia? Segundo conta, *no começo, eu achei que a reunião era chata, eu falava: “Ah, isso é só conversa, é pra gente falar...”*. Percebe-se que a possibilidade de ter um espaço para falar era uma situação sem sentido. Esta condição alimentava-se, também, na dificuldade presente em Vânia de comunicar-se no coletivo:

Olha, quando eu comecei no Programa, eu era muito tímida, muito fechada, depois eu fui me abrindo com as pessoas, assim, conversando, questionando

A timidez presente em Vânia ampliava-se com o distanciamento existente entre ela e o profissional de psicologia. A linguagem utilizada por Davi era inacessível, processo identificado por Vânia como aula:

[...] dava muito sono a aula dele. Muito. [...] porque ele falava muito, com vocabulário de faculdade, assim, eu chamo de vocabulário de faculdade, porque era uma forma que a gente não entendia.

No decorrer das reuniões subseqüentes, o grupo e Vânia conseguiram expressar ao psicólogo as dificuldades de interação e comunicação, mostrando o grau de insatisfação:

[...] só o Davi falava, era muito legal que só ele falava e a gente tinha que ouvir e, na hora de discutir, já tinha acabado, né, o horário. Aí comecei a falar pra ele: “A gente também quer falar”, né, todo mundo começou a falar.

Este procedimento contribuiu para alterações substanciais na relação, permitindo que o grupo pudesse se manifestar, em particular Vânia, que começava a se identificar no espaço das reuniões, ampliando suas manifestações, transformando o espaço em uma atividade prazerosa. Ao mesmo tempo, Vânia conseguiu perceber que o grupo necessitava se apropriar do espaço e interferir nos conteúdos: *Aí comecei a encher o saco dele: “Cadê a dinâmica? Cadê as brincadeiras?”*. Esse processo inicial desencadeou em Vânia o desejo de compartilhar elementos substantivos constitutivos de sua subjetividade:

Aí eu falei, assim: “Olha, eu sou professora, eu gostaria de ter uma abertura de atividade”, aí eu acho que foi a partir disso, que eu comecei a entrar com atividade, fazer crachá, no dia da Páscoa, “Vamos fazer alguma coisa no dia da Páscoa”, Dia dos Pais, “Vamos fazer alguma coisa no Dia dos Pais”.[...] Aí que eu fui começando a entrar realmente no programa [...].

Este processo possibilitou que ela se relacionasse com as pessoas que não conhecia:

Aí foi indo, fui participando, fui conhecendo mais, se enturmado mais com as pessoas, né, eu acho que as pessoas gravou mais, porque viu eu na lousa, explicando coisa, fazendo dobradura, né...

A experiência de poder ter exercido sua participação, resgatando seu saber e suas habilidades e exercitando-as, possibilitou que Vânia se encontrasse naquele espaço. Ela faz remissão a esse momento demarcando duas temporalidades distintas: o antes, quando sentia dificuldades de se relacionar, e o hoje, quando se reconhece de uma maneira diferente, à medida que ampliou seu universo de contatos e relações. Tal processo, Vânia expandiu para outras relações, além do grupo:

Olha, foi importante, assim, o contato com as pessoas, que eu não tinha. Hoje eu sou uma pessoa que fala, conversa, eu não conheço a pessoa, mas eu sorrio pra pessoa, converso. É, consigo entrar em vários grupos, é uma dificuldade que eu tinha também.

Os bons encontros. Uma abertura para outras atividades. Assim como Vânia socializava seus conhecimentos, também identificava, nas demais colegas, pessoas de referência, com quem começou a dividir as dores sofridas no âmbito familiar. Dessa forma, o grupo passou a ser para Vânia um lugar de referência que ela podia contar:

[...] o grupo me ajudou muito, assim, relacionamento com as companheiras, às vezes, você tem uma dificuldade e não pode falar com a sua mãe, [...] então, eu chegava numa colega e falava: “Eu tô passando por isso e isso, o que que você faz?” Aí elas me davam uma dica.

Um outro aspecto dessa relação é a dimensão compartilhada da experiência, evidenciando uma reciprocidade naquilo que envolve o saber e o aprender:

“Olha, tá acontecendo isso comigo, não sei o que fazer, o que eu faço?” Elas me davam outra dica. E o que eu sabia eu ensinava pra elas, né.

Vale destacar que a possibilidade de abertura, construída na relação entre o técnico e a integrante Vânia, para criar, para valorizar habilidades vindas de um membro do grupo, parece ter sido muito significativa no sentido de potencializar Vânia, e é a partir desse momento que ela relata se sentir pertencendo ao programa e, ao que nos parece, também ao grupo.

6.1.5 De como Vânia e outras integrantes foram afetadas pelo grupo

Quando as integrantes analisaram as mudanças ocorridas em suas vidas⁵⁵, destacaram ênfase em três dimensões: em relação a si mesmas, em relação à família e em relação ao grupo. Essas dimensões apontadas no discurso dos sujeitos se interpenetram, sendo tênue a fronteira que separa um aspecto de outro. Quando Vânia analisa as mudanças que ocorreram em sua história pessoal a partir de sua inserção no grupo, destaca que conseguiu desenvolver mais autonomia diante das relações que tinha com a família. Com o decorrer da sua participação no grupo, superou a vergonha e a culpa que sentia por ser mãe solteira, e começou a assumir a filha. Inicialmente, esse processo foi experimentado na relação com o grupo, pois as relações que estabeleceu naquele espaço permitiram a ela vivenciar, sem culpa e vergonha, o prazer de ser mãe. Sobre esse momento, diz Vânia:

Eu comecei a falar aqui dentro, da minha filha, eu comecei a me soltar, falar: “Eu tenho uma filha. Eu sou mãe solteira”. Assumir mesmo.

Na medida em que se apropriou do seu desejo, passou a ter enfrentamentos no espaço familiar:

Aí eu comecei a assumir a minha filha, eu falei: “Não, eu não tenho vergonha da minha filha. Ela é minha filha, eu sou mãe”. Eu comecei a disputar, brigar por isso.

A postura diferenciada que Vânia assumiu, de questionar, de lutar por seu espaço e de ser livre para manifestar o seu desejo nas relações familiares, mexeu com a mãe, que passou a questioná-la, atribuindo as mudanças ocorridas com a filha à inserção desta no programa:

⁵⁵ Os conteúdos expressos pelas integrantes foram explicitados por meio do instrumental “questionário”, conforme já apresentado.

Aí minha mãe começou a se doer, “Ah, você não era assim, a partir desse programa aí, agora você mudou” Eu falei: “É, mudei porque eu vou assumir a minha filha. Você é vó e eu sou mãe.” Né, eu comecei a brigar por isso. Então, foi assim, uma coisa boa pra mim e boa pra minha filha.

A relação estabelecida pela mãe de Vânia projetava sobre essa uma carga de muito medo e culpa, sentimentos que inicialmente enredavam Vânia a uma condição de submissão, de aceitação passiva. Tais sentimentos assumiram uma configuração diferenciada após a inserção no grupo, possibilitando que Vânia rompesse com essa cadeia de paixões tristes, que a conduziam a uma postura passiva, e se deslocasse a um estado mais ativo, que se manifestava pelos questionamentos e posições que assumiu frente a seus familiares:

Então, aí que eu comecei a questionar muito em casa, então, se alguém falar pra você, é, na minha casa mesmo me falavam: “Ah, você não pode viajar pra tal lugar”, “Por que eu não posso, só porque eu tenho uma filha eu não posso viajar?” Eu comecei a interrogar dentro de casa. Aí me falavam: “Onde você tá aprendendo isso, nas reuniões?” “É nas reuniões que eu aprendo”.

Ao identificar mudanças em sua vida nesse processo, Vânia parece reconhecer ter se apropriado de maior nível de autonomia na sua história, reconhecendo-se como ser desejante, com direito à vida, apesar de ser uma pessoa que ainda se percebia como dependente:

Ah, eu acho que eu, eu não vou dizer que eu fiquei independente de mim mesma, né, que ainda to dependente, mas eu posso dizer que eu me tornei uma pessoa mais sábia, pensar bem o que quer, escolher as coisas certas, que acha certo, o que é melhor pra você, porque antes, eu fazia as coisas pra minha família, eu não fazia pra mim, eu não pensava em mim, mesmo tendo esse receio de família que não gosta, eu pensava na minha família, não pensava em mim.

Esta expansão subjetiva, Vânia atribui também aos demais membros do grupo, conforme percebe:

[...] aqui, já deu pra levantar muita gente, muita gente mesmo, eu percebi que levantou muita gente. Nem que seja no lado profissional ou emocional, seja lá como for, levantou.

Vivenciar aprofundamentos subjetivos impulsionou, em Vânia, a vontade concreta de se desligar da família, centrada na figura da mãe. No entanto, sabia que tal atitude estava condicionada à dimensão financeira, o que suscitava a necessidade de encontrar uma atividade remunerada e segura. Sobre isso, Vânia pondera:

[...] assim que eu conseguir um emprego fixo, eu vou juntar um dinheiro pra pagar um aluguel, nem que minha filha não vá junto, mas eu dando a comida, tudo que ela precisa, se ela for ficar realmente com a vó, mas eu quero ir embora de casa.

Mudanças ocorreram também nas outras participantes. Rosa, com 37 anos de idade, nascida na cidade de Ribeirão (Pernambuco), relata que chegou em São Paulo em 1986, casada, mãe de duas filhas, uma com doze e outra com treze anos de idade. Era dona-de-casa e praticava enfaticamente uma religião evangélica, chegando a afirmar que, pela intensidade da sua participação religiosa, poderia ser reconhecida como uma cristã “fanática”. A trajetória de Rosa no grupo ficou marcada por mudanças na sua sexualidade: uma das experiências que nos contou no momento da avaliação foi a de ter ido ao motel pela primeira vez em sua vida. Esta mudança na esfera da sexualidade em relação ao marido influenciava positivamente as demais ações cotidianas:

[...] tudo mudou, depois que o relacionamento conjugal com o marido melhorou. Rosa é evangélica, diz que se sentia muito reprimida, agora se sente mais relaxada. Rosa afirma que o marido, mais feliz, questiona sobre o que acontece durante as reuniões para ter havido tamanha mudança no comportamento da companheira, e que pretende ir até o grupo para conhecer as pessoas e dizer sobre as mudanças ocorridas em Rosa. (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Nesse sentido, Vânia e Rosa viveram processos distintos. Enquanto a família de Vânia percebia de forma negativa as mudanças em seu jeito de se relacionar, já que ela passou a enfrentar as relações familiares, processo que incomodava sua mãe a ponto de ela censurar a participação de Vânia nas reuniões socioeducativas, o companheiro de Rosa demonstrava apreço pelo grupo, na medida em que percebia que aquele espaço havia contribuído com as mudanças na sexualidade de sua companheira, manifestando, inclusive, o desejo de conhecer as pessoas que estavam envolvidas no processo de mudança de Rosa.

Outra participante, Cláudia, natural de Maranguape (Ceará), tinha 40 anos, e se destacava no grupo pelas expressões constantes no sentido de relatar situações de dores familiares. Casou-se por duas vezes, tendo, no primeiro casamento, quatro filhos, dois meninos e duas meninas, destacando-se que teve sua primeira filha com 17 anos e divorciou-se do primeiro parceiro. O relacionamento com o segundo parceiro foi marcado por agressões verbais e físicas, bem como por problemas no relacionamento com os filhos, destacando-se a situação da filha de 17 anos, que se relacionava com pessoas de índole duvidosa. Para agravar a situação conflituosa, Cláudia vivenciava, no mesmo teto, a degradação do filho caçula, que tinha envolvimento com bandidos e a ameaçava de morte constantemente. As condições

objetivas vivenciadas por Cláudia foram compartilhadas no grupo, onde uma das participantes relata:

“Aquela ali oh, só chorava!”. Trata-se da fala de Maria, que aponta para Claudia, fazendo referência de como ela ficava no início das reuniões, e Cláudia reafirma as palavras da colega, dizendo que o grupo a ajudou muito! (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

No comentário acima, Maria, outra integrante do grupo, lembra as manifestações intensas de tristeza da colega quando os grupos começaram. Maria, natural de São Paulo, 43 anos, divorciada, criava sozinha seus três filhos. A filha mais velha tinha 17 anos, e os outros dois meninos tinham, respectivamente, 13 e 3 anos. Os dois primeiros filhos de Maria eram do primeiro casamento, que resultou em divórcio, e o caçula foi fruto de sua segunda união, que também foi encerrada. Maria teve um papel atuante no grupo: diferentemente de Vânia, que se destacava pelas atividades que fazia, seu destaque foi ocorrendo porque se engajava nas ações e discussões propostas pelo grupo. Participou da visita à UBS do Jardim Ibirapuera; foi responsável por agendar uma conversa com o Coordenador da Saúde da região para reclamar do trabalho realizado pela UBS; liderou o movimento de questionamento à gerência em relação à saída da estagiária; e, na finalização do programa, foi quem escreveu a carta de despedida ao grupo. Segundo o que comentou na época da avaliação, antes de participar do grupo

[...] só reclamava, não acreditava, era muito negativa, ela passou a acreditar mais [...] Para ela a relação com o grupo não fica restrita apenas ao momento da reunião, ela costuma sempre vir junto com alguém do grupo. Durante a semana costumam se comunicar por telefone, para não onerar a conta e dividem o tempo em cada uma liga uma para a outra. Maria faz questão de retomar o nome do grupo, "nós somos as 'Amigas Cidadãs'". (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Nessa perspectiva, também Cláudia analisava sobre as mudanças por que passou no decorrer de sua inserção no grupo:

“Eu aprendi a enfrentar os problemas”, “a superar” “a levantar o astral”. Com o decorrer da conversa Cláudia detalhou situações que mostram como algumas coisas mudaram na relação com a filha de 17 anos. A filha, segundo ela, estava dando muitos problemas, passava a maior parte do tempo na rua, não freqüentava a escola, tinha mais intimidade e consideração

pelos colegas que conhecia na rua do que com a mãe. (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Cláudia destaca que, na medida em que se tranqüilizou, modificou sua forma de relacionar-se com a filha:

Reflete que o comportamento da filha estava também relacionado ao fato de que quando a menina buscava a mãe para conversar não havia escuta por parte da mesma. Cláudia já começava a falar de forma nervosa o que dificultava uma aproximação, a filha buscava assim atenção nas companhias que conhecia na rua. Com o decorrer das conversas no grupo, Cláudia mudou a forma de se relacionar com a filha, agora tem mais tranqüilidade para ouvi-la, o que parece ter contribuído para uma nova qualidade de relacionamento entre as duas. Para Cláudia as reuniões são fundamentais, e deveriam acontecer, independente do dinheiro. (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Em relação às mudanças voltadas para si mesmas, Letícia, outra integrante do grupo, fala do medo e da vergonha que tinha das outras pessoas. Natural de Itambé (Bahia), tinha 41 anos, era casada e tinha um casal de filhos. Queixava-se a respeito dos problemas com sua filha de 14 anos, que havia se envolvido com um rapaz que usava drogas e roubava. Tal situação a deixava com muita vergonha, e impotente, sem saber o que fazer, receava dividir sua dor com as demais colegas, além da dificuldade que tinha em falar:

[...] ainda existe dificuldade de falar no grupo, mas quando reflete sobre as coisas que mudaram nesse tempo em que tem participado, avalia que sempre se sentia muito mal perto de outras pessoas, se preocupava com o que as outras pessoas iriam pensar dela, não gostava de falar, tinha muita vergonha. (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Com sua participação no grupo, passou a ter mais força para lidar com a vida, processo que a mobilizou a voltar para a escola:

Uma situação concreta que mudou foi o fato de que voltou a estudar, para ela reflexo das mudanças ocorridas em sua forma de lidar com a própria vida, sabe que ainda persiste a dificuldade de relacionar com outras pessoas, mas talvez tenha mais consciência de suas dificuldades e consegue ter mais força para enfrentá-las. (Relatório de Avaliação do grupo Amigas Cidadãs).

Na mesma direção que as protagonistas que teceram comentários sobre sua participação no grupo, as respostas escritas das integrantes também convergiam com alguns

dos significados comentados por elas. Em relação aos conteúdos das respostas, na primeira parte dos questionários, verificamos que, em relação a mudanças pessoais, predominavam aspectos relacionados ao sentir-se bem, ao sentir-se mais feliz, e ao se divertir e sair da rotina e esquecer dos problemas: *“Eu me sinto bem e fico muito feliz no dia em que tem reunião”*. Destaca-se o signo ‘aprendizagem’, assumindo também variações relacionadas com o aprender e poder multiplicar para outros o que aprendeu, o aprender a enfrentar os problemas e o aprender relacionado ao fato de ter mais experiência:

Os debates com as colegas e as perguntas que faço me ajudaram muito, tudo que aprendi nas reuniões eu posso passar para outras pessoas.

Sim, ajudou-me muito aprendi o que eu não sabia e tinha minhas dúvidas.

Outros aspectos aparecem também, mas com uma frequência menor de respostas, e envolvem aspectos como mudanças na vida – *Mudou tudo, a minha vida foi pra melhor; A vida ficou melhor* –, fazer amizades – *Fiz amizades, conheci pessoas legais* – e se sentir mais informada – *Serviu para nos atualizar e ficar informada das coisas.*

O item “mudanças ocorridas na família” é o que configura o maior número de respostas, com destaque à melhoria da convivência familiar. Dentre os principais aspectos relacionados a essa melhoria, destacam-se: diminuição de brigas e problemas, conseguir dialogar mais, comunicar-se melhor com a família, sentir-se mais calma para se relacionar e melhoria na união do grupo familiar: *Bem, o carinho com meus filhos já tinha, agora tenho mais tempo e as brigas com a família, pode ter certeza, acabaram.*

Outros aspectos aparecem também relacionados à família, porém com uma frequência menor de respostas, e vinculados a questões como educação dos filhos, fortalecimento da família e melhoria da vida financeira da família: *Mudou sim em relação à vida financeira, que nos ajuda muito o pouco que entra, principalmente quem está desempregada.*

Quanto às mudanças apontadas em relação à convivência com o grupo, as integrantes relacionam significados como: melhoria da comunicação, conversar melhor, aprender a se comunicar melhor – *Aprendi comunicar tipo desabafar com eles e pedir ajuda quando necessário* – aprendizagem, amizades, convivência, com destaque para a idéia de que a convivência com o grupo ajuda na resolução dos problemas: *É legal, somos unidas, discutimos problemas, aprendemos muito juntas.*

Em relação à pergunta sobre o que deveria mudar nas reuniões, aparecem respostas que indicavam aparentemente um nível de insatisfação baixo, com poucas sugestões e com

questões relacionadas à diminuição do número de reuniões no mês, assim como mudança dos dias em que as reuniões ocorriam, o que poderia estar relacionado ao fato de algumas mulheres trabalharem e não conseguirem freqüentar as reuniões durante os dias de semana.

Quanto às perguntas referentes aos direitos, percebemos que as respostas aparecem de forma bastante sucinta, e pouco nos indicam a qualidade de apropriação dessa dimensão, processo também que não foi mencionado na avaliação comentada. Em relação à obtenção de informações sobre os direitos, mencionaram questões como: cidadania, renda mínima, saúde/postos de saúde/hospital, saber sobre São Paulo e o mundo, educação, fortalecer a família, direitos, governo, política, dobradura.

Em relação à exigência dos direitos, destacam-se os seguintes elementos: direito à renda, cidadania, cidadã, procurando saber com devo falar até chegar ao responsável, denunciando, direito de correr atrás das coisas, no atendimento médico, nos postos de saúde, saúde, escola, cidadania, ser respeitada como ser humano conversando, renda mínima, cidadã que paga seus impostos e às vezes não somos respeitados.

Quando questionadas a respeito da utilização dos serviços oferecidos na região, destacaram elementos como:

posto de saúde, visitar asilos, ter mais tempo para os jovens, cuidar da alimentação de quem precisa, serviço médico, remédio de graça, ajudar as pessoas que não sabem dos seus direitos como cidadã, quando meus filhos adoecem o hospital, tenho também ajuda da cesta básica, o que gostaria que mudasse é o atendimento médico, que deveria ter mais recursos, cesta básica, renda mínima, cidadania, saúde e reuniões em que faço parte das associações amigos de bairro, posto de saúde, reuniões em benefício do povo.

Algumas palavras assumem lugar de destaque nos três campos de resposta, dentre as quais podemos destacar: saúde (e outros significados a ela associados), cidadania e renda mínima/renda.

Podemos perceber que há uma aproximação entre os temas que foram abordados durante os encontros e as informações que as mulheres declaram ter tido a oportunidade de receber. No segundo item, por exemplo, chama a atenção que quatro respostas evidenciam a necessidade de o sujeito agir, participar e se movimentar frente à exigência de seus direitos:

procurando saber como devo falar até chegar ao responsável; denunciando; correr atrás das coisas; ser respeitada como ser humano conversando.

Em relação ao último item, que interroga se o dinheiro contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, são afirmativas doze das treze respostas (um sujeito não respondeu). Enfatizam o dinheiro como “ajuda” sob diferentes perspectivas, principalmente no que tange à complementação da renda para alimentação, vestuário e remédio. Em uma das respostas, uma integrante enfatiza a importância de se vestir com dignidade:

[...] os meus filhos compram roupas e sapatos para que possa ir decente à escola, e quando precisa ir para algum outro local.

6.6 Aproximações analíticas estabelecidas a partir do conteúdo histórico da intervenção

Em síntese, considerando o conteúdo apresentado anteriormente, constatamos que o Programa Fortalecendo a Família contribuiu para mudanças na vida das pessoas que frequentaram o grupo Amigas Cidadãs, especialmente no que diz respeito aos aspectos pessoal e familiar. Tal aspecto nos mobilizou a apreender questões relacionadas aos impactos dessa intervenção, estabelecendo, assim, relações entre a experiência passada e como esta foi incorporada à vida dos sujeitos na atualidade, repercutindo sobre sua subjetividade.

Trata-se de uma experiência interventiva que tocou no modo de sociabilidade que tem se configurado pelo individualismo possessivo, pelo distanciamento, pelo isolamento social, pela indiferença e pelo medo vivido nos espaços público e privado e que atingem a sociedade contemporânea com um todo. No programa, essa sociabilidade assumiu outras especificidades, dada a realidade histórico-cultural que atravessa o universo dos grupos atingidos, conforme discutimos no Capítulo 3 deste trabalho, e cuja análise será desenvolvida no decorrer do presente texto.

Inicialmente, cabe destacar que a configuração dessa sociabilidade pautada no individualismo tem suas raízes acentuadas no processo histórico de organização do projeto societário burguês, que, ao intensificar a divisão técnica do trabalho, dominando em profundidade as forças da natureza, avança no campo técnico/científico. No entanto, devido à direção dada pela divisão social do trabalho sob o comando da classe burguesa, criou-se um campo de coisificação nas relações estabelecidas do ser social com a natureza não-humana e nas relações entre si. Esta divisão regrediu a possibilidade de expansão da sensibilidade humana. Horkheimer e Adorno (1985,p.135), ao discutir sobre a complexificação deste

processo com o desenvolvimento da sociedade industrial no pós-guerra e o impacto da indústria cultural no indivíduo, analisa que, por um lado, este é consumidor, e por outro, objeto da indústria: “a missão da indústria cultural é desacostumar o sujeito de sua subjetividade” . Dessa forma, o campo de sensibilidade se torna adestrado pelos bens da cultura. As relações se transformam em meio, cuja finalidade última é o consumo de bens; trata-se de uma sociabilidade que se organiza pela possibilidade do “ter”, e o homem, coisificado nessa relação, aliena-se de si mesmo e do outro.

Na mesma proporção em que o individualismo se expande, ocorre o encolhimento dos espaços coletivos necessários à construção e vivência da experiência pública. Decorre daí, também, a retração das relações de reciprocidades entre as pessoas e a escassez de valores decorrentes dessas relações, importantes à mediação da experiência e ao desenvolvimento da sensibilidade humana.

As conseqüências desse processo podem ser identificadas na expansão de um narcisismo sem precedentes, no aumento das diferentes formas de violência, na indiferença e, ao mesmo tempo, na busca por referências de espaços promotores de troca e segurança. Dessa maneira, o investimento volta-se para pequenos grupos capazes de promover proteção e aconchego. Um deles é a família, enaltecida como promessa de possível porto seguro, ou, como manifesta Lasch (1991), “refúgio em um mundo sem coração”, lugar de intimidade e de proteção social e psicológica.

Sawaia (2005, p. 42) discute sobre o lugar que a família tem ocupado neste contexto de sociedade absorpta pelo individualismo: “assiste-se a uma valorização sem precedentes do privado e da subjetividade, a uma dilatação do eu e da retórica do ‘auto’, concomitante a uma desconfiança do público”. Inspirada nas reflexões de Sennet (1989), a autora reflete que o que emerge neste contexto é uma “ditadura intimista”, na qual a privacidade e a intimidade, manifestas pela necessidade de estar só, com a família ou em pequenos círculos de amizade, configuram um fim em si mesmas e fomentam emoções particulares.

Ao relacionarmos família e sociabilidade, temos um fenômeno complexo, pois a família é um tipo de grupo cuja organização histórica engendra uma série de contradições que dão sustentação e preparam o indivíduo, socializando-o para viver em uma sociedade marcada por relações de desigualdade e dominação de determinados grupos sobre outros, pois, historicamente, é no seu interior que são vividas as primeiras experiências de hierarquia entre gêneros e gerações. Por outro lado, a família é um lugar significativo de experiências afetivas

que nela se produzem: conforme analisa Reis (1991, p.99), “ela é o primeiro nós a quem aprendemos a nos referir”.

Também Sawaia (2005, p. 43) afirma a importância da família, que reside no fato de ela ser o único grupo que “promove sem separação, a sobrevivência biológica e humana”, mas alerta para os riscos de que esta “acompanhe o movimento de resistência perversa ao enfraquecimento de todos os valores aglutinadores do nós coletivo”.

Este contexto assume características ainda mais paradoxais quando nos aproximamos da realidade das famílias das classes populares, universo que representa as famílias-alvo da intervenção do PFF. Inicialmente, porque a capacidade protetiva da família se faz amplamente frágil, na medida em que essa se desenvolve como um grupo dentro do contexto histórico que tem contribuído para sua própria fragilização. Por outro lado, trata-se de uma realidade social na qual a força do contexto em si tende para o esfacelamento das potencialidades devido ao agravamento das condições diversas e adversas de privação. Por último, vale lembrar que, ao falarmos em responsabilidade familiar neste grupo social, estamos tratando da responsabilidade da mulher.

Nesse sentido, o programa revelava-se, em seus conteúdos materializados na experiência de intervenção social, de forma contraditória, pois emergia como uma estratégia que enfatizava a política social por meio da família, mas não se restringia a esta, devido à concepção metodológica adotada. As temáticas decorrentes dos encontros revelavam-se diversificadas e voltavam-se para um de seus representantes, não atingindo diretamente a todos os seus componentes. Este processo, por um lado, expandia um campo de possibilidades devido à concepção metodológica; por outro, reafirmava a própria fragilidade, situação que era possível de ser apreendida no que se refere à responsabilidade de participar das reuniões. Esta, preferencialmente, era remetida ao titular responsável, apesar de não se restringir a este, possibilitando a inserção de outros membros do grupo. No entanto, como outros membros iriam participar se as famílias representadas eram, em sua maioria, caracterizadas por arranjos monoparentais femininos, com filhos em idade de formação (crianças e adolescentes)?

Em relação à participação promovida pelos encontros das integrantes, destaca-se que esta não se desenvolveu no decorrer do processo de forma homogênea, mas assumiu diferentes características e estimulou mudanças na experiência de sociabilidade das participantes. Entendemos que, no processo de descrição do trabalho, essas duas dimensões, participação e sociabilidade, foram aproximadas e se transformaram no decorrer do tempo, entendido não como cronológico, mas como tempo da experiência, da participação e do

encontro, afetando a subjetividade dos sujeitos e marcando diferentes temporalidades na experiência vivida.

A forma como os integrantes foram desenvolvendo sua participação foi também engendrando novas possibilidades de sociabilidade e modificando a qualidade de seus sentimentos e de suas ações. A sociabilidade que revelam no início do processo de participação é de padecimento, expressado pelos integrantes por modos de sentir e de agir em que se destacam: isolamento, medo, culpa, vergonha, timidez, frustração, esperança, reclamação, insatisfação, desconhecimento, dúvidas, hostilidade, confronto, ódio, desinformação, impotência, desistência, descaso, silêncio, mal-estar, nervosismo, repressão, agressão, briga, negação, descrédito e reclamação.

6.6.1 Experiência significativa. Participação administrada

Essas manifestações vão assumindo lugar na experiência de participação de acordo com o modo com que esta vai sendo organizada e experimentada pelas integrantes, sendo mediada por diferentes etapas, nas quais esses sentimentos, assim como algumas ações, vão se configurando e mudando.

Um marco zero que apontou sentimentos de medo e impotência no âmbito familiar constituiu-se dos dados iniciais do cadastramento⁵⁶. Quando interrogados em relação às principais causas de medo e insegurança que atingiam os integrantes, verificou-se que 34% das respostas indicavam que o maior temor vivido relacionava-se à violência/droga⁵⁷. Ao analisarmos o padrão de respostas, concluímos que esses aspectos estão circunscritos ao campo familiar, principalmente aos temores de que os filhos, inseridos em um contexto de muitas vulnerabilidades, pudessem ser atingidos por essa violência. Um segundo aspecto apontado era que 17,8% das pessoas referiam-se à preocupação em relação ao futuro dos filhos: morrer e deixar os filhos órfãos, perder a guarda dos filhos, não dar o melhor para os filhos.

Além desses sentimentos, inferimos que as dimensões ‘participação’ e ‘sociabilidade’ encontram-se relacionadas a essas formas embotadas de manifestações das relações familiares. Como o cotidiano dos integrantes encontrava-se atravessado por um contexto de relações de isolamento, de falta de segurança e de muitas formas de violência, os espaços para

⁵⁶ Cadastramento realizado pela Empresa Diagonal Consultoria em Projetos Sociais, no ano de 2002.

⁵⁷ Respostas diversas foram computadas nessa categoria, tais como: violência contra os filhos, contra o marido, violência da favela, droga na escola, entrada dos filhos nas drogas, estupro e bala perdida.

participar eram raros e frágeis; as instituições que deveriam promover o cuidado necessário à proteção revelavam-se distantes; e a diminuição das relações de reciprocidade, de troca entre parentes, amigos e vizinhos indicava uma sociabilidade voltada para si próprios e para seus próprios recursos, ou seja, não se tinha efetivamente com quem contar.

Nesse sentido, percebe-se que, diante de um contexto em que a presença de outros agentes, principalmente o Estado, apresentava-se de forma frágil, e a participação social pela luta por melhores condições de vida e pela consolidação dos direitos humanos inexistia, ou era pouco expressiva, a responsabilidade recaía sobre a família, submetendo-as ao medo de fracassar, repercutindo um sentimento de incapacidade para lidar com tal realidade. A questão é: com quem efetivamente essas mulheres contavam no sentido de poder compartilhar e resolver suas necessidades e dificuldades?

Um outro momento importante a ser destacado, que também revela as relações entre participação e sociabilidade, relaciona-se à experiência de inserção das integrantes nos dois programas complementares de transferência de renda e ações socioeducativas: Renda Cidadã e PFF. Tal situação implicou em uma experiência de participação configurada por objetivos distintos e por relacionamentos diversificados, tanto com as pessoas que realizaram o cadastramento no Renda Cidadã quanto com as demais que vieram no decorrer do processo, fossem elas profissionais ou demais integrantes do PFF. Essa participação inicial assumia um caráter de “administrada”, no qual a população beneficiária tornava-se meio da operacionalização das ações da prefeitura: o essencial parecia ser a viabilização do processo, de acordo com as exigências e trâmites burocráticos, de reuniões realizadas, de distribuições de cartões e de encaminhamento do trabalho para as universidades conveniadas. O relacionamento estabelecido entre a população e os técnicos da prefeitura caracterizava-se, assim, pela impessoalidade e por ações que indicavam desrespeito com aquela população, no qual as pessoas participavam a reboque de um campo de encaminhamentos que eram definidos por instâncias burocráticas e tinham como consequência deslocar as pessoas de um lado ao outro, sem possibilitar acolhimento e orientações adequadas. O tipo de sociabilidade engendrada reproduz a lógica de que cabe ao sujeito buscar seus próprios recursos para responder à burocracia e à “ajuda” prestada pelo governo, que se operacionaliza pelo controle dos técnicos da prefeitura. Uma das integrantes do grupo, Vânia, comenta sobre este momento e reflete que, nas reuniões com a SAS, havia um padrão de comunicação em que, efetivamente, não ocorria a comunicação, manifestada na própria materialidade do espaço, lugar em que as pessoas eram muitas e não sabiam o que estava acontecendo, e a escuta era inexistente.

Uma experiência significativa também pode ser destacada no momento em que Vânia foi cadastrada para receber o benefício, no qual sua história torna-se particularizada e circunscrita à exposição pública de sua vulnerabilidade, que se dá mediante uma posição de submissão. Sua inscrição somente foi reconhecida pelo programa na medida em que prestou falsas informações sobre sua condição familiar.

A participação administrada revela-se também no relato da experiência de massificação, quando Vânia conta sobre o momento das primeiras reuniões, referindo-se a este como um momento em que existiam muitas pessoas, diluídas na condição de serem mais uma ou um no meio da multidão: mais um cartão, mais um nome, mais um cadastro, mais um caso de pobreza, miséria e desemprego.

O modo de participação administrada no qual o programa insere os beneficiários pressupõe a negação do sujeito e de uma sociabilidade de encontro. O efeito é justamente o contrário: reafirmam-se e reforçam-se experiências de distanciamento, de ausência de expressão e de contato humanos. Trata-se de relações instrumentais, frias e distanciadas, que repercutem sobre as pessoas, reafirmando que somente pela assimilação da lógica da frieza e de distanciamento é possível ser “incluído”, e, para tanto, é preciso se submeter ao outro. Um outro sem voz, sem corpo, sem nome – um outro indiferenciado- evidenciando assim uma experiência de solidão em meio a uma totalidade indiferenciada.

Nesse sentido, a experiência de Vânia foi inicialmente de assujeitamento, sendo mais uma a fazer parte da indiferenciação que marca o sujeito ao particularizar sua vulnerabilidade e torná-lo mais um frente aos demais. Trata-se de alguém que fica a reboque das circunstâncias. Vânia se desloca de acordo com as orientações recebidas e, assim como outras integrantes, revela-se perdida nos espaços em que precisa comparecer para poder se manter no programa. A instituição com que se familiariza é um Centro de Cultura; contudo, sua referência não é a instituição em si ou o trabalho que ela desenvolve, mas o fato de conhecer o presidente.

Um aspecto significativo que também merece destaque é o próprio território⁵⁸ em que viviam. A escassez de espaços conhecidos e disponíveis para que as reuniões pudessem ser viabilizadas revela a precariedade de espaços promotores de acolhimento, pertencimento e participação. Não por acaso, Vânia se fixou na Casa de Cultura São Luiz, em detrimento do espaço público a que havia sido encaminhada inicialmente, no qual funcionava o programa público Centro de Integração de Cidadania – CIC. Dessa forma, freqüentar um espaço que lhe

⁵⁸ Entendemos o território conforme discute Milton Santos (2000), não como algo em si, mas que só pode ser compreendido a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e o uso que estes fazem dele.

era familiar, pelo fato de conhecer uma pessoa de referência, parece ter possibilitado a ela maior segurança para se inserir no espaço das reuniões. A experiência de Vânia era marcada inicialmente por fortes relações de distanciamento e impessoalidade, e parece ter sido modificada à medida que a Casa de Cultura, apesar das condições estruturais precárias, mostrava-se como uma instituição que estava aberta a receber as pessoas. É possível inferir que a lógica de sociabilidade neste espaço geográfico ocorre por meio da dimensão territorial, entendendo este como lugar onde relações são estabelecidas, promovendo aproximações ou afastamentos, expulsões ou espaços de acolhimento. Serem acolhidas pelos serviços existentes em seu território consistia em uma experiência distante da realidade daquelas mulheres, acostumadas a serem recebidas nesses espaços com descaso, indiferença e falta de compromisso em relação às suas dores e dificuldades⁵⁹.

Um outro momento da participação, no qual prevaleciam os sentimentos de padecimento, era o que configurava o início da inserção das integrantes no PFF, quando estas eram inseridas no grupo em função do critério de obrigatoriedade de frequência às reuniões. A participação não era uma escolha: tratava-se de uma forma imposta, que provocava uma série de sentimentos e influenciava a sociabilidade estabelecida no início do grupo. Nessa experiência de participação por “obrigação”, estar no grupo mobilizava sentimentos como: algo que era chato, dava sono, gerava mal-estar, mobilizava esperança de ter um emprego ou de ter uma qualificação, momento de silêncio e de retraimento. Ao freqüentar as reuniões, Vânia se encaixava em qualquer grupo, processo que reafirmava a indiferenciação experimentada nos encontros iniciais.

Destaca-se que a forma estabelecida por meio da imposição é apresentada pelo psicólogo no processo. Na entrevista, Davi lembra as diferentes etapas que viveu junto com o grupo e, em especial, os momentos que marcaram o início do trabalho. Analisa que este processo era difícil, marcado por uma recepção pouco amistosa da população, e sua intervenção junto ao grupo era artificial e sem espontaneidade, reproduzindo, assim, o distanciamento configurado entre as próprias integrantes.

[...] no começo não éramos bem recebidos, então eu tinha que meio que rebolar nesse processo, eu tinha que de coordenador de grupo virar animador de grupo, tentar ser legal, tentar ser engraçado, tentar criar um bom ambiente para que essas pessoas fossem e aproveitassem o processo. (Entrevista com Davi).

⁵⁹ Em relação a este aspecto, foi-nos relatada, na época, em diferentes grupos que discutiam sobre a situação da saúde na região, uma série de situações cotidianas dessas mulheres.

A possibilidade de desenvolver uma metodologia tendo como parâmetro linhas gerais de atuação “tirava o chão” de Davi e gerava impotência. Pressupunha um papel solitário inicialmente, que só seria construído a partir das relações experimentadas entre integrantes e o psicólogo e a estagiária de Serviço Social, e que gerava uma série de incertezas pela condição de improviso e de não-diretividade implícita na proposta:

Uma problemática disso é que muitas vezes, a gente não tinha um objetivo e um método. Não, o objetivo a gente tinha, mas era um pouco abstrato, não, a gente não tinha linhas de caminho comum para o projeto, isso em si não é ruim, mas isso tirava um pouco nosso chão, então cada técnico tinha que inventar a sua prática. (Entrevista com Davi).

Davi aponta a dificuldade de comunicação e de isolamento que se manifestava tanto na relação das integrantes entre si quanto na relação destas com Davi, processo que era acirrado pelo próprio modelo metodológico, que indicava um determinado formato para o desenvolvimento do trabalho. Além da obrigatoriedade da participação, também havia uma proposta estabelecida pela forma de trabalho grupal que implicava em algo novo apresentado ao universo cultural daquelas integrantes, as quais, em sua grande maioria, nunca haviam participado de um trabalho em grupo:

No começo dos grupos, as mães não olhavam para a gente direito. As mães não se comunicavam muito, por quê? Porque, não era, porque foi uma situação inusitada, botar em roda, face a face, pessoas de classes sociais diferentes, no meu caso gênero diferente, grau de instrução diferente [...] e querer fazer que elas falassem, de certa forma era uma violência até, era uma violência que muitas não conseguiam falar. (Entrevista com Davi).

Davi fala que o sentimento vivido era de angústia, e que esta contagiava toda a equipe na medida em que esta ia tomando contato com a realidade e as fragilidades da população. Davi remete-se à lembrança da oscilação dos afetos ocorrida no trajeto diário realizado pela equipe, em peruas que percorriam o caminho de ida e de volta das reuniões:

[...] e eu lembro que a gente ia rindo pra periferia, brincando, zoando, contando piada, mas na volta, voltávamos dormindo porque, mais por uma sobrecarga afetiva do que pelo peso do trabalho em si, né? (Entrevista com Davi).

6.6.2 Espaço coletivo, catalisador de sentimentos e emoções

O fato de haver um espaço coletivo para catalisar as expressões daquela população, e por ser um espaço imposto, mobilizava nas pessoas uma série de sentimentos e um contato espelhado entre os demais integrantes com a sua própria realidade, que, ao ser mexida, refletia-se sobre a dupla que conduzia o trabalho. O espaço de reunião criava a possibilidade de que as pessoas “tocassem nas próprias feridas”. Ao mesmo tempo, vale lembrar que, por se tratar de um processo provocado e não espontâneo por parte da população, os problemas que emergiam eram críticos e diversificados:

Então vinha problemas de várias, vinha problemas em relação ao atendimento, problemas em relação à empregabilidade, muitas não tinham, não recebiam o dinheiro, não tinha trabalho, não tinha emprego, não tinha estrutura nenhuma, muitas eram analfabetas, a maioria vinham do nordeste, era alvo de preconceito, tinha a questão da violência. (Entrevista com Davi).

Para Davi, tratava-se de algo que gerava em todos muita ansiedade, pois, a princípio, não havia respostas:

De certa forma, a gente só abria a ferida, eh! Isso era muito difícil, então todo mundo, da mesma forma que elas tinham uma ansiedade para as respostas, os técnicos também tinham uma ansiedade (Entrevista com Davi).

Angústia, impotência, desamparo, frustração: um caldo de sentimentos misturados que refletiam o cotidiano das integrantes e recaía sobre os técnicos. A significação dessa situação para Davi é que tudo ficava muito pesado, como se “carregassem um mundo”:

Então caiu o mundo em cima da gente, pobres profissionais da classe média, caiu o mundo repleto de violência, desamparo e carência material, né? E o afeto que vem junto é total angústia. Então a impotência que elas passavam, ressoava na gente [...]e aí isso gerava em certa forma uma grande frustração também com o trabalho. Vários problemas ali, as pessoas pegando o tempo da vida pra ir na reunião, e a gente também, anos se formando para trabalhar com isso, estudando, aí chega lá e a gente só encara o desamparo. (Entrevista com Davi).

A resposta das mulheres à participação por obrigação é marcada por um sentir-se tutelada, e a sociabilidade que estabelecem também reflete essa tutela: submetidas ao poder que lhes é externo, projetam-no sobre o psicólogo e a estagiária de Serviço Social, identificando nestes um poder e um saber imaginário, capaz de resolver suas mazelas. A imaginação que orientava a raiva também carregava em si uma esperança pálida de que Davi

e Adriana pudessem resolver as dores das integrantes. Davi, por exemplo, relata a situação de Cléia diante da deficiência de seu filho:

[...] tinha uma mãe que tinha um filho deficiente, ela me atacava violentamente reclamando do desamparo que o filho tinha, né? Então ela criticava o Município, me criticava como se fosse amigo da Dona Marta na época, e isso era engraçado porque todo mundo achava que a gente tinha uma relação estreita com a prefeita, por mais que falássemos que não! (Entrevista com Davi).

Nesse momento, as mulheres revelam a impossibilidade de se reconhecerem pelas experiências de prazer. Quando interrogadas sobre o que gostavam de fazer, reproduziam a dureza de vida que orientava a vivência cotidiana:

[...] e eu lembro que, quando eu pedi para elas apresentarem-se, eu pedi que se apresentassem e falassem de algo que vocês gostam, qualquer coisa! O que vocês gostam de fazer nas horas vagas? Aí muitas delas falavam: “Ah! eu gosto de fazer faxina, eu gosto de trabalhar, eu gosto de lavar roupa”. Aí eu não entendia, será que elas não gostam de fazer outras coisas? Mas não, porque a relação que elas tinham com a gente, era uma relação meio de classe, elas pensavam que o projeto ia dar emprego pra elas. Elas preferiam fingir, falando que gostavam de trabalhar, do que falar: “Ah, eu gosto de ver novela, eu gosto de ler, eu gosto de passear com meu filho”. (Entrevista com Davi).

Alienadas das suas próprias condições e da história que as determina como alijadas dos meios de produção e dos desejos e vontades, as integrantes estavam marcadas pela passividade. Nessa condição, sua existência se determinava por algo que era externo a si mesmo: não havia espaço para o prazer, assim como também não havia espaço para o bom encontro, ou seja, o encontro marcado pelos afetos de alegria e que potencializa a expansão. O encontro, nessa perspectiva, era paixão triste, decorrente de diferentes condições de assujeitamento, inclusive as que estabeleciam com o Estado, e que reproduziam e perpetuavam, seja nas relações com o psicólogo e com a estagiária de Serviço Social, seja com as integrantes e demais pessoas com quem conviviam. Dessa forma, a inserção na reunião era burocrática, e se fazia pela vontade de outrem.

Para alguns, tal experiência era movimentada por uma paixão que consistia em desânimo, chatice, indiferença ou embotamento; para outros, uma paixão do tipo impotência/revolta, que se projetava sobre a figura do técnico e depositava sobre o mesmo um poder imaginário, atribuindo-lhe a responsabilidade pelas durezas vividas no cotidiano. Uma das experiências emblemáticas desse momento foi a descrita por Davi sobre a dinâmica do “batismo mineiro”, que denunciava a dissociação entre o que faziam e o que sentiam. A

apresentação através do corpo não era um prazer, mas algo que se fazia pela obrigação de ter de participar.

No decorrer da convivência cotidiana entre os participantes e a equipe técnica, foi possível apreender um outro movimento em processo neste universo múltiplo. Modificações foram processadas em algumas das integrantes, desencadeando a passagem a um outro estado de ânimo, assim como a novas formas de engajamento nas reuniões e a uma nova qualidade de sociabilidade, configurada pelo encontro, pelo contato e pela aproximação.

Uma expressão significativa dessa mudança se constituiu por um comentário de Vânia e parecia desvelar o momento da passagem de uma condição de participação à outra: trata-se do seu relato das críticas que ela e as demais integrantes do grupo faziam ao técnico Davi, evidenciando uma polarização entre “ter de ouvir” e “querer falar”. Até então, as integrantes se sentiam na condição passiva de estar submetida à fala do outro, sem tempo nem espaço para poder se expressar, processo que assumiu uma outra caracterização na medida em que Vânia já não se reconhecia sozinha em tal processo, mas queria falar. E este desejo não pertencia somente a ela, mas tratava-se de algo que experimentava pelo encontro com as demais integrantes:

Só ele falava e a gente tinha que ouvir e, na hora de discutir, já tinha acabado, né, o horário. Aí comecei a falar pra ele: “A gente também quer falar”, né? Todo mundo começou a falar. (Entrevista com Vânia).

À medida que as integrantes passaram a se aproximar, pela necessidade de se expressarem, verificaram-se algumas mudanças que atravessaram o campo da participação e da sociabilidade. A solidão, a particularização da vulnerabilidade, o isolamento, a timidez, a hostilidade saíram do foco da experiência; a sociabilidade assumia um outro movimento: aparecia o desejo de falar, de se enturmar, de conversar e de desenvolver reciprocidade. Os motivos da participação se diferenciavam e variavam de acordo com o modo como passaram a se inserir. Para Vânia, o diferencial foi poder desenvolver, na experiência de participação, atividades que gostava de fazer; para Cláudia, foi identificar no coletivo das pessoas uma oportunidade para poder falar das suas dores; Maria, por sua vez, passou a valorizar o encontro com as pessoas: significou para ela um espaço que se expandiu para além do horário do grupo, de forma a desenvolver uma outra sociabilidade, saindo de uma posição passiva de reclamar e passando a se movimentar e a agir em direção àquilo em que acreditava. Sobre as mudanças, Davi reflete:

Aí algumas começaram a gostar, começaram a ver que era um espaço potencial para poder trocar experiências sobre a vida, aprender com as outras. (Entrevista com Davi).

Davi também reconheceu que modificou sua forma de se expressar junto ao grupo, assim como Vânia havia pontuado em sua entrevista:

Então havia uma dificuldade de contato, tanto uma dificuldade, também considerando que eu tinha uma formação de nível superior, numa... universidade bem acadêmica, minha linguagem era meio assim, e eu tive que mudar meu linguajar, por mais que eu fale gírias, por mais que eu sempre achasse que eu estava super próximo a elas, aí elas relatavam depois, “Nossa! No começo eu não entendia o que o Davi falava”. Aí só depois entenderam o que eu falava, né? (Entrevista com Davi).

Sobre este aspecto, vale destacar a postura do psicólogo, que também vai transformando a sua participação junto com o grupo. Davi não hesita em expressar suas incertezas e, ao mesmo tempo, afirma a finalidade de sua intervenção como sendo a de mediar o espaço para que o desejo das integrantes pudesse se manifestar:

Nas Amigas Cidadãs tinha a Vânia que sempre queria ensinar coisas às mães, como dobraduras e coisas afins. Algumas gostavam, eu me questionava se era uma prática interessante, mas pensando que tinham sido elas que propuseram, aí achava que valia a pena. (Entrevista com Davi).

Nessa perspectiva, a atividade que Vânia passa a realizar no grupo não é um fim em si mesmo, o de levar algo ao coletivo, mas trata-se de algo que faz diferença em sua experiência e lhe dá muito prazer, ao mesmo tempo em que tem receptividade e ressonância no grupo. Essa experiência expande o campo de relações de Vânia, que passa, assim, a socializar com o grupo suas dores vividas na relação familiar.

De forma geral, mediada pela possibilidade de participação de encontro, esta sociabilidade foi sendo movimentada e expandida, principalmente na relação das integrantes consigo mesmas. As principais mudanças que destacavam quando falavam de si mesmas estão associadas a: *aprendizagem, abertura para falar abertamente, se sentir melhor e mais feliz e poder se informar sobre as coisas.*

Em relação à família, chama a atenção o fato de as respostas dirigirem-se para uma superação de conflitos neste âmbito, com foco em parte circunscrito à responsabilidade da integrante frente ao grupo familiar: *as brigas com a família acabaram, estou tratando a minha família melhor; importante para a convivência, ajudou a me comunicar mais com as*

peças, estou mais calma com elas principalmente com a minha mãe; os problemas familiares vão melhorando.

Será que a relação grupal possibilitou, dentre as diversas conquistas, superar os conflitos familiares? Quando falam do grupo, uma grande ênfase recai sobre a aprendizagem, a comunicação, a amizade e a convivência, que estimulam para o desenvolvimento delas no interior do grupo e que se estendem para relações com as pessoas de fora.

Uma tendência de ação das integrantes no sentido de um movimento mais coletivo, grupal, também pode ser remetida a duas passagens apontadas e comentadas nos temas trabalhados. A primeira refere-se ao momento em que a estagiária Adriana saiu do grupo, processo que gerou grande insatisfação e que se desdobrou para além da queixa, em questionamentos que foram mediados pela equipe gerencial e no encaminhamento de que não houvesse substituição de pessoas. O segundo episódio que merece destaque foi a visita às Unidades Básicas de Saúde, momento em que as integrantes puderam experimentar e se colocar em uma posição diferente com os equipamentos que tradicionalmente só as recebiam quando estas estavam fragilizadas, diante de situações de doença consigo mesmas ou com seus familiares.

Mas, se conseguimos identificar na experiência em questão uma passagem de um estado de sociabilidade e de participação a outro, assim como de sentimentos que consideramos aqui como tempo de ter que ouvir x tempo de querer falar, por que esse processo não responde parte das nossas inquietações nesse trabalho?

O processo estabelecido no decorrer dos encontros entre as integrantes na relação com o psicólogo e a estagiária de Serviço Social parece ter criado um “espaço com calor”, que permitiu desenvolver comunicação, reciprocidade, “segurança e uma forte dose de sentimento de sentir gente entre pares” (SAWAIA, 1995, p. 23).

Vale retomar que buscamos conhecer, segundo os autores que orientam a compreensão e análise dos nossos dados, em que medida tais mudanças foram incorporadas à vida do sujeito no sentido de afetá-lo à expansão de ações e de novos sentimentos, projetando tal processo como movimento de mudança na história de vida, fortalecendo seu *conatus* e ampliando a possibilidade de movimento e de liberdade. O que a história de participação nos indicou foi que a experiência de encontro parece ter propiciado o fortalecimento de alguns afetos, conforme Espinosa, nascido do desejo da alegria, principalmente a amizade, que as integrantes destacaram como um diferencial estabelecido pelas trocas que tiveram, e o enfraquecimento dos afetos nascidos da tristeza, tais como o medo, a humildade e o ódio.

Aproximando este pressuposto à dimensão do sujeito, buscamos, segundo o referencial das idéias de Vygotsky, saber das mudanças no sistema psicológico, ou ainda, na esteira das idéias de Espinosa, saber se as paixões se transformaram em ações. Para Vygotsky (1999), o sistema gerador que movimenta as funções psicológicas é o afeto; a experiência afetiva constituir-se-à em mediação, possibilitando que o afeto atue no sistema psicológico modificando o nexos entre as funções e desencadeando, assim, novas formas de comportamento.

Ao trazermos este conteúdo para a experiência, indagamos se as integrantes realmente experienciaram uma superação dos conflitos familiares no sentido de mudar a forma de relacionamento; ou se os conflitos foram aplacados momentaneamente, pois verificou-se que as mulheres, sentindo-se mais acolhidas e tendo desenvolvido maior segurança no coletivo do grupo, passaram a aceitar mais seus problemas, identificando as dificuldades familiares como algo comum a todas as integrantes.

Maria, em sua carta de despedida, expressa uma mudança de estado de ânimo que ela reconhece não apenas em si, mas também nas colegas. Sobre isso, ela escreve:

*[...] nossa vida muda a partir que conhecemos outras pessoas, a minha mudou totalmente. Minhas amigas analisando cada uma que entrou neste expôs seus problemas, procurando uma palavra amiga [...] amigas que entraram de cabeça baixa, com vergonha de falar e com determinado tempo abriu seu coração, confiou em nós espondendo seus problemas [...].
[...] sabe aquelas amigas que chegaram de cabeça baixa, sérias, com vergonha sim, mas que está saindo de cabeça erguida, com um sorriso, com dignidade. Vamos chorar na despedida mas é um choro de orgulho por que nós nos conhecemos foi 1 ano e 3 meses essas lágrimas é de felicidade e ao mesmo tempo com uma pergunta como vamos nos ver novamente. (Carta escrita pela integrante na despedida do grupo, em 13/11/2003).*

Também indagamos se essa sociabilidade de encontro, mediada por paixões de alegria, a que Maria se refere acima configurou emoções circunscritas à experiência momentânea do grupo ou foi expandida para outras relações: o que ficou após o esfriamento do calor dos encontros, o que permaneceu e o que modificou em relação à experiência? Conforme analisa Sawaia (2001), existem formas de participação que indicam expansão, pois significam o aumento da potência de ação, e existem também modos de participação que constroem um nós para se proteger e aplacar o medo, e não para expandir.

A fala de Vânia ao destacar as mudanças é muito emblemática, quando afirmava continuar dependente da família, ao mesmo tempo em que se reconhecia como uma pessoa mais sábia, que desenvolveu uma liberdade de agir, podendo conhecer e governar mais as suas vontades. Entretanto, os percursos históricos da pesquisa e dos sujeitos não nos

possibilitaram saber dos desdobramentos desse processo na vida de Vânia. Por outro lado, a sua ausência da casa da mãe nos indica que aquilo que intencionava fazer foi estabelecido, ou seja, libertar-se do espaço concreto das relações que a faziam infeliz.

6.2 Análise Explicativa: Tempos de compreender a própria trajetória enquanto experiência vivida.

A chegada das integrantes à Casa de Cultura no primeiro encontro revela que, entre o tempo passado quando freqüentavam as reuniões e o tempo presente, houve um distanciamento físico, uma quebra de contato, o qual não se manteve para além dos encontros instituídos pelo programa, sendo o reencontro uma decorrência provocada pela pesquisadora. Comentaram que os contatos que tiveram ao longo desse tempo foram casuais e esporádicos, e apenas algumas mantiveram conversas telefônicas e visitas. Como se apresentava em suas memórias o processo que experimentaram entre o tempo em que “tinham de ouvir” e o tempo em que “queriam falar”? Como a experiência promovida pelo reencontro afetaria a memória, reavivando o passado e presentificando-o? “A maneira como o tempo é repostado no presente depende do significado que engendra os nexos da consciência” (SAWAIA, 1996, p. 89). O que se manteve, o que foi transformado e o que ficou perdido no esquecimento ou desapareceu? Conforme as idéias de Bosi (2003, p. 56), “a memória não é passividade, mas forma organizadora”, que, dependendo da história vivida, dos motivos que inscreveram a participação, dos significados incorporados à subjetividade de cada uma das integrantes, produz uma reatualização do vivido, desdobrando-se em ações e sentimentos.

Olhares de curiosidade, prazer, saudade, expectativa, carinho e dúvida aparecem nos primeiros instantes e vão, aos poucos, traduzindo-se em pensamento e palavras, que perpassaram as expressões das protagonistas Maria, Rosa, Leticia e Cláudia.

Maria foi a primeira a chegar no espaço . Antes de entrar na sala, destacou que o lugar estava mais cuidado, mencionou alguns brinquedos que na época das reuniões estavam no local, mas sem condições de uso. Comentou, remetendo-se à época em que freqüentava as reuniões, que, se naquela época fosse assim, ela poderia ter trazido o filho para brincar. Falou expressando uma saudade prazerosa daquele momento: *Aquela época foi gostoso!!!*. Hoje, com 48 anos, não alterou seu estado civil – continua divorciada – e mora com seus três filhos. A filha mais velha está com 21 anos, e os outros dois meninos têm, respectivamente, 18 e 8 anos.

Também não mudou a condição que tinha de beneficiária do Programa Renda Mínima, pois continua recebendo e é responsável pelos cuidados de uma criança de 18 meses. A felicidade de Maria, que pulsa quando ela fala sobre o fato, é a respeito de sua filha mais velha. Concluiu o colegial e, em seguida, cursou graduação em Gestão de Recursos Humanos.

A menina galgou novos espaços e foi aprovada em um concurso público da prefeitura, local onde exerce suas funções nas áreas da saúde e dos recursos humanos. Maria salienta que, atualmente, a maior parte dos gastos com a casa é de responsabilidade da filha. O caminho percorrido pela filha, que conquistou vitórias individuais, reflete e refrata no arranjo familiar, e é motivo de muito orgulho para Maria.

Rosa, hoje com 42 anos, expressou-se com ênfase ao dizer que se mantém casada até o momento e já é avó. Sua primogênita, com 18 anos, tornou-se mãe recentemente. Mudanças ocorreram na vida de Rosa de forma significativa. Alterou a relação com a sua fé, pois falou que não se reconhece mais como evangélica “fanática”: *eu vou mas não é como era antes, antes eu era fanática*, lembrando que antes acordava às 4 horas da manhã para orar. Atualmente, estuda a sexta série do ensino fundamental e trabalha como auxiliar de limpeza em uma clínica de estética. No entanto, expressou que, após o término do PFF, não participou de outro programa de transferência de renda.

Letícia se destacou como uma pessoa que revelava curiosidade sobre o encontro, participando atentamente das conversas, porém, usando de poucas palavras: não expressou informações dos movimentos realizados por ela ao longo do tempo. Hoje, está com 45 anos e mantém-se no mesmo casamento. Mas não trouxe elementos específicos das relações no âmbito familiar.

No momento em que se expressou no grupo, trouxe a situação de sua filha, atualmente com 19 anos, e que também mantém estável a sua relação afetiva iniciada no momento em que Letícia participara do grupo. Cabe ressaltar que, na época em que Letícia freqüentava as reuniões, este relacionamento era motivo de aborrecimentos para ela devido à vida “marginal” levada pelo genro. A filha, hoje, mãe de duas crianças, concedeu a Letícia os cuidados do primogênito. No entanto, apesar de assumir novas responsabilidades e com dificuldades, Letícia conseguiu concluir o segundo grau, processo que havia desencadeado concomitantemente à época em que freqüentava as reuniões. Atualmente, ela aguarda ser chamada para participar de um novo programa de transferência de renda, que não soube precisar o nome.

Cláudia, vítima da violência familiar, situação que expressava constantemente quando participava do grupo, após cinco anos de distanciamento, retorna ao mesmo espaço e relata a mesma queixa. Atualmente, tem 45 anos, e o companheiro continua agredindo-a verbal e fisicamente, motivo pelo qual não compareceu no primeiro encontro da roda de conversa. A agressão do companheiro estende-se também ao neto, sendo que o grau de violência exigiu que Cláudia levasse a criança ao pronto-socorro. Expressou também que, passado um ano de

encerramento do grupo, o filho que lhe dava muitos problemas por estar envolvido com o crime e a ameaçava constantemente de morte foi assassinado. Ao mesmo tempo, Cláudia relata um momento de felicidade ao dizer que a relação com a filha melhorou muito depois que a mesma conheceu um rapaz, que ajudou a filha a ficar mais meiga. Também falou com muito entusiasmo que, aproximadamente há dois anos, adquiriu um lote e está construindo sua casa. Disse que esta conquista trouxe dois momentos de alegria: o primeiro, por estar realizando um sonho, e o segundo, porque o companheiro diminuiu as agressões contra ela.

6.2.1 Pequenas memórias que tecem saudades em grandes lembranças

Rosa inicia sua fala expressando a saudade que o reencontro lhe provocara: vem-lhe à lembrança Davi, assim como Adriana e as integrantes do grupo que ela, de forma carinhosa, denomina inicialmente “de meninas”: *Ai que bom! Muita saudade dele, dele, das meninas e da Adriana!*

A lembrança de Adriana remete ao coro das mulheres: *Nós gostava dela*. A saída de Adriana é reatualizada, revelando uma ruptura que causou sofrimento e se cristalizou como uma experiência incompreendida. Conforme ressalta Bosi (1987), o que fica na memória é aquilo que afeta o sujeito, aquilo que marca e que significa.

Na imaginação de Maria, a pesquisadora⁶⁰ ocupou o lugar da Adriana. Maria refere-se de forma indeterminada: *Pegaram o lugar da Adriana*. No subtexto de seu discurso, surge a mágoa como um sentimento revelador de uma situação que não foi elaborada. Logo em seguida, o pensamento de Maria se expressa em palavras: *Acharam que você pegou o lugar da Adriana!*

A saída de Adriana consistiu em uma situação que se determinou fora do âmbito de decisão do grupo e interferência dos integrantes. Apesar disso, foram realizados movimentos pelas participantes; das conversas que estabeleceram com a gerência, a interferência conseguida na situação foi a de não aceitar a substituição de Adriana por outra pessoa⁶¹.

Davi e Adriana aparecem de forma distinta no discurso das integrantes: enquanto Adriana é lembrada como uma pessoa de que elas gostavam, Davi é destacado pela sua

⁶⁰ Na época, a pesquisadora atuava como integrante da equipe gerencial do Campo Limpo. Após a saída de Adriana, passou a ter uma maior aproximação física com o grupo, processo que foi significado pelas integrantes como ocupar o lugar de Adriana. Essas colocações iniciais do grupo deixam dúvidas que não foram esclarecidas na pesquisa, mas que merecem destaque. Será que a baixa adesão das integrantes nos encontros propostos significou uma resposta à mágoa?

⁶¹ Nesse sentido, no momento da reunião de avaliação final, como não havia a dupla, estive acompanhando Davi nas duas reuniões. Este foi, talvez, um dos motivos que podem ter relação com a mágoa de Maria em afirmar que eu havia tomado o lugar da estagiária.

paciência com as pessoas: *O Davi tinha uma paciência com a gente né? Tinha uma paciência com a gente!* (Rosa).

No discurso de algumas integrantes, a intervenção de Davi assume um lugar de poder, mas um tipo de poder que era permeado pela aproximação, pela conversa e pela atenção. Rosa reflete que ele era um “psicólogo de verdade”: *Ele conversava comigo. Às vezes eu falava com minha filha, eu tenho psicólogo de verdade!* A escuta e as orientações proferidas por Davi modificavam seu estado de ânimo:

Porque o que ele me falava aqui em casa eu colocava em prática. Eu era muito nervosa em casa, aí tudo que ele me falava aqui, é assim, é assim, faz isso, faz aquilo, aí tudo que ele me falava eu colocava em prática.

Davi é visto por Rosa como alguém que foi fundamental, a quem ela atribui o poder de ter mudado sua vida:

[...] porque ele me tirou de dentro da caixa. O Davi me ajudou muito [...]. Às vezes, eu chegava aqui não tinha começado ainda, eu sentava ali no cantinho, e ele conversava comigo, ele conversava comigo como um psicólogo mesmo.

Outras integrantes também são lembradas. Falam de Vera, que teve um bebê, e de Alexia, são as únicas pessoas com quem Rosa mantém contato e que freqüentam sua casa de vez em quando. Já o nome de Vânia é lembrado como aquela que realizava atividades. As pessoas não têm notícias de como ela possa estar. Maria ligou em sua antiga moradia e, assim como a pesquisadora, não conseguiu obter nenhuma informação sobre esta. Cláudia fala em tom de saudade de Vânia e a destaca como a pessoa que *tinha uma paciência!*. Maria complementa a fala de Cláudia e lembra que era porque *ela trabalhava com criança*.

Lembram, também, de coisas que gostavam e de que não gostavam na reunião. Maria ressalta o teatro como algo que lhe dava prazer: *Fizemos uma reunião aqui, foi uma peça de teatro, nós subimos no palco aqui [...]. Teatro eu adoro, teatro é comigo, eu gosto*. Letícia também lembra do que viveu no teatro, mas enfatiza que não gostava de fazer outras atividades como por exemplo o artesanato : *Essa peça aí foi legal, agora negócio de artesanato*.

As mulheres vão tecendo, entre uma fala e outra, dimensões de uma experiência passada e reatualizada na memória, que se expressa como lembranças e se projeta como sentimentos, dúvidas e ações no hoje; os sentimentos repetem-se como aspectos passados

cristalizados, ou são imaginados como esperança futura. Nesse sentido, Rosa interroga a pesquisadora: *Eu vou perguntar uma coisa para você: você sabe por que tiraram a renda?*

Os assuntos que foram sendo tecidos nos encontros versavam sobre a experiência passada e o hoje, revelando elementos do universo dessas mulheres em relação aos objetivos traçados por esse trabalho. Para apresentar estes assuntos e analisarmos a experiência de participação em sua processualidade, elegeram-se três macro-unidades de significados, pela centralidade com que aparecem no discurso das mulheres em relação à experiência de participação: reuniões, políticas sociais e serviços, e família.

6.2.2 Construindo unidades de significados

A.- Reuniões

As reuniões ganharam expressão como uma unidade de análise de significado ao constatarmos o seu desenvolvimento em momentos expressivos, elencando-se, em seus conteúdos, distintas dimensões: mudanças relacionadas à participação nos encontros, aspectos negativos da participação nos grupos, sociabilidade, dinheiro x reuniões, sair da caixa e vir para o mundo e esperanças.

A.1- Mudanças relacionadas à participação nos encontros:

Quando lembram de como se sentiam quando chegaram ao grupo, falam de paixões tristes, sentimentos remetidos ao passado vivido antes de participarem e se encontrarem nas reuniões, inibidores da possibilidade de viver e de se movimentar, tais como medo, vergonha, timidez, solidão e silêncio.

Maria refere-se a Rosa como alguém que era *tímida pra caramba!* Rosa se reconhece na fala de Maria e acrescenta que vivia em solidão e isolamento, pois tinha muito medo de estar com outras pessoas e de se relacionar: *tinha medo de conversar com alguém, alguém me dar uma patada.*

Letícia tinha problemas com a filha e, por isso, *morria de vergonha*, processo que vivia de forma solitária, sem ter com quem dividir.

Para Cláudia, foi uma época em que ela *tava passando uma vida difícil, eu tava sofrendo com um dos meus filhos*. Quando lembra desse momento, seu sofrimento era vivido em silêncio. Cláudia lembra que *quando o Davi falava, agora cada uma fala um pouco de suas vidas, eu não falava nada!*

Maria também se sentia sozinha e sobrecarregada para educar seus três filhos: *então quer dizer né, matéria, família, casa, meus filhos... na época eu falava para um pouco, com três filho [...], como educar? Sozinha, eu era pai e mãe.* Cláudia lembra o momento em que Maria chegou ao grupo: *quando ela veio pra cá ela não era de falar, ela era calada.*

Os significados que atribuem ao grupo revelam este como um locus fundamental ao proporcionar uma transição que mexeu com suas experiências de vida. O encontro que tiveram, pela experiência de reunir-se, remete a um sentimento de alegria associado a mudanças e movimentos direcionados a como enfrentar problemas, ter coragem, desenvolver amizades, aprender e desabafar.

Para Rosa, antes das reuniões faltava movimento na vida, processo que expressa da seguinte forma: *Vivia parada em um canto.* Atualmente, reconhece-se como uma pessoa diferente, pois as reuniões assumiram um significado de movimento: *Aqui foi uma vida para mim!* Antes se sentia *presa dentro de uma caixa.* Depois, analisa que a forma como se sente hoje está relacionada à experiência vivida na reunião: *Eu sempre falo, eu sou hoje o que eu sou por causa dessa reunião aqui, porque se não fosse isso... acho que eu estava dentro da caixa ainda.*

Cláudia fala do grupo como um lugar que lhe possibilitou expressar a dor que sentia e pôr para fora esses sentimentos: *eu desabafava, chorava.*

Maria significa o grupo como uma família: *porque nós aqui era uma família.* Para Maria, as reuniões ajudaram a *própria família dentro de casa.* Atribui a força que recebia do grupo como algo importante, que a potencializava na relação com seus filhos. Nesse sentido, atribui a experiência de poder ter realizado o sonho da filha à sua participação no grupo, pois foi a força que recebia do grupo que lhe estimulou a insistir para que a filha continuasse estudando. Mesmo nos momentos em que o cotidiano se tornava difícil, pressionava a menina para que não abandonasse o sonho de concluir seus estudos, e o resultado é que hoje ela está formada. Ao lembrar desse momento, Maria conta com orgulho:

A minha filha tinha um sonho [...]. O sonho dela era o quê, fazer uma faculdade! E eu falava para ela: “Filha, ou nós come ou você estuda!”. “Mãe, então nós vamos comer!”. Ai teve uma época que ela chegou para mim e falou: “Eu vou repetir de ano porque eu não quero sair da escola”. Eu falei: “Deixa de ser boba filha, continua aí estudando. Mais isso eu vindo nas reuniões continua aí estudando, quem sabe um dia a gente chega lá”.

Uma metáfora utilizada por Maria que remete a uma passagem pela experiência vivida a partir do grupo é a contraposição entre estar perdida x se achar. A experiência remete

a algo que possibilitou as pessoas que antes estavam perdidas a se encontrarem. Para Maria, as pessoas foram centrais para que ela pudesse se achar:

Porque nós estávamos perdidas dentro de nós mesmos, e nós nos achamos aqui. Eu me achei aqui com vocês aqui.

Para Letícia, foi no grupo que aprendeu a enfrentar o problema que vivia

Aí eu comecei a vim pras reuniões [...], aí eu encarei o problema de frente né?

A.2.- Encontrando paixões tristes no grupo

Ao atribuírem significados negativos ao grupo, revelam este como algo que foi marcado por paixões tristes, como tédio, chatice, cansaço, repetição e incompreensão, esta relacionada especificamente à dificuldade em compreender algumas das atividades propostas pelo psicólogo. A experiência negativa em relação ao grupo aparece frequentemente associada ao início das reuniões, momento identificado como difícil, chato e cansativo. Falam de uma sensação de impessoalidade, das pessoas serem estranhas umas às outras. Sobre este momento, Cláudia argumenta:

Mudou muito de pessoa, mãe de família vinha para aquele grupo, não era daquele grupo era de outro e tal.

Maria também expressa não gostar desse momento: *no começo [eu] era uma... que nem eu falei, eu não gostava não [...]. No começo foi chato!* Da mesma forma sentia Rosa, que só ia por obrigação: *[...] eu falava para o meu marido... eu não vou lá que é muito chato.*

Algumas propostas de intervenção com o grupo são criticadas, e refletidas como algo que nem sempre era compreensível para as mulheres. Maria expressa isso ao comentar sobre propostas levadas para a reunião, as quais não faziam sentido para ela:

Tinha vez que o Davi chegava com cada uma! Olha, eu olhava para o relógio, olhava para cara de um [...].

Contudo, sobre a dificuldade de compreensão das atividades realizadas pelo psicólogo, Maria reconhece que mudou sua forma de pensar:

Hoje, eu vejo o porquê disso, psicólogo né, tá mexendo com a mente da gente, só que na época.

As atividades que Vânia realizava são lembradas pelas integrantes como algo de que elas nem sempre gostavam. Sobre esse aspecto, Rosa esclarece que não é porque as pessoas não gostassem de participar de uma atividade: a questão do gostar ou não gostar tinha a ver com o se apropriar daquela experiência. Ela se incomodava quando tinha de [...] *fazer uma*

atividade que não sabia fazer, não sabia pra onde vinha e nem pra onde ia, e a gente tinha que fazer. Cita como exemplo a atividade de dobradura, que, para ela, remete à lembrança de um sentimento triste:

Que nem aqueles passarinhos, meu Deus do céu! Tinha hora que eu chorava pra fazer esses passarinhos, dobradura né.

A3- Sociabilidade: a vida em movimento, tece mudanças na vida

As integrantes, ao falarem de sua experiência de participar das reuniões, relacionam estas a algumas mudanças na vida, com destaque para a experiência de relacionamento e de convivência que estabeleceram no decorrer dos encontros. Um dos destaques é dado para o significado ‘amizade’, que aparece também como algo que se contrapõe ao dinheiro: ressaltam que precisam do dinheiro, mas que a ajuda vem com a amizade. No discurso das integrantes, verifica-se a passagem de um estado a outro de sentimentos e de ações que, mediadas pela sociabilidade construída no processo de encontros com as colegas/amigas, implicaram em mudanças na vida das integrantes. Em seus discursos, demarcam uma relação do antes, quando não se conheciam no grupo, e do depois, quando passaram a construir relações de maior intimidade. No primeiro momento, prevalecem sentimentos de tristeza vividos por elas, tais como: desconfiança, isolamento, indiferença e solidão.

Maria fala de como ela e as colegas se sentiam nas reuniões, um olhar que apontava a ausência de sentimento: *Até nós se conhecer, sabe, uma olhava indiferente pra outra!*. Sua inserção nas reuniões era de pouco movimento e muita observação, conforme demonstra a se referir a Letícia:

Vinha para reuniões, sentava ali, ela adorava sentar ali daquele lado (Letícia ri), sentava aqui, olhava, ficava só olhando a turminha daqui..., olhava, olhava.

A falta de conhecimento das pessoas gerava em Letícia muita desconfiança sobre o que estas poderiam pensar dela e dos problemas que vivia com sua filha, e medo de ser censurada pelas pessoas: *Porque é assim, você vai falar dos problemas, a pessoa fala: “Pôxa, fulano não soube educar a filha! Olha a situação que tá!”*. Pela vergonha que sentia, ela conta que *não saía quase de casa, pois tinha vergonha dos vizinhos [...] e chorava muito*. Letícia, marcada pela necessidade de dividir o que sentia e, ao mesmo tempo, assolada pela desconfiança das colegas, desejava poder falar com Davi, pois receava ser julgada pelas demais colegas ao tomarem conhecimento do que se passava com ela:

Às vezes eu pensava, eu vou falar com o Davi, eu queria falar com ele, mas se eu falar as outras vão ficar sabendo.

Rosa também vivia um isolamento: *Eu não tinha amiga, eu não tinha amizade [...] eu vivia de casa para a igreja. Antes, imaginava o espaço das reuniões como um lugar sem saída, que ela chamava de “mundo das perdidas”. Seu mundo era o da igreja: meu negócio era com a igreja, e aqui não tinha nada haver com a igreja. Sentia-se chocada com o que ouvia das colegas: A Maria falava cada coisa que eu nunca tinha escutado na vida!*

O segundo momento das falas das mulheres indica lembranças de mudanças ocorridas. Aparecem, assim, sentimentos de transição, como intimidade e segurança. Maria destaca a intimidade e a possibilidade de conhecer as pessoas como uma experiência que possibilitou a passagem de um movimento ao outro e modificou a qualidade de sociabilidade estabelecida pelas integrantes: *As reuniões, a gente começou a conhecer as pessoas, ver o eu de cada uma delas.*

Para Letícia, as coisas mudaram quando percebeu que não era só ela que tinha problemas:

Aí nas reuniões eu ouvia uma senhora sempre falar, que ela tinha um marido, que o marido colocava ela para fora de casa.

A senhora a que Letícia se refere era Cláudia, que desabafava as dificuldades. Este processo fez Letícia perceber que não estava sozinha nos problemas:

Aí eu pensei, não é só eu que tem problema, todo mundo tem né! Aí eu comecei a vim pras reuniões.

A.4 – Grupo: um espaço de afetos ativos e paixões

A aproximação que estabelecem é significada por Rosa, Maria e Cláudia como amizade, e assume também uma variedade de sentidos: aparece junto a palavra ‘amigas’ como variação da palavra ‘amizade’ quando as integrantes fazem referências umas às outras. Maria destaca:

A amizade que nós fizemos aqui, é isso, não tem coisa mais gostosa!

Para Cláudia, as amigas possibilitaram “um colo”, proporcionando um calor necessário que a potencializava nos momentos em que precisava, processo que a impediu de cometer uma besteira, pois *quando desabafava ouvia palavras amigas.*

Rosa avalia que as amizades desenvolvidas foram fundamentais para que ela conhecesse um outro mundo. Quando vivia isolada, destaca: *Não tinha amiga, eu não tinha amizade.* Depois, mudou sua forma de conviver: aproximou-se de Maria, passou a ter amizade: *Mas aí peguei uma amizade com ela, pra mim é a minha melhor amiga.* A partir daí, passou a conviver com o mundo, perdendo o medo que tinha de se perder nesse mundo que até então

não conhecia, permitindo-se a vida. Sobre isso, destaca sobre o modo que passou a se relacionar com a vida e com as amigas nas reuniões : *Aí depois que eu me entreguei...*

A amizade aparece relacionada ao significado ‘ajuda’, e assume sentidos distintos. Para Rosa, foi o que lhe possibilitou se movimentar, saindo “de dentro da caixa”, processo que Rosa atribui à participação do psicólogo e à ajuda das amigas: *[...] porque ele me tirou de dentro da caixa, ele e minhas amigas aqui oh! Minhas amigas que me ajudaram.* Cláudia também destaca que a ajuda das amigas representou uma forma de contenção, evitando que ela fizesse algum tipo de besteira:

As Amigas, vocês psicólogos, que me ajudou muito, me ajudou muito assim... em tipo de não chegar a entrar numa depressão, entendeu? Ah! Sei lá! Até fazer uma besteira mesmo comigo!

Maria fala da amizade e da ajuda, sob a perspectiva daquela que é a amiga quem ajuda. Fala que aprendeu a ouvir: *Eu aprendi a gostar a ouvir.* Em seu discurso, a ajuda assume um caráter de experiência de renúncia, de esquecer de si para estar com o outro:

Então aqui, eu escutei problemas [...] e esqueci de mim pra mim ajudar as minhas amigas.

Em relação à idéia de ajuda e amizade, Cláudia destaca a importância da amizade como algo que realmente ajuda, diferenciando-se da ajuda que as pessoas buscam no dinheiro:

Às vezes as pessoas pensam que ajuda é soltar dinheiro, mas não, é uma palavra amiga, você ter onde debruçar sua cabeça, desabafar, chorar, é muito legal, muito.

Cláudia encontrou nas amigas, principalmente em Maria, um colo que já havia buscado em outros lugares, sem ter encontrado ressonância. Quando começou a ter problemas com a filha, recorreu aos espaços que conhecia na região em que morava, indo ao Conselho Tutelar e ao Criança Esperança (Clube da Esperança):

Precisei vim pedir colo e tudo, recorri a... conselho ti...telar, tutelar né? Não consegui, fui nesse negócio que passa esses meninos na televisão de fim de ano é, Criança Esperança, lá no Ângela não consegui nada.

As amigas, então, representaram um porto seguro que lhe deu continência e fez com que se sentisse melhor: *Você ter onde debruçar sua cabeça [...] e quando eu começava a falar [...] as pessoas prestavam atenção [...].* Dessa forma, passou a conversar sobre as coisas que sentia: *Ela aqui* (faz menção a Maria) *eu conversava muito, muito com ela, muito!* Para Cláudia, os conselhos que recebia de Maria faziam com que ela se abrisse, mesmo quando sentia que a

filha lhe provocaria com agressividade. Cláudia sentia-se mais alegre com o encontro, que a potencializava na medida em que as Amigas conversavam. Em lugar de responder à agressividade da filha, conseguia conversar e impregnar a relação mediada pelo afeto da alegria, que se tornava, assim, uma paixão mais forte que a revolta e a agressividade da filha:

[...] que nem com a minha filha né? Ai eu chegava em casa, assim tipo, porque dependendo como um filho seu lhe trata [...]! Você vai se revoltando, se revoltando, você faz tudo pelo seu filho, e só recebe patada, palavras horríveis, agressividade, então você vai se fechando, então a gente saía conversando e ela me aconselhava. Eu chegava alegre, dando risada, conversando com ela... ela não gostava, era agressiva, então eu começava a conversar com ela, entendeu? Aconselhar, então, eu tirava de letra e tudo, e procurava seguir.

A.5- O preço do afeto: participar por dinheiro ou por amizade?

Os significados ‘dinheiro’ e ‘reuniões’ aparecem como situações que se contrapõem, tanto no presente quanto no futuro. Rosa estabelece uma contraposição entre a participação por dinheiro e a participação por amizade, destacando a importância de vir ao grupo por esta última razão e não por dinheiro. Rosa faz uma crítica às pessoas que só frequentaram os grupo pelo benefício, e comenta que sua vizinha, Janice também integrante do Amigas Cidadãs, recusou-se a comparecer ao encontro, alegando não vir porque não estava recebendo o dinheiro. Rosa mostrou-se indignada. Para ela, aquele momento de reencontro com as pessoas era muito importante:

Ai eu falei para ela [...]. Só que tem um porém, eu não vou lá por causa do dinheiro, eu vou lá por causa das meninas, eu quero ver como é que tá o Davi.

Para Rosa, a importância residia no encontro com as pessoas com quem ela havia estabelecido amizade, para ela, um sentimento mais forte que o dinheiro: *A amizade não tem dinheiro que compre. A gente aqui agora, tem dinheiro que compre?*

Quando falam de uma possível volta da reunião, Maria destaca: *Não precisa a prefeitura dar o dinheiro para nós!* Tal afirmação é complementada por Rosa: *Não precisa!* Apesar disso, ressaltam que precisam do dinheiro, conforme afirma Maria: *Não que nós não precisa, nós precisamos.* Em relação à reunião, Maria faz referência ao instante em que a roda ocorria: *Basta isso aqui, já! Você entendeu?.* Maria fala da necessidade de outras pessoas serem ajudadas pelo trabalho, e reafirma novamente que se trata de uma ajuda que não precisa de dinheiro:

É ajudar outras pessoas, mas sem dinheiro, sabe? Sem essa ajuda. Não que não precisamos, precisamos! Mas assim a pessoa se achar!

A.6- Sair da caixa e vir para o mundo

Trata-se de significados que indicam ressonâncias da experiência aprendidas com a participação nas reuniões, que se revelam e geram novas ações e movimentos de vida atual. O significado ‘aprendizagem’ aparece em algumas situações como uma ação mediadora, que relaciona o antes e o depois e que lança as pessoas a novos movimentos de vida.

Insistir no que é necessário: Antes, a condição de pobreza afetava Maria, que se sentia descrente em fazer algum movimento para lidar com as condições materiais concretas de privação: *eu não acreditava que nada vinha pra pobre*. Faltavam forças para insistir nas coisas que eram necessidades diárias. Aprendeu no grupo que é preciso perseverança:

É perseverar né? [...] Foi o que nós aprendemos aqui!

Lutar e não desistir: Para Maria, este processo que ela de forma veemente destaca – Lutar, lutar. Não desistir – foi algo que veio a partir do seu aprendizado na experiência de participar das reuniões:

O que eu passo hoje, o que eu passo hoje para muitas mães é o seguinte [...] luta! Consegue! Eu jamais ia pensar na minha vida, que pobre ia ter uma bolsa, ela teve uma bolsa integral, então eu falo para minha menina, luta, luta, não desista [...].

Incentivar outros a lutarem: Maria aprendeu também a incentivar outras famílias a serem perseverantes e lutarem em relação aos estudos dos filhos:

[...] que quando ela ganhou essa bolsa me incentivou a dizer pra muitas amigas minha, a dar continuidade com os filhos na escola principalmente né?

O desenvolvimento da potência aparece na relação individual e familiar. Para Rosa, um dos aspectos do significado “*vir para o mundo*” está relacionado a deixar para trás a passividade, sentida como um tipo de humildade que a inferiorizava diante das outras pessoas: antes, reconhecia-se como alguém que, fragilizada diante de si e dos outros, não conseguia transitar e nem relacionar numa condição de igualdade:

[...] se eu vou num lugar eu sei entrar e sei sair, sei enfrentar qualquer pessoa, frente a frente, cara a cara eu sei enfrentar, antigamente não! Eu baixava a cabeça e ia pra casa.

Para Maria, as “reuniões ajudou a própria família dentro de casa”. Para ela, tratou-se de uma experiência que se potencializou em coragem para intervir na educação dos filhos:

Isso [o grupo] foi importante porque deu coragem de chegar na minha filha.

Avalia que é o medo que impede as mães de conversarem sobre assuntos mais polêmicos, como sexo, drogas e outras questões:

Porque tem muita mãe que tem medo de conversar com os filhos, aí o que foi que eu fiz com a minha filha, começou com ela, primeiro, peguei a camisinha, falei: “Toma. Deixa eu explicar! Você vai começar a namorar, vai beijar, vai começar a subir um calor pelas canelas, vai subindo, vai subindo, quando vê, pensa que não, já foi, já foi!”

A coragem sentida também foi movimentada no sentido de conversar com outros jovens:

[...] deu coragem de chegar na minha filha, tive coragem de chegar em filha de outras, em filhos de outros e falar; “Vem cá, vamos conversar? Olha a droga, olha a AIDS”.

Encarar as pessoas face a face : Este é um processo que Maria também exerce ao lutar para resolver os seus problemas. No relato abaixo, conta como enfrentou um problema vivido com o filho, que havia sido expulso no último ano da escola. Falou com as pessoas que poderiam ajudá-la na resolução da situação, enfrentou as condições que se punham, e resolveu o problema: o filho terminou o ano e também está trabalhando.

Eu corri atrás, eu chorei, eu implorei, era o último ano! Sabe por causa de namoradinha, então eu fui, eu conversei com o diretor, foi assim, aquela coisa assim de... nunca esqueça disso não leve os seus problemas para casa, resolva! Eu fui, eu conversei com as professoras, com a diretora, o que é que tá acontecendo... ele voltou para a escola, ele voltou para a escola, ele terminou o ano dele, hoje ele está trabalhando também... sabe!

Aprendendo a enfrentar diferentes situações: Com sua experiência, Letícia superou a vergonha que tinha de falar dos problemas que enfrentava, passando a um outro estado, sentindo-se fortalecida para lidar com os problemas. O enfrentamento da situação permite que Letícia hoje se reconheça como uma pessoa que superou a vergonha:
antes eu tinha vergonha de falar, hoje eu não tenho vergonha de falar.

Mulher para a vida . Mulher na vida: Rosa fala das mudanças que passou e reafirma a sua condição de mulher. Antes se identificava como alguém que não tinha vida, vivia isolada, vestia-se de uma forma fechada:

Meu marido falava para mim que eu não era desse mundo, era de outro.

O mundo de Rosa era uma caixa que foi transformada e desabrochou para a vida, devido à experiência vivida: *Aqui foi uma vida para mim! [...] Aqui eu saí da caixa e vim pro mundo.*

Sensibilidade com o sofrimento do próximo: Trata-se de outro sentimento que Maria aprendeu, pois passou a se sensibilizar frente ao sofrimento do outro:

Aprendi aqui! A gente tem que conhecer o próximo, o sofrimento do próximo, tudo isso! Se eu não conhecesse vocês aqui hoje, o que é que seria? Ah, problema dela! Tô nem aí!

A.7- Esperançar é preciso

As integrantes, por um lado, expressam interesse em que as reuniões voltem:

Por isso que eu falo, se a reunião voltasse de novo, seria bom! Seria ótimo. Não precisava ser toda semana, mas três vezes por mês, duas vezes por mês, nossa, tava muito bom.

Quando as mulheres comentam sobre isso, são provocadas pela intervenção da pesquisadora, que as interroga dos motivos nos quais não se organizam para retomar as reuniões. Diante dos questionamentos, as considerações de Rosa e Maria significam uma situação em que estão sob a influência de uma esperança de que algo aconteça fora do seu campo de ação e possibilidades de movimento. Falam do espaço e de pessoas que faltam. Analisam que precisavam de um “cabeça”, alguém que as acompanhasse nos encontros. Por outro lado, queixam-se de falta de espaço próximo dos locais em que moram:

Para nós, nós deveria ter um cantinho, um espaço, lá embaixo [...] e pra ter espaço a pessoa tem que ceder né? E teria que mexer com tanta coisa... não é assim, não é assim não. (Maria).

Ao destacarem a necessidade de um cabeça, projetam sobre a pesquisadora este lugar. Maria afirma: *precisa de uma psicóloga*. Continua a manifestar a esperança de que alguém venha para tirar outras pessoas que nunca participaram das reuniões do que chama de “buraco”: *Você ia conseguir mais gente, mais pessoas para tirar do buraco! Ia tirar mais gente do buraco!*

B- Políticas sociais e serviços

Ao falarem das políticas e serviços, as integrantes o fazem na medida em que trazem seu cotidiano e suas dificuldades. Conforme destacam, a realidade está difícil e a política “tá desacreditada”, “tá difícil”, “tá feio”, “não fazem nada”. As integrantes expressam uma diversidade de afetos que orientam seus pensamentos, sentimentos e ações relacionadas às políticas e serviços, tais como a saúde, a escola, a creche, a situação do jovem, o voto e os programas de transferência de renda. Expressam, assim, desencanto, críticas, descrédito e desqualificação. Suas falas e pensamentos indicam três temporalidades distintas. O primeiro momento refere-se ao início do programa, em que Maria destaca que *nada vinha para pobre*. O segundo momento ocorreu quando a inserção das integrantes no programa orientava a esperança e aplacava os medos. Nesse sentido, a ação política é ajuda que se expressa como relacionada ao momento em que falam do governo da ex-prefeita Marta, da experiência do grupo, e do que viveram no PFF. Um terceiro momento é caracterizado pela experiência atual, em que *os pobres perderam muito* e que as coisas estão piores, revelando, assim, o desencanto e a insatisfação com as políticas públicas, e a forma como lidam em relação a esse desencanto.

B.1. Sair do buraco: esperança e medo .

Quando remetem ao momento anterior, referente à época em que participavam do programa, revelam que este as afetou pela esperança de “tirá-las do buraco”, conforme a experiência de Rosa. O programa trouxe esperança à Maria e potencializou-a no sentido de acreditar que, lutando, poderia mudar alguma coisa na vida. Nesse sentido, Maria coloca que antes de sua participação no programa, ela “acreditava que nada vinha pra pobre”. Por um lado, as mulheres foram afetadas pela esperança de melhorar suas condições, de apropriar-se das informações; entretanto, o significado que relacionam à política experimentada nesta época é de “ajuda”, que aplacou medos, que estimulou a sociabilidade, que deu segurança e que possibilitou colo. “Ajuda” que foi proporcionada pelo psicólogo e pela amigas”, processo que, segundo Cláudia, foi fundamental para que ela “não fizesse um besteira” .

A ajuda é atribuída às ações políticas desenvolvidas na gestão da prefeita Marta. O governo da ex-prefeita é apontado como uma época em que os pobres eram prioridade: *A Marta ajudou muito a gente* (Leticia). Maria atribui um caráter divino à gestão: *A prefeitura da Marta foi uma benção para nós*. O governo de Marta era visto, assim, como “provedor” dos pobres.

No momento atual, expressam desencanto, descrédito, indignação, revolta, raiva e desilusão com as políticas sociais. As mulheres ressaltaram uma polarização entre o momento da gestão anterior, em que os serviços chegavam até elas, e o momento posterior, em que perderam muito com a mudança de governo:

Não, depois que mudou o prefeito, posso falar? Depois que mudou o prefeito, a nossa antiga prefeitura era ótima, a prefeitura da Marta foi ótima, depois que mudou, mudou mesmo, mudou para pior. Perdemos feio, perdemos mesmo.

Para Cláudia, as pessoas não souberam reconhecer o investimento dado pelo governo à classe pobre. Para sublinhar isso, utiliza a expressão *cuspiram no prato que comeram*, indicando, assim, a falta de reconhecimento ou a ingratidão:

[...] porque a Marta trabalhou muito pelos pobres!

Maria faz uma análise remetendo a um discurso de classe, afirmando que quem votou no atual governo foi a classe média e a “classe nossa”, mas constata que quem ganhou com a atual gestão foi a classe alta:

Não porque os votos foi da classe média, porque a classe nossa, [...] foi que deu os votos, mas quem ganhou mesmo foi a classe alta, só que tem uma coisa, se depender de mim, esse partido não ganha.

Maria afirma, também, que as coisas viabilizadas no antigo governo foram retiradas nessa gestão: *Tudo que a Marta fez de bom para nós o outro prefeito tirou*. Em relação a isso, exemplifica com a falta de vagas em creches e das peruas do Programa Vai e Volta que levavam as crianças para a escola:

A prefeitura tirou as peruas [...] agora tem mãe que [...].

Um outro significado de perda aparece vinculado aos espaços do território, lócus no qual se concentram os serviços e os acessos. Maria fala que faltam espaços para acolher as brincadeiras das crianças, pois o lugar delas foi ocupado pelas drogas: *A pracinha que era pras nossas crianças, os adultos, os jovens que mexe com drogas ocupou*. Em relação ao espaço, ainda, comenta sobre as mudanças efetuadas pelo serviço de saúde no local onde mora: *A prefeitura mexeu no mapinha do nosso bairro, a prefeitura mexeu e pronto, acabou*. De acordo com ela, a ação da prefeitura em alterar a configuração territorial dos serviços implicou no fato de que, apesar de morar bem próximo de uma unidade básica, Maria não tem o direito de utilizar os serviços da mesma, pois está cadastrada em outra unidade:

O posto de saúde da onde eu moro pra onde é a localidade minha não dá, tem um posto de saúde atravessando a avenida da minha casa e subindo o escadão Medeiros, mas aquele posto não serve para mim, você entendeu?

Nesse sentido, as pessoas utilizam o transporte público ou realizam longas caminhadas quando necessitam marcar consultas, que só serão viabilizadas tempos depois:

[...] faz a gente gastar o dinheirinho nosso, que o posto nosso nós temo que pagar uma condução para marcar uma consulta. [...] e tem mãe que sofre com as crianças de dois meses, tem mãe, sabe, que anda, anda. [...] Tem que andar um bom pedaço, uma hora e meia, quase duas por aí. (Maria).

Sobre o tempo em que esperam para serem atendidas em um serviço de saúde, Rosa afirma que as condições dos serviços estão cada vez piores:

Não mudou, nada! Está cada dia pior! Vai fazer dois meses que me mandaram esperar, para poder fazer o papanicolau.

Um outro destaque é dado ao uso político dos jovens e ao lugar que este tem ocupado nas políticas sociais: *Os jovens não tá tendo esse espaço, não tá tendo uma chance, um emprego (Maria).* Falta de emprego, manipulação eleitoral e educação de péssima qualidade são fatores que caracterizam a forma como o jovem tem sido abordado pelas políticas. Afirmam, ainda, que os jovens estão *sendo eliminados da escola (Maria)*. O voto é relacionado como apenas uma manipulação política, uma promessa que nunca é cumprida:

Dá raiva de você ver, eles estão iludindo os jovens [...]. Eles estão iludindo, o nosso país depende de quem? Dos jovens, e cadê os estudos? Cadê isso? Cadê aquilo? Não tem.

Maria analisa criticamente que, na televisão, os políticos vendem esperanças de melhores estudos, e questiona: *pra quê?*. Os políticos usam os benefícios de transferência de renda acoplados à educação, mas tudo isso, para ela, não passa de manipulação e de falsas promessas, pois o que ocorre é que esse jovem está condenado a ser um nada se depender das políticas:

[...] os estudos que eles falam na televisão, que eu vejo que eu tenho prazer de assistir, a gente vai melhorar os estudo, a gente vai fazer isso, dar um benefício pro aluno que tiver mais freqüência na escola, pra quê? Pra ser um nada no futuro!

Em relação a isso, Maria fala, ainda, que não é pelo benefício/dinheiro que ela entende que deveria se dar a participação do governo no desenvolvimento do jovem. Como mãe, ela

almeja que o filho freqüente a escola para ter uma formação adequada e que proporcione a ele melhores condições de vida. Maria acompanha a relação do filho na escola, não em virtude da freqüência pela exigência do benefício, mas pela importância da formação que a escola deveria proporcionar, e, na medida em que essa formação tem sido deficitária, ela, como mãe, precisa se desdobrar para que seu filho possa receber alguma formação:

Não, não é o dinheiro que nós queremos! O jovem não! Ele ganha uma ação jovem, porque, por causa da freqüência. Porque eu fico em cima, vai estudar, vai pra escola, não cabula aula. Se não quer ir pra escola, fica em casa! Mas eu tô ali ó!

Cláudia fala da obrigatoriedade do voto como um controle do Estado, que, ao mesmo tempo em que impõe o dever e obriga, não apresenta a contrapartida de direitos, e não possibilita proteção à pessoa: [...] *é obrigatório votar mas que não. Agora, cadê o emprego pra um de menor? Ele pode votar e não tem um serviço pra ele!* Acredita que o voto antes dos 18 anos é um equívoco, pois, para ela, o jovem não está preparado:

Acho que os adolescentes deveria ser a partir de 18 anos! Dezoito anos já tem um pouco de consciência!

Em relação à saúde, as integrantes, de forma unânime, queixam-se da política relacionada a esse setor, e revelam um descrédito, de uma situação que só se repete de gestão a gestão:

[...] a nossa saúde continua a mesma porcaria, foi eleito novo prefeito, vai entrar outro, e se ninguém ficar batendo na tecla, não vai adiantar.

Quando se refere à educação, Maria conta a experiência vivida com a escola do filho, e reflete criticamente que as mudanças governamentais na política têm sido no sentido de piorar a qualidade do serviço e reduzir o tempo de estudo:

Olha, hoje! A escola onde meu filho estudou, ele não terminou, geralmente é final do ano que termina né, terceiro ano. No mês de junho, ele fez uma prova e passou e já parou de estudar, no mês de maio, terminou o terceiro ano. Então tá um absurdo, o negócio mudou muito, o governo tudo, mudou o estado. Daí eu achei um absurdo porque eles estão eliminando os jovens da escola antes do tempo!

Transferência de renda, interrogações, dúvidas, confusões nos critérios. Quando comentam sobre a transferência de renda, revelam que o vivido antes em relação à falta de informações acerca dos critérios de inserção e permanência das famílias no programa se mantém, caracterizando-se pelos questionamentos semelhantes ao que faziam aos técnicos

anteriormente. Nesse sentido, a pergunta de Rosa à pesquisadora se assemelha àquelas que realizavam no grupo:

Eu vou perguntar uma coisa para você: Você sabe porque tiraram a renda?

Na mesma direção, as integrantes continuam a perguntar na prefeitura o que indagavam de Davi nos grupos, sem que tivessem esclarecimentos satisfatórios:

Eu faço uma pergunta, eu ligo direto na prefeitura: “Por que cortaram meu bolsa-família? (Maria).

A dúvida perpassa o discurso de todas as integrantes, que desconhecem os motivos pelos quais o benefício do Renda Cidadã foi suspenso. Questionam sobre os critérios de exclusão/inclusão. Nas colocações que fazem, reafirmam que os critérios desses programas se revelam pouco precisos, geram dúvidas, desconhecimento, desconfiança e sensação de injustiça.

Das quatro integrantes, duas, Maria e Letícia, não estão trabalhando, e continuam vinculadas a programas dessa natureza. Cláudia trabalha, mas menciona um interesse em voltar a ser beneficiária, motivo remetido a uma felicidade que é tempo passado:

E se o programa voltasse de novo eu ficava era feliz

Maria continua recebendo o benefício do Renda Mínima, desde a época em que participava das reuniões, enquanto Letícia aguarda um retorno da escola de seu filho, onde fez um novo cadastro para participar de um programa do qual não soube mencionar o nome:

A escola fez cadastro, a gente vai receber a carta no caso para saber se foi apadrinhado né. (Letícia).

O termo ‘apadrinhar’ revela a condição de tutela a que as famílias ficam submetidas, conforme nos indica Telles (2001), na medida em que o programa não se transformou em direitos, mas se operacionaliza como uma política focalizada, que vem para prover os pobres de ajuda.

Os critérios eletivos do programa geram ambigüidade e falta de clareza, e o princípio de justiça nessa relação torna-se inexistente: *Cortaram o Renda Mínima de outras pessoas, que não tem nenhuma renda mesmo!* (Maria). Daí decorre o significado que indica um tipo de relação marcada pela ajuda do padrinho, que poderia ser a liderança comunitária, o político conhecido, ou outra figura pública que detém algum tipo de poder. No caso de Letícia, é a escola quem tem o poder de selecionar aqueles que podem ou não ser atendidos.

Também as queixas seguem em direção ao atendimento que estes serviços prestam. A colocação de Maria indica que a relação com a prefeitura é burocrática, marcada pela indiferença, impessoalidade, insensibilidade e desconhecimento da realidade das pessoas que necessitam participar desses programas.

B.2-Apesar do ceticismo político, resistir é preciso.

As integrantes refletem sobre a situação política do país e do mundo. Maria, particularmente, diz gostar de política e, ao analisar a situação da prefeitura, amplia sua reflexão para a relação política estabelecida no país como um lugar que acolhe e lá fora como um lugar que nos explora. Seu discurso revela a compreensão de outras relações de poder que interferem na política brasileira e que respondem a interesses externos:

[...] estão dando preferência não é para o nosso país, é lá fora! Não é aqui dentro, é lá fora. [...] a preferência é lá fora, não é aqui, aqui é a mãe, é o coração, aqui recebe todos, mas só que aqui o recebedor está faltando.

Maria analisa com indignação o problema da falta de vagas em creches e enfatiza criticamente a influência pessoal que atravessa as relações entre algumas mulheres e os funcionários. Aqueles que conseguem vagas o fazem pelo conhecimento pessoal:

Creche, creche, tem mãe que precisa de creche, tem mãe que é assim com funcionário lá de dentro.

Diferentemente de Maria, Letícia não manifesta e nem expressa crítica ao referir-se ao apadrinhamento escolar que determina quem serão os próximos beneficiários do programa. O compasso de Letícia é o de aguardar por um programa de que não conhece nem mesmo o nome.

Maria, ao contrário, demonstra que possui informações sobre os setores que devem ser procurados quando há problemas, e quando é necessário, socializa essas informações com as pessoas que estão desinformadas:

Muitas pessoas perguntam para mim, eu falo assim, se eu posso ajudar eu vou, indico: “Ó! Cê procura a prefeitura lá na avenida Tiradentes, número 49, que é lá que pode resolver seu caso!”

Por outro lado, assume que não tem informações precisas e que gostaria de tê-las:

Mas é coisa que eu também não sei, e eu quero uma resposta certa!

Um outro aspecto destacado por Maria é o enfrentamento que precisa realizar quando recorre ao atendimento da prefeitura. Os interlocutores responsáveis pela administração dos

programas parecem ser despreparados e dispensam a ela um tipo de tratamento marcado pelo desrespeito e pela desconfiança. Maria faz referência, em especial, à fala de um funcionário que a teria atendido: na dramatização que realiza, colocando-se no lugar dele, justifica o motivo pelo qual o benefício do Renda Mínima havia sido suspenso: *A sua renda tá dizendo que tá alta*. Tratava-se de um argumento falso, pois Maria faz bico para complementar a renda da família, e quem arca com a maior parte das despesas da casa é sua filha, que a sustenta. Na resposta que Maria profere, argumenta: *Como? Se eu tenho a minha carteira em branco!* Em relação à colocação do funcionário, encontramos dois aspectos relevantes: por um lado, Maria afirma a sua condição de sujeito excluído do mundo do trabalho, tendo como signo que inscreve a materialidade dessa relação a *carteira em branco*, e provando o quanto sua inserção nesse tipo de programa se apresenta como algo necessário. Por outro, o signo parece não ser suficiente para provar sua condição de exclusão, e recai sobre ela o peso da suspeição proferida pelo funcionário, que dirige a responsabilidade à Maria. Ela passa, então, a tomar para si a responsabilidade de não estar trabalhando formalmente e se reconhece como alguém que não arruma trabalho: *Eu não arrumo trabalho!*

Um aspecto que também chama atenção é que Maria, mesmo na condição de ter de provar que, de acordo com suas condições de vida, enquadra-se nos critérios da focalização, coloca-se como alguém que procura solucionar seus problemas, e individualmente se movimenta nessa direção, revelando indignação:

A prefeitura: “Ah! Mas isso aí não cabe a nós, que não sei o que, você é quem tem que resolver isso”. Sabe, é um empurra-empurra, e ninguém tem uma resposta séria.

Da mesma forma, expressa uma consciência crítica ao falar da manipulação eleitoral que envolve os programas de transferência de renda:

funciona através de votos, novas eleições vão vindo, o povo cai na conversa, e vai dar voto para quem?

Quando Rosa e Maria enfatizam o tempo de espera de dois meses por uma consulta no serviço de saúde – *uma consulta pra daqui dois meses* (Maria) –, não nos remete apenas a uma dimensão cronológica. Indica, antes, um afeto de esperança que remete à ação de esperar passivamente por aquilo contra o que não se tem o que fazer, a não ser, de forma supersticiosa, esperar pela sorte de que o padecimento não se agrave, pois, caso contrário, só lhe resta aguardar pela morte:

[...] eu tô esperando, esperando chegar a oportunidade, se eu tivesse mal já teria morrido, para fazer o papanicolau faz dois meses!

Por outro lado, Maria age frente à falta de espaço no local em que mora, e circula em outros locais públicos da cidade para proporcionar lazer ao filho:

Agora aonde eu levo meu filho para brincar? Eu levo o meu filho sabe aonde gente? Eu levo o meu filho no parque do Ibirapuera, dia de domingo saio daqui sete, oito horas da manhã e chego aqui na minha casa seis horas, o lugar que eu levo ele é no parque do Ibirapuera.

Maria fala da necessidade de “brigar” para as coisas melhorarem. Analisa que quando o faz, coloca-se no papel de mãe afetada pela coragem e pela solidariedade, que defende não apenas as necessidades de seus filhos, mas também as daquelas mães que têm medo de falar:

E agora vocês qué que eu não brigo? Eu tenho que brigar, eu tenho que brigar, mas eu tenho que brigar não só pelo meu, mas por muitas mãe que têm medo de falar.

C- Família

A família, terceira unidade de significados, é expressa pelas mulheres como uma experiência vivida pelas mulheres na época em que participavam nas reuniões passou por muitas mudanças: os filhos cresceram, mudaram de fase, os que eram crianças estão adolescentes, outros estão adultos, algumas integrantes já são avós, a filha de Rosa foi mãe aos 18 anos, Letícia cria o seu neto, Cláudia perdeu o filho, os dois filhos de Maria atualmente ajudam-na a criar o filho mais novo. As integrantes relacionam a experiência que tiveram no grupo à forma como lidavam no passado ou lidam atualmente com a família – *com as reuniões, ajudou a própria família dentro de casa* (Maria) – algo que, para Maria, é vivido com muito prazer: *Geeente, que gostoso a família!*. Cláudia, por sua vez, destaca: *A união da família é fundamental!*

Na época em que freqüentavam as reuniões, todas traziam demandas sobre questões familiares. Rosa tinha como centro demandas relacionadas à sua condição de mulher e à sua sexualidade, e a experiência fez com que ela mudasse. Sobre isso, ela não explicita diretamente, mas afirma se sentir *uma nova mulher, pro mundo*. Quando Rosa comenta sobre a família, fala do passado e avalia que seu relacionamento com o psicólogo a ajudava a lidar com o nervoso vivido na relação familiar: *Eu era muito nervosa em casa, constata*. Hoje, parece não mais se reconhecer dessa maneira.

Em relação à associação entre o que viveram na experiência do PFF e as relações na família atualmente, é Maria quem identifica que a influência exercida na forma de ela se relacionar com os familiares. Quando fala do PFF, afirma: *O Fortalecendo a Família para mim foi isso, primeiro com a minha família dentro da minha casa*. Dessa forma, o programa parece que teve um papel de aproximar Maria de seus filhos, modificando sua concepção de relacionamento com eles na medida em que passou a conversar. Para ela, esse processo proporcionou aprendizagem: *é isso que eu aprendi praticamente aqui dentro*; e permitiu que ela pudesse chegar no seu filho e nos filhos de outras mães:

[...] a conversa de um, a conversa de outro [...] tive coragem de chegar em filha de outras, em filhos de outros e falar: “Vem cá, vamos conversar?”

Letícia diz ter mudado na medida em que passou a lidar de forma diferente com o problema que enfrentava com a filha. A filha continuou no relacionamento, mas Letícia mudou a forma de se relacionar com a situação, conforme destaca: *Aí eu encarei o problema de frente, né?*, processo que culminou com a criação do neto, agora com quatro anos, nascido da união que lhe desagradava, como se fosse seu filho: *Eu fiquei com o menino*.

Maria fala, no passado, de uma renúncia que experimentou ao se dedicar mais aos filhos e também àquelas amigas que viviam sofrimentos maiores que os dela:

Então aqui, eu escutei problemas de todas as mães e tava vendo o meu tão simples de resolver e esqueci de mim pra mim ajudar as minhas amigas, mas não esqueci dos meus filhos.

Maria avalia que o contato com as dificuldades e sofrimentos vividos por outras mulheres a deixou, na época, mais tolerante e amável com seus filhos, pois ao tomar contato com outras dificuldades, reconhecia-se como alguém que não tinha problemas:

[...] então quer dizer, eu tô aqui no grupo, nós conhecemos o sofrimento de cada uma, cada um deles. [...] Eu chegava na minha casa, olhava pros meus filhos, então eu tentava ser mais meiga, mais amorosa, mais carinhosa.

Nesse sentido, entende que viveu muitas mudanças na relação com os filhos e reconhece que essas mudanças foram fundamentais para que eles hoje estejam, segundo ela, bem.

A família era o motivo das dores e sofrimentos de Cláudia, e também o que mobilizava sua participação no grupo pelo desabafo. Ao lembrar da época em que freqüentava o grupo, para lidar com as dificuldades encontradas com a filha, ela se referenciava nos conselhos das amigas. Cláudia lembra da relação com a filha: *Ela era muito estúpida comigo, ela*

não me ouvia, ela só vivia na rua junto com amigades inconvenientes. Mas eu tava sofrendo muito na época com ela, que não me ouvia. A filha a agredia com palavras: eram palavras muito agressivas, muito agressivas, gritando, batendo a porta, era desse jeito. Quando remete à sua experiência de participação e o papel que esta exerceu na sua história de sofrimento com a filha, reconhece-se como uma pessoa alheia ao processo, alguém que passivamente ouvia os conselhos das colegas e os repassava à filha, sem se apropriar deles. Maria, que lhe aconselhava, e era a pessoa com quem mais desabafava. Maria a acolhia e a tranquilizava:

Eu desabafava muito com ela [...] E ela: “Cláudia, tenha calma, conversa com sua filha, tenha paciência. Então eu procurava chegar mais calma.”

Quando se refere à sua relação com a filha na atualidade, Cláudia parece “continuar na caixa”. Analisa que a mudança que a filha passou não foram por sua implicação na relação estabelecida com a filha ao longo do tempo, mas por que esta conheceu um homem pelo qual se enamorou:

E o motivo dela ter mudado é que ela conheceu um rapaz, foi lá na minha casa, buscar ela pra conhecer a mãe dele. E daí ela não voltou mais, eles ficaram convivendo. Voltou sim, mas para pegar as roupas dela!

Cláudia fala do passado marcado por instantes que a potencializavam para sentir-se segura, alegre e calma, e conseguir conversar com a filha:

Então a gente saía conversando e ela me aconselhava. Eu chegava alegre, dando risada, conversando com ela. Ela não gostava, era agressiva, então eu começava a conversar com ela, entendeu? Aconselhar, então, eu tirava de letra e tudo, e procurava seguir...

Quando questionada sobre se essa experiência repercutiu na relação com a filha na atualidade, afirma:

Não, por que já cinco anos que terminou! Mas eu passava um conselho sim que o grupo me dava, tipo como mãe, como mãe de família, como eu tratava minha filha, cheguei a trazer ela aqui.

Quando fala da relação atual com o companheiro que a violentava, afirma que tal situação se mantém. Entretanto, avalia que com menos intensidade, pois as coisas foram minimizadas pelo fato de Cláudia estar construindo um lugar para morar futuramente. Mas afirma que continua sendo posta para fora de casa, conforme relatava cinco anos antes:

[...] ele ainda me põe! Mas é menos, porque como eu hoje tenho o meu terreno, que eu tô construindo, então ele manera mais em me botar pra fora, mas as palavras que ele me trata é as mesmas, não falta “lugar pra tomar”... desse jeito.

Maria e Cláudia analisam que, na relação familiar, sentem-se sobrecarregadas, independente do fato de terem ou não companheiros. Falam da condição das mães em geral, expressam seu pensar sobre a participação destas e dos pais na relação e nos cuidados com os filhos. Para elas, são as mães as responsáveis por assumirem os filhos e cuidarem desses:

Oh, geralmente cai pra mãe, sempre sobra pra mãe! [...] Tudo o que acontece com o filho, a mãe é culpada! O pai, não! A culpa sempre cai na mãe, porque foi ela que estava com ele o tempo todo. (Maria).

Para Maria, o significado de mãe é aquela que cuida integralmente dos filhos, independente da presença do companheiro em suas vidas, ainda que esse seja o pai. No diálogo estabelecido entre Maria e Cláudia, apesar de ser Maria a que se manifesta enfaticamente, a postura de Cláudia foi a de concordar integralmente. Maria fala de um tempo de dedicação exclusiva e de uma totalidade de papéis que se concentram na figura da mãe:

A mãe tá o dia todo! A mãe é pai, o tempo todo a mãe é o pai junto! Porque ela tá o tempo todo se dedicando a uma criança, ao filho. O pai não quer saber, não! Ele tá cansado.

Nesse sentido, Maria se reconhece da seguinte forma: *sou cem por cento mãe com meus três filhos*. O pai é aquele cujo papel é o de cobrar da mulher a realização do trabalho doméstico, e se eximir desta, pois cabe à mulher as tarefas de cuidados com os filhos e com a casa. Além disso, o pai intima para que a mãe também lhe sirva:

O pai chega do serviço, já chega intimando a mulher: “A comida tá pronta? Pega meu chinelo!” O filho chega: “O pai? Mãe?” O filho chega: “O pai?”, o pai tá ocupado!, o pai tá cansado!

O trabalho no espaço da intimidade da família é referido como uma atividade que não é vista como trabalho, pelo fato de não ser remunerado, assumindo, assim, o significado de sobra: *Então a princípio sobra pra mãe*.

Assumir integralmente os filhos é algo repetido em diferentes momentos por Maria: *Mas eu to ali, ó! Cem por cento mãe. Eu sou cem por cento mãe com meus três filhos [...]. Sou mãe e*

pai dos meus filhos. Conta que, em relação aos pais de seus filhos, recusa-se a exigir seus direitos de pensão alimentícia, pois entende que *o homem que é homem, tem um filho, não precisa a mulher correr atrás!* Maria entende a participação do pai nessa relação como “ajuda”. Nessa perspectiva, esta deveria ser espontânea. Revela, também, que discorda das mulheres que brigam judicialmente pela pensão dos filhos, pois concebe isso como uma manipulação da mãe em relação ao filho:

Eu não preciso mexer com fórum, com pensão. Filho meu não é máquina de dinheiro, não precisa correr atrás de um fórum, basta responsabilidade. Então, se não quer ajudar, pra que vai bater naquela tecla? Por que eu vou ficar mexendo? Não!

Em relação ao seu terceiro filho, relata que o pai do menino *não vale nada, mais tudo bem, né?* E, por isso, *eu saí fora, tô criando meu filho.* Em relação aos cuidados que precisa ter para a manutenção do filho, conta agora com a ajuda dos filhos já criados: *Da mesma forma que eu lutei por mim ter sido pai mãe dos dois, hoje os dois me ajudam com o meu pequeno.* Entende que a relação dos pais com os filhos deve ser preservada, pois foi o casal que separou, e não os filhos:

Eu me divorciei do meu marido, a minha filha não! Eu sempre levava ela pra ver o pai, né, não foi só ela! Foi eu, os meus filhos, “vai ver o pai, porque o pai... pai é pai”. Então ela adora o pai dela, eu não coloquei meus filhos contra o pai, não pode.

A participação da filha como provedora do grupo familiar na atualidade aparece também em outro momento da fala de Maria. Nessa situação, a participação da filha volta-se aos cuidados com a mãe, protegendo-a e dando-lhe segurança para que faça rompimentos com sua família de origem:

Nesses dois anos, ela conseguiu me tirar da família minha, que tava fazendo da minha vida um inferno, e nós paga aluguel.

Maria fala também de um retorno dos filhos e do reconhecimento que esses expressam pela dedicação e pelos cuidados que ela, como mãe, teve para com eles:

Hoje meus filhos falam: “Mãe, eu agradeço a você”!. A minha filha, quando ela recebeu essa bolsa: “Obrigado, mãe, por tudo!”

C.1-Responsabilidade com a educação

Maria expressa, no diálogo com Cláudia sobre o futuro dos filhos, que a única possibilidade que estes têm para desenvolverem-se com dignidade na sociedade é pela participação das mães na educação. É de Maria a primeira fala quando se refere ao futuro dos filhos: *Porque se não for nós, eles...* Cláudia completa em seguida: *Eles não serão nada!* Ser um “nada” pode remeter, neste contexto, à experiência de Cláudia de ter perdido o filho para o crime. Diferentemente de Maria, que relata experiências bem sucedidas com a educação dos filhos, Cláudia fala pouco, pois, sobre o passado que desabafava, parece não ter mais o que dizer. As situações que lhe oprimiam relacionadas ao aspecto educativo dos filhos mudaram: o filho faleceu e a filha saiu de casa. O fato de a filha ter saído de casa não parece ter sido um problema; ao contrário, parece ter sido um fator que fez com que a filha ficasse melhor. Entretanto, diferentemente de Maria, Vera não se evidencia como a mãe que sustentou e que teve êxito no grupo familiar.

Para Maria, tal êxito só foi possível devido à sua condição de dedicação integral. Maria avalia este processo de educar os filhos como *uma luta, uma luta feia!*. Quando fala do passado, do momento em que o filho estava vivendo a adolescência, segundo ela, entre 14 e 17 anos, relata que passou muito sofrimento quando procurava pelo filho na região onde morava:

Eu sofri, né? Eu corri atrás, eu passava noites e noites acordada esperando, eu andava no Jardim São Luiz, andava o mundo todinho procurando o meu filho! E agradeço a Deus por que eu fiz isso!

A rua, o espaço que se contrapõe à casa, assim como os colegas da mesma idade, representam uma ameaça constante. O medo de que o filho se envolva com turma leva Maria a questioná-lo, colocando-se como alguém que está junto do filho sob qualquer circunstância, em qualquer situação, mesmo se o filho estiver usando droga:

Eu virei pra ele na época, ano passado: “Cê tá mexendo com droga?” Ele falou: “Ce tá louca, mãe?” “Porque se você tiver, me avisa que eu já compro, você vai fumar aqui do meu lado! Cê quer beber? Vai beber do meu lado. Você não vai andar com grupo não! Com turma! Anda só!

Fala ainda da educação, contrapondo a educação de dentro , a ser desenvolvido no espaço da casa, na relação familiar , pelos pais e da educação de fora , do governo que inexistente :

Hoje a nossa educação, a educação não é lá de fora, do governo, é nossa! É dentro de casa que sai. Não é uma escola que educa um filho! Vem da nossa casa. Não é a idade, eu falo que não é a idade! É muitos pais, é a casa, é a família, vem lá de dentro. Hoje, dentro da casa nossa[...].

E enfatiza que para haver educação em casa a estratégia é o diálogo com os filhos , a única alternativa para que este não enverede pelo caminho da marginalidade

[...]tem que ter diálogo entre pai e filhos, muito diálogo, se não tiver, ele vira um marginal aí fora. (Maria).

6.2.3-Considerações analíticas

Momentos que se entrecruzam: um encontro entre as vivências passadas projetadas nas lembranças e o presente. Assim foi para os sujeitos que se dispuseram ao reencontro, assim também foi para a pesquisadora. Na memória, as lembranças daquele tempo, momento vivido com intensidade e com esperanças de que novos tempos se aproximavam. “A esperança havia vencido o medo”, era o que nos movia a comemorar pela vitória das eleições presidenciais em novembro de 2002.

A concretude que dava alegria, movimentada pelo momento histórico presente, inscrevia-se pelo instante da experiência de estar no programa, com vontade de implicar-se, de atuar em uma proposta que se pautava pelo desafio e provocava a profissional de Psicologia. Dessa forma, esta se interrogava: o que poderia a Psicologia naquele contexto? Quais as possibilidades de movimento e de uma ação ético-política comprometida com a mudança social? Essa era a inquietação que provocava a técnica, suscitando a necessidade da pesquisa, e que a afetava frente às articulações geradas com a pesquisa. Assim, sonho, esperança e vontade marcam as lembranças e o instante em que esta pesquisa chega aos seus momentos de articulações entre passado e presente. Entretanto, confrontávamo-nos com o objeto de forma a buscar estabelecer relações que, por um lado, não nos paralisasse pelo pessimismo, pois se tratava de um encontro difícil, na medida em que os sujeitos pesquisados expressavam reproduções e mudanças discretas; e, por outro lado, permitisse identificar as mudanças sem romantismos e idealizações, podendo organizar elementos que pudessem

agregar conhecimento às nossas inquietações e respondessem, em última instância, que dimensões deveriam compor uma ação ético-política da Psicologia.

Relações entre o passado e o presente

As discussões que apresentaremos a seguir refletem um recorte do objeto estudado e indicam a necessidade de outros estudos sobre a relação que envolve o trabalho socioeducativo com famílias nas políticas sociais e, em especial, em programas de transferência de renda. Iniciaremos pelos pontos que nos permitam estabelecer relações entre o passado e o presente e identificar aspectos que se conectam pelo seu caráter de manutenção, conservação e expansão.

O que encontramos indicando reprodução entre passado e presente? As integrantes pesquisadas revelam poucas alterações na vida social. As condições de vida, no sentido do local de moradia, da região, das características do território se perpetuaram; os serviços que freqüentaram continuam em péssimas condições de atendimento à população, assim como os espaços não oferecem qualidade de vida e segurança. Expressam, como há cinco anos, no que diz respeito ao trato com o cidadão, uma sensação de impessoalidade, descaso, dependência e falta de informações.

Nesse sentido, quando analisamos a participação desses sujeitos nos serviços e no território, eles revelam a mesma condição afetiva que experimentavam no passado, manifestando impotência, passividade e ritmo de compasso de espera, indicando, em parte, elementos afetivos carregados de sofrimento ético-político, que significa, segundo Sawaia (1999), sentimentos de padecimento gerados pelas determinações da realidade social perversa. Revelam sobre isso, quando comentam dos atendimentos na UBS e do apadrinhamento da escola e quando dizem esperar por um “cabeça” que as conduza às reuniões e tire “mais gente do buraco”.

O acesso a alguns programas vividos no passado, dentre eles o de Transferência de Renda, assume o significado de ajuda de um governo que era provedor dos pobres. Sobre isso, vale destacar, conforme discutem Campos e Miotto (2003), que as ações de transferência de renda, na medida em que não se desenvolvem como uma política social, mas ocorrem atreladas a ações programáticas dependentes da vontade política dos governos, sem continuidade no tempo e dissociada de outras ações políticas, tendem a configurar um campo que se organiza à parte da noção do direito e do princípio de universalidade. Nessa mesma

direção, conforme analisa Telles (2001), no lugar do direito configura-se a ajuda, e no lugar da pobreza emerge o sujeito carente e dependente dos programas.

Destaca-se ainda que, em relação aos programas de transferência de renda, os sujeitos da pesquisa revelam que continuam na dependência e submetidos à indefinição de critérios, à falta de transparência nas informações, às dúvidas quanto à suspensão, e à esperança na possibilidade de novos programas. Assim como na ocasião em que estavam no PFF, as participantes continuam tuteladas pelas ações governamentais, mantidas pelas lembranças da época em que os pobres recebiam ajuda. Nesse contexto, constata-se que a participação experimentada como encontro, no passado, não provocou mudanças nos significados de submissão e dependência que destacavam quando iniciaram sua participação no PFF.

O programa, em sua gênese, ao dissociar a transferência de renda e a ação socioeducativa, na medida em que delegou estas para diferentes instâncias responderem pela gestão e controle, ao mesmo tempo, impor a participação condicionando-a ao benefício, criou uma fragmentação e determinou uma participação por obrigação. Em última instância, representou uma forma de inclusão moral e disciplinarizadora de controlar as integrantes, e delegou às reuniões socioeducativas a construção de um processo participativo, que já continha, em sua gênese, um caráter moral, pois, de forma implícita, apresentava uma concepção de sujeito incapaz de participar e de desejar a participação por vontade própria.

Tal processo encontrava relação no modo como as mulheres se relacionavam no início das reuniões. Marcadas pela vulnerabilidade material e simbólica gestada no interior da condição cotidiana da pobreza, quando indagadas pelo psicólogo Davi acerca do que gostavam de fazer, respondiam-lhe imbuídas da vontade de satisfazer ao representante do Estado. Assim, de forma moral, mostravam-se aptas de corpo e alma, submetidas pelo interesse imaginário de agradar ao outro. Por outro lado, a ação do psicólogo possibilitou uma contraposição e essa relação moral estabelecida como critério do Programa, pois Davi consegue estabelecer uma experiência que se diferencia de uma relação autoritária, obrigatória, seu campo é o de uma ação ético-política no sentido mediar o espaço para que os sujeitos se expressem de diferentes formas, e possam estar aberto à mudanças, sua intervenção expressa sua sensibilidade, que potencializou por exemplo o desejo de Vânia no sentido de suas habilidades que lhe davam prazer.

Muitas coisas foram processadas entre aquele momento e o contexto atual. Encerramos a primeira parte da nossa análise questionando se a sociabilidade que construíram nos encontros, por meio da reunião, havia lhes possibilitado superar a participação por imposição e incorporar novas formas de participação. Hoje, diante de algumas questões

abordadas pelas mulheres, novamente questiona-se isso e constatam-se indícios de que estas reproduzem movimentos semelhantes de submissão. Nesse sentido, identificamos uma tendência regressiva no campo da participação. Quando questionadas se estavam vivendo outras experiências participativas em ações, programas ou políticas, responderam de forma negativa, assim como também afirmaram não terem se reencontrado desde o momento em que o programa foi encerrado.

Evidencia-se que, ao falarem, na atualidade, da contraposição entre dinheiro e amizade, dissociam os motivos que as inseriam inicialmente no grupo, sem revelar uma compreensão crítica da história, cuja mediação era o benefício condicionado à ação socioeducativa. Afirmaram, com ênfase, que estavam ali naquele momento não porque desejavam o retorno do programa, apesar de reconhecerem que ainda precisavam do benefício e problematizaram em relação às dúvidas e informações referentes aos critérios, mas que os motivos que as mobilizava ao reencontro e o desejo de que as reuniões voltassem eram pela amizade. Quando comentaram sobre essa relação, censuraram as pessoas que só iam às reuniões por dinheiro, e destacavam que a “ajuda” é a reunião. Esses indícios, que não foram passíveis de aprofundamento neste material, parecem revelar que as mulheres não superaram os processos que envolveram a participação por imposição, o que não significa que as reuniões não fossem significativas e que a experiência de amizade não tenha sido importante e repercutido sobre a vida pessoal e familiar dos sujeitos. Quando falam da participação nas reuniões, explicitam um discurso moral, alienadas das mediações históricas que as colocam nessa situação de submetidas, controladas e tuteladas, e de como se sentem diante deste contexto. As integrantes que não vão à reunião são vistas como interesseiras em contraposição àquelas que vão à reunião por amizade.

Em relação às especificidades de como lidam com as experiências no campo dos programas, Maria é aquela que mais se movimenta no sentido de buscar se apropriar das informações e buscar resolução, evidenciando, assim, um movimento de expansão. Sobre isso, destaca o que aprendeu no sentido de *“perseverar, lutar e não desistir”*. Mas, ao mesmo tempo em que se movimenta dessa forma, manifesta-a pela ação individualizada, colocando-se como alguém que briga sozinha. Quando insere outras pessoas, refere-se às “mães” que têm medo de falar, e diz que, por isso, briga por elas, movimento que revela uma tendência na qual o coletivo, enquanto corpo político, não foi apropriado por Maria.

No que diz respeito aos serviços, Rosa demonstra passividade quando se refere ao modo como aguarda pelo atendimento para fazer o pânico: [...] *eu tô esperando,*

esperando. Já Cláudia ressalta uma esperança passada e impotente ao projetar no programa uma suposta felicidade, dizendo: [...] e se o programa voltasse eu era feliz.

Quando se referem mais diretamente ao território, associam-no às drogas e à violência. No local em que moram, a praça foi tomada pelos usuários de droga, conforme revela Maria: “ocuparam a praça”. De forma diferenciada das demais, ela busca movimentar-se em direção a outros espaços, para além do território, e o faz de forma individualizada: no intuito de cuidar da família e prover-lhe uma forma de entretenimento, resolve essa questão levando o filho ao Ibirapuera. Por outro lado, quando falam do retorno das reuniões, novamente, a questão do território é colocada como um lugar que não existe para o encontro:

Para nós, nós deveria ter um cantinho, um espaço, lá embaixo. (Maria)

As ações individuais de Maria não resolvem a realidade que viveu e vive em seu território, marcado por relações de violência intensa, que lhe provoca medo e remete às lembranças da época em que conheceu as histórias das amigas no grupo, e que depois, sozinha, andava longos percursos à procura do filho. Temia perdê-lo para os colegas que poderiam iniciá-lo nas drogas e na violência, processo que Vera viveu intensamente com seu filho, quando ela chegou ao grupo, seu filho já havia trilhado pelo caminho da drogadicção e da violência, de tal modo que, tempos depois, perdia de vez o filho.

Vale destacar que a sociabilidade movimentada na experiência anterior é vivida na atualidade como lembranças de significados alegres, marcadas pela experiência no coletivo; porém, não foram expandidas como ações políticas no espaço público no momento atual. Prevalece um tipo de sociabilidade que orienta algumas ações, cuja força responde a vontades e desejos mais particularizados das integrantes.

Quando falam do passado, sobre a relação que tinham com o psicólogo, e quando falam de uma vontade de que as reuniões voltassem, colocam-se atravessadas pelo mesmo tipo de afeto – o da esperança – que as coloca numa condição de impotência. Rosa, uma integrante que desencadeou processos de mudanças pessoais mais contundentes, ao falar da relação com o psicólogo, atribui a este o lugar de detentor do saber, aquele que lhe dizia o que ela devia ou não fazer, sem questioná-lo.

Por que não houve nenhum movimento espontâneo das integrantes de retomar os contatos, ainda que de modo informal, entre aquelas que tinham maior proximidade? Também chama a atenção a baixa adesão ao convite da pesquisadora e o esvaziamento da reunião no segundo encontro da roda de conversa.

Chama a atenção o fato de que, em uma relação de sentimentos alegres, nem mesmo encontros entre pares ou em pequenos grupos tenham sido alimentados pelas integrantes. Que fatores podem estar relacionados a este movimento de retraimento? Um outro aspecto que se destaca é o movimento que repetem na atualidade com a pesquisadora, de forma semelhante ao que faziam com o psicólogo no início do processo, quando tudo era projetado sobre a atuação deste e da estagiária de Serviço Social, delegando a estes, na época, e à pesquisadora, na atualidade, o lugar de “cabeça”, daquele que deve conduzir o processo.

Ainda nessa mesma perspectiva, destaca-se a fala de Rosa ao se lembrar de sua relação com Davi, atribuindo-lhe um poder que orientava seus movimentos na relação em casa: *Porque o que ele me falava aqui em casa eu colocava em prática. Eu era muito nervosa em casa, aí tudo que ele me falava aqui, é assim, é assim, faz isso, faz aquilo, aí tudo que ele me falava eu colocava em prática.* Nesse sentido, a fala das mulheres, ao esperarem por um “cabeça”, reproduz a dinâmica passada, no momento em que chegaram às reuniões, evidenciando, assim, que os sentimentos de submissão que explicitavam quando participavam dessas reuniões não foram superados.

Conforme a discussão sobre paixões e ações em Espinosa, dependendo da forma como o sujeito afeta e é afetado nos encontros, podemos ter experiências de paixão que se transformam em ações. Esta situação relaciona-se à compreensão das causas daquilo que nos afeta, e que produz em nós expansão ou retração do corpo e da alma. Tornamo-nos causa adequada das nossas afecções quando conhecemos e compreendemos as causas daquilo que nos afeta. Nesse sentido, as paixões vividas na reunião não se transformaram em ações, e o prazer de participar ficou como uma experiência do passado organizada fora do campo de ação das integrantes, sentida como ajuda, não configurando-se em potência de ação. Trata-se de uma experiência que não foi incorporada como autodeterminação, pois indica que não superaram a imposição participativa apresentada na gênese histórica do programa, e o prazer vivido nos encontros parece estar a serviço de criar condições de proteção e segurança às mulheres. Sawaia (2001, p.126), ao discutir a participação como potência de ação afirma que “eleger a participação como alvo da práxis participativa equivale a adotar como objetivo o fortalecimento do sujeito em perseverar na luta contra a escravidão”.

Discutiremos, a seguir, questões específicas configuradas pelo espaço de reuniões e conectadas na relação passado/presente, consideradas importantes para a compreensão do que estamos analisando e do que analisaremos adiante.

As reuniões aparecem com destaque central, constituindo o lócus que materializou os encontros das participantes nas falas das integrantes, espaço de calor, lugar de mediação que

implicou em uma experiência diferenciada e que envolveu mutualidade, reciprocidade e comunicação. O diferencial inicial da reunião é a experiência da intimidade e confiança desenvolvida pela convivência entre as integrantes. A convivência assume dois significados associados: o de amizade e o de ajuda. Um aspecto a se destacar é que a amizade é o que nomeia as integrantes pela denominação do grupo e que implica na história vivida no desenrolar das reuniões. A amizade como ajuda foi contenção para Cláudia e expansão para Rosa; para Cláudia, impediu que ela piorasse sua condição. Uma outra dimensão que aparece associada ao significado ‘amizade’ é a família. “*Amiga como uma irmã*” é a expressão utilizada por Rosa para referir-se a Maria. Ao aprender experiências de convivência com o grupo, Maria replicou-as com seus filhos.

Os sentidos revelados no subtexto das falas expressam que os motivos são distintos e vão sendo catalisados à explicitação, favorecidos pela convivência. Este movimento revela-se semelhante para cada uma delas; no entanto, se diferencia no modo como os encontros vão afetando os sujeitos e como estes são afetados pelos encontros. O que possibilita a explicitação dos motivos, como movimento, idéia e sentimento, são os afetos que vão transformando o corpo como apetite e a alma como desejo, e ampliando a capacidade de agir, de se movimentar e de pensar desse corpo, potencializando, assim, que as integrantes se relacionem afetando e sendo afetadas para o aparecimento de novos motivos.

Mesmo se voltarmos ao passado e analisarmos a história de Vânia, verificamos que ela foi uma integrante que realizou rupturas com sua família de origem e esta foi uma mudança significativa empreendida em sua vida. Vânia empreendeu movimentos a partir do que experimentou nas reuniões, constituiu um espaço próprio no qual buscava estabelecer com as colegas relações de reciprocidade ao levar seus conhecimentos, e ao mesmo tempo realizar coisas que lhe dava prazer. Mas ao mesmo tempo, o rompimento com a família não significou romper com a necessidade de família. Os motivos que mobilizaram Vânia a falar no grupo sobre o seu sofrimento, assim como desencadear mudanças nas relações em família, estão relacionados a sua filha e a impossibilidade de Vânia ter a liberdade para assumir a maternidade. É então pelo motivo da maternidade que Vânia se movimenta no grupo. Segundo ela, na época era a maternidade que dava sentido em sua história e era a impossibilidade do exercício desta em seu núcleo familiar original que a fazia impotente, posteriormente no fim dos grupos, reconheceu-se como uma pessoa que ficou mais sábia e com mais força para agir, sentido que expressa o desenvolvimento da potência de ação agindo sobre Vânia; a sabedoria que desenvolveu encontra relação no fato de que passou a conhecer as causas do seu padecimento orientando o seu agir e se apropriando dos afetos que

faziam-na com vontade de estar em outros espaços e ao mesmo tempo assumir o seu desejo pela ação de ser mãe, dessa forma passou a se impor frente aos familiares e assumiu finalmente a filha .

Na história de Rosa, os motivos de querer estar no mundo estavam cristalizados e embotados, pela sociabilidade vivida, como isolamento e medo. Rosa temia encontrar-se com outro mundo, mas, pela relação de amizade estabelecida, perdeu o medo e se encontrou com as causas daquilo que a afetava. A mudança do estado passivo, vivido como medo, para um estado de estar com as amigas e o psicólogo foi sendo uma importante mediação para conhecer seus desejos. Mudou aspectos de sua sexualidade, sobre os quais ela não falou no presente, mas eram uma das questões que a movimentavam no grupo. O desbloqueio do corpo reprimido, a que ela, na época, referia-se como se sentir mais relaxada, parece ter configurado novos pensamentos. Ao falar disso hoje, afirma que se lançou à vida e foi movimentando outros motivos. Sobre isso, fala: *ai depois eu me entreguei...* Nesse sentido, entregou-se aos múltiplos sentidos que foi estabelecendo nas relações. Este processo é repercutido na sua história pessoal, sendo atualizado na vida hoje. Assim, reconhece-se como uma pessoa que direciona as suas relações, que tem vontade, que não se deixa mais humilhar. Verifica-se, na sua fala, que houve um desbloqueio: em lugar do medo, a vontade.

Dessa forma, os motivos relacionam-se, segundo Vygotsky (1998), aos desejos e necessidades; constituem-se na amálgama do movimento do pensamento e da vontade. Compreender as causas daquilo que nos faz movimentar em uma direção ou outra e a forma como este movimento ressoa como sentimento e emoção nos fortalece enquanto ser. Nesse sentido, Rosa, ao se apropriar dos seus desejos na relação que estabelece com as amigas, provoca e desencadeia movimentos em sua vida pessoal.

Na história de Maria, os motivos relacionavam-se à família. Ter com quem conversar sobre a família foi o que movimentou Maria aos encontros – *porque nós aqui era uma família* – condição que ela reatualiza no presente ao falar do que foi a experiência das reuniões para ela: *A família, né, é aqui, isso tudo saiu da onde? Daqui, do nosso grupo fortalecendo a família.* Este processo é vivido intensamente por ela, que assume um papel de referência no grupo: mais do que ser ajudada, passa a ser alguém que cuida dos filhos e do grupo, que conversa, que tem uma palavra amiga, que dá um conselho, que assume a “maternidade” do grupo e que direciona o grupo em determinadas circunstâncias. Maria vive tal processo como renúncia, como um esquecer-se de si mesma para voltar-se ao outro: [...] *esqueci de mim pra ajudar as minhas amigas, mas não esqueci dos meus filhos.* A experiência de cuidar da família é algo de extrema importância na vida de Maria, hoje.

Em relação a Cláudia, seus motivos são suas dores, situação que ela cristalizou no passado, ao viver momentos de significativo acolhimento; porém, tais momentos não possibilitaram o desdobramento em novos motivos. A relação no grupo é a mediação de um lugar no qual deposita sua dor, sem se apropriar das causas que a faziam sentir tantas dores. Cláudia destaca que o colo que recebeu do grupo proporcionou um calor que a potencializou nos momentos mais difíceis, processo que a impediu de “fazer uma besteira”. A experiência que identifica é algo que ficou cristalizado no passado, um calor que não foi mantido em seus pensamentos, uma paixão que não se configurou em ação no presente. Relata, ao lembrar do passado e falar de seus sentimentos, a passagem de um estado passivo, de aborrecimento e de sofrimento, a outros mais ativos de alegria, que a potencializavam na medida em que compartilhava com a amiga Maria bons encontros, movimentados por paixões alegres de contentamento e de riso e que orientavam-na ao diálogo com a filha. Entretanto, quando reflete sobre as mudanças na atualidade, revela-se como alguém que não modificou a relação com a filha, que não compreendeu os motivos geradores dos sentimentos difíceis e, portanto, não se apropriou dessa relação de forma a mudar os sentimentos e a sua forma de agir. Quando questionada sobre as mudanças na vida atual na relação com a filha e como viviam na experiência passada, Cláudia identifica uma mudança, mas remete-a ao passado, ao tempo do instante em que saía das reuniões e ia conviver com a filha. Ao falar desse processo no hoje, revela que as mudanças no comportamento da filha ocorreram em virtude do namoro e não do relacionamento que, na época, conseguiram modificar. Cláudia expressa, portanto, uma lembrança passiva de alguém que recebia o conselho do grupo e que repassava à filha. Sobre isso, coloca-se como alguém que reproduzia sem maiores reflexões o que vivia com a experiência: *Não, por que já cinco anos que terminou! Mas eu passava um conselho, sim, que o grupo me dava, tipo como mãe, como mãe de família, como eu tratava minha filha.*

O motivo que passa a movimentar a relação de Letícia no grupo também era de ordem familiar: ela sofria com o medo do fracasso na educação da filha, temia ser cobrada pelos vizinhos e pelas integrantes do grupo sobre o que poderiam pensar dela.

Em relação a isso, comenta, expressando pensamentos que revelam sentimentos de medo e que bloqueavam a possibilidade de se relacionar e falar: *Pôxa, fulano não soube educar a filha, olha lá a situação que tá.* Tal aspecto, ao ser trabalhado no grupo, modificou-se em sua vida, transformando o sentimento de vergonha associado ao medo do fracasso. Na medida em que percebeu que outras integrantes também viviam situações difíceis, passou a falar do vivido e superou a forma passiva com que se relacionava com a situação.

Dessa forma, verifica-se que a experiência das reuniões representou algumas mudanças individuais no sentido de superação de sentimentos: como não sentir mais vergonha de falar, não se deixar humilhar, enfrentar as situações, ir atrás daquilo que se pretende, sentir-se com ânimo para lutar e sensibilizar-se com o sofrimento do outro. Por outro lado, evidencia-se uma tendência à regressão quanto à possibilidade de as integrantes ocuparem outros espaços e se relacionarem de outras formas com o território em que vivem, e ampliarem as relações com outros grupos. Quanto a este último aspecto, destaca-se que o grupo familiar aparece como o lugar em que essas mudanças encontraram maior expressão.

A sociabilidade é identificada como algo que ajudou a relação familiar. Alguns aspectos aparecem relacionados como significado inicial da família, tais como o medo do fracasso na relação familiar. As reuniões constituíram-se como um apoio, um porto seguro, uma ajuda, e parecem reforçar, assim, “a solução familiar” a que Campos e Miotto (2003) se referem como elemento central da proteção social.

Quando falam da influência que as reuniões exerceram em suas vidas, revelam uma experiência de aprendizagem que possibilitou desenvolver aspectos de sociabilidade e que foram incorporadas às relações da “mãe” e levadas para o âmbito do grupo familiar. Esta se tornou mais hábil, no sentido de conversar, de ter paciência, de aprender a enfrentar os problemas, de ficar mais calma, meiga e de ter amizade. Maria é a integrante que mais representa este processo: ela aprendeu estratégias com as reuniões que foram adotadas com os filhos, respondendo com ações aquilo que constata pela realidade que vive, ou seja, os filhos só poderão ser alguma coisa dado o investimento familiar, que significa, para ela, o investimento da mãe.

A fala de Cláudia, no momento em que comenta sobre a fragilidade que vivia, denuncia o fato de não ter com quem contar, a não ser com seus próprios recursos, reafirmando, assim, as análises de Pacheco (2005) ao estudar o cotidiano das famílias pobres no Rio de Janeiro.

A autora afirma que “a sobrevivência dos pobres se ancora muito mais nas energias e nos recursos pessoais que conseguem mobilizar e nas estratégias que cada um é capaz de desenvolver do que nos recursos disponibilizados pelo Estado” (Ibid., p. 56).

Nesse sentido, em relação à falta de apoio vivida no cotidiano das integrantes, a experiência de grupo parece ter funcionado como um porto seguro, no sentido de fortalecê-las para potencializarem seus próprios recursos em lidar com as mazelas. No caso de Cláudia, esta comenta que, quando vivia dificuldades com a filha, recorreu aos serviços locais que conhecia, sem, no entanto, ter êxito, mas encontrou no grupo apoio para desabafar os

problemas familiares e sua filha continuou, na ocasião, a contar apenas com seu apoio. Na mesma direção, no sentido de assumir a educação como sendo algo que pertence à família, Maria também fala da realidade de não ter com quem contar: *Hoje a nossa educação, a educação não é lá de fora, do governo, é nossa! É dentro de casa que sai.*

Maria comenta sobre a atualidade e de que as condições da educação pioraram, destacando que os filhos “estão sendo eliminados da escola” e que passou, por essa razão, a assumir maiores responsabilidades para garantir que o filho consiga concluir os estudos. Nesse sentido, afirma que não o faz apenas para si mesma, mas diz brigar pelas mães que têm medo. Também na relação com o filho, no que concerne ao medo do envolvimento deste com as turmas do território, Maria torna-se uma estrategista, aprendizado que afirma ter desenvolvido com o grupo. Ela se utiliza de todas as forças e energias para tentar proteger o filho, evidenciando o que Gonçalves (2005) discute ao falar que a regulação da cultura nas sociedades em que o Estado não se faz presente se realiza pela mediação do doméstico, da casa e da família, entendendo a família, aqui, representada pela mãe: *Dentro da casa nossa, tem que ter diálogo entre pai e filhos, muito diálogo, se não tiver ele vira um marginal aí fora.*

Em relação à questão de gênero, evidencia-se, no diálogo que Maria estabelece com Cláudia, a reprodução da hierarquização dos papéis segundo os quais o homem exerce o poder no interior das relações e à mulher cabe a responsabilidade de cuidar do grupo e exercer o trabalho doméstico, que se revela por “aquilo que sobra”. A mulher, para Maria, é significada como mãe, aquela que tem responsabilidade total pelo filho, enquanto o pai é aquele que fornece ajuda, ficando a critério de sua masculinidade o exercício de sua responsabilidade com o filho.

No relato de Maria, evidencia-se, também, que as mudanças no interior da família e o sucesso que teve com os filhos resultam agora em um retorno destes em relação à Maria e ao seu filho mais novo. A filha de Maria é quem assume as responsabilidades materiais e de proteção do grupo, indicando a reprodução dos papéis de gênero no interior das relações familiares, no qual a mulher é quem assume a responsabilidade pelos membros, e indicando, assim, uma lógica do familismo, na medida em que a proteção social se faz pela apropriação dos cuidados e segurança no interior da própria família.

Um outro aspecto que merece destaque refere-se as repercussões dessa experiência na vida do profissional de psicologia na atualidade. A forma como Davi foi afetado por essa experiência, revela a ocorrência de muita mudanças, tanto no sentido de como se aproximou dessa realidade social, até então desconhecida para ele, quanto pelo fato de que, passou a

compreender a importância do seu papel nessa relação . Processo que o levou a fazer rupturas com o referencial teórico da psicanálise de grupo francesa que adotava em sua prática profissional , e buscar um diálogo com outra base teórica mais próxima de uma psicologia latinoamericana, capaz de mediar e responder as inquietações experimentadas por este processo vivido por Davi. Sobre isso comenta:

“o grande ganho foi poder botar a mão na massa, diretamente , porque eu já estudava, trabalhava com grupo mas poder ter um acompanhamento de quinze meses mais ou menos ou um pouco menos de quinze meses com o mesmo grupo[...] Então isso foi legal, porque eu achei foi uma maneira de viver, de praticar uma psicologia latino-americana mesmo, a partir da nossa formação, que é uma formação eminentemente européia e americana”.

Davi enfatiza como significativo para seu desenvolvimento profissional a oportunidade criada pelo Programa ao aproximar as áreas de psicologia e serviço social, processo que avalia como uma experiência interdisciplinar rica, de simbiose que agregou muito para sua vida pessoal

“ [...]também achei muito rico, foi a questão da interdisciplinariedade, que de certa forma virou uma transdisciplinariedade porque não foi só o conjunto entre o que o assistente social acumulou e o que o psicólogo acumulou trabalhando juntos, se somando mais, eu acho que foi de certa forma uma simbiose entre os dois profissionais. Uma simbiose na qual, a gente tentou consolidar um conhecimento diferente. De certa forma, creio que a gente consolidou mais, esse conhecimento que a gente produziu não, não foi um conhecimento produzido institucional, acho que foi um conhecimento mais molecular, acho que os técnicos ganharam mais com isso, eles aprenderam mais do que apareceu no material final.”

As reuniões proporcionam assim aos integrantes bons encontros, promotores de paixões alegres e de aprendizagens que desencadearam mudanças individuais, inclusive no profissional . Trata-se de mudanças que potencializaram para ações, e fortaleceram algumas integrantes no trato com a família, mas que não significaram espaços promotores de autodeterminação. Isso indica que os encontros parecem ter, sobretudo, possibilitado uma forma de proteger-se contra a dissociação construída pelos sofrimentos individuais vividos no cotidiano e pela fragmentação da participação ocasionada pela condição da impessoalidade e massificação. A reunião, nesse sentido, é vista como ajuda, algo que possibilitou um acolhimento terapêutico, que trabalhou com as paixões, potencializando as alegres, enfraquecendo as tristes, mas que, no entanto, não superou o âmbito da intimidade para provocá-los à experiência pública.

Considerações Finais

A pesquisadora constata por meio desta tese que os integrantes do grupo não conseguiram realizar saltos qualitativos que distanciassem do individualismo, atribuindo aos técnicos o papel da organização destes, enquanto sujeitos históricos, ou seja, colocaram-se como subordinados do processo;

O Programa Renda Cidadã/ Fortalecendo a Família, expressão concreta da relação entre Estado-sociedade civil, desenvolveu ações programáticas voltada às situações de miséria e pobreza, naturalizando as relações, suprimindo as contradições e inserindo propostas pontuais que não possibilitaram interferir dialeticamente com a totalidade social.

Tratam-se de ações que se realizam à margem de princípios elementares do desenvolvimento da cidadania, dentre os quais vale destacar: a universalização, na qual a política deve voltar-se a todos; a finalidade que envolve os sujeitos como o objetivo último da política e, a participação, que possa incorporar a dinâmica e o movimento do ser de desejo, vontades e necessidades.

Em relação a participação, enfatiza-se que a mesma deve contemplar o sujeito possibilitando que este interfira na política e altere-a de acordo com as determinações e especificidades dos coletivos, na direção de desenvolver uma força dos corpos políticos, contrapostos ao desejo de apenas um; força que é a ação da multidão, conforme Espinosa (2005), e que envolvem os sujeitos em um movimento coletivo para mudarem totalidades e desenvolverem a história.

A experiência revelou a descontinuidade no tempo/espaço. O sujeito histórico elemento que deve orientar a finalidade da ação política, torna-se meio dos programas sociais, caracterizando pela descontinuidade, focalização e desarticulação em relação a outros programas. Constata-se que os significados de ajuda que os integrantes atribuem ao Programa e às reuniões revelam a não incorporação da noção de direito e uma fragilidade quanto a apropriação destes como sujeitos históricos, pois compartilham problemas imediatos do âmbito privado.

Diante da estrutura de fragmentações e descontinuidades do Programa, os integrantes não desenvolveram uma compreensão de seu lugar histórico nesta relação, permaneceram sofrendo elementos cotidianos da particularidade humana, processo que evidencia uma aprendizagem histórica frágil no que tange à expansão ao público e às necessidades do coletivo.

Voltados para o imediato, campo do privado, as integrantes desenvolveram experiências nas reuniões que proporcionaram proteção, segurança, reciprocidade e intimidade, elementos fundamentais para a apropriação do campo da ação política no que configura a concepção do ser de desejos e necessidades, mas não suficientes para o desenvolvimento em direção ao movimento da autonomia, voltada ao espírito público. Por outro lado, dimensões como proteção e segurança, exercitadas nos encontros, deveriam também ser a expressão da política social do Estado. Processo distante da realidade que vivem as integrantes, sujeitos da pesquisa.

O grupo familiar fortaleceu-se por meio da participação nas reuniões socioeducativas. Este resultado indica que o espaço atingiu seu objetivo no que tange a delegar à família a responsabilidade por proteção e segurança. Entretanto podemos identificar que as integrantes ao falarem de como sentem-se na atualidade em relação às políticas e programas sociais reproduzem o sofrimento ético-político sentido no momento em que chegaram no Programa e revelam uma impotência em construir significados e ações potencializadoras nos coletivos. Tal processo está relacionado ao fato de que a dimensão da vulnerabilidade particularizada não foi superada.

Aquilo que causa as mulheres no sentido das suas dificuldades e as fragilizam enquanto isoladas pelo sofrimento, precisa ser ressignificado mediante a compreensão de suas histórias cotidianas imediatas cuja gênese é desenvolvida socialmente, portanto na dimensão coletiva. Nessa perspectiva, perpetuam-se formas de sentir tais como: desqualificação, indiferença e massificação, revelando assim sentimentos dissociados e à margem do sentido público e histórico que os organiza. Algo que se refere somente às suas vidas privadas e a sua responsabilidade individual.

De forma unânime as integrantes na atualidade significam tanto as reuniões quanto os programas como ajuda, e perpetuam o movimento de espera como um vir a ser, independente de suas ações e vontades, a medida em que não conheceram a causa de seus sentimentos, enfraquecem a orientação de seus desejos, e revelam um sentir mediado pela passividade e impotência .

Mesmo o espaço – reuniões- terem sido instâncias, de favorecimento de encontros das participantes com suas problemáticas , objetivas/subjetivas, cotidianas, constatamos elementos significativos das fragilidades das integrantes, evidenciando a necessidade de diversificar ações para responder à demandas apresentadas no processo.

Uma outra especificidade que marca o PFF é o foco na família direcionado à mulher, a medida em que estabelece preferencialmente esta como responsável pelo recebimento do benefício e pela participação nas reuniões . Esta assume um lugar de protagonista de responsabilidades, figura cêntrica, alvo estrategicamente escolhido pelo Estado e sustentado nas diferentes etapas da viabilização das Políticas e Programas. Espera-se desta que seja “parceira” na segurança , cuidado e proteção de seus membros. Nessa perspectiva, trata-se não da mulher em suas múltiplas manifestações, mas dirige e restringe o papel desta para o fortalecimento da sua condição dentro da família, no espaço da casa e no exercício da maternidade. Reproduzindo a materialidade da família enquanto célula responsável , principalmente em garantir o equilíbrio da força de trabalho no mercado.

Ao estabelecer o foco na família sob a perspectiva da responsabilidade do representante, o programa estreita e segmenta o campo de possibilidades de demandas, especificidades e de experiências, pois as demandas que passam a emergir nos grupos já configuram um recorte e um direcionamento de necessidades, que empobrece o campo de mediações necessário ao desenvolvimento da práxis, no sentido da diversidade das mediações que poderiam provocar a possibilidade da diversidade presente em diferentes determinações dos integrantes. Defende-se nesse sentido que, as intervenções possam organizar-se instigadas pelas dinâmicas dos territórios e não exclusivamente pelas dinâmicas de determinados grupos com suas especificidades de realidade, tipificando e fragmentando os sujeitos por idade, número de filhos, fragilidades entre outras tipificações. Se considerarmos a família para além do arranjo tradicional enquanto um modelo, podemos entender que todos os integrantes de um determinado território são famílias, independente dos tipos de arranjos ou de situação vividas , ainda que sejam pessoas sós.

Dessa forma enfatizamos o trabalho com todas as famílias de uma determinada localidade , a partir de demandas e desejos que possam ser representativos da maioria e não por um tipo de perfil dos grupos .

A inexistência do PFF enquanto parte constitutiva de uma política social implicou , como ocorre em outros programas, desenvolvidos pelo Estado de direito , a criação e uma falsa compreensão e efetivação do conceito de participação . Constatamos que em todo processo os integrantes do grupo , expressaram e desenvolveram em sua ações uma forma de participação obrigatória , condicionada ao benefício, trata-se de uma experiência que estabelece uma tutela e uma impossibilidade de confiar nas potencialidades dos sujeitos e no seu desejo de participação, processo que reafirma uma inclusão pela incapacidade do sujeito de desejar por si mesmo.

No entanto, a equipe técnica mostrou por meio das mediações desenvolvidas e efetivadas durante a existência do grupo, a possibilidade de criar espaços com calor , diferenciados no sentido de modos de reciprocidade e de paixões alegres que criaram um campo diferenciado em relação à participação obrigatória, ao estimular os integrantes a se implicarem enquanto sujeitos, e que possibilitou mudanças no campo de valores individuais e familiares , mas que não permitiram um rompimento com a estrutura da vida cotidiana pois não alterou o campo de sociabilidade .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BAIERL, L. *Crerios e procedimentos a serem realizados*. Documento de 9 de dezembro de 2002. Equipe de metodologia do PFF, São Paulo, SP.
- BATISTA, A. Aparecido. *A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 1990*. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Paulo: Pólis, 1998. (Publicações Pólis, 30).
- BEJARANO, S . R. Programas de Renda Mínima: a experiência de Campinas. In: BAVA, S. C. (Org.) *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo: Pólis, 1998. (Publicações Pólis, 30).
- BELFIORE, M . W. *Desafios da gestão social pública – Monitoramento e avaliação de programas de transferência de renda: subsídios teórico-metodológicos*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 2003.
- BOSI , E . *Memória e sociedade . Lembranças de velhos*. São Paulo, Queroz/Edusp .1987.
_____ *O tempo vivo da memória : ensaios de psicologia social* . São Paulo : Ateliê Editorial , 2003.
- BRANDÃO Israel. Material exame de qualificação de tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 2008.
- CAMARGO, J. M. Pobreza e garantia de renda mínima. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de dezembro de 1991.
- CAMPOS ,M.S.;MIOTO,R.C.T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira . *Ser Social*. Brasília : UnB, jan./jun.2003,n.12.

- CAMPOS, M. S. Família e Proteção Social Alcances e Limites. (2008) material mimeo.
- _____ et al. Metodologia de trabalho socioeducativo com famílias em programas de transferência de renda. Equipe de metodologia do PFF, São Paulo, SP. In: WANDERLEY, Mariangela. Belfiore.; OLIVEIRA, Isaura Isoldi. de M. C. *Trabalho com famílias*, vol. 2. São Paulo: IEE, 2004.
- CANEVACCI, M.. *Dialética da família*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARVALHO, M.C.B.(org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- _____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CASTEL, R. As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. *Convite a Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- _____. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- COIMBRA; LEITAO. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. acesso em 10/05/2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório do Centro de Referência em Políticas Públicas. CREPOP, 2007.
- COSTA, J. F C. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- CROCHIK, J. L. A resistência e o conformismo da mônada psicológica. *Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 2, jul./dez. 2001.
- DELEUZE, G 2002. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DIAGONAL URBANA e SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PMSP: Relatório Analítico – Renda Cidadã, São Paulo, jul.a nov.2002.

- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- FERNANDES, R. C. *Privado Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - Civicus, 1994.
- FERREIRA M, L. R. *Uma suprema alegria: escritos sobre Espinosa*. Quarteto Editora; Coimbra, 2003.
- FONSECA, A. M. M. *Família e política de Renda Mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- GOHN, M. G. *Mídia, Terceiro Setor e MST - Impactos sobre o Futuro das Cidades e do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÓIS, W.L.G. Psicologia Comunitária. In SILVA, M.F.S. e AQUINO, C.A.B. (orgs.) *Psicologia Social: Desdobramentos e Aplicações*. São Paulo: Escritura Editora, 2004. (Coleção Ensaio Transversais).
- GONÇALVES, H S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo soc.* [online]. 2005, vol. 17, no. 2 [citado 2008-11-22], pp. 207-219. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>.
- GONÇALVES, M.G.M. Psicologia Sócio-histórica e Políticas Públicas a dimensão subjetiva de fenômenos sociais. Doutorado em Psicologia Social . PUC- São Paulo , 2003.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HELLER, A. Teoría de Los Sentimientos. Trad: Francisco Cusó, tercera edición. Editorial Fontamara, S.A., Barcelona: Espanha, 1985.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Família. In: *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. O conceito de esclarecimento. In: *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

IBGE. PNAD 2007 Primeiras Análises, Demografia e Gênero. Volume 3. Brasília, outubro de 2008.

IEE/PUC-SP. Relatório final de avaliação: Programa Fortalecendo a Família de Monitoramento. Equipe de Monitoramento. São Paulo. Abril de 2004.

JUNQUEIRA, L.; PROENÇA, N. G. Políticas públicas de atenção à família. In: ACOSTA, A. R. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

LANE, T. M. S. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LASCH, C. *Refúgio num sem coração*. A família, santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. L.1, v.1-2.

_____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELLO, S. L. Família, perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

MESTRINER, M.L. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MINAYO, C e SANCHES O. Quantitativo-Qualitativo : Oposição ou complementariedade? In: Cadernos de Saúde Pública, volume 9 – número 3, p.239-247. julho/setembro 1993.

MIOTO, R. C. T. *Novas propostas e velhos princípios*: subsídios para discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. Montevideo, Uruguay: Fronteras, 2001.

_____. T. Família e Políticas sociais. IN: BOSCHETTI, I... *Política Social no Capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotski*. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. Subjetividade, sujeito e atividade criadora: questões para a formação continuada de educadores(as) na abordagem sócio-histórica. In: DA ROS, S. R.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. (Orgs.). *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação*: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*: crítica ao padrão emergente de intervenção. São Paulo : Cortez, 2002.

NAMURA, M. R. (Orgs.). *Dialética exclusão/inclusão*: reflexões metodológicas e relatos de pesquisa na perspectiva da Psicologia Crítica. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

NETO, J.P. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. In: Cadernos ABES -Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social n:3. A metodologia no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1989.

NEWMAN, F.; HOLZMAN, L. *Lev Vygotsky, cientista revolucionário*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PACHECO, A.L. B. Mulheres Pobres e chefes de família . Doutorado em Psicossociologia de comunidades e ecologia social , Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, EICOS, Instituto de Psicologia , Centro de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PPF/SP/SP. Relatório gerencial do módulo Campo Limpo . Elaborados pela gerente regional e assistente técnico . São Paulo, nov.2003.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: CODO, W.; LANE, S. *Psicologia social: o homem em movimento*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIBEIRO, R. M. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo*. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

RIZZINI, I Crianças, adolescentes e suas bases familiares : tendências e preocupações globais In: RIZZINI, I e SOUSA S.M.G (coord.). *Desenhos de Família: criando os filhos : a família goianense e os elos parentais*. Goiânia : Cãnone Editorial,2001.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SADER, E. *Quando os Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS M. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo , 2000.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. *Inovações em gestão social: Programa Renda Cidadã e Projeto Agente Jovem*. São Paulo, 200?.

SARTI, C. A. Família e individualidade, um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SAWAIA, B. B. Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O calor do lugar : segregação urbana e identidade . São Paulo em Perspectiva . Revista da Fundação SEADE , n.2 , p 20-24 , 1995.

_____. A temporalidade do ‘agora cotidiano’ na análise da identidade territorial . Margem , n.5 São Paulo , EDUC,1996

_____. O ofício da Psicologia Social à luz da idéia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, A. et al. *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.

_____. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da Exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Por que Investigo a Afetividade?* Texto apresentado para concurso de promoção de carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUC/SP, Março de 2000.

_____. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

_____. Fome de felicidade. In: *Muitos lugares para aprender*. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC, São Paulo/UNICEF, 2003.

_____. *A emoção como locus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. Conferência realizada na III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. UNICAMP, São Paulo, 2000. Disponível em: <www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>. Acesso em: 16/08/2007.

_____. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética , imaginação e constituição do sujeito. In: DA ROS, S. R.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. (Orgs.).

Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

SEQUEIRA, V.C. Família: uma crítica ao discurso técnico sobre a família desestruturada. In: NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS DO COTIDIANO. Introdução à Psicologia do Cotidiano. São Paulo: Editora: Expressão e Arte, 2007. .

SEVE, L. *Marxismo e a teoria da personalidade.* Lisboa: Livros Horizontes, 1979.

SILVA E SILVA, M. O. *Renda mínima e reestruturação produtiva.* São Paulo: Cortez, 1997. _____; YAZBEK, M.C. e GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI : a prevalência dos programas de transferência de renda.* São Paulo, Cortez , 2004

SPINOZA, B. Tratado de Reforma do Entendimento. Lisboa: Edições 70, 1987. _____ *Ética Demonstrada a maneira dos geômetras .* São Paulo: Martin Claret , 2005.

STEIN, R. H. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América latina : focalização e condicionalidade . IN: BOSCHETTI ,I... . *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas* São Paulo: Cortez , 2008.

SUPLICY, E. M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta.* 2. ed. revista. São Paulo: Cortez; Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELLES, V. S. *Pobreza e cidadania.* São Paulo: Editora 34, 2001. _____ . No fio da navalha: entre carências e direitos. In: BAVA, S. C. et al. (Orgs.) *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades.* São Paulo: Pólis, 1998. (Publicações Pólis, 30).

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1984. _____ . *La imaginación y la arte em la infância: ensayo psicológico.* Madrid: Akal, 1990.

_____. *Pensamento e Linguagem.* São Paulo: Martins Fontes, 1998

_____. *Teoria e método em Psicologia.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *O desenvolvimento Psicológico na Infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1ª. ed 1998, 3ª tiragem 2003.

WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

ANEXOS

Carta convite encaminhada aos integrantes do grupo

São Paulo, 23 de Junho de 2008

Prezada _____

Meu nome é Rejane Teixeira Coelho , sou psicóloga e estou pesquisando a participação das pessoas em grupos sócio-educativos no Programa Fortalecendo a Família .

Eu trabalhei no Programa Fortalecendo a Família , no anos de 2002 e 2003. O objetivo de lhe enviar esta carta é para convidá-la para participar de uma conversa comigo. Estou fazendo uma pesquisa , para saber como estão as pessoas que freqüentavam as reuniões coordenadas pela PUC .

Você participava das reuniões na casa de Cultura do Jardim São Luiz , que eram coordenadas pelo psicólogo Domênico. Já se passaram 5 anos do Programa Fortalecendo a Família , as reuniões foram encerradas em 2003. E depois de todo esse tempo, eu gostaria de estar conversando com você e com o grupo, Amigas Cidadãs , para saber como estão todas vocês, o que aconteceu daquela época até agora.

Todas as pessoas que eram do grupo estarão recebendo uma carta como esta e eu estou agendando um encontro para este sábado na Casa de Cultura São Luiz às 14:00.

Caso você não possa ir, gostaria que você me escrevesse de volta contando como você está ,como vai a sua vida , as lembranças que você têm daquela época, ou me ligasse no telefone : 55849034.

Gostaria muito de poder conversar pessoalmente com você , se você quiser lembrar um pouco daquela época, trocar idéia e conversar, venha me encontrar, lhe aguardo no próximo sábado, dia 28 às 14:00 na Casa de Cultura do Jardim São Luiz. Atenciosamente

Rejane Teixeira Coelho.

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA

O presente trabalho, denominado: Participação no Programa Fortalecendo a Família: Uma análise psicossocial sobre as repercussões do trabalho socioeducativo após 5 anos da realização da sua intervenção, se propõe a conhecer os impactos do programa Fortalecendo a Família, nos sujeitos que participaram da sua intervenção. Os dados para o estudo serão coletados através da realização de entrevistas com participantes do Programa. As entrevistas serão realizadas pela pesquisadora responsável em local a ser sugerido pelo sujeito. Este material será posteriormente analisado, garantindo-se sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Aos participantes cabe o direito de retirar-se do estudo em qualquer momento, sem prejuízo algum.

Os dados coletados serão utilizados na tese de doutorado da psicóloga Rejane Teixeira Coelho, aluna do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

.....
nome e assinatura do pesquisador

.....
nome e assinatura do orientador
Instituição
telefone para contato

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o(a) senhor(a) _____, sujeito de pesquisa, após leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DA PESQUISA, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o sujeito de pesquisa ou seu representante legal podem, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo,..... dede.....

Assinatura do sujeito ou seu representante legal

1. As reuniões fizeram alguma diferença na sua vida?
 - SIM
 - Para você mesma? O que?
 - Para sua família? O que?
 - Para sua convivência com este grupo? O que?
 - NÃO.O que você gostaria que mudasse?

2. As reuniões contribuíram para você:
 - Obter informações sobre
 - Exigir os seus direitos, como:
 - Utilizar os serviços oferecidos na região, como:
 - Atuar em movimentos e organizações comunitárias, conselhos, entidades religiosas e outros.

3. O dinheiro do Programa Renda Cidadã contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da sua família? Como?

Anexo - Quadro de fontes utilizadas nas análises dos dados

Etapa	Fonte consultada
A história de formação dos grupos na região do campo limpo	Relatório Gerencial do Campo Limpo Avaliação do trabalho sócio-educativo
Perfil do Grupo A2	Ficha cadastral dos representantes de família
Procedimento Metodológico com o grupo	Relatórios de reunião elaborado pelo técnico disponibilizado pelo SIGS, Relatório final elaborados pela equipe técnica- Avaliação do trabalho socioeducativo por grupo no período de dezembro de 2003, Relatório Gerencial do Campo Limpo Avaliação do trabalho sócio-educativo
Desencontros e Encontros: o lugar de Vânia no grupo	Entrevista com Vânia, Relatório final elaborados pela equipe técnica- Avaliação do trabalho socioeducativo por grupo no período de dezembro de 2003e
De como Vânia e outras integrantes foram afetadas pelo grupo	Questionário de avaliação dos grupos sobre as reuniões, respondido pelas integrantes do grupo em outubro de 2003 Relatório de avaliação do grupo Amigas Cidadãs, elaborado pelo psicólogo que acompanhou o grupo no período de outubro de 2003.

Anexo – Questionário preenchido pelos integrantes do grupo

No quadro abaixo, com o objetivo de explicitar as informações de cada ficha foram organizadas as respostas relativas à questão 1 do questionário e posteriormente foram elencados alguns significados .

As reuniões fizeram alguma diferença na sua vida?

Sim

Para você mesma, o quê?	Para sua família? O quê?	Para sua convivência com este grupo? O quê?	
Sujeito 1 Esqueço de muitos problemas quando estou nas reuniões	mudou para coisas melhores o comportamento do meu filho	Converso melhor , me desenvolvi mais .	
Sujeito 2 Os debates com as colegas e as perguntas que faço me ajudaram muito tudo que aprendi nas reuniões eu posso passar para outras pessoas	Bem o carinho c/ meus filhos já tinha agora tenho mais tempo e as brigas c/as família pode ter certeza acabaram	Elas são 10 cada uma delas me ensinaram um pouco meu grupo tem tudo para vencer	
Sujeito 3 Mudou tudo, a minha vida foi pra melhor	Depois que eu to passando no (psicólogo) estou tratando a minha família melhor	Muito , porque eu fiz amizades	
Sujeito 4 Sim,ajudou-me muito aprendi o que eu não sabia e tinha minhas dúvidas	Como educar melhor os meus filhos	A minha convivência com o grupo é muito bom.	
Sujeito 5 Mudanças social e também psicológica aprendi a enfrentar o problemas de outra forma	Mudou eu não sei relatar bem é muito importante para a convivência com a família	Aprendi comunicar tipo desabafar com eles e pedir ajuda quando necessario	
Sujeito 6 Eu me sinto bem e fico muito feliz no dia que tem reunião	A convivência com a minha filha eu e ela temos mais diálogo	É legal somos unidas discutimos problemas aprendemos muito juntas	
Sujeito 7 Aprendi muitas coisas	Fortaleceu a minha família	Amizades novas	
Sujeito 8: Fiz amizades, conheci pessoas legais	Ajudou a me comunicar mais com as pessoas e me atualizar	Sim me relaciono com todas	
Sujeito 9: Serviu para nos atualizar e ficar informada das coisas, serve também para sair um pouco da rotina	Mudou sim em relação a vida financeira que nos ajuda muito o pouco que entra , principalmente quem está desempregada	Aprendemos a nos relacionar com as pessoas de nossos grupo e conhecer pessoas diferente.	
Sujeito 10: Eu me divirto muito	Eu estou mais calma com eles principalmente com a minha mãe	Elas são super legais tem algumas que são um pouco(...)mais tudo bem	

Sujeito 11: Sim porque eu passei a ter mais experiência junto com as amigas cidadã	Sim porque a minha família não era unida e eu através reuniões passei a eles o bem que aprendi e passei a eles	Com o grupo eu me sinto muito livre para expor os meus problemas junto com eles	
Sujeito 12: Porque fiquei informada sobre várias coisas que não sabia	Porque o que estou recebendo está sendo usado em benefício da minha família	Gostei muito, conheci pessoas novas e fiz várias amizades	
Sujeito 13: Sim conhecer as pessoas do grupo , fazer amizades	Sim os problemas familiares (brigas) vão melhorando	Não só com o grupo mas com as pessoas de fora também	
Sujeito 14: Sim porque são reuniões onde a gente pode se sentir a vontade para falar abertamente	Para a minha família que é muito boa porque ajuda nas despesas da família	Para a convivência que é maravilhosa porque resolve um problema	

Não

O que você gostaria que mudasse?
Sujeito 1: não gosto do teatro
Sujeito 2: gostaria mais horas na reunião o tempo pouco os assuntos são muito portanto deveria tem mais tempo digo mudasse as horas da reunião umas 3 horas e ainda é pouco
Sujeito 3: Eu queria que os governadores olhasse mais para os pobres
Sujeito 4: no momento para mim está ótimo não precisa mudar nada
Sujeito 5: nada
Sujeito 6: eu gostaria que não mudasse nada em vez de acabar as reuniões , continuasse tudo de novo
Sujeito 7: nada
Sujeito 8: gostaria que as reuniões mudasse , e seria uma vez por mês
Sujeito 9: é que fosse pelo ao menos 1 vez por mês , as reuniões
Sujeito 10: o dia das reuniões porque eu trabalho e não da para mim vir em todas as reuniões
Sujeito 11: o dia , porque na semana trabalho e fica muito difícil eu chegar para as reuniões , no mais está muito bom
sujeito 12: pra mim do jeito que está não precisa mudar
Sujeito 13: uma vez por mês
Sujeito 14: não gostaria que mudace mas que estivesse outra ajuda e outros programas para nos ajudar.

2-As reuniões contribuíram para você:

Obter informações sobre	Exigir os seus direitos, como:	Utilizar os serviços oferecidos na região, como:	Atuar em movimentos e organizações comunitárias, conselhos, entidades religiosas e outros	O dinheiro do Programa contribui para melhoria da qualidade de vida de sua família ? Como ?
Sujeito 1 -	Direito à renda	Posto de saúde	-	Sim, roupa, remédios, e alimentos para as crianças
Sujeito 2 A cidadania – o meu próximo é muito importante	Da mesma forma que exijam as nossas presenças nas reuniões / falta gostaria, que fosse mais p/todas do grupo	Visitar asilos, ter mais tempo p/ os jovens, cuidar da alimentação de quem precisa	-	Sim este dinheiro é bem administrado. Na alimentação, é muito abençoado por “deus”, eu agradeço muito a todos
Sujeito 3 Fortaleci a família	Como brasileira	Serviço médico, remédio de graça		Eu ajudo na alimentação da minha família
Sujeito 4 Renda mínima, cidadania, saúde	Cidadania e todos os direitos que eu não sabia que tinha	Ajudar as pessoas que não sabem dos seus direitos como cidadã	sim	Eu contribuo a renda cidadã para o orçamento familiar esse é um complemento que ajuda muito
Sujeito 5 Postos de saúde, sobre saber o que é bom ou ruim Saber sobre São Paulo e o mundo a situação financeira	Procurando saber com quem devo falar até chegar ao responsável com as reclamações da qual eu preciso	Quando meus filhos adoecem o hospital tenho também ajuda da cesta básica	Religiosas comunitárias e	Sendo que posso contar com ele todo mês quando chega os dias lá está
Sujeito 6 Saúde, educação e outros	Denunciando e correndo atrás			Bastante porque eu estou desempregada no momento estou sem renda só esse cartão
Sujeito 7 Saúde, e muitas coisas amais	Conversando	-	-	-
Sujeito 8: Hospital, posto de saúde, atividades	Cidadã, receber cesta básica, renda mínima	Posto de saúde		Sim na alimentação e demais

Sujeito 9: Sim obtêm informações para ficar sabendo o que está acontecendo no nosso país	Principalmente no atendimento médico, nos postos de saúde que quase não tem remédios, são poucos os médicos também	Sim, como médico mais o que gostaria que mudasse é o atendimento médico, que deveria ter mais recursos	Não	Sim na alimentação e demais sim, e como ajuda principalmente para mim que estou desempregada. e por causa da idade passou dos trinta eles acham que a pessoa não precisa mais trabalhar e prefere mais o mais novos para atuar no mercado de trabalho
Sujeito 10: Sobre meus direitos	Cidadã	Cesta básica, renda mínima		Com certeza este dinheiro ajuda demais com alimentação e remédios
Sujeito 11 Renda mínima, sobre saúde, e tudo o que se sabe sobre o nosso governo :	Saúde, escola, cidadania	Cidadania, saúde e reuniões em que faço parte das associações amigos de bairro		Os meus filhos compram roupas, e sapatos, para que possa ir decente a escola, e quando precisa ir para algum outro local
Sujeito 12: Políticas, saúde, rendas	Ser respeitada como ser humano e me senti muito alegre para o resto da vida	Posto de saúde, reuniões em benefício do povo		Sim foi utilizado em benefício bom para toda a família
Sujeito 13: Hospital e as dobraduras	Direito de correr atrás das coisas			Sim porque compro alimentação para as crianças
Sujeito 14: Outros programas e diversas outras coisas	Cidadã que paga seus impostos e as vezes não somos respeitados	Postos de saúde		Com o dinheiro já é uma grande ajuda, como na ajuda da alimentação.

Reunião de avaliação realizadas dia 22/09/2002- Grupo Amigas Cidadãs

Inicialmente o coordenador tratou de esclarecer os motivos da presença de uma nova pessoa da equipe naquele dia para ajudá-lo na reunião , visto que a mesma estaria registrando a avaliação do grupo a respeito de um ano de reunião do PFF. E perguntou ao grupo acerca do que mudou depois de 1 ano de reunião?

Antes mesmo que a pergunta acima fosse apresentada ao grupo , Maria uma das integrantes do grupo , havia comentado que durante a semana havia feito uma avaliação com ela mesma lembrando de como fôra os primeiros momentos do início da formação daquele grupo, como cada um era... em seguida apontara para Cláudia , outra participante dizendo, "Aquele ali oh, só chorava! ". Cláudia reafirma as palavras da colega, dizendo que o grupo a ajudou muito, ela tinha problemas com a filha de 17 anos , com o companheiro, e que quando falava de todas as dificuldades que vivia só conseguia chorar , para V. muitos dos problemas como a falta de emprego, a situação de depender de um companheiro que constantemente a expulsara de casa , não se transformaram em si , mas segundo ela afirma : "Eu aprendi a enfrentar os problemas", "a superar" "a levantar o astral". Com o decorrer da conversa Cláudia detalhou situações que mostram como algumas coisas mudaram na relação com a filha de 17 anos . A filha segundo ela , estava dando muitos problemas , passava a maior parte do tempo na rua, não freqüentava a escola, tinha mais relacionamento pelos colegas que conhecia na rua do que com a mãe. V. reflete que o comportamento da filha estava também relacionado ao fato de que quando a menina buscava a mãe para conversar não havia escuta por parte da mesma. V. já começava a falar de forma nervosa o que dificultava uma aproximação, a filha buscava assim atenção nas companhias que conhecia na rua . Com o decorrer das conversas no grupo, Cláudia mudou a sua forma de se relacionar com a filha,

agora tem mais tranquilidade para ouvi-la . Analisa que as reuniões são fundamentais , e deveriam acontecer, independente do dinheiro.

Maria comenta que, para ela, o que mudou foi que antes ela só reclamava, não acreditava , era muito negativa, ela passou a acreditar mais. Para ela a relação com o grupo não fica restrita apenas ao momento da reunião, ela costuma sempre vir junto com alguém do grupo. Durante a semana costumam se comunicar por telefone, para não onerar a conta dividem o tempo em cada uma liga uma para a outra . S. faz questão de retomar o nome do grupo, "nós somos as "**Amigas Cidadãs**".

Cada uma das integrantes foi dando continuidade a avaliação, quase como um depoimento, sobre como era estar no grupo . Para Rosa , tudo mudou , depois que o relacionamento conjugal com o marido melhorou . Rosa é evangélica, diz que se sentia muito reprimida, agora se sente mais relaxada. Rosa firma que o marido, agora mais feliz , questiona sobre o que acontece durante as reuniões para Ter havido tamanha mudança no comportamento da companheira , e que pretende ir até o grupo para conhecer as pessoas e dizer sobre as mudanças ocorridas com ela .

Vânia começa falar lembrando de como se sentia no início , para ela as reuniões "eram chatas", não gostava de ir , com o passar do tempo, foi vendo a coisa de uma outra forma. Vânia era uma pessoa calada , quase não gostava de falar. Ela tem uma filha de 7 anos, e que um dos principais problemas que vivia era o fato de Ter sido mãe solteira. Relata que apanhava dos irmãos, diariamente e que não podia assumir que era mãe , nem mesmo para a própria filha . Vânia afirma que sofria muitas situações de humilhação por parte da mãe e dos irmãos . A família não aceitava o fato dela ter sido mãe solteira. Vilma diz que atualmente se sente de outra forma , foi se transformando , passou a ocupar um outro papel dentro da família , seus irmãos não batem mais nela , pois segundo diz , ela "passou a se impor perante aos

irmãos e a mãe", e a filha já lhe reconhece como mãe . Hoje se reconhece como uma pessoas mais falante e animada.

Letícia , ainda existe dificuldade de falar no grupo , mas quando reflete sobre as coisas que mudaram nesse tempo em que tem participado , avalia que sempre se sentia muito mal perto de outras pessoas, se preocupava com o que as outras pessoas iriam pensar dela, não gostava de falar , tinha muita vergonha . Uma situação concreta que mudou foi o fato de que voltou a estudar, para ela reflexo das mudanças ocorridas em sua forma de lidar com a própria vida, sabe que ainda persiste a dificuldade de relacionar com outras pessoas, mas talvez tenha mais consciência de suas dificuldades e consegue Ter mais força para enfrentá-las.

Alexia que é agente comunitária de saúde , relata que no início freqüentava outros grupo, e só depois é que foi para o "Amigas Cidadãs" " no começo eu não falava nada, eu achava um saco", olhava para as pessoas e pensava : " isso aqui não vai me ajudar em nada", " aí depois eu parei para pensar..." a união do grupo a faz esquecer os problemas que tem, passou a se sentir mais fortalecida para enfrentá-los.

Maria 2 relata que após Ter sido deixada pelo companheiro , passou "muito tempo com a cabeça no vento" afirma que sua vida era só chorar . Tendo que assumir sozinha o cuidado da casa e dos filhos. Reflete que quando iniciou a participação no grupo , a sua vida era uma bagunça, não consegui se organizar nas atividades que precisava fazer, cuidar dos filhos, ir a igreja, participar das reuniões , as coisas, os pensamentos ficavam muito misturadas em sua cabeça. Para ela no grupo, consegue encontrar espaço para refletir que os problemas existem mas é preciso entendê-los e buscar formas para enfrentá-los. " Aqui no grupo encontramos respostas" Hoje sente que está reerguida, agora sabe lidar melhor com as coisas, relata duas situações para demonstrar o quanto tem lidado de uma outra forma com as situações, a primeira foi a perda de uma neta recém nascida que nasceu com problemas congênitos, e que teve foças para consolar a própria filha , e também sobre sua filha de 8 anos que tem

microcefalia, doença que só foi diagnosticada há pouco tempo, ainda sim sabe que o problema da filha apesar de não Ter cura, precisa de um acompanhamento sistemático , com médicos e outros profissionais, hoje sente que tem condições de enfrentar melhor essas coisas.

Simone 4 tem vários filhos é separada do marido e até hoje é ameaçada pelo mesmo, quando se separaram ela ficou na rua com os filhos perambulando por diferentes locais, após Ter recebido atendimento jurídico adequado retornou a morar em sua casa , o ex- marido ainda à ameaça , pois não aceita o fato de Ter perdido a casa para que elas e os filhos voltassem morar . Ela conta que tem sido protegida pelos "pessoal da região" , e o que o ex-marido afirma que quando esses caras já tiverem morrido, ele voltará lá para ficar com a casa . Simone relata que tinha muita depressão, dor de cabeça, esquecimento, diz que com a participação no grupo as coisas foram saindo da cabeça , hoje sente que não tem mais depressão e nem timidez.